

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

RODOLFO SANCHES

**"PROJETO CHILE": UM ELO ATIVO NA REVOLUÇÃO
PASSIVA**

Marília
2016

RODOLFO SANCHES

**"PROJETO CHILE": UM ELO ATIVO NA REVOLUÇÃO
PASSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília
Fevereiro de 2016

Sanches, Rodolfo.
S211p "Projeto Chile": um elo ativo na revolução passiva /
Rodolfo Sanches. – Marília, 2016.
194 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2016.
Bibliografia: f. 188-192

1. Mudança social. 2. Economia - Chile. 3. Chile –
Política e governo – 1920-1970. I. Título.

CDD 301.24

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp
– FFC/Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Tadeu Del Roio (Orientador)

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas

Universidade Estadual Paulista – UNESP, FFC/Marília

Dr. Anderson Deo

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas

Universidade Estadual Paulista – UNESP, FFC/Marília

Dra. Meire Mathias

Departamento de Ciências Sociais

Universidade Estadual de Maringá

A meu avô, Sebastião Sanches (in memorian), por todo carinho...

AGRADECIMENTOS

A construção de quaisquer reflexões teóricas demanda uma estrutura que está além da mera capacidade do autor em ter rigorosidade, acuidade e síntese. Da maneira como entendemos, há um círculo de pessoas e Instituições/Entidades que são deveras responsáveis por nosso êxito. Nunca é demais ressaltar, entretanto, que os possíveis deslizes e erros deste presente texto são de inteira responsabilidade do autor que vos escreve.

Inicialmente, gostaria de deixar meu agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter me auxiliado com uma bolsa de estudos. Quem dera todos pudessem ter acesso a este tipo de auxílio. Com absoluta certeza, o nível das pesquisas empreendidas no Brasil teria uma substancial melhora, dado que a disponibilidade integral do pesquisador ao seu objeto de estudo facilitaria, e muito, o processo de síntese teórica.

Não menos importante se faz os meus agradecimentos a todos os servidores/técnico-administrativos da Unesp – Marília. Desde os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais aos responsáveis pela Biblioteca. A agilidade, presteza e atenção dispensadas à minha pessoa foram muito valiosos. Desonesto seria, também, deixar de agradecer aos “invisíveis” na estrutura acadêmica: agradeço a todos aqueles que nos garantem uma Universidade limpa e organizada. A todos, muito obrigado.

Desde muito cedo, sempre cultivei conversas muito interessantes com meu pai, Fernando, sobre as possibilidades da vida. Ainda que o conteúdo, se avaliado hoje, tivesse um claro tom existencialista, poder compartilhar isto com ele, e por ventura, por força da empolgação, minha mãe, Cleide, e meu irmão, Leonardo, foi sensacional. Talvez a ousadia que carrego comigo advenha da utopia incansável de meu pai. Minha formação foi, como muitos, religiosa. Por mais que hoje eu nutra outros pensamentos, jamais deixarei de reconhecer e agradecer minha mãe por ter compartilhado comigo ideais da Teologia da Libertação: a humanidade, por meios distintos, sempre foi centro da emancipação. Não obstante, meu irmão fez parte dos sonhos utópicos; da construção de uma sociedade justa; dos arremedos da adolescência. Agradeço-o pela complacência, irmandade e generosidade. A vocês, todo meu amor e carinho!

Felizmente, o arco de relações construídas ao longo da vida complementa-nos na medida em que nos coloca diante de situações novas, fazendo-nos avançar. É por isso

que não posso deixar de lado meus amigos de infância: Guilherme Mandu, Vinicius Covielo, Renan Cadamuro, Bruno Cadamuro, Gustavo Orion, Jaqueline Vidotti, Jeruza Pirondi e Sérgio Fernandes. Por fim, mas não menos importante, as amizades que construí, e cultivarei para o resto da vida, durante na graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá e na Pós-Graduação em Marília: Rafael Massuia, Leandro Módolo, Gustavo Corral, Thais Pimentel, Alex Leite, Luis André, Nicolle Montalvão, Celso Monteiro, João Pires, o “Bob”, Flavia Foresto, Diego Ruiz, Rosângela, Jeff, Rodrigo Bischoff e Cássius.

Aos amigos, e camaradas, Eduardo, Gabriela, Janaine, João Vicente, Luiz Alexandre, Lara, Paulo Henrique, Rodrigo, Raquel, Yuri e Graziela. Obrigado por compartilharem comigo as dificuldades da reflexão teórico-política e sua efetividade na *práxis*. A luta por outros Outubros continua e é contínua.

Gostaria de deixar meu absoluto agradecimento aos professores que compuseram minha banca de qualificação e de defesa. Ao Anderson Deo, pela amizade e hospitalidade quando cheguei em Marília, e pela honestidade e franqueza em demonstrar suas divergências de maneira fraterna, o que, sem dúvida, foram importantíssimas para este trabalho final. Ao Gianni Fresu por seu profundo conhecimento em Antonio Gramsci e pelas indicações precisas durante a qualificação. Aos demais professores que muito me auxiliaram nesta jornada: Paulo Ribeiro da Cunha, Jair Pinheiro, Angélica Lovatto, Leandro Galastri e Pedro Jorge de Freitas.

Em especial, gostaria de ressaltar a importância da professora Meire Mathias e de Marcos Del Roio. Meire, durante grande parte da graduação, sempre foi uma entusiasta dos estudos de *nuestra América*. Muito do que pude avançar na reflexão teórica está assentado, com absoluta certeza, nas muitas horas de conversa e orientação que me fizeram ser o que sou. *Gracias*, Meire! Ao Marcos, obrigado pela coragem em aceitar orientar este trabalho na Pós-Graduação. Seu profundo conhecimento de História e da teoria gramsciana foram imprescindíveis para impulsionar o trabalho aqui contido. A vocês, meu respeito e admiração!

À minha companheira Francieli Martins Batista. Dos tempos da insegurança com a crise “do que fazer depois de formado” aos momentos atuais, de consolidação de mais uma etapa, você sempre esteve ao meu lado. Sua infindável capacidade humana se expõe em seu companheirismo, dedicação e paciência. Os meses de absorção completa ao trabalho demandam convicção e respeito à individualidade: afinal, o estresse à qual somos submetidos dificulta, potencialmente, as relações cotidianas. Todo meu amor,

carinho e admiração!

“Desde el hondo crisol de la patria
se levanta el clamor popular,
ya se anuncia la nueva alborada,
todo Chile comienza a cantar.

Recordando al soldado valiente
cuyo ejemplo lo hiciera inmortal,
enfrentemos primero a la muerte,
traicionar a la patria jamás.

*Venceremos, venceremos,
mil cadenas habrá que romper,
venceremos, venceremos,
la miseria (al fascismo) sabremos vencer.*

Campesinos, soldados, mineros,
la mujer de la patria también,
estudiantes, empleados y obreros,
cumpliremos con nuestro deber.

Sembraremos las tierras de gloria,
socialista será el porvenir,
todos juntos haremos la historia,
a cumplir, a cumplir, a cumplir.”

(Venceremos)

Sergio Ortega e Claudio Iturra

RESUMO

O Objetivo central desta pesquisa é o estudo de um grupo de economistas chilenos, formados na Escola de Economia da Universidade de Chicago, durante as décadas de 1950-1960. A análise deste grupo, chamado popularmente de Chicago Boys, e politicamente de "Projeto Chile", demonstra para nós o enredo final de um processo de transformação social mais profundo e amplo. As possibilidades que se abrem com a eclosão da Revolução Passiva no Chile, em 1927, abrem precedentes para que novos grupos políticos surjam, disputem espaço institucional e a *hegemonia* com os já existentes. O *ciclo longo* da Revolução Passiva no Chile perdura até a segunda metade da década de 1970, quando da implementação das propostas neoliberais de ajuste fiscal e de liberdade irrestrita ao capital e ao mercado. É latente a conexão existente entre estes dois processos: o mais amplo conhece o seu enlace final na concreção deste "restrito", isto é, o *novo* supera o *novíssimo* e enterra o *velho* na medida em que os Chicago Boys conseguem forjar um novo patamar de *consenso* à burguesia chilena.

Palavras chave: Revolução Passiva; "Projeto Chile"; intelectuais orgânicos do capital.

ABSTRACT

The main objective of this research is the study of a group of Chilean economists trained at the School of Economics at the University of Chicago, during the decades of 1950-1960. The analysis of this group, popularly called the Chicago Boys and politically known as the "Chile Project" demonstrates to us the final plot of a deeper and broader process of social transformation. The outbreak of the passive revolution in Chile in 1927, opens a pretext to new political groups to emerge, and thus, compete in the institutional space and for hegemony with the already existing ones. The long cycle of passive revolution in Chile lasted until the second half of the 1970s, when the implementation of neoliberal proposals for fiscal adjustment and unrestricted freedom to capital and market took place. The connection between these two processes is latent: the broader one meets its final link in the concretion the more "restricted" one, ie the new surpasses the brand new and buries the old as the Chicago Boys can forge a new level of consensus on the Chilean bourgeoisie.

Keywords: Revolution Passive; "Chile Project"; Organic capital intellectuals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – Formação econômico-social chilena e a concreção do Estado Nacional.....	16
1. Um esboço de análise histórica do Chile.....	16
2. Gramsci e a realidade chilena: o <i>nexo histórico</i> de 1920-1930	25
3. A particularidade da Revolução Passiva no Chile.....	63
CAPÍTULO II – O <i>transformismo</i> como fio condutor.....	68
1. Frente Popular: uma ilação transformista?.....	72
2. Os <i>intelectuais</i> e os <i>partidos</i> : a "mutação" pelo <i>consenso</i> e a fissura (do <i>bloco dominante</i>) possível.....	86
3. CEPAL: <i>hegemonia</i> socialdemocrata e <i>consenso</i> keynesiano.....	104
CAPÍTULO III – Os <i>intelectuais</i>: um embate <i>orgânico</i>.....	124
1. Chicago Boys: da Universidade ao Poder.....	130
2. O mito liberal de Hayek e o limite de sua crítica: fundamentos da teoria neoliberal.....	141
3. A prática como critério da verdade: uma sintética avaliação histórica das reformas neoliberais.....	157
CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1: Lista de Presidentes do Chile desde 1826 até 2014.

INTRODUÇÃO

É sabido por muitos que o Chile foi um dos "laboratórios" utilizados para a implementação das reformas neoliberais, ou pró-mercado, como se costuma dizer. A necessidade de entender o movimento mais amplo de reestruturação produtiva em escala global e as novas formas de consenso e força adquiridas e desenvolvidas pela burguesia para esta nova quadratura histórica é o fundamento primeiro da investigação que se apresenta neste texto.

As transformações ocorridas durante a década de 1970 em escala mundial tem reflexos substanciais em nossa existência cotidiana. Entender as reais dimensões e significados das profundas mudanças perpetradas nesta época de viragem histórica requer um esforço coletivo monumental e uma *práxis* acadêmica que fuja aos moldes do superficial, rotineiro e pouco abrasivo. É preciso entender, como bem apontava Marx, a essência dos fenômenos que saltam aos olhos. Ocorresse uma identificação direta entre essência e aparência, a ciência perderia seu valor e a razão mesma de existir.

O complexo social, nas determinações do econômico, do cultural e do político, alterou-se substancialmente durante este período mencionado e decifrá-lo, agora, é parte do que nos cabe, enquanto signatários desta *práxis* científica, para que a realidade não nos pareça algo impossível de ser compreendida, muito menos de ser modificada. O filósofo alemão já disse, certa vez, que não basta somente compreender o mundo, é preciso modificá-lo.

Em nosso entendimento, a reconstrução da História, mediante análises científicas, é algo, em si, possuidor de uma capacidade expansiva de modificação da própria realidade em que está inserido. A inter-conexão entre as variadas esferas de mediação, e de determinação social, possibilita que sua reconstrução seja algo que possa apoderar de conhecimento os grupos subalternos em busca de uma orientação política clara de como realizar suas demandas individuais imediatas e as de caráter histórico-universais.

Ademais, o reconhecimento do Chile como uma forma *sui generis* de realização de tais transformações é algo que merece um estudo mais. Ciente disto, partimos para este estudo, pois, se lá se encontra um "protótipo" destas mudanças, é possível que dali

retiremos mediações e informações importantes para a compreensão deste movimento mais geral. A relação que os Chicago Boys tiveram com esta problemática está exposto no fato de que foram responsáveis diretos pela construção de um arquétipo teórico-prático que desse conta de responder à duas questões centrais: uma de espectro mundial que, resumidamente, podemos identificar no resgate das teorias liberais acopladas com a nova dinâmica de acumulação de capital visando a desconstrução das economias programadas, seja do nacionalismo econômico (reformista e burguês), seja de cunho socialista; e, uma outra de espectro local, visando recompor as alianças burguesas em torno de um projeto unificado, e não unitário, que impedisse a consagração da *Unidad Popular* em toda sua plenitude.

Por mais que nosso objeto seja o estudo deste grupo de economistas chilenos formados sob a tutela dos grandes pensadores neoliberais em Chicago, ele está inserido em uma problemática maior e muito mais ampla. Fez parte de um novo desenho de econômico-político formulado por frações das burguesias dos países imperialistas visando a superação do estatismo exacerbado das políticas keynesianas, e também, soldou as pontas soltas da corrente burguesa, correspondendo como *elo ativo do ciclo longo* de revolução passiva no Chile.

As possibilidades que se abrem em um processo revolucionário, mesmo aquele como predominância burguesa, não se restringem ao círculo restrito que desejam os idealizadores de tal revolução. A democratização perpetrada pelos partidos de esquerda, via *Unidad Popular*, foi responsável por forçar a presença da classe proletária como agente ativo desta mudança em curso. Digamos que a UP colaborou decisivamente para a imposição de uma tendência à revolução de estilo jacobina, isto é, de baixo para cima. No entanto, o conteúdo desta democratização era abrangente socialmente e limitado ideologicamente: era de classe, socialista.

A resposta à esta extrapolação dos limites burgueses passa, sem dúvidas, pela constituição do grupo em questão, os Chicago Boys, mas não se resume somente a ele. São variadas forças sociais, organizações e partidos políticos que atuam de maneiras singulares durante este processo mais amplo de revolução burguesa pela *via passiva*. Identificar como cada um destes partidos/organizações políticos atuaram na conjuntura do século XX, é uma busca deste trabalho.

Assim, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, trata-se de

apresentar, resumidamente, a história do Chile e sua forma de concreção da formação econômico-social. Estará em destaque o movimento capitaneado pelas frações burguesas de modernizar as estruturas econômicas conservando o amálgama político com as oligarquias. Em seguida, demonstra-se qual a particularidade da revolução passiva no Chile. No segundo capítulo, identificamos as principais organizações políticas responsáveis por ampliar a classe dirigente realizando a prática do *transformismo*. Contudo, como em qualquer movimento da história, a dialética nos permite apreender que a mudança, no *sentido* burguês, carrega em si suas contradições, fissuras possíveis. A CEPAL, em que pese seu claro significado progressista, cumpriu, em nosso entendimento, a função de ampliação das camadas dirigentes, pois suas propostas tiveram ampla aderência com a base social do proletariado e suas organizações. Não há que se alegar responsabilidades conscientes/diretas a todo o conjunto representado pelo pensamento cepalino, mas há que se fazer uma avaliação histórico-crítica do papel cumprido por esta entidade. Por fim, no capítulo terceiro, far-se-á uma linha histórico-genética em que buscaremos demonstrar que as formulações dos Chicago Boys, *intelectuais orgânicos do capital*, estão em plena sintonia com aquilo que já identificamos como particularidade daquele movimento maior. E não estão desta forma por mera coincidência, mas por terem sido *ativos* na elaboração dos pontos que faltavam para que a hegemonia burguesa se restabelecesse com vigor. Destarte, uma avaliação *post facto* não tem razão de ser se não observar os reais distanciamentos entre a intenção e o gesto. Isto é, se no momento exato da constatação histórica, esquecer-se que a prática é o critério da verdade.

CAPÍTULO I - Formação econômico-social chilena e a concreção do Estado Nacional

O debate que nos propomos a apresentar neste primeiro capítulo é, sem dúvida, um abrangente emaranhado de discussões teórico-filosóficas cujas respostas práticas, *práxis* social, esteve vinculada a diversos setores dos movimentos sociais e partidos políticos durante toda a história do Chile.

Se é de nosso entendimento que no *nexo histórico* 1920-30 onde se desencadeia a revolução burguesa chilena pela via passiva, é porque durante toda a formação social do país em questão esteve atravessado por mediações necessárias de serem expostas antecipadamente. Para que nossa leitura (presente no sub-capítulo 2) não fique desconexa e sem um fundo histórico, faz-se necessário que apresentemos, rapidamente, nossa leitura de como se deu a formação social chilena e quais os resquícios dela serão legados ao devir histórico e como eles influenciarão na concreção do capitalismo e do Estado Nacional.

1. Um esboço de análise histórica do Chile

Diz Gramsci (2011c, p. 139) que “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados”, e que:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrado com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. (2011c, p. 135).

Cabe então, neste item, demonstrar a validade das afirmações de Gramsci para a exposição do nosso objeto. Sabendo da necessidade de não promover um enquadramento da realidade na teoria, partimos destes dois pressupostos para então

verificar, na história do Chile, sua validade¹.

As políticas parciais de livre comércio imposto pela Espanha ainda no século XVIII trará, às frações da classe dominante, uma consequência utópica. Trata-se de entender que a possibilidade de desenvolvimento interno estava vinculada a um mercado comercial internacional totalmente livre. Portanto, entre 1810 e 1818, tem-se a guerra que demarcará, em seu fim, a independência chilena². É sabido que esta independência foi formal e esteve afiliada, essencialmente, ao espectro político, pois não houve o rompimento do principal enclave econômico: o *nexo colonial* mediado pela estrutura do latifúndio, herança das *encomiendas*.

Em 1823, por força de Camilo Henríquez e José Miguel Infante, aboliu-se a escravidão no Chile, e dois anos depois tentou-se a imposição de um imposto territorial direto, o *diezmo*. Ambas as propostas foram duramente reprimidas pelos latifundiários pois que a primeira atentava contra o "direito sagrado da propriedade" e a segunda seria um ultraje para as benesses do setor afetado.

Contudo, o momento histórico conhecido como "anarquia" (1823-30) determinará as coalizões das frações dirigentes em dois pólos: de um lado, os *pipiols*, liberais de tendências federalistas, e, de outro, os *pelucones*, conservadores de tendência unitária. Aos últimos podemos somar a aliança perene com os comerciantes e o alto clero, pois os ataques diretos aos benefícios da Igreja eram tidos como perigosos. Desta unificação surge o levantamento militar que dará cabo ao período de "anarquia" - leia-se sem execução hegemônica de nenhuma fração no controle do Estado - sob a liderança de Diego Portales, principal inspirador e articulador da Constituição de 1833, referência de centralização do poder e autoritarismo político.

Para além de uma resposta aos *pipiols*, a guerra civil de 1829-30 marca a primeira iniciativa da classe dirigente em frear a tímida autonomização dos subalternos

¹ É notório e sabido que o pensamento marxista não é estanque e homogêneo. Do *capitalismo colonial* à defesa do *feudalismo*, o arsenal categorial de Marx sempre esteve vinculado a esta grandiosa polêmica presente no seio do movimento revolucionário. No Chile, o debate marxista não fugiu à regra: foi polêmico e instigante. Luis Vitale e Hernán Ramírez Necochea, além de muitos outros, foram essenciais neste debate do processo de desenvolvimento das formas capitalistas no Chile.

² No momento da independência, podemos avistar três grandes centros importantes já constituídos no Chile: Santiago, capital da Capitania Geral do Chile, centro econômico e político e base de sustentação dos latifundiários; Coquimbo, que compreende o atual "Norte Chico", centro de exploração minerária; e, Concepción, sede do Exército da Fronteira, principal base militar do país e produtora de trigo, vinho e com uma parca indústria artesanal.

mediante as propostas plebéias. A continuidade do pós-guerra será marcada pela residual combinação dos latifundiários e a fração comercial, e perdurará por todo o século XIX.

A conjuntura política e econômica de 1830-60 será de robustecimento dos traços adquiridos no período colonial. Em nosso entendimento, os latifundiários que compuseram estes governos são aqueles ligados, orgânica e historicamente, aos *encomendeiros* e isto requer dizer que são os beneficiários do que acabava de ser revigorado. Os latifúndios³, naquele contexto, congregavam em torno de si características remetentes ao feudalismo e ao escravismo, em menor proporção. O fato de não só terem sido uma forma de propriedade da terra, mas expressão de um *conteúdo social feudal*⁴ garantiram aos latifundiários uma indissociabilidade entre política e economia, respaldando a proeminência política, jurídica e militar sobre uma grande massa de trabalhadores que estão vinculados às terras sob seu domínio. É por isso que estes setores, avalizados pela lucrativa posição econômica de financiadores da produção nacional e intermediadores com o comércio internacional, atuam unitariamente. A centralização do poder político⁵, neste sentido, é uma resposta à necessidade econômica imediata: continuidade da morfologia econômica predominantemente agrária, pautada na exportação e adaptada aos preceitos do livre-mercado.

Tais latifundiários exerciam, na estrutura econômica nacional, o papel de

³ Marcos Del Roio argumenta, ao analisar o *feudalismo de fronteira*, variante específica do feudalismo ibérico, que em 1372, Portugal lança a Lei de Sesmarias como forma de garantir a vinculação dos camponeses à terra: "Essa lei preservava a posse condicional da terra, característica do feudalismo, ainda que não fosse uma pura cessão de terras." (2011, p. 177). Entendemos que as *encomiendas* são também passíveis desta definição, isto é, de posse condicional, o que nos impele a enfatizar que o condicionante eram os impostos à serem recebidos pelos *encomenderos*, garantindo, pela mediação destes, a presença do Estado.

⁴ Muito do que defendemos está exposto pela idéia de que na direção da América meridional, é possível notar que a expansão trazia em si uma marca essencial: o colonialismo e o caráter acentuadamente regressivo. E, portanto, "pode-se aventar ainda a hipótese geral de que a expansão colonial do mercado, sob a égide feudal ou sob o domínio do capital, tende a reproduzir formas sociais pregressas e regressivas como o escravismo e o feudalismo." (DEL ROIO, 2011, p. 173)

⁵ Pode-se, segundo Del Roio, "argumentar que a formação do Estado territorial soberano transferia para um poder centralizado de uma classe e instrumento de coerção e apropriação coletiva do excedente - incluindo os interesses dos possuidores de terras e do comércio - aquilo que anteriormente era o poder fragmentado e hierarquizado dos senhores feudais e das cidades mercantis. Nesse raciocínio, as dimensões do econômico e do político continuam indiferenciadas. Se essa tese pode ser considerada, a decorrência é que o Estado absolutista deve ser considerado um Estado feudal *in totum*, tornando insuficiente a hipótese de Anderson do Estado absolutista como produto de manobra defensiva da nobreza feudal e descartável a idéia do absolutismo como Estado de transição." (DEL ROIO, 2011, p. 171-72)

"habilitadores" (ou "aviadores"), cuja função era a de repassar capital aos pequenos proprietários, da agricultura e da mineração, com a contra-partida de ter garantias da compra de toda a colheita a um preço pré-estabelecido (independente da variação "futura" do mercado), "colheita verde". Este capital era proveniente de empréstimos internacionais realizados através da garantia do Estado com mediação das Casas Comerciais inglesas. Parte deste volume era destinado à compra de terras para o aumento da extensão territorial e da renda absoluta da terra.

O marxista peruano, José Carlos Mariátegui, aponta que mesmo assentados sobre uma estrutura com elementos tipicamente feudais, e até escravistas, os latifundiários desempenham o papel de intermediários com os agentes do capitalismo internacional. Na verdade, para ele, isto explicita a estrutura colonial e dependente herdada: que prioriza a exportação em detrimento do investimento produtivo; que torna submisso todas as frações de classe através do controle externo sobre o desenvolvimento nacional; que faz do devir histórico nacional algo pertencente aos setores vinculados ao capital externo e/ou representantes destes.

Logo, por se tratar de uma economia de base colonial, os latifundiários, inclusive, estão subsumidos aos interesses dos seus agentes financiadores. É por isso que Mariátegui (2010, p. 109) afirma que "nossos latifundiários, nossos fazendeiros, quaisquer que sejam as ilusões que tenham sobre sua independência, atuam na verdade como intermediários ou agentes do capitalismo". E continua:

Esses latifundiários, ao serem totalmente estranhos e ausentes da agricultura e de seus problemas, vivem da renda territorial sem dar nenhuma contribuição de trabalho nem de inteligência para a atividade econômica do país. Correspondem à categoria de aristocrata ou do rentista, consumidor improdutivo. (...) [Portanto] o domínio da terra por uma classe de rentistas impõe à produção uma carga pesada de sustentar uma renda que não está sujeita às quedas eventuais dos produtos agrícolas. (*Ibidem*, p. 109)

Então, no período composto entre 1830-60, ao mesmo tempo em que se consolidam as estruturas dependentes e a forma latifundiária de propriedade da terra, fincam-se as bases para o desenvolvimento do capital comercial e bancário, aclarado pelo avanço do crédito concedido pelas Casas Comerciais para o setor da mineração, da agricultura e agropecuária; gesta-se a estrutura do Estado Nacional ao passo que limita sua atuação como correia de transmissão dos interesses externos; e, fazem avançar os segmentos capitalistas no Norte e no Sul.

No campo da política econômica do Estado, os governos se dedicaram, basicamente, à construção da infraestrutura necessária para a comercialização. A herança colonial, isto é, a estrutura dependente e determinada a partir de fora, é a base e a síntese do processo histórico estudado. Como parte do processo contraditório, a afirmação do Estado Nacional, enquanto estrutura normativa, é a fiança da reprodução da dependência econômica, afora ser o substrato essencial da vinculação⁶ das frações da classe dominante chilena ao capital internacional. O reflexo do *nexo colonial* no Estado é a constituição de si como balcão de negócios das frações da classe dominante e condição *sine qua non* para o porvir socioeconômico.

A maneira como avança a intervenção inglesa na economia chilena é condição e retrato da marcha social no Chile: a estrutura econômica agro-mineiro exportadora confere à Aduana um aspecto de centralidade, justamente por ser a Instituição responsável pelo fluxo comercial e suas taxações. Decorre que estas frações acumulam grande parte de seu capital através do fluxo de comercialização internacional, por isso que há esta adequação institucional. Só o é pelo arranjo estabelecido "*bloco histórico*", logo, a necessidade de garantir a continuidade da política descrita, condiciona o Estado, em contra-partida, como centro de arrecadações fiscais. Torna-se, entretanto, ponto nodal de desenvolvimento das forças produtivas e importante para a fixação da hegemonia construída.

O desenvolvimento econômico destas três décadas precisam ser estudadas e subdivididas em dois momentos: o primeiro, correspondente a 1830-45, é de baixo crescimento cujo destaque remonta-se na estabilização de Valparaíso como principal centro exportador do Pacífico Sul⁷ e da arrumação das contas públicas; o segundo, 1845-60, é composto por um avanço na produção minerária e agrícola, indústria de moenda e o início da fundição de cobre.

Por viverem, os latifundiários, como rentistas, ou parasitas estatais, amparam-se sobre a taxa dos minérios como forma de arrecadação do Estado, sem estabelecer

⁶ Note-se que há uma vinculação e não uma fusão, como se vê no governo de Jorge Alessandri, entre 1958 e 1964.

⁷ No ano de 1838 o Chile entra em guerra com a Confederação Peru-Boliviana, acordo entre os dois países por uma causa única, cujo central era: manutenção do porto de Callao como ponto de parada da rota comercial que passa pelo Pacífico Sul ou o estabelecimento de Valparaíso como tal. A vitória do Chile confere honras ao Exército e vincula o estreito de Magallanes como rota comercial tendo em Valparaíso o ponto de parada obrigatória para as embarcações e centro de depósito de mercadorias.

impostos diretos sobre suas produções. Esta dinâmica clareou o abismo existente entre os interesses específicos das frações em disputa. Entretanto, a proposta dos mineiros, produtores de farinha e donos de fundição de cobre não tinha, definitivamente, um mote industrializador de conteúdo nacional.

O relativo desenvolvimento nacional voltado para a exportação de matéria-prima, sob comando da fração comercial e latifundiários, pôs de canto setores importantes da classe dominante: fração mineradora, moendeira, pequena burguesia urbana, e também artesãos, proletariado mineiro e ferroviário. A crise europeia de 1848 abre uma nova conjuntura interna: se, de um lado, expõe a força do proletariado urbano (parisiense)⁸, de outro, demonstra o perigo da monocultura (ou, digamos, mono-dependência). A crise desencadeou uma nova instabilidade que culminará na guerra civil de 1851, por conta de que o trigo e a farinha, itens prioritários para as frações no poder, foram isentas de quaisquer taxações para exportação, a despeito do cobre e demais produtos da mineração, altamente taxados.

Em 1859⁹, deflagra-se outra Guerra Civil coordenada pelos setores descontentes: moendeiros e mineiros. O presidente Manuel Montt não soube lidar com a contradição capital-província a ponto de, na verdade, aprofundá-la. Entre 1844-60 a mineração quintuplicou sua produção e a fração mineradora adquiria cada vez mais consciência do papel central que desempenhavam economicamente e o quanto eram isolados politicamente. Setores dos partidos Liberal, Nacional e Radical, intimamente ligados aos interesses desta fração, diligenciaram-se sob a proposta de contrapor os ideais latifundiários até então exclusivos. A composição de classe no comando do Estado após a década de 1860 já não mais expressa só os interesses dos latifundiários e

⁸ Desde o surgimento da *Sociedad Literaria*, em 1842, e, principalmente da *Sociedad de la Igualdad*, de 1850, há uma aproximação de alguns setores liberais com as teses rousseauneanas e, também, com a classe trabalhadora. Estas organizações são tachadas como subversivas e postas na ilegalidade, mas deixaram um legado: foram as primeiras experiências que contribuíram para o despertar da classe trabalhadora sobre as formas de ação orgânica que poderia desempenhar em favor de seus interesses. Tanto que surgem depois: El Club de la Opinión de Valparaíso, La Sociedad Unión Republicana del Pueblo, Sociedad Escuela Republicana, Sociedad Republicana Francisco Bilbao e Sociedad Francisco Bilbao.

⁹ A Lei de Municipalidades, de 1854, também foi um importante alento aos atritos capital-província, dado que arrebatavam grande parte dos recursos e faculdades decisórias ao compasso dos desígnios do poder central. Outro item que fustigou ainda mais os desejos insurgentes, foi a taxa, aprovada em 1852, por Montt, de 5% para o cobre e prata. A fração mineradora não ocultou que este tenha sido um importante impulsionador da luta em 1859.

comerciantes, mas também da fração minera e financeira.

O período que se fecha em 1860 é a consagração da existência do novo, relações (pré) capitalistas de produção, ainda sobre a predominância do velho, formas atrasadas de produção com proeminência da estrutura agrária, latifundiária. Por sua vez, o que se abre é conquista molecular das relações capitalistas nas esferas produtivas¹⁰. O avanço das frações mineras, consolidação do capital comercial e bancário com linhas expansivas, é o que demarca este período.

No setor latifundiário houve uma aceleração do processo de *diferenciação* entre os oligarcas, que permaneciam com formas atrasadas de exploração e produção, e a nascente burguesia agrária, já mais adaptada aos desígnios das relações de produção capitalista¹¹. A absorção das terras da região de Araucanía e o desenvolvimento das sociedades de exploração pecuária, em Magallanes, permitiu uma diversificação maior no interior do setor rural, consolidando setores da burguesia agrária, como os produtores de vinho, trigo, farinha e pecuaristas.

Agora, há que se ponderar: o avanço das frações minera, fundidora e moendeira significa a admissão, em um horizonte próximo, da possibilidade de desencadear uma revolução burguesa? Acreditamos que não. Há, de fato, o começo de uma viragem histórica da predominância de um modo de produção sobre outro. As relações capitalistas de produção ainda não estão desenvolvidas a ponto do capitalismo industrial, mas espriam-se com maior amplitude. Mas, ainda assim, os governos de 1860-90 significam uma primeira acomodação das classes dirigentes em torno do Estado, sem sequer questionar o denominador comum: o *nexo colonial* de dependência.

Já no primeiro ano desta "transição", em 1860, aprova-se a *Ley General de*

¹⁰ Os investimentos realizados, desde fora por intermédio bancário do Chile, trazem consigo duas questões: a mentalidade dos exploradores (ingleses) já era, substancialmente, diferenciada e pró-capitalista; e, expansão da forma assalariada de pagamento. Outro setor que foi muito evidenciado durante os decênios de 1830 a 1860, a construção civil, deslanchou sob o domínio do capital inglês, favorecendo a generalização do proletariado na construção. À medida que se expande esta forma e estas frações, os demais setores atrasados, especialmente os latifundiários *parasitas (rentistas)*, tendem a perder espaço político e representação social.

¹¹ Ademais, o desenvolvimento de um capitalismo agrário se deu, também molecularmente, em determinadas zonas do país. Os latifundiários mantinham formas atrasadas de exploração e produção, pautado na renda absoluta da terra, ocasionando milhares de hectares sem cultivo. Estavam liberados de impostos sobre maquinários agrícolas importados, isentos de taxas sobre seus produtos exportados e pagavam somente um irrisório imposto direto.

Bancos, que autoriza os bancos privados a emitirem notas nacionais até 150% a mais do que o capital declarado. Esta medida foi aceita por todas as frações de classe, pois representava a continuação do *modus operandi* realizado até então: manter o eixo dinâmico da economia centrado na exportação, sob financiamento do Estado junto aos bancos internacionais de crédito. Exclusive, podendo recorrer às depreciações monetárias como ferramenta de contenção de crise, viabilizando a prevalência sócio-política dos latifundiários (em processo avançado de *aburguesamento*), mineiros, moendeiros e exploradores de carvão sem abrir brecha para outras políticas. Em resumo, é a perduração da estrutura dependente mediante o predomínio do capital internacional na realização da produção interna, valendo-se do Estado como intermediário necessário, isto é, a consolidação do imperialismo em terras chilenas.

A invasão do capital originário chileno (gerado, principalmente, na mineração e na especulação bancária) em Antofagasta e Tarapacá se dá, também, pela descoberta de ricas jazidas de salitre no primeiro¹². Estas reservas foram descobertas por José Santos Ossa e Francisco Puelma, que criaram a *Sociedad Exploradora del Desierto de Atacama*, cujos privilégios foram rapidamente atendidos pelo governo boliviano¹³.

Este privilégio (quase) exclusivo atraiu um número exponencialmente alto de migrantes da região centro-sul para o Norte¹⁴. A construção civil foi um grande chamariz destes migrantes, que depois de terminadas as obras, ficaram desempregados e constituíram um grandioso exército industrial de reserva, disponível para o trabalho nas minas de prata e salitre e na carga e descarga dos portos.

A constituição das camadas dirigentes nacionais complexifica as relações internacionais do subcontinente. Os interesses específicos de classe transparecem em políticas de Estado. A Guerra do Pacífico¹⁵, em 1879, fora expressão da rivalidade

¹² A exploração chilena em solo boliviano não se ateve somente ao salitre. Se expandiu para a prata com a exploração da mina *Caracoles*, onde estima-se que os chilenos tenham investido, entre 1872-73, um capital no montante de 2 milhões de libras.

¹³ Em 1868 o Ministro da Fazenda da Bolívia concedia 15 anos de livre exploração, produção e exportação de salitre no deserto do Atacama.

¹⁴ Enrique Meiggs, dono do segundo maior banco da Bolívia, havia levado ao Peru cerca de 30 mil homens para trabalharem na construção de ferrovias.

¹⁵ Uma das causas imediatas do estopim da guerra foram as conseqüências negativas da crise mundial sobre os preços dos produtos exportados, o que gera, em sequência uma grave crise fiscal para o Estado. Para além da redução das demandas, da grave crise financeira mundial, no Chile os agricultores tiveram três colheitas ruins seguidas, o que dificultava o acerto de seus empréstimos e imobilizava todo o circuito

existente entre os três países já citados. Naquele momento específico, Bolívia e Peru saem em campanha militar juntos contra um inimigo comum, o Chile. No entanto, o Chile, desde há um tempo, vinha se constituindo como forte centro militar, em especial, pelas potencialidades de sua Marinha de Guerra e da eficiência de seu Exército.

Para além da aparência desta Guerra, verifica-se uma crise generalizada no setor de produção do cobre. O declínio arrebatador do seu preço no mercado internacional é, em grande medida, pautado pela primeira grande crise de superprodução na Europa. As recentes descobertas do salitre e das potencialidades de seu uso - insumos agrícolas e armamentos explosivos - conjugam os elementos que são os detonadores da Guerra: coube às frações da classe dominante, hegemônicas no Estado do Chile, a decisão de apropriar-se desta riqueza como forma de assegurar uma razoável reprodução do capital e o aparato estruturante do *nexo colonial*.

Como resultante deste entrevero, o Chile sai vitorioso desta Guerra e tem como reparação a anexação dos territórios de *Tarapacá* e *Antofagasta*. Esta medida ocasionou, de imediato, um incremento vertiginoso nas arrecadações fiscais do Estado. Por conta da extensa quantidade de minérios e metais preciosos, estas regiões constituíram-se, anos mais tarde, como centros nevralgicos do, ainda incipiente, capitalismo chileno.

Necocha (2007a, p. 83) afirma que estas anexações seriam sentidas em todas as esferas da vida social. Continua ele, em sua reflexão, dizendo que tal ação levará a uma dupla submissão: uma vez que as terras já eram de propriedade de inúmeras sociedades anônimas inglesas¹⁶, a atividade estatal dependente destes recursos, transferiu sua dependência para as mãos dos ingleses, da burguesia comercial e dos latifundiários; em seguida, isto reforçou as raízes de uma estrutura econômica, e condição político-social, toda voltada para a produção agro-mineiro exportadora.

Entendemos que o período entre 1880-1920 será o de constituição do capital agro-mineiro-mercantil, embasado em relações de acumulação de capital, mas ainda não

produtivo. "La crisis coyuntural, agravada por el aumento de los servicios de la deuda externa, aceleró el proceso de devaluación monetaria expresado en la instauración del régimen forzoso de papel moneda el 23 de julio de 1878." (VITALE, 2011b, p. 398)

¹⁶ Para se ter um quadro, no Chile o montante de capital investido representou um aumento de 1,4 milhão em 1880 para 18 mi em 1890. Isto era 3/4 do total de dinheiro concedido, incluindo os empréstimos ao Estado e particulares. A principal área de investimento foi o ramo do salitre: em 1875 o capital inglês representava 15% do total de investimentos, já em 1884 era 34% e no ano de 1890, 70%.

especificamente capitalistas. A crise política pela qual perpassa o Chile em 1891, com a queda de Balmaceda, é só mais uma demonstração do poder das camadas dirigentes em fazer recuar as propostas do liberalismo radical de estirpe nacionalista (influenciados diretamente por Rousseau).

A constituição das frações burguesas (especialmente a minera) traz, contraditoriamente, a consolidação do seu oposto no espectro da luta de classes. O proletariado cada vez mais se porá como classe "feito" partido. O alvorecer do século XX, marcado pelo irromper do imperialismo (e das políticas colonialistas) e a primeira Guerra Mundial, trará conseqüências substanciais para a política chilena.

A crise de acumulação do capital agro-mineiro-mercantil será complexificado por dois movimentos coetâneos: externamente tem-se o irromper das revoluções passivas na Europa e EUA como resposta ao socialismo russo; e, internamente, a pressão dos grupos subalternos demarcará a atualidade do cenário de revolução burguesa na América Latina (vide Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, México).

Acontece que este *nexo histórico* estará mediado pela recomposição de forças no campo das relações internacionais (de semi-colônia inglesa para semi-colônia americana) e pelo irromper, em definitivo, do *novo* como forma (Estado moderno) e conteúdo (relações especificamente capitalistas) predominantes. Entretanto, a composição deste novo presente será molecular e gradual, uma revolução sem revolução, ou seja, uma revolução passiva.

2. Gramsci e a realidade chilena: o *nexo histórico* de 1920-1930

Durante sua vida pré-carcerária, Gramsci foi um destacado dirigente do Partido Comunista Italiano e da Internacional Comunista. Como consequência da eclosão revolucionária russa, em 1917, uma "onda" de insurgência proletária se espalha rapidamente pela Europa ocidental incidindo, diretamente, sobre a Itália e a Alemanha.

Assim como a Alemanha teve seu movimento revolucionário derrotado pela traição da burguesia quando no comando da coalizão no Estado em 1921, na Itália, o conhecido *biennio rosso* não pôde avançar para muito longe dado sua insuficiência objetiva. Os comitês de fábrica formados nas indústrias da FIAT em Turim foram

grandes escolas para a formação política e teórica de Antonio Gramsci. Ali o jovem sardo teve oportunidade de acompanhar de perto o desempenho da auto-organização dos operários em busca de uma nova "forma de vida".

A consequência imediata deste acontecimento sobre Gramsci é o robustecimento da centralidade da fábrica como força revolucionária e da hegemonia do operariado urbano na conformação da força política necessária para a revolução. No entanto, a derrota acachapante e o período de intenso refluxo do movimento operário, aliado com o avanço considerável dos *fascios* italianos, colocará uma dúvida, que será sua linha-mestre durante toda sua reflexão carcerária: como realizar a revolução na Europa Ocidental?

A resposta inicial ao tema é o reconhecimento de que faltava, aos dirigentes revolucionários italianos, um conhecimento mais aprofundado da vida nacional italiana, da formação da classe operária e camponesa na Itália¹⁷. Sua primeira solução encontrada foi entregar-se por completo aos estudos da história italiana para poder desenhar de maneira mais eficaz a linha política de ação revolucionária na Itália.

A Internacional Comunista naquele período também realizava um giro estratégico ao propor a frente única. Gramsci compreenderá que a constituição do bloco operário-camponês só será possível se houver uma fissura no bloco intelectual meridional conservador. Para tal empreita, seria necessário um esforço tremendo para que as massas operárias nortistas deixassem de lado sua cultura "socialista", enviesada pelo positivismo, de considerações "patológicas" referente aos camponeses do sul, e que houvesse a construção de um novo bloco intelectual meridional, esse de conteúdo revolucionário, que pudesse agregar e atrair os intelectuais liberal-revolucionários, como Guido Dorso e Piero Gobetti, e forjar uma nova concepção meridional em que a equalização cultural e ideológica fosse contundente e facilitasse a aliança operário-camponesa.

Esta aliança, no entendimento de Gramsci, seria a forma de melhor *traduzir* a essência do pensamento político-revolucionário de Lênin. A frente única, aliada a necessária remodelagem meridional, possibilitaria uma nova coalizão de forças revolucionárias cujo fulcro teria o entendimento da capacidade transformadora do

¹⁷ Del Roio (2007) faz uma importante discussão sobre estas preocupações, que incidem diretamente na sua última elaboração pré-carcerária, o texto "*Alguns temas sobre a Questão Meridional*".

campesinato na luta revolucionária.

O contingente populacional do *mezzogiorno*, disperso e difuso, mantinha-se sob uma mínima coesão por mediação dos intelectuais meridionais, como Benedetto Croce, que trabalhavam como pontes entre os interesses do Estado (Norte) e as massas camponesas. O escrito gramsciano pré-carcerário – *meridionalista de novo tipo* – representa o esforço extraordinário de uma primeira formulação que aproximasse os intelectuais liberal-revolucionários com finalidade de produzir uma fratura na burocracia estatal e no bloco intelectual conservador liderado por Croce. Só assim seria possível canalizar a direção política do campesinato para a luta revolucionária em aliança com o operariado urbano do Norte.

Esta pergunta central, que guia suas reflexões no cárcere, aparecerá em diversos momentos e sobre diferentes modos. A sua experiência no *biennio rosso* será fundamental para que ele observe que a centralidade do "chão de fábrica" se manifesta no mesmo instante em que se nega. Ela se manifesta por estar alocado, definitivamente, o proletariado urbano-industrial, no centro nevrálgico do *modus operandi* da sociabilidade capitalista; por representar e expressar de modo mais claro a contradição do capital/trabalho. Contudo, se nega quando isolado, que é o caso dos comitês de fábrica no qual teve sua atuação central. Os comitês são germes importantes da auto-organização dos trabalhadores e anunciam, assim como na Rússia pré-revolucionária, o melhor dos *soviets* na Itália. No entanto, a inexistência de um "organismo" que consiga dinamizar esta experiência para além da fábrica, concatenando e articulando cada vez mais elementos que compõem a sociedade complexa do capital, eles tendem a agonizar. É partindo disto, da superação dialética, expressão de uma síntese, dos pressupostos sorelianos, que Gramsci chamará atenção no caderno 13 para a necessidade da construção do Moderno Príncipe, isto é, o partido político da classe operária que seja capaz de aglutinar em torno de si os principais quadros destacados do movimento operário e dos intelectuais anticapitalistas.

Para Gramsci, o Príncipe de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do "mito" soreliano, isto é, não como uma fria utopia nem como raciocínio doutrinário. A ideologia política é uma fantasia que desperta o povo pulverizado e disperso a vontade de organizar a vontade coletiva. O caráter utópico do Príncipe é justamente o fato de não existir na imediatez objetiva da história este

condottiero, que significa uma pura abstração doutrinária. No entanto, os elementos passionais do livro conferem-lhe caráter dramático, "vivo", onde na conclusão Nicolau invoca o Príncipe "realmente existente".

Partindo da concepção de ideologia-mito, pode-se estudar Sorel e chegar a conclusão de que ele não compreendeu o papel do partido político, ficando detido na concepção de sindicato profissional¹⁸. Contudo, para Sorel, o "mito" não se encontra no sindicato, vontade coletiva organizada, mas nesta vontade já em atuação, ou seja, na ação prática do Sindicato. O mito encontra sua maior expressão na greve geral que tem um caráter negativo e preliminar de uma atitude que contém uma fase própria ativa e construtiva. Tal greve geral é, por assim dizer, uma "atividade passiva". Por isso que, em Sorel, chocam-se duas necessidades: a do mito e a da crítica do mito, pois todo plano pré-concebido é reacionário e utópico. Neste sentido, estava largado à "espontaneidade", ao irracional, ao impulso "arbitrário".

O moderno príncipe – mito-príncipe – não pode existir realmente, em uma pessoa concreta; ele só existe na forma de um organismo em que a vontade coletiva já está reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político: local onde os germes da vontade coletiva estão sintetizadas e tendem a se tornar universais e totais. Mas:

No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode-se encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter 'carismático' do *condottiero*. (GRAMSCI, 2011a, p. 16)

Uma ação deste tipo, por sua natureza, não pode ser ampla e orgânica: será, quase sempre, do tipo restauração e reorganização e não do tipo peculiar à fundação de novas estruturas racionais e sociais; será do tipo "defensivo" no qual se entende que uma força social, vontade coletiva organizada, está enfraquecida e é preciso restaurá-la; "e não que se deva criar uma vontade coletiva *ex novo*, original, orientada para metas concretas e racionais, mas de uma concreção e racionalidade ainda não verificadas e criticadas por uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida." (*Idem*,

¹⁸ Para um melhor entendimento das contribuições de Sorel assimiladas criticamente e superadas dialeticamente por Gramsci, ver: GALASTRI, 2015.

Ibidem)

"O caráter 'abstrato' da concepção soreliana do 'mito' revela-se na aversão (que assume forma passional de uma repugnância ética) pelos jacobinos, que certamente foram uma 'emancipação categórica' do Príncipe de Maquiavel." (*Idem, Ibidem*) O moderno príncipe deve ater-se ao jacobinismo pela forma como atuou e estruturou uma vontade coletiva que, em certos pontos, foi original. "E é preciso definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo." (*Idem*, p. 17)

A composição deste novo instrumento é a consolidação de alguns dos ideais já postos na sua análise da questão meridional, que já indicava um avanço em relação às suas posições no nexu histórico-revolucionário de 1919-21. Assim, a principal tarefa do partido operário, moderno príncipe, é a construção de uma reforma intelectual e moral que seja expressão da vontade coletiva nacional-popular.

Em um determinado momento Gramsci indaga-se: é possível forjar uma vontade coletiva nacional-popular que não seja a expressão da política em ato da reforma intelectual e moral? A sua resposta é que a análise do moderno príncipe, por ser consciência operosa da necessidade histórica, consolidada no programa partidário, deve estar constituída de dois momentos: elevação cultural das massas a fim de romper com a dicotomia existente entre uma cultura cosmopolita (provinda do Vaticano, do papado e dos intelectuais conservadores) e a cultura *senso comum* das massas; e que o moderno príncipe seja a executor desta reforma.

A construção desta reforma intelectual e moral deve estar sempre acompanhada de uma reforma econômica que conduza a classe a modificar sua posição social no campo da luta de classes. Em nosso entendimento, esta afirmação está em conexão direta com a máxima marxiana de que:

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

O fato de estar vinculado a esta máxima, não elimina a necessidade de pensar a

forma de constituição subjetiva das potencialidades revolucionárias. A transformação no campo da economia significa uma transformação nas relações entre as classes fundamentais e das frações internas inerentes às duas (burguesia e proletariado). A composição da vida social capitalista não limita a necessidade de pensar politicamente como deverá acontecer este processo.

Trata-se de pensar que a consolidação da vontade coletiva nacional-popular só é possível se o partido cumprir função de ponte entre as necessidades imediatas e a "tarefa histórica" dos grupos subalternos de realizar-se plenamente, como gênero humano. A contradição capital/trabalho conduz a um tipo de exploração entre as classes que as coloca no campo da disputa de concepções de mundo e, para além disto, de *distintas formações econômico-sociais*.

Isto requer dizer que há, no caso de nosso objeto, uma articulação entre o singular, o particular e o universal. A conformação de uma nova forma de reprodução do capital, em termos globais, condiz com uma nova dinâmica rítmica do fluxo *interno* e *externo*. Desta forma, a contradição capital/trabalho, potencialmente explosiva na década de 1970, conjurou medidas de amplo e pequeno espectro. A “tendência” neoliberal, até então não consolidada, ganha legitimidade e conta, para tal, com grande ajuda dos Chicago Boys e do Chile. O país andino abre caminho para que se apresente de maneira sólida a concretude das reformas neoliberais em lugar da tão somente “tendência”.

Entendemos, aqui, como formações econômico-sociais a concreção de um bloco histórico em que pese a *diferenciação* existente, e necessária, na solvência (ou manutenção) da contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. O grande avanço de Gramsci, nesta discussão, está em se debruçar sobre o elemento *subjetivo* desta equação social, ou seja, em como fazer para que a *classe* se faça, e se realize como tal, na forma partido, imbuída de suas potencialidades transformadoras.

Quando o revolucionário sardo diz que "as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar 'Estado'" (GRAMSCI, 2011c, p. 139), está deixando claro que é preciso fomentar uma unidade (aliança operário-camponesa em seu tempo histórico) das frações subalternas para que o germe do novo, construído no (e pelo) partido, possa se tornar *universal* na medida em

que a classe proletária avance posições na luta cotidiana contra o seu oposto, a burguesia. Esta universalização do novo pode ser entendida como a realização de uma determinada *hegemonia proletária*, ou revolucionária, que sagrará a efetivação deste novo bloco histórico, melhor dizendo, desta nova resolução para a equação: relações de produção *versus* desenvolvimento das forças produtivas.

A trajetória do moderno príncipe para se tornar "Estado" é a trajetória da classe que se faz partido no embate hegemônico com o bloco conservador. Cumpre um papel importantíssimo neste trajeto, a cultura e os intelectuais. Lembremos que a preocupação do sardo, pré-cárcere, era a de fomentar um bloco intelectual revolucionário que fosse possível fazer a disputa hegemônica com o bloco conservador a fim de romper com a coesão interna das camadas dirigentes, seus intelectuais e a massa "dispersa" e "difusa".

A solução para a questão nacional italiana, que se identificava, para ele, com a questão meridional, perpassa a criação de uma nova cultura, *bom-senso*, que seja síntese das múltiplas necessidades dos subalternos, cuja expressão prática se encontra no programa partidário (proposição hegemônica) com a mediação filosófica dos *intelectuais orgânicos do proletariado*¹⁹.

A importância do intelectual dá-se, principalmente, por uma constatação básica de que "todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" (GRAMSCI, 2014, pág. 15). Então, romper esta estrutura que os protege, significa estilhaçar a função do consenso, base para que um grupo seja dirigente.

Marx (2007, p. 535), em "A Ideologia Alemã", nas *teses ad Feuerbach*, escreve, na 11ª tese, que não cabe mais aos filósofos interpretar o mundo, mas modificá-lo. Muito distante de qualquer obreirismo, que rapidamente negaria o trabalho intelectual, esta tese remete-nos a pensar que, para Gramsci, a conexão intrínseca da história, filosofia e da política se coloca de maneira tal que a reconstrução política da história, no sentido investigativo e analítico, implica em alterações do presente vivido. Ou seja,

¹⁹ "Uma das características mais marcantes de todo o grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos." (GRAMSCI, 2014, p. 19)

reinterpretar o mundo é parte constitutiva de transformá-lo, dado que a concepção de mundo que guia será expressa em uma análise histórica concreta (programa partidário), fonte para ação prática do movimento revolucionário.

O desenvolvimento analítico gramsciano é ancorado sobre uma categoria essencial ao seu pensamento: *hegemonia*. Entende-se que esta é o ponto de interseção entre todas as demais pois que articula ao dar ritmo e oferecer processualidade histórica, e diferencia os “momentos” do mesmo processo. Partimos, como fundamento, de uma leitura muito atenta de Luciano Gruppi (2000), cujo sentido dado à categoria é aquele de identifica-la como uma *formação econômico-social*, isto é, ser, em si, a expressão do novo e, por si, a forma de materializa-lo.

Se a disputa, então, se põe, prática e teoricamente, em termos de hegemonia, resta entender como, para Antonio, não foi possível que existisse as condições para a construção do Estado moderno mediante uma vontade coletiva nacional-popular. Entender isso, assim como ele mesmo já havia admitido (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, 2007, p. 65), pressupunha uma imersão total para a reconstrução política da história italiana.

Característica de seu pensamento dialógico, Gramsci inicia uma busca por diversas correntes interpretativas do processo de unificação italiana, chamado de *Risorgimento*. Desta investigação resultará uma síntese das colaborações individuais dos teóricos e das personalidades.

Uma das reflexões a que ele se atenta é a de Vincenzo Cuoco acerca da revolução napolitana de 1799. O comunista sardo apreende que o processo de construção das bases capitalistas na Itália não é compreensível sem a estima necessária às relações internacionais que "certamente, tiveram uma grande importância para determinar a linha de desenvolvimento do *Risorgimento* italiano". (GRAMSCI, 2011c, p. 85) O elemento externo joga um peso considerável na *formação econômico-social* dos países atrasados.

A tese fundamental de Cuoco é que a revolução napolitana de 1799 só ocorreu por conta do impacto da revolução francesa. Ela, como agente externo, mobiliza parte das classes dirigentes para dar seguimento à construção de uma nação ítalo-napolitana, mas nota que faltou unidade e coesão interna para que fosse levado ao fim um processo

revolucionário. Contudo, notou ele, a falta da presença das massas populares fora decisiva para o insucesso da revolução napolitana. Isto é o que lhe atribui a distinção primeira das revoluções ativas, onde a classe "dirige prontamente a si próprio àquilo que mais de perto lhe interessa". (CUOCO *apud* BIANCHI, 2006, p. 43)

A influência direta disso em Gramsci está em sua ponderação da real capacidade de intervenção dos assuntos externos na política interna de um país. Ao entender o *Risorgimento* como desdobramento da Revolução Francesa, anotar que esta última não pode ser compreendida senão como um fenômeno de *ciclo longo* com intensas oscilações entre 1789-1871. Diz ele:

De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotaram-se historicamente todos os germens nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim a sua vitalidade tanto em relação ao velho quanto em relação ao novíssimo. (GRAMSCI, 2011a, p. 39)

A ampliação do espectro de visão do comunista italiano o fez absorver as referências anotadas por Edgar Quinet, que entendia o período de restauração bourbônica como um momento de "*revolução-restauração*". Fazendo um esforço de compreendê-las integralmente e de retirar delas o que de melhor se pode, que ele afirma que ambas:

exprimiriam o fato histórico da ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana, e o fato que o 'progresso' se verificaria como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e desorgânico das massas populares com 'restaurações' que acolhem uma parte qualquer das exigências populares, sendo assim, 'restaurações progressivas' ou 'revoluções-restaurações' ou ainda 'revoluções passivas'. (GRAMSCI, 2013, p. 393)

Em outro momento, Gramsci (2013, p. 426), ao analisar o processo revolucionário francês diz que é inevitável que se faça comparações com os reflexos que dele deriva: formação dos Estados modernos na Europa Ocidental. Desta forma, a conclusão à que chega é de que um evento de magnitudes histórico-universais, como o referido, corresponde a uma plataforma propulsora que pode/tende a desencadear uma série de movimentos político-sociais dos mais variados motes. Nota-se a referência ao surgimento de "ondas sucessivas" reformistas cujo conteúdo de explosividade revolucionária aparece contido. "Desse ponto de vista, o período da 'Restauração' é o

mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês”. (*Idem, Ibidem*). Isso corresponde, para o sardo, à:

Uma questão mais ampla: se é possível pensar a história apenas como ‘história nacional’ em qualquer momento do desenvolvimento histórico – se o modo de escrever a história (e de pensar) não foi sempre ‘convencional’. O conceito hegeliano do ‘espírito do mundo’ que se personifica nesse ou naquele país é um modo metafórico ou imaginoso de chamar a atenção para esse problema metodológico, a cuja completa explicação se opõem limitações de diferente origem: a ‘ vaidade’ das nações, ou seja, limitações de caráter político-prático nacional (que nem sempre são desprezíveis); limitações intelectuais (não compreensão do problema histórico em sua totalidade) e intelectuais-práticas (ausência de informações, seja porque faltam os documentos, seja porque é difícil tê-los à disposição e interpretá-los). (*Idem*, p. 427)

Este tipo de análise detida deve contribuir para evitar indevido de esquematismos abstratos: ainda que, definitivamente, não há uma negação do Estado como concreticidade de um determinado mundo econômico (sistema de produção), isto não é, por si só, suficiente.

É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país. (*Idem*, p. 428)

Alicerçado nestas leituras, Marcos Del Roio sustenta que Gramsci entende revolução passiva como um processo de ruptura molecular com uma velha ordem na construção de uma inteiramente nova, como a revolução burguesa italiana (*Risorgimento*), ou, então, como fenômeno pertencente à uma revolução permanente, isto é, uma fase de um processo revolucionário. "Por ora, Gramsci entende o conceito de revolução passiva como passível de apreender um fenômeno de “revolução sem revolução” produzida por um impacto externo ou de um fenômeno que demarca uma fase de um processo mais longo de revolução." (DEL ROIO, 2009, pág. 62-63)

O fato de que, no processo de revolução burguesa na italiana, não tenha existido um grupo de intelectuais em condição de conduzir as massas a participar da construção do Estado nacional, é o que confere a característica passiva a esta revolução. O

transformismo, cooptação de grupos ou líderes da oposição interna (de classe) ou externa (dos subalternos), passa a ser elemento essencial para que a hegemonia das classes dirigentes pudesse ser assegurada. O papel dos intelectuais na mediação com as massas populares, impedindo-as que construam sua vontade coletiva nacional-popular e no estabelecimento da ponte com as classes dirigentes, torna-se central.

Nos moldes das revoluções clássicas, as classes dirigentes sempre contaram com a força das armas e das ideias para derrotar o velho, o regime feudal-absolutista. Para isso, o conteúdo de jacobinismo, revolução permanente e guerra de movimento é o eixo principal para explicar as táticas de ruptura total com a antiga ordem. No entanto, o estabelecimento da hegemonia liberal burguesa na Europa durante o século XIX fará necessário uma nova análise de como combatê-la, deixando de lado o subversivismo esporádico e construindo uma nova hegemonia capaz de romper os vínculos mais profundos já estabelecidos na sociedade civil, o que Gramsci chama de *hegemonia civil*²⁰.

Esclarece, o comunista da Sardenha, que "toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder 'econômico-corporativo' num sistema internacional de equilíbrio passivo." (GRAMSCI, 2011a, p. 18) E por isso afirma que "se, na Itália, não se formou um partido jacobino, as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima internacional diferente da Europa após 1815". (GRAMSCI, 2011c, p. 83)

O equilíbrio passivo do contexto internacional será duramente modificado pela concreção do imperialismo. Muitos dos autores que tratam do imperialismo (Lenin, Hilferding, Hobson, Rosa Luxemburg e Kautsky) traçam distintivas comparações e afirmações acerca da problemática. Lenin e Rosa são aqueles que colocam o

²⁰ "No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; a fórmula da 'revolução permanente', própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a formulada 'hegemonia civil'. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes de frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra, etc." (GRAMSCI, 2011a, p. 24)

imperialismo²¹ como uma fase do capitalismo, cujo fundamental está na concentração e centralização de capital. Os demais, ainda que com particularidades entre eles, caracterizam o imperialismo como uma política externa muito presa e vinculada à questão do nexo colonial/nacional.

As duas formas caminham *pari passo* no sentido em que entendemos que o imperialismo é uma fase do capitalismo, capital monopolista, em que sua atuação prática está inscrito em um novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial, com destaque para a nova dinâmica de empréstimo/investimento de capital ocioso aos/nos demais países em desenvolvimento capitalista.

O traço característico da fase concorrencial do capitalismo é a troca e exportação de mercadorias entre os países. Vê-se, durante a segunda metade do século XIX, o domínio quase completo da Inglaterra nesta variável de desenvolvimento. A teoria do livre comércio ganha tanta força prática, e teórica, que irá se espalhar para todo o mundo, como no Chile com a presença do professor Courcelle-Seneuil na cátedra de Economia Política na *Universidad de Chile*.

A fase monopolista do capital é marcada, outrossim, pela grande massa de capital ocioso e disponível, por este mesmo motivo, para exportação. É o momento da junção do capital bancário com o capital industrial com claro domínio do primeiro sobre o segundo. O capital financeiro, resultante desta unificação, é aquele capital que provém dos trustes financeiros (bancários), mas é utilizado pelos industriais. Assim, tornam-se os Bancos, ou Sociedades Anônimas, agentes capitalistas de grande peso que controlam a produção industrial sem, necessariamente, estar vinculada diretamente.

Esta nova quadra histórica, marcada pelo avanço do desenvolvimento capitalista,

²¹ Para Lenin (2012, p. 124-125), uma definição de imperialismo, no entanto, deve abranger cinco características fundamentais: “1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou, em que a partilha de toda a Terra entre países capitalistas mais importantes terminou.”

determinará a forma de desenvolvimento dos demais países do globo mundial. Se observarmos que, segundo Lenin (2012, p. 90-91), os quatro principais países capitalistas do começo do século XX (Inglaterra, EUA, Alemanha e França) possuíam cerca de 479 bilhões de francos para investimento (exportação) internacional, isto é, 80% do capital financeiro mundial.

O fenômeno novo que o capitalismo colocou é que a "pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (NETTO, 2010, pág. 4), isto é, o capitalismo não existe sem sua condição de desenvolvimento desigual e de sub-alimentação das massas populares. A exportação do excedente de capital ocioso poderia ser destinado à equalização destas mazelas, mas como muito bem aponta José Paulo Netto, "o desenvolvimento capitalista, produz, compulsoriamente, a 'questão social' (...); esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante" por isso que "*a 'questão social' é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conserva.*" (NETTO, 2010, p. 7, grifos do autor)

A *internacionalização* da questão meridional, como bem salienta Baratta (2004, p. 154), explicita-se também na *fase* imperialista. A incorporação orgânica de determinadas regiões atrasadas ao circuito da produção capitalista mundial determinará uma nova potencialização do capital ocioso europeu e estadunidense. A disputa existente entre estes capitais identifica-se com as negociatas, indiretas, pois que através das "regras" do mercado mundial, sobre a "partilha" destas novas regiões.

Estas áreas são importantes pois alimentam o processo de reprodução ampliada do capital, contribuem na sua valorização constante e determinam um novo incremento nas taxas de lucro em sentido absoluto e relativo. A consequência direta, para os países atrasados e envolvidos nesta troca desigual, é a consagração dos princípios monopolistas que diferem, em substância, das transações concorrenciais do mercado "aberto". É frequente que empréstimos contenham cláusulas nas quais o país contratante deva garantir, como parte do pagamento, a compra de produtos manufaturados do país credor.

A tabela de Lenin (2012, p. 109) demonstra bem como se dava a partilha do mundo na década de 1870 e depois na década de 1900. O grande avanço do capital, e de

seus respectivos Estado-matriz, denota a fase peculiar da política colonialista mundial que está intimamente ligada à nova fase do capitalismo com mediação da ação do capital financeiro²².

A mudança se dá também na orientação dos dirigentes estadistas às suas políticas expansionistas. Vê-se que durante 1840-60, auge da livre concorrência inglesa, os dirigentes eram todos contrários à política colonialista por considerá-la um fardo para a Inglaterra. Já em 1900, os dirigentes políticos e os economistas viam, com clareza, as razões íntimas da conexão entre o problema econômico (queda tendencial da taxa de lucro), político (controle de maiores zonas de matéria prima) e social para "colonização".

A ascensão dos países imperialistas tem como consequência uma disputa acirrada pelos territórios "independentes", caso dos países politicamente estáveis, mas com dependência econômica (o Chile se enquadra aqui), que, ao fim e ao cabo, será o detonador da Primeira Guerra Mundial. A volatilidade do capital e sua avassaladora predominância sobre quaisquer regiões mundiais, trará uma nova configuração e uma nova possibilidade: a unificação da burguesia, mesmo em guerra, por uma nova composição geopolítica de reprodução do capital, abre a chancela da unificação proletária em torno da passagem da guerra inter-imperialista (burguesa, por assim dizer) em uma guerra civil de marco internacional, cuja centralidade esteja na dualidade de propostas: socialismo vs. capitalismo.

A eclosão da Revolução Russa será um fato histórico de proporções consideráveis, pois que estabelece um novo caminho que não contemple a barbárie capitalista. O desencadeamento da revolução socialista internacional irá avançar sobre o ocidente europeu de forma rápida, embora desastrosa para os socialistas.

Assim, a existência de uma hegemonia liberal burguesa já consolidada é o grande diferencial entre os dois polos revolucionários existentes na Europa nas décadas iniciais do século XX. Diz Gramsci que:

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e

²²Hobson (*apud* LENIN, 2012, p. 111) destaca que esse período de 1884 até 1900 é o de grande expansão territorial dos países europeus. A Inglaterra com uma população de 57 milhões, adquiri 5,95 milhões de km²; a França com uma população de 36,5 milhões adquire 7,79 milhões de km²; a Alemanha com uma população de 14,7 milhões, adquire 1,6 milhão de km²; a Bélgica com 30 milhões de habitantes adquire 1,44 milhão de km²; e Portugal com 9 milhões de habitantes, 1,28 milhão de km².

gelatinosa; no Ocidente entre Estado e sociedade civil havia uma relação justa e no estremecimento do Estado se percebia de imediato uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era só uma trincheira avançada, atrás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e de casamatas; (GRAMSCI, 2011a, p. 262)

Esta constatação do comunista o fez perceber, pós crise de 1929-1933, que a luta deveria ser travada no âmbito da *guerra de posição* ao menos nos países imperialistas, pois a tática da *guerra de movimento* – empreendida e sustentada pela leitura catastrofista de que a crise econômico-social já estava dada e que a sociedade capitalista ruiria – não mais seria eficaz, dado que o Estado, este como trincheira avançada da hegemonia liberal burguesa, não mais deixaria que as crises e depressões econômicas afetassem, de modo direto, o núcleo fundante do capitalismo.

A crise de hegemonia estabelecida pela crise de 1929-33, em decorrência das disputas imperialistas já iniciadas nos primeiros anos do século XX e com auge na Primeira Guerra Mundial, colocou a centralidade da tática de guerra de posição para o momento histórico preciso. O "efeito colateral" é a ação das classes dirigentes, por meio de uma ofensiva no mundo do trabalho, reorganizando-o, e no campo ideológico. Isto é, “uma inaudita concentração de hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente assumia a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc..”. (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, 2007, p. 6)

É partindo desta constatação que Gramsci, ao analisar a questão americana, expressa suas preocupações e reflexões acerca da forma como o capitalismo irá reagir para conter o avanço do bloco histórico socialista, constituído no centro dinâmico da Revolução Russa em 1917.

Diz ele, assim como quando analisa o *fascismo* na Itália, que o fordismo é expressão de um novo *modus operandi* de reprodução do capital, que deixa para trás o individualismo econômico do liberalismo clássico em direção a uma economia programada. Esta transição, para Baratta (2004, pág. 158), significa a *internacionalização* da questão meridional, haja visto que a luta hegemônica se realiza no campo das forças internas de uma Nação, mas também no embate das relações internacionais. Esta mudança do complexo produtivo realizado no marco do fordismo significa uma alteração profunda na forma de reprodução do capital internacional e, também, nas relações internacionais.

Gramsci (2011a, p. 20), já havia salientado que as relações internacionais seguem, logicamente, as mudanças do aparato produtivo, tendo como consequência uma alteração destas relações tanto em sentido absoluto como relativo. É isto que confere à crise de 1929-33 uma importância sem tamanho para o capital, pois seu momento de crise significou também o aviltamento de possibilidades *passivas* de acomodação e readequação.

No campo das ideologias, Baratta (2004, p. 177) sustenta que as respostas às perguntas que Gramsci coloca e se coloca, podem ser expressas no *Welfare State* e *New Deal* como *catarse* capitalista do fordismo, isto é, que o chamado "compromisso social-democrático" é uma face de um quadro mais amplo do movimento internacional em que há uma amálgama entre o fordismo e o americanismo, ou seja, "entre 'revolução passiva' a nível industrial e 'revolução passiva' a nível ideológico".

Assim como o revolucionário sardo entendia que a formação dos Estados nacionais da Europa se desenvolvem como reação-superação nacional da Revolução Francesa, o que dá destaque para o elemento externo na eclosão destas revoluções passivas, entendemos que a formação dos Estados modernos latino-americanos está envolta neste *novo nexo geopolítico* em que as transformações da base produtiva estadunidense terão reflexos diretos sobre o "vizinho" mais próximo, a América Latina.

A maneira como ela incidirá sobre nós será de forma, *grosso modo*, análoga ao impacto da Revolução Francesa sobre os países europeus no século XIX. As mudanças identificadas forçarão uma nova composição de alianças de classe nos países da América Latina em que pese a adequação estrutural a esta nova dinâmica de reprodução ampliada do capital, acoplada ao capitalismo monopolista, e a acomodação de novas frações da classe dirigente.

Agora, portanto, é preciso que indiquemos como que as políticas colonialistas dos centros imperialistas atuaram de maneira decisiva na América Latina. Esta história, como por vezes se deduz, não começa nas duas primeiras décadas do século XX, mas já em meados de 1860 com a expansão dos capitais e recursos humanos (imigrantes) ingleses que, gradativamente, se apoderam das minas de salitre na região de Tarapacá.

Este momento histórico, no Chile, é marcado pela ascensão das frações mineras ao conjunto do bloco histórico dirigente. A mineração, alicerçada no auge do cobre no

mercado mundial, possuía capacidades expansivas de produção, mas não por desenvolvimento das forças produtivas, e sim pela exploração absoluta das minas, isto é, por sua expressiva quantidade. A conformação do capital bancário chileno, neste ínterim, é, em grande parte, feita através do volume de capital ocioso emprestado pela Inglaterra e por *acumulação originária* no ramo mineiro.

As Casas Comerciais, no geral vinculadas direta ou indiretamente ao capital inglês, estavam se afirmando no cenário nacional e expandiam suas atividades, por conta dos capitais acumulados pela monopolização da comercialização, para o financiamento. Sendo parte da composição hegemônica no Estado, a fração comercial e os latifundiários (da região central) valiam-se dos mesmos como garantia dos empréstimos internacionais. Uma vez feita a contratação do empréstimo para o Estado com mediação destas Casas, o dinheiro era repassado aos latifundiários que o utilizavam de duas maneiras: repassando-o, à juros maiores, para pequenos produtores em troca da "colheita verde"; e, comprando terras para expandir seus domínios de renda absoluta da terra. Este procedimento ficou conhecido na história chilena como "aviadores" ou "habilitadores"²³.

A compra da "colheita verde", feita pelos "habilitadores" gerava uma espiral crescente de especulação financeira sobre todas as partes do processo entre a produção e a realização da mercadoria. Como já exposto, o capital inglês estava, neste período, adentrando a etapa imperialista, correspondente a forma monopolista, em que a concentração e centralização dos capitais (via sociedades anônimas, no caso chileno) monopolizou todo o processo de produção nacional do campo e na mineração, grande centro de arrecadação fiscal.

A queda brusca do preço do cobre nos mercados internacionais começa a se desenhar de modo correlato ao desenvolvimento do capital bancário, "invasão" imperialista indireta e descoberta dos demais minérios, como o salitre. A crise de superprodução que estoura em 1870 é, em grande parte, a desencadeadora de uma profunda reverberação econômica chilena cujo traço principal foi a retração econômica

²³ Eram, os latifundiários, os principais destinados para os empréstimos do governo. A Caixa de Crédito Hipotecário emitiu, entre 1858-97, o equivalente a 82,2 milhões de pesos em letras. Eles utilizavam estes créditos para manter sob seus domínios os pequenos produtores. Após o empréstimo concedido, faziam o repasse/adiantamento deste dinheiro para os pequenos em troca da compra total da futura colheita sob um preço já pré-estabelecido. Outros investiam para comprar mais terras

e dos índices de indicadores sociais.

O estranhamento entre as classes dirigentes na América Latina não se dá pela primeira vez neste momento histórico, mas ganha, com certeza, um significado diferente²⁴. A disputa anterior do Chile com a Bolívia e o Peru pelo controle e centralização da atividade comercial internacional portuária no Pacífico Sul, ganhará um novo capítulo em 1879 com o desencadeamento da Guerra do Pacífico. Esta guerra tem como principal conteúdo a busca de uma solução para a grave crise econômica chilena.

O cobre, principal item da pauta de exportação chilena, logo de arrecadação fiscal estatal e financiamento da política "específica" da fração hegemônica, em crise significava um estancamento quase completo da fonte de capital para as camadas rentistas da fração dirigente no poder. Logo, com as descobertas científicas acerca do valor produtivo do salitre (armamento explosivo e insumo agrícola) injetará novo ânimo nas classes dirigentes chilenas para sair da crise. O salitre, representado pela anexação territorial de Antofagasta e Tarapacá, será o novo *enclave* da economia política burguesa do Chile.

É necessário apontar que a escolha (consciente) do salitre como resposta à crise não foi, de modo algum, inusitada. A condição de país agro-primário exportador, característica mantida desde a Colônia, continuava sendo uma realidade latente na estrutura econômica do Chile. O *nexo colonial* nunca deixou de cumprir o papel inquisidor na política econômica e limitante na ação política da classe dirigente. O *enclave* salitreiro, para além dos benefícios imediatos, em perspectivas de *longo prazo* em nada alterariam a composição de classe e econômica do país em sua relação com o comércio mundial.

Todo o período que se pode marcar como de predomínio absoluto do salitre na política econômica chilena, é conhecido como República Parlamentar. Ela é gestada e desenvolvida com a guerra civil que derruba o mandatário José Manuel Balmaceda, 1886-91. Sua conformação político-institucional é reflexo de um desejo dos latifundiários em impedir que novos "Balmacedas" surjam. A centralização política,

²⁴ Luis Vitale (2011b, p. 381-86) apresenta uma sensata discussão acerca da problemática posta. Poderíamos resumir na necessidade que pôs, no espectro das burguesias imperialistas, de impedir que as classes dirigentes pudessem desempenhar uma atuação unificada, ainda mais com a presença da herança, reavivada de tempos em tempos, de Simon Bolívar e tantos outros.

essencial no contexto de 1823-30, deixa de ser aspecto de segurança para transpassar como perigo iminente do controle "sadio" do Estado.

A maior participação da vida econômica nacional, por parte dos mineradores, foi acompanhada pela adesão ao bloco histórico, só que agora com uma nova característica: a presença inglesa é muito mais evidente. O rearranjo das frações com a Inglaterra proporcionará uma nova fase de acumulação originária de capital chileno pautado na extrema exploração desta reserva de mercado atrativo, que é o salitre. O fluxo de capitais especulados pelas sociedades anônimas apresenta um crescente incomparável nesta quadra histórica.

Os patamares econômico-sociais que se desenvolvem a partir de então não podem ser negados de modo simplório, como realizado por Vitale, mas também não são veiculadores de uma revolução democrático-burguesa, como pretendido por Necochea. O auge do salitre, até meados de 1920, será constituinte de um novo ciclo histórico: é a resistência do velho (latifundiários e demais frações reacionárias) ao avanço do novo (capital industrial) mediante, também, o Estado. Contudo, as forças sociais postas não mais terão formas de retroceder, restando como caminho a integração *de fato* desta fração industrial na distribuição da renda estatal e dos arranjos políticos.

Enquanto foi possível uma arrecadação estratosférica²⁵ com a exportação de salitre, manteve-se o Estado em aparente apatia no expediente da disputa política. No entanto, junto ao seu período de declínio emergem novas fissuras internas do bloco dominante, expresso nas crises sucessivas avistadas na década de 1920, especialmente pelos constantes golpes militares.

A "era do salitre", 1890-1920, é um extraordinário momento de acúmulo de capitais por parte das empresas exploradoras de salitre e de arrecadações por parte do Estado. Não só representava 50% do total de arrecadação fiscal do Estado, mas também foi um elo importante que motorizou diversos outros ramos produtivos e comerciais. Em primeiro lugar, abriu um largo mercado interno aos empresários agropecuários²⁶,

²⁵ A mineração correspondia, em média, a 85% do total de exportações. Em anos, como 1911, estas cifras foram ainda maiores, demonstrando o aprofundamento do caráter de País predominantemente mineiro, isto é, tendo a mineração como viga mestra para a reprodução do capital e sua conseqüente acumulação.

²⁶ Quanto à agropecuária, entre 1891 e 1932, avançou-se na rentabilidade *relativa* da terra, afeito à produtividade, somada à rentabilidade absoluta, derivado das longínquas extensões territoriais de que eram conformadas as fazendas. Os latifundiários seguiram usufruindo das rendas absolutas nas regiões

reativando a produção de trigo, afetada desde meados do século XIX pela perda de significativos mercados. Em segundo, a industrialização foi estimulada pela riqueza natural que derramava em todos os cantos do país: o nitrato.

O processo de entrega das riquezas nacionais não se restringiu ao salitre, mas também ao cobre e demais setores importantes. O imperialismo estadunidense tomou conta de muitas jazidas importantes, em volume de produção, para o Chile neste período. A incapacidade da burguesia *criolla* em investimentos de inovação tecnológica visando baratear a produção e manter uma alta produtividade, fizeram-no perder o posto de maior produtor de cobre ainda em meados do século XIX. Só voltaram a ocupar lugar de destaque na "invasão" dos capitais estadunidenses no setor, seja comprando as propriedades, seja investindo bastante na modernização do aparato produtivo. Na década de 1930, aproveitando a crise do salitre, o cobre torna-se o eixo mestre da reprodução do capital em solo chileno.

O processo de endividamento do Estado²⁷ é outro eixo que continua sua escala de ascensão. Ainda que o salitre proporcionasse grandiosas somas de capital para investimentos, a condição agro-mineiro exportadora reverberava na continuidade da dívida externa expansiva e do aumento da espiral inflacionária, causa e consequência da política prioritariamente exportadora.

Decididamente, o irromper das demais forças imperialistas levará o mundo a conhecer o horror proporcionado pela Primeira Guerra Mundial. Ademais, esta nova partilha do mundo produtivo, e não produtivo (em termos de produção especificamente capitalista), logrará uma nova rodada de *correlação de forças* entre estas potências cuja centralidade da disputa estará marcada pela "anexação", direta ou indireta, de grandes

em que ainda predominavam elementos tipicamente feudais. Apesar de os pagamentos dos "parceiros" (ou arrendatários) fossem feitos em trabalho ou espécie, o regime do dinheiro foi apoderando-se do trabalho excedente do trabalhador. Este fenômeno data do começo do século XX.

²⁷ Isso ocorreu porque não se destinou dinheiro para o pagamento das amortizações e juros da dívida externa. Ao contrário, eram feitos novos empréstimos para refinarçar a dívida e sustentar novos investimentos. Só no governo de Jorge Montt foi duplicada a dívida externa deixada por Balmaceda. Os empréstimos apresentam uma tremenda linearidade: 1885,1886,1887,1889, 1892,1893, 1894, 1896 e 1898. Em 1900 a dívida *per capita* era de 81,3 pesos em dívida externa e 26,4 em interna.

Depois de 1900 o ritmo de expansão da dívida pública continuou acelerado. Se naquele ano a soma já era de 17 milhões de libras, em 1915 tinha ultrapassado os 32 milhões. As quantias foram: durante o governo de Germán Riesco (1901-1906) foram dois empréstimos no valor de 5 milhões de libras cada; no período Montt (1906-1910) contraiu-se, com os Rothschild, 12 milhões de empréstimo; no governo Ramón Barros Luco também se obteve com os ingleses mais 9 milhões de empréstimo.

territórios como fonte de matéria prima e vazão de capitais ociosos para valorização.

Em 1889, é realizado, nos EUA, uma convenção entre os países do continente americano. Ali, nesta reunião, são lançadas as bases para o pan-americanismo, tática ideológica encontrada pelos EUA para tentar furar o bloqueio econômico inglês na América latina. O desenvolvimento desta linha política terá contornos mais claros no pós-Primeira Guerra Mundial, com o avanço do imperialismo *yankee* sobre os negócios latinos.

O domínio direto de um setor estratégico para o Estado chileno, fator de "rendição" das frações dirigentes, possibilitará uma força política maior para promover a reordenação das alianças de classe em favor de um candidato pró-EUA. Estrategicamente, os EUA escolheram financiar candidatos que tivessem um conteúdo popular mais evidente, tratando de fazer emergir as necessidades da população como forma aglutinar massa votante e militante às causas "nacionais".

Paralelo ao processo de crise de algumas frações das classes dominantes no Chile, vão surgindo novas camadas da burguesia responsáveis por dar novos contornos às alianças do bloco histórico existente. A burguesia industrial é a fração mais importante surgida neste momento. Ainda que sem força política para conseguir posições de vantagens, tal como acontece depois dos anos 1940, ela inicia o trabalho de dar uma fisionomia mais moderna à classe dominante.

Surgem, também, os empresários do setor de construções. De acordo com os investimentos crescentes do Estado em obras de infra-estrutura e demais necessidades, este setor se estabelece na estrutura de classes. O crescimento e urbanização das cidades, não só favorece o setor em destaque, como também a burguesia comercial relacionada às demandas internas. Estes novos setores foram importantes para a aliança de classes desenhada com intuito de levar Arturo Alessandri ao poder nos anos 20, deixando claro o deterioramento político dos latifundiários.

O crescimento do setor terciário também ajudou no fenômeno de expansão da pequena burguesia e das camadas médias que conseguiam empregos nas oficinas, comércio, indústria e demais ramos de produção. O alargamento da burocracia estatal também contribuiu para o estabelecimento destas últimas. Muitos destes são formandos em escolas e universidades e trabalhavam como técnicos nas ramas produtivas do país.

A emergência destes dois setores não se fez sentir somente na presença econômica, mas também no espectro político²⁸. As frações burguesas entenderam que estes dois setores poderiam ser uma formidável base de sustentação para futuros governos e coalizões, seja em disputa com as classes subalternas, seja em disputa interna da burguesia. O eixo mais relevante da mudança se deu na apropriação, por parte da agenda política dos partidos da burguesia, de itens reclamados por tais setores. Arturo Alessandri é um reflexo desta transição de postura.

No entanto, como não poderia deixar de ser, a estruturação da fração industrial traz consigo a conformação do seu oposto, o proletariado. A agitação social da década de 1910 no Chile será intensa e demarcará uma nova fase da organização operária e social. Além das estatísticas crescentes quanto às greves e agitações operárias, podemos elencar algumas outras: a "rebelião portenha", de 1903, como reflexo das mobilizações dos trabalhadores do Porto de Valparaíso; a "*semana Roja*", de Outubro de 1905, desencadeado pela agitação de Juan José Julio Elizalde, o "Papa Julio", com a forte campanha do "Cristo pobre" associando as misérias materiais com as ganâncias dos ricos; a *Asamblea Obrera de la Alimentación*, ponto culminante de um processo de agitação social. O desemprego causado pela crise da Primeira Guerra Mundial é aguçado pela falta de gêneros alimentícios, proporcionou uma articulação dos movimentos sociais urbanos e das entidades dos trabalhadores em todos os principais centros, tendo seu auge na greve geral entre 3 e 6 de setembro de 1919; e a "tomada de *Puerto Natales*", em 1920, por conta de uma greve dos trabalhadores da *Sociedad Explotadora de Tierra del Fuego*²⁹.

Vê-se que no período em análise, 1891-1920, o proletariado se estrutura como classe "para si", transitando da *consciência econômico-corporativa*, elementar e espontânea, para a *consciência política de classe*. Este primeiro estágio da consciência de classe, se assim podemos chamar, é expresso nas mais variadas formas de organização da classe e de luta econômica (salarial). O avanço da consciência traz consigo a necessidade de construção de ferramentas que corroborem com a construção prática de uma nova *hegemonia* em que prevaleça a ditadura democrática do proletariado. Esta postura avançada na luta de classes implica que ela, a classe operária,

²⁸ A Federación de Clase Media, fundada em 1919, obrigou os candidatos/partidos a recomporem ainda mais suas agendas políticas e satisfazerem grande parte das demandas deste setor.

²⁹ Ver Luis Vitale (2011c, pp. 73-106), capítulo V "El Movimiento Obrero".

constitua-se partido.

A *práxis* transformadora é o que possibilita, dentre outras coisas, que a classe se faça partido, mediante o Moderno Príncipe (partido político para Gramsci), pois é nele que se congrega os elementos constitutivos da nova sociedade, que articula e põe em marcha a vontade coletiva nacional-popular.

A resposta (burguesa) dada a ascensão do movimento operário organizado se deu em variadas frentes: 1) na recomposição da hierarquia do Exército; 2) na remodelação da fisionomia do Estado; 3) em uma aliança de classe com uma nova fração hegemônica para dar garantias à reprodução do capital.

No governo de Montt (1906-11), o general alemão Korner, contratado no governo Balmaceda, é o responsável pelo processo de "*prussianização*" do Exército, que significava, entre outras coisas, uma reformulação da hierarquia da Instituição e a acentuação da dependência chilena em relação à transferência tecnológica militar em relação a Alemanha e Inglaterra. A profissionalização do Exército permitiu que neste ramo militar houvesse uma maior adesão de militares oriundos das camadas médias crescentes na sociedade chilena. Diferentemente, a Marinha sempre foi marcada por ter entre seus oficiais filhos da alta e média burguesia. No ano de 1900, inclusive, é aprovada a lei de obrigatoriedade do serviço militar como complemento antecipado da reorganização do Exército.

Estas demandas consumadas na reorganização da Instituição militar é, como se pode observar, uma forma de adesão dos grupos em ascensão cuja demanda era uma maior participação da vida política e espaços para ocupação laboral. A reestruturação da fisionomia do Estado também será apêndice deste movimento mais amplo de acomodação das frações dirigentes e da hegemonia de uma nova fração no bloco histórico dominante.

A criação de bases militares em todas as regiões de histórico de agitação social é um sinal claro da mudança de orientação do Exército em relação à segurança nacional. Encontra-se, aqui, um primórdio da conhecida *Doutrina de Segurança Nacional*. O alto oficialato militar ficou incumbido por dar uma nova dinâmica ao estatuto de defesa do País, que conferia, a grosso modo, predominância às instituições de defesa interna com a paulatina escolha pela dependência na transferência tecnológica militar.

A *Ley de Ascenso*, exigência dos militares em 1907, visava desconstruir os vínculos de "apadrinhagem política" no momento de progressão nos comandos militares. Somado à vazão para as camadas médias com a profissionalização do Exército, esta lei veio complementar um processo maior de transição da *forma* organizacional que traz em si um novo *conteúdo* de classe para o aparato militar.

Já em 1911, o deputado Gonzalo Bulnes aproximou-se bastante do grupo e eles propuseram um Golpe de Estado "depurador". Bulnes não embarcou porque sabia que cairia no vazio. Em 1912 se tem o registro de outro complô para um Golpe de Estado. No ano de 1919, o presidente Sanfuentes também tornou público as tramas descobertas por oficiais de alta patente contra o governo. Este último movimento golpista dos militares, de 1919, tinham claras amarrações com representantes políticos radicais e liberais. O objetivo³⁰, de fundo, era fomentar o desenvolvimento industrial com um comando político e militar fortalecido e hierarquizado.

Não por acaso, os militares envolvidos na trama golpista tinham o desejo de promover Arturo Alessandri como representante, dado as aproximações programáticas entre este e aquele movimento. Os ditos deste grupo castrense tiveram grande repercussão sobre a geração militar de Marmaduque Grove e Carlos Ibáñez del Campo, deixando evidente como as lutas externas afetavam as relações internas das Forças Armadas. Os golpes militares da década de 1920 serão fundamentados nas propostas dos golpistas de 1919.

Os três movimentos descritos acima como sendo parte constitutiva do novo rearranjo de classe no poder do Estado, deve ser entendida como um *processo* de maior amplitude e adesão que culmina na eleição de Arturo Alessandri, candidato da *Alianza Liberal*³¹. Há que se destacar este fato "simples", visto que se trata de uma democracia

³⁰ "1. Consolidar la unión y armonía en el personal directivo de la instrucción militar. 2. Impulsar el progreso del Ejército solicitando respetuosamente de los poderes públicos el despacho de las leyes que tienden a ese fin, como ser la de reclutamiento, de ascensos, et., 3. Impulsar el desarrollo industrial del país para obtener nuestra independencia económica y asegurar la defensa nacional abasteciéndonos con nuestros propios recursos, fundándose fábricas de elementos militares, y de toda clase de industrias que proporcionen abundante trabajo al pueblo. 4. Solicitar de los poderes públicos el despacho de las leyes que reclama la clase proletaria, a fin de hacer cesa las antiguas en que vive y que afectan, además, a las tropas de dotación permanente del Ejército, al cual hay conveniencia en sustraerlo de las agitaciones populares. 5. Consolidar la disciplina militar muchas veces quebrantada por influencias políticas." (WALKER *apud* VITALE, 2011c, p. 213-214)

³¹ A direção do movimento era inequivocamente burguesa. A *Alianza Liberal*, coalizão do PR, setores

representativa no Chile, pois que ela contém em si um significado histórico de ampla abrangência.

Envoltos nesta conjuntura política e social, os EUA decidem atuar de maneira sutil financiando as correntes burguesas em ascensão para que pudesse haver uma alteração da base de sustentação do imperialismo inglês em solo chileno, favorecendo a ele próprio como destinatário final.

Não por outra razão é que Alessandri fez o primeiro empréstimo com bancos estadunidenses na história do Chile. Foram eles o City Bank, Guaranty e o Blair somando uma quantia de algo próximo a 34 milhões de dólares. O breve governo de Emiliano Figueroa (1926) seguiu o mesmo ritmo e tomou emprestado, da Casa Kissel, o valor de 70 milhões de dólares.

O governo de Alessandri significa o início da crise da aliança do imperialismo inglês com a burguesia *criolla*. Incontestemente também é a presença deste elemento no conteúdo do governo de Ibáñez. Nota-se que ambos os governos tiveram muitas oscilações nas políticas tomadas e medidas impostas, fruto do processo de redefinição das bases sociais que sustentam estas alianças e nas suas expressões políticas. Junto a isto se dá a troca da dependência do salitre para a dependência do cobre como principal item de renda fiscal para o Estado e frações da burguesia *criolla*. Adstrito à perda de influência do capital britânico nas relações socioeconômicas chilenas, está a perda de hegemonia do setor latifundiário.

Uma das medidas populares de Alessandri foi a criação do Código do Trabalho, apresentado ao Congresso em 1921. Tinha como objetivo impedir que houvesse, pela lei, entidades sindicais de nível nacional impondo a institucionalização das entidades, isto é, regulamentação pelo Estado. Assim, seria mais fácil distinguir entre greves "legais e ilegais" e promoveriam a atomização sindical³².

Como o congresso era em sua maioria anti-alessandrista, muitas das propostas de regulamentação social e do trabalho elaboradas, como medida de contenção da classe

liberais e balmacedistas, tinha base social no PD, artesãos, camadas médias e partes expressivas da classe trabalhadora, que vislumbravam melhores condições de vida e equidade na distribuição. Alessandri foi escolhido para encabeçar este movimento de cunho popular, pois suas oratórias incendiavam as massas e os tranquilizavam. Por outro lado, a *Unión Nacional* tachava-o como a expressão mais avançada das tendências comunistas no país.

³² Ver VITALE (2011c, p. 200)

trabalhadora, eram vetadas pelo bloco da *Unión Nacional*. No entanto, anos depois o bloco da *Alianza Liberal* consegue maioria e então a tática da oposição foi ir bater nas portas dos quartéis.

A participação dos militares na vida política institucional dá-se com maior ênfase a partir dos golpes de Estado de setembro de 1924 e janeiro de 1925. Os golpes aconteceram em uma conjuntura de crise econômica do país e crise política, onde nenhuma das frações burguesas conseguia realizar uma *direção política do capital*, isto é, tornar universal (hegemônica) sua leitura de mundo para os pares e aos opostos, os trabalhadores.

O golpe de Estado, realizado pelos militares, em setembro de 1924, é uma manobra das forças pró-inglesas, mas que rapidamente é combatida com um novo Golpe pelos setores do médio oficialato – com especial atenção para Marmaduke Grove e Carlos Ibáñez – em janeiro de 1925.

O povo, por sua vez, ia às ruas massivamente exigindo a volta de Alessandri. No dia 25 de janeiro de 1925 foi realizado um grande comício com inúmeras entidades sindicais, movimentos sociais, partidos e outros, tendo decidido que: haveria apoio ao movimento revolucionário dos militares desde que fosse garantido a volta de Alessandri ao Executivo e que, logo depois, fosse chamado uma Assembleia Constituinte.

Como instrumento de pressão, esse contingente populacional ameaçou realizar greves, o que fez a junta militar recuar e decidir pela devolução da posse à Alessandri, desde que fosse aceito Ibáñez como Ministro do Interior. Com a posse da nova junta de governo, os sindicatos e demais movimentos sociais e entidades foram avisados da convocatória de uma nova Constituinte.

Atendendo aos apelos populares, Alessandri restabelece-se no comando do governo do Chile e fez, como primeira medida, um chamado à uma nova Constituição mediante plebiscito. Os debates foram realizados em 30 de agosto e a carta constitucional foi promulgada em 18 de setembro de 1925. Esta nova Constituição fortalece, outra vez, o presidencialismo, eliminando algumas prerrogativas dadas, nos últimos 30 anos, ao legislativo. Nela também está incluso o imposto sobre a renda, a criação do Banco Central - que instaura o início de maior intervenção do Estado na economia.

No entanto, as medidas repressivas sobre o conjunto da classe trabalhadora, exemplificado nos massacres de *Marusia* e *La Coruña*, não surtiu o efeito desejado. Em 1925 existiam 214 sindicatos que agrupavam 204 mil trabalhadores, sendo a maioria destas entidades vinculadas à FOCH. Crisóstomo Pizarro (*apud* VITALE, 2011c, p. 238) estima que nesta época haviam 60.785 trabalhadores nas explorações de salitre, 14.738 no carvão, 16.167 no cobre e 72.375 operários industriais. Estes números corroboram com uma tendência inevitável, já apontada na década anterior, de um índice maior de greves nos ramos industriais e de serviço em detrimento da mineração³³.

A frase de Ibáñez em novembro de 1926 é emblemática para localizar a conjuntura do momento. Diz ele (*apud* VITALE, 2011c, p. 240): "O esperamos con los brazos cruzados el advenimiento del Soviet o se organiza un ministerio de orden apolítico, enérgico y fuerte." Ante esta conjuntura, as frações da burguesia decidem se aglutinar em torno do nome do coronel como candidato único à presidência. A eleição dele, em maio de 1927, significou a instalação de vários quadros militares nos postos em que ocupavam os políticos tradicionais. No entanto, sua figura não representava todos os componentes das Forças Armadas, dado que a Marinha seguia resoluta em sua posição pró-Inglaterra.

Esta eleição, ademais, representava o fortalecimento das posições pró-EUA³⁴ e das alianças que sustentam esta relação nas frações majoritárias da burguesia chilena. O capital monopolista dos Estados Unidos adquire amplas vantagens sob o governo do general, especialmente a empresa Guggenheim, que se apodera de jazidas de salitre mediante convênios com a *Corporación del Salitre Chileno (COSACH)*.

No íterim analisado é possível observar um crescimento da intervenção do Estado na economia, aquilo que Gramsci já chamava atenção quando da análise da

³³ "En 1925 hubo 5 huelgas generales, 2 en ferroviarios, 6 en marítimos, 1 en municipales, 14 en minería (12 en el salitre, 1 en el carbón y 1 en el cobre), 3 en transportes, 3 en construcción, 8 en metalurgia, 7 en imprentas, 2 en textiles, 15 en otras manufacturas, 8 en vidrio, 17 en servicios, 4 en tabacaleras, 4 en obreros de mueblería, 14 de mecánicos, 4 de profesores y 3 de jornaleros agrícolas." (*Ibidem*, p. 238)

³⁴ Hugo Zemelman (*apud* VITALE, 2011c, p. 241) sustenta que o coronel, "apoyándose en el imperialismo norteamericano, pretende superar la crisis mediante una ruptura del control que los ingleses ejercen sobre los precios a través de la Asociación de Productores del Salitre, instaurando el sistema de ventas libres que favorecía directamente los intereses norteamericanos en la lucha por controlar esa riqueza. (...) Las inversiones directas de Estados Unidos durante 1930 ascienden a 440 millones de dólares, de los cuales 330 millones están en empresas mineras, 66 millones en comunicaciones y transporte, mientras que los títulos chilenos colocados en Estados Unidos ascendían aproximadamente a 260 millones, lo que hacía un total de inversiones igual a 708 millones de dólares."

questão americana. Criou-se organismos de crédito estatal como a *Caja de Crédito Minero*, *Instituto de Crédito Industrial*, *Dirección de Industrias Fabriles* e *Caja de Consolidación Agrícola*. Ademais, criou-se empresas estatais como a *Fábricas y Maestranzas del Ejército (FAMAE)*. Esta é uma etapa de progressão do individualismo econômico para uma economia programada, expediente resolutivo da crise capitalista e resposta aos avanços do socialismo no Leste Europeu.

Modernizou-se a estrutura administrativa do Estado reformulando a *Aduana* e a *Direção Geral de Impostos Internos* e criando a *Controladoria Geral*³⁵. Em seus primeiros anos de governo, o general contou com uma dinâmica econômica favorável como o aumento dos preços do cobre, aumento da demanda e empréstimos fáceis. Isto tudo o possibilitou investir pesado em obras públicas e angariar uma margem de respaldo social. A crise de 1929 o fez desacelerar e ele tomou as providências de corte de gastos e o redobramento da repressão, o que levou ao descontentamento das classes médias.

A política de Ibáñez se expressou claramente no endividamento profundo do Chile. Seus empréstimos foram de aproximadamente 59 milhões de dólares, quase 5 milhões de libras com bancos europeus e 85 milhões de francos-suíços. Cerca de 41% destes empréstimos eram destinados a obras públicas e 35% para amortização de dívidas. Esta prática de crescimento baseado no endividamento levou o Chile à bancarrota. Para se ter uma ideia, 2/3 do total emprestado dos EUA para os países latino americanos iam para o Chile. A dívida externa chilena, em 1930, era de pouco mais de 62 milhões de libras, o dobro do valor da década anterior.

A crise mundial de 1929 obrigou o Chile a declarar moratória dos pagamentos. Só que com as reformas introduzidas pela "*Misión Kemmerer*"³⁶, contratada pela Junta Militar em 1925, o Banco Central passa a atuar mais como liquidador de empréstimos pendentes e provedor de câmbios para servir à dívida pública do que como regulador do circulante. Esta *Misión Kemmerer* propôs a implantação do sistema de padrão-ouro para frear a crônica inflação, a criação do Banco Central, de uma Controladoria Geral e um Oficina de Impostos Internos, modificar os créditos, etc. Dez dias depois de declarar

³⁵ Ver VITALE (2011c, p. 246)

³⁶ Consultar o texto de Paul W. Drake "La Misión Kemmerer a Chile: consejeros norteamericanos, estabilización y endeudamiento. 1925-1932." Acesso em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-73573.html>

moratória, Ibáñez "renunciaria".

O general Ibáñez desenvolveu uma tática bifronte com o movimento operário. De um lado, desencadeou uma repressão sistemática e seletiva, coordenada pelo general Viaux, diretor geral dos Carabineros, contra a vanguarda do movimento, a saber dirigentes da FOCH, PC e IWW. Muitos destas lideranças foram executadas ou então enviadas à Ilha de Pascua, incluindo Marmaduque Grove e Pedro León Ugalde pelo acontecido do "*avión rojo*" em Concepción no ano de 1930. Por outro lado, intensificou o plano de estatização dos sindicatos, ou controle deles por meios legais, com a *Direção Geral do Trabalho*.

Por esta última ação, Ibáñez pode ser considerado como um dos primeiros políticos burgueses que assegura o controle dos sindicatos da mesma forma que Mussolini tinha iniciado no fascismo italiano. O Código do Trabalho, promulgado em 1925, facilitou o encaminhamento da criação de numerosos sindicatos vinculados ao governo³⁷. Destarte Ibáñez tivesse planos corporativistas para Estado, não obteve respaldo social suficiente para levar adiante este projeto. Esteve vinculado a setores da classe trabalhadora, setores da burguesia e setores das camadas médias, mas nenhum destas classes com um contingente significativo.

Ibáñez é deposto por uma frente heterogênea em favor da derrocada da ditadura. Feito isto 4 dias após as mobilizações, esta frente entrou em crise por não terem unidade na sequência do plano de ação do Estado. Abre-se, portanto, um novo período de instabilidade em que os militares continuarão tendo protagonismo na vida política nacional, vide a "República Socialista" liderada por Marmaduque Grove em 1932.

Esta década é valiosa para o estudo da história do Chile. Vê-se, com a volta de Arturo Alessandri, candidato dos liberais com apoio dos radicais, uma nova tendência se assentar: o predomínio das frações industriais em relação aos seus pares no bloco histórico dominante. No entanto, não é, em nosso entendimento, aqui que se inicia o

³⁷ "Mediante la política de estatización sindical y la promoción de la CRAC, Ibáñez procuraba crear una base de sustentación popular. Este apoyo controlado de masas era utilizado por Ibáñez para amenazar verbalmente a la vieja oligarquía. A su vez, el general se presentaba como el defensor más consecuente del Estado burgués, encarcelando a la vanguardia del movimiento obrero. Este juego político, de apoyarse por un lado en la burguesía para perseguir a los trabajadores con mayor conciencia de clase y, por otro lado, utilizar el movimiento de los sindicatos legales para enfrentar las críticas de las fracciones de la oligarquía pro-inglesa, hacía aparecer a Ibáñez como un árbitro entre las clases." (VITALE, 2011c, p. 246)

processo de revolução burguesa chilena, sendo, na verdade, ainda que impossível de estancar em uma data, um processo *em construção* com avanços e recuos, mas iniciado em 1927 com a eleição de Carlos Ibáñez.

Iniciamos este ponto discorrendo sobre a "onda" de revoluções passivas que se espalha pela Europa e pelo mundo na década de 1920 como resposta ao desenvolvimento da alternativa socialista, expresso na Revolução Russa de 1917. Assim como Gramsci entendia o americanismo/fordismo e o fascismo como assertivas burguesas para a crise da hegemonia liberal instaurada pelo complexo primeira guerra mundial/disputas inter-imperialistas/crise de 1929, a reverberação deste novo equilíbrio passivo das relações internacionais ocorrerá, ainda que não identificado mas correlato e coetâneo, junto ao estabelecimento das relações especificamente capitalistas no Chile (e em grande parte da América Latina), isto é, da concreção do capitalismo "verdadeiro", como diria Marx, a revolução burguesa.

O espriar das revoluções passivas pelos grandes centros imperialistas repercutirá nas zonas de influência, como bem demonstram as políticas colonialistas dos países imperialistas no limiar do século XIX e começo do XX. O imperialismo, fase superior do capitalismo, tem contornos políticos muito claros e com o Chile não foi diferente.

A eleição de Ibáñez, como candidato único da burguesia em 1927, foi uma forma de conter os ímpetus militares no tocante à participação da vida nacional, ademais uma forma de forjar um *consenso*, mediante um caudilho militar, que desse feitiço à substância já posta: a *relativa* predominância do setor industrial na vida econômica alastrava-se para o âmbito político na configuração do Estado, logo, se uma das frações não está consolidada a ponto de garantir que seus interesses sejam aceitos como os interesses gerais das demais frações da classe dominante, o vácuo político surgido pela disputa entre elas apresenta-se perigoso. É neste sentido que a figura do general é bem quista e respaldada por todas elas. Pode não representar a consagração de uma política econômica claramente industrial, mas não nega a essência do devir histórico apresentado pelo desenvolvimento capitalista.

Podemos dizer que neste momento da História, o Chile dá um salto qualitativo. O capital industrial entra, de vez, em cena e garante seu assento pela força que já exerce no cotidiano da vida econômica. A necessidade de barrar o avanço do proletariado que

se fazia partido, impõe à classe dominante aparar as arestas em torno de um denominador comum novo: pelo capital industrial, e sua fração política, não terem bases suficientes para radicalizar um programa histórico-concreto que elimine todas as barreiras de um devir completo, a escolha é a partilha do poder político com as frações reacionárias para garantir um sobrevoo maior na economia.

Podemos dizer, assim, que este é momento chave em que se desencadeia o *processo* de Revolução Burguesa no Chile. Sem embargo, o modo, ou *via*, pela qual será realizada esta transformação das estruturas produtivas e do aparato jurídico-político é expressão da própria condição de classe do *elo* mais avançado da burguesia, os industriais. Serão realizados acordos tácitos entre as frações, onde o que reinará será a busca por novos consensos que consigam dar conta de redimensionar a coalizão da fração hegemônica com o capital internacional, equalizar a política econômica, a função do Estado e cooptar as lideranças das classes opostas. Acontecerá o que Gramsci chama de "revolução sem revolução", isto é, uma *Revolução Passiva*³⁸ cuja resolução será depois de um *ciclo longo* de ajustes e nivelamentos internos necessários à burguesia.

Ela é passiva por diversas razões: 1) o desencadeamento do processo de revolução burguesa tem, no cenário internacional, seu detonador, garantindo-lhe um novo impulso para que as frações industriais assumam uma postura ativa na condução do futuro de sua classe e dos seus interesses específicos; 2) ainda que o Partido Radical, no contexto da Frente Popular, tenha adquirido status de organização politicamente mais avançada, sua ação foi, sem dúvida, marcada pelo cretinismo parlamentar, no campo das alianças político-institucionais, e pela indução hegemônica dos conservadores e liberais em suas políticas universais para o Estado e para a economia; 3) apesar de se constituírem no elo intelectual mais avançado do país, a linha geral administrada não ofereceu uma ruptura com bloco conservador, ficando claro nas oscilações da FP. Estas mudanças se traduzem em dois fatos: a) o PR não representa a força jacobina necessária para levar adiante as demandas populares em sua integralidade; b) não pode exercer uma direção segura e pouco oscilante, melhor dizer,

³⁸ Carlos Nelson Coutinho (2012, p. 118) deixa claro o que é Revolução Passiva. "Ao contrário de uma revolução popular, 'jacobina', realizada a partir de baixo - e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social -, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da 'restauração' (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente 'de baixo') e da 'renovação' (no qual algumas demandas populares são satisfeitas 'pelo alto', através de 'concessões' das camadas dominantes)."

uma "vanguarda real"; 4) não sendo um processo revolucionário de tipo jacobino, de baixo para cima, o elemento do transformismo, presente na política de governo e de Estado entre 1932-1970, será o fio condutor da amálgama burguesa em torno de uma hegemonia, que se mostra *incompleta* por não dar uma resolução ao problema, cuja completude encontrar-se-á nas ideias neoliberais dos Chicago Boys em 1976, sob a ditadura de Pinochet.

Esta revolução burguesa, de caráter *passivo*, terá seu fim no momento em que a nova *conexão teórico-política*, neoliberal, tiver espaço para ser linha de frente da política de Estado em todos os setores da vida social, isto é, quando se tornar hegemônica, completando o processo de disputa intra-burguesa e entre as classes fundamentais. É no golpe de Estado de 1973 e na viragem político-econômica de 1976 que se enterra, no Chile, o velho (frações retrógradas) e elimina-se a chance do novíssimo se estabelecer (*Unidad Popular* e a revolução socialista).

O regime ditatorial ibañista, respaldado pela maioria do Exército e das frações burguesas pró-EUA, significa a coincidência de dois eventos: 1) o aglutinamento das frações burguesas em torno de um militar é a resposta possível para uma *hegemonia incompleta*, que não desempenha função de consenso sobre o restante da sociedade; 2) por não se realizar na posição de dirigente é que a outra face da mesma moeda aparece, a força. Ibáñez, retirou uma grande parte das liberdades democráticas e reforçou o aparato repressivo mediante a organização dos "Carabineros". Gramsci (2011a, pág. 34) identifica que na noção de grande potência é necessário levar em conta a "tranquilidade interna", isto é, o grau e intensidade da função hegemônica da classe dirigente. "Por isso, seria possível dizer que, quanto mais forte é o aparelho policial, tanto mais fraco é o exército e que, quanto mais fraca (isto é, relativamente inútil) é a polícia, tanto mais forte é o exército (diante da perspectiva de uma luta internacional)".

Pelo motivo de apresentar-se incompleta, a hegemonia burguesa do contexto encontra um ponto de apoio no aparato repressivo do Estado. Em termos geopolíticos, podemos afirmar que a transição de influências externas (Inglaterra – EUA) significa uma dupla constatação: de um lado, a manutenção deste poder externo sobre a grande política chilena; de outro, a conformação de mecanismos eficazes de apassivamento das massas, o que, também expressa o apassivamento das classes dominantes chilenas em relação à política imperialista estadunidense. Este elemento aparece na forma da

capitulação, parcial ou completa a depender do momento, das mesmas frações.

Não sem demora que David Harvey (2008, p. 49) define, na história recente, dois *modus operandi* de neoliberalização: um se pauta pela militarização – envolvendo, em geral, um golpe militar de Estado, apoio das classes altas tradicionais e, no caso chileno, apoio logístico e financeiro dos EUA – e o outro pela financeirização – como os casos de Moçambique e do México. Muito embora possamos tornar simples esta problemática, não significa dizer que é simplista e por suposto, devemos considerar o conceito de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2008, pp. 97-130), isto é, as conjunturas político-econômica e jurídico-militar são determinações objetivas que, durante a constituição desta processualidade histórico-social, interferem direta e qualitativamente nas possibilidades deliberativas frente à inserção das políticas neoliberais.

No processo de formação dos Estados na América Latina também se encontra a proeminência do caráter passivo das transformações. Morton (2007, p. 55) analisa que a criação, o posterior desenvolvimento destes Estados e sua inclusão gradativa ao sistema mundial econômico acabam por reproduzir a condição do mesmo como mediador da luta de classes e, portanto, imprescindível para o avanço das forças produtivas. O Estado, nesta condição, é também reflexo das incapacidades das classes sociais em manter a *direção política do capital*, portanto, o desenvolvimento se deu “como uma revolução passiva num quadro autoritário, sob os auspícios do Estado, devido à ausência de qualquer hegemonia burguesa já estabelecida”. (COX *apud* MORTON, 2007, p. 55) Por isso, “as pressões do desenvolvimento desigual são claramente mediadas por meio de diferentes *formas de Estado* como pontos nodais de configurações nacionais específicas de frações de classe e lutas por hegemonia e/ou revolução passiva sob condições de acumulação em escala global”. (MORTON, 2007, p. 58; *grifos do autor*)

Lembre-mos da questão meridional suscitada por Gramsci, e todas as suas implicações, e analisemos o caso chileno. O papel desempenhado pelos intelectuais burgueses neste emaranhado histórico será o de conduzir a indexação da forma especificamente capitalista no seio dos ramos produtivos do país, mantendo a classe proletária alijada dos seus principais anseios e longe da esfera participativa do Estado. As alianças dos radicais com os comunistas, e demais frações da esquerda chilena, só

foi possível pela conjuntura internacional refletida na linha de combate ao social-fascismo da III Internacional Comunista, que redundou na construção de Frentes Populares para barrar o avanço do fascismo³⁹. Esta aliança, no campo desta esquerda, tinha um duplo significado: se, de um lado, assegurava o desenvolvimento das forças produtivas, de outro, assentava a cooptação como proforma de ação política. No espectro da direita radical, era uma forma de manter a classe operária cooptada e apassivada durante as transformações da estrutura produtiva. Vê-se, pelos conflitos pujantes, que a aliança foi estreita temporalmente e limitada socialmente.

A disputa entre as diversas frações da classe dominante, em meados de 30, fez ascender um estrato social em condições de ser direção. O Partido Radical, velho de nascimento, conduz a viragem de parte considerável dos intelectuais do bloco conservador para a esfera da “*necessária modernização*”⁴⁰. A fissura ideológica, expressa no PR, se concretiza na ascensão ao poder no ano de 1938⁴¹.

O período conhecido como *Radicalismo* (AGGIO, 1999, p. 210), entre 1938-1952, foi decisivo para colocar sob novos patamares sociais a disputa política. Foi, antes, uma diferenciação ideológica do que uma nova proposição hegemônica. O momento em questão é, definitivamente, um acordo pactuado tacitamente entre os representantes da velha oligarquia agrária chilena e os setores “progressistas” da fração industrial. Ainda que seja um pequeno avanço para um quórum restrito da base social, as mudanças concluídas em tal contexto foram de grande valia para uma rápida adequação do aparato infraestrutural às vicissitudes do capital internacional. Obtém, os EUA, larga margem de influência nas políticas nacionais. A escolha pela substituição de importações fora conclusiva, de um lado, para a rápida industrialização da planta produtiva chilena e, por outro, para o aprofundamento da subsunção real ao imperialismo⁴². Guardadas as devidas proporções, o *Radicalismo* representou a

³⁹ Adoção esta justificada sob o interesse de um porvir democrático-burguês com amplas democratizações.

⁴⁰ Para se ter uma noção mais exata do período histórico, ver o Capítulo 3 “*O Movimento modernizador e seus protagonistas*” in: AGGIO, 1999, p. 61-101.

⁴¹ Para uma melhor apreciação do conteúdo programático dos radicais, indicamos a leitura do Programa e Estatuto do Partido que contém as linhas gerais do entendimento radical dos problemas sociais e suas respectivas soluções. Ver: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0001338.pdf>

⁴² O objeto de discussão deste trecho traz à tona uma grandiosa divergência existente entre setores políticos e intelectuais sobre o *processo de Substituição de Importações*. Trata-se, neste texto, de afirmar que a industrialização via *substituição de importações* não correspondeu à uma saída efetiva para o

finalização do projeto que Balmaceda concebia de Estado-Nação: industrializado, mas não depurado totalmente do passado latifundiário.

Em 1952, Carlos Ibáñez, retorna ao posto do Executivo, mas há algo novo na configuração da correlação de forças no Chile. Em fins desta década, é divulgada a encíclica papal *Gaudium et spes*, quarta Constituição do *Concílio Vaticano II*. Tal documento traz consigo uma nova orientação aos seus fiéis: aproximar-se do povo para que os comunistas não obtivessem uma ampla zona de influência na “massa” trabalhadora. Posto esta nova condição aos fiéis católicos, podemos avistar que a fissura avistada na intelectualidade décadas antes, agora expressar-se-á em uma profunda divisão da base social da velha direita tradicional gremialista.

Em 1958, o candidato conservador Jorge Alessandri, promove um desvio no curso apresentado pelo andamento das políticas de Estado no tocante à modernização. Sabendo que não seria mais possível recuar na política proposta, seu programa referendava uma leitura antecipada para o momento: o discurso empresarial somava-se às vestes de uma linha dura de combate à expansão fiscal do erário público em nome da equalização da inflação. Seu grande mote foi estruturar as bases para um novo patamar de substituições de importações, pautado na dependência da transferência tecnológica e de maquinário altamente sofisticados. A maneira como isso se deu foi pela fusão dos capitais chilenos com o capital internacional sob a tutela e jurisdição do Estado.

O Partido da Democracia Cristã (PDC) é um reflexo das posições da Igreja Católica, referendadas pelo Concílio Vaticano II, durante a década de 1950 e meados da de 1960. Posicionado mais à esquerda que a antiga agremiação política católica, incidirá com uma nova combinação na *correlação de forças* em que pese o desgaste ao bloco conservador. O PDC buscará diferenciar-se, e muito por conta de sua base social mais radicalizada, da direita tradicional sem, no entanto, adotar o mesmo tom de análise social dos partidos da classe operária: PCCh e PS. Este processo de ascensão política do PDC, tal como outrora avistou-se com o PR, forçou os conservadores a consensuarem

problema identificado pela CEPAL, qual seja, o desequilíbrio dos termos de troca. Esta inadequação é estrutural, segundo análise da entidade, mas as políticas propostas para os países latino-americanos não corrigiram tal efeito senão que, em verdade, contribuíram em seu aprofundamento mediante, especialmente, a não integração entre setores produtivos. Octávio Rodríguez (1981) mantém uma posição distinta e distante da proferida por Luis Vitale (2011c), mas ainda assim ambos concordam que o processo não teve a eficácia desejada e, principalmente, não corrigiu a inadequação estrutural da relação entre *centro* e *periferia*.

com concessões explícitas às demandas da pequena burguesia alojada no PDC. Assim como dantes, a pequena burguesia colocou-se enquanto direção política do processo social. Foi ela capaz de aglutinar em si as vontades de parte das classes subalternas e dos setores médios.

A consolidação deste "mini-ciclo histórico" encerra-se na eleição do candidato Frei em 1964, sob o programa partidário intitulado "*Revolución en Libertad*"⁴³. Por conseguinte, as décadas de 1950, 60 e os três primeiros anos de 1970, observa-se, como não deixaria de ser, um movimento dialético e contraditório do processo político-social chileno: quanto mais o PDC avançava na condição de diferenciar-se da direita tradicional, mais a classe trabalhadora, alocada no PCCh e PS, afirmava-se "partido" (consciência crítica e avançada do movimento) em uma disputa hegemônica. Tanto mais isto ocorria, tanto mais acirrava-se a pressão feita pelos conservadores em busca da retomada do controle.

Antes mesmo de adentrarmos a resposta que vinha sendo gestada por frações da burguesia para esta ascensão do movimento operário organizado e das teses "nacionalistas" de caráter reformista, é conveniente pontuar que as menções que fizemos aos intelectuais chilenos, no geral, esperar-se-iam a lista de nomes. Faz-se necessário apontar que, no Chile, tem-se por conta da relativa estabilidade democrática (no sentido pragmático do funcionamento das Instituições e Partidos), a consolidação dos intelectuais coletivos como fragmento avançado do pensamento social reformista, conservador e comunista. Ainda que se possa listar alguns nomes que encabeçariam o processo de síntese teórico-política das necessidades sociais, o predomínio foi, sem dúvida, dos partidos políticos. Vê-se que os programas partidários, como expressão de uma análise histórica, exprimem consideravelmente os movimentos correlatos de discussão teórica e síntese política dos setores em ação.

Ainda em 1956, foi assinado um acordo educacional entre a Pontifícia Universidad Católica de Santiago e a Universidade de Chicago. O codinome político, nos corredores da Casa Branca, foi "Projeto Chile". O empresariado teve papel importante nesta articulação por conta de sua necessidade política de reordenar o

⁴³ Para uma consulta mais detalhada do programa partidário da Democracia Cristã chilena, consultar o documento escrito pelo Partido em 1964, que expõe as teses fundamentais do governo que realizaria. Ver: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/mc0023285.pdf>

processo de formação dos quadros dirigentes do Estado.

Gramsci (2011c, p. 62-63) diz que cabe a uma classe, antes, ser dirigente para se tornar dominante. Os exemplos históricos são muitos e o capitalismo, enquanto modelo de sociabilidade, é também referência. No caso particular do Chile, o "Projeto Chile" foi uma iniciativa dos quadros empresariais e acadêmicos para tornar viável a solução de dois conflitos: o primeiro diz respeito ao embate acadêmico que se travou no campo da teoria econômica entre os representantes da CEPAL e os bastiões do liberalismo clássico; o segundo diz respeito à formação de novos quadros administrativos do aparato burocrático do Estado, isto é, novos gerentes estatais que dessem vazão aos anseios dominantes.

A concretização desta bilateral acadêmica ousou forjar respostas para ambas as questões. Para dar conta de tal empreita, renomados economistas e defensores ferrenhos do "puro" livre-mercado, como Friedman, Hayek e Harberger participaram ativamente deste conluio para tornar possível uma retomada do liberalismo clássico, agora sob a roupagem do novo, o neoliberalismo.

O caráter cientificista, pretensamente neutro, condizia com os dizeres proclamados pelos líderes da reorganização gremialista⁴⁴ no movimento Estudantil. Professores, no Depto de Economia, e alunos, no curso de Direito e Economia, formaram uma interessante coalizão política por necessidade prática do cotidiano da PUC-Santiago e da FEUC. Esta coalizão balizou um novo reagrupamento da “linha dura” reacionária e conservadora que ficou expresso na fusão dos Partidos Liberal e Conservador, no novo Partido Nacional que agora aglomera os intentos neoliberais e gremialistas.

Todavia os esforços foram orquestrados e voluntariosos para impedir que Allende ganhasse as eleições. Caso ganhasse, como aconteceu, haviam táticas preparadas para impedir sua posse⁴⁵. Ainda que tivesse tudo preparado, quis a organização popular e a correlação de forças que o governo Allende, da *Unidad*

⁴⁴ Ver Verónica Valdívila de Ortiz Zárate (2008), Nacionales y gremialistas: El "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973.

⁴⁵ Exemplo claro disto foi o atentado promovido contra o então Comandante-em-chefe das Forças Armadas, René Schineider. Este graduado militar tinha uma larga trajetória constitucionalista no interior das Forças Armadas e representava uma sobrevida institucional e um apoio, demasiadamente perigoso para a direita, das Forças Armadas ao governo Allende. Exposto muito bem no livro de Luiz Alberto Muniz Bandeira, "Fórmula para o Caos", de 2008.

Popular, tivesse êxito em todos estes obstáculos. Assume Salvador o governo do Chile após uma ampla negociação com a Democracia Cristã.

Nos três anos de governo da *Unidad Popular*, vê-se que a polarização da base social se deu na medida em que o "centro", PDC, arrastou sua base social para um dos pólos. A tênue linha que dividia os caminhos democráticos e conservadores, tornou-se cada vez mais distanciada.

Em um contexto, que é reflexo do processo de submissão dos interesses nacionais à capciosa condição de economia primário-exportadora, isto é, de subordinação real ao capital internacional, a luta por medidas democráticas mais radicalizadas, condicionou a luta política no Chile na dualidade: imperialismo x anti-imperialismo. O desenrolar da democratização das relações políticas e econômicas dão vida a um processo revolucionário que, diante do quadro apresentado, não tinha vazão interna nas estruturas capitalistas. Assim como era exteriorizado pelo PDC, as vicissitudes democráticas foram sustentação para os mais amplos anseios revolucionários da classe trabalhadora que se fazia "partido" na *Unidad Popular*.

A queda de braço com a direita gremialista teve, como resultado, uma demonstração devastadora da capacidade de refutação dos valores em prol da reestruturação do *status quo*. Contribuíram para uma ampla mudança dos alicerces morais e intelectuais para que a condição econômico-social permanecesse no estado em que Gramsci chama de econômico-corporativo⁴⁶, isto é, no plano político a pior das formas: estacionária e reacionária.

"É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral." (GRAMSCI, 2011a, p. 19). É baseado nesta leitura que podemos afirmar que todo o conteúdo de reorganização da classe dominante, de recomposição qualitativa e quantitativa dos quadros administrativos do aparato do Estado burguês é consolidado no Golpe de Estado civil-militar de Augusto Pinochet.

Conquanto o Golpe tenha sido impiedoso para aqueles que ousaram sonhar e construir algo novo, uma "vontade coletiva nacional-popular" *in nuce*, ele não

⁴⁶ Gramsci, 2011a, p. 17.

apresentou respostas imediatas para a crise de Estado do qual tanto falavam. Houve, após anunciada a Junta Militar, uma intensa disputa entre diferentes nuances para um só projeto de restauração da ordem burguesa. Os pólos estavam mais ou menos divididos entre: a Marinha, do Almirante José Merino, com uma identificação às reformas liberais e, do outro lado, os carabineiros e a Força Aérea, de Gustavo Leigh Guzmán, favoráveis aos projetos nacional-desenvolvimentistas de corte portaliano como o efetivado por Carlos Ibáñez. Percebe-se que ambos os lados da disputa tinham uma convergência: a depreciação do caráter político em favor do técnico-científico.

Sabendo da posição ocupada pelos Chicago Boys após consumado o golpe civil-militar de Augusto Pinochet, temos uma consideração: foram, estes graduandos e professores, componentes importantíssimos de uma *contrarreforma reacionária e conservadora*⁴⁷. Não só por eles, mas sem eles seria impossível, a readequação e reagrupamento da classe dominante se fez vitoriosa. O projeto hegemônico da classe trabalhadora fazia-se governo e avançava. Seguramente Gramsci (2011c, p. 135) muito nos diz quando aponta a necessidade de uma vitória "permanente" para romper, e não de forma imediata, a condição de subordinação.

"Projeto Chile", assim, nos é sinônimo de uma formulação parcialmente nova da classe dominante para forjar seus dirigentes da máquina pública. São, portanto, *intelectuais orgânicos do capital*. Constituíram-se elo ativo do enredo final do processo de Revolução Passiva no Chile.

3. A particularidade da Revolução Passiva no Chile

Se observamos todo o desenrolar da história do Chile, é possível constatar que as fórmulas políticas desenvolvidas e perpetradas tiveram um conteúdo sempre muito delimitado, porém claro: a classe dominante nunca hesitou em abdicar de seu poder para um dos seus em troca da permanência *hegemônica* no interior da luta de classes

⁴⁷ A princípio nos parece melhor exposto e fundamentado a ideia de contrarreforma, por considerarmos que o "Projeto Chile" está envolto no processo de Revolução Passiva chilena, portanto é um elemento de contrarreforma que constituiu-se em centro dinamizador da vida cotidiana futura. Para a polêmica, ver: Carlos Nelson Coutinho, "A Época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?", 2012. Acesso em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383/1943>

estrutural.

A constituição da vontade coletiva nacional-popular sempre esteve mediada pela luta constante da burguesia em barrar o avanço da classe proletária. A disputa insistente, pois que inevitável e necessária, é o elemento que determina a *forma* como se dará a eclosão da revolução burguesa no Chile. A *via passiva* é, na verdade, fruto de um cataclismo histórico da burguesia: a incapacidade de *direção política do capital* da forma que se apresenta, para o conjunto da sociedade, não é uma proposição hegemônica que dá conta de absorver a todos segundo a resolução de pautas concretas de tais setores sociais. No entanto, a *incompletude de classe* está refletida na incompletude da proposta hegemônica, isto é, na veiculação de uma *hegemonia incompleta*, o que necessita, por este mesmo motivo, de uma amálgama com as demais frações (reacionárias e conservadoras) da classe dominante⁴⁸.

A inviabilidade do desenvolvimento de uma burguesia industrial consciente de seu papel histórico é um processo cujas mediações são variadas. A ideação de uma reforma intelectual e moral traz, consigo, a necessidade de um programa econômico coeso e coerente com as possibilidades estruturais da classe em pô-lo em prática e, sobretudo, de condições objetivas para tal. As condições subjetivas, digamos assim, podem ser avistadas pela forma como se desenvolve a ideologia que norteará a *práxis* política e econômica da classe que se pretende dirigente e dominante.

A fração industrial, assim como toda a classe dominante chilena, sempre esteve absorpta, majoritariamente, em uma tendência teórica muito próxima das teses inglesas de livre-mercado do século XIX. Desde a chegada de Jean Gustave Courcelle-Seneuil,

⁴⁸ Florestan Fernandes (2011) faz, em sua obra clássica “*A Revolução Burguesa no Brasil*”, uma profunda discussão que envolve a problematização e constatação dos traços essenciais das burguesias. Esta diferenciação traz consigo a distinção aclamada entre burguesias clássicas e burguesias dependentes. Ambas possuem características ontológicas, isto é, de seu ser, que são traduzidas em desempenho de funções distintas em variados momentos históricos. Uma essencialidade apontada das burguesias dependentes tem a ver com uma postura congênita de apelo à conciliação, pois que não levam ao extremo sua ação dentro de uma perspectiva burguesa democrático-nacional. Deste modo, a consagração dos avanços sociais está, em grande parte, mediada por essas oscilações provenientes de seu traço essencial. Como demonstramos, a burguesia chilena está inserida, em nosso entendimento, neste contexto. Portanto, a realização da conexão histórica está circunscrita por tais características: ora afrouxa as amarras políticas e permite maior participação social dentro dos limites (estreitos) da ordem, ora aperta e opta por formas autocráticas. Assim, a *incompletude de classe* expressa, exatamente, este traço essencial, e, sua derivada *incompletude* na *proposição hegemônica* está associada às variações de atuação dentro dos limites da ordem, pois que a radicalidade das burguesias clássicas não é compartilhada aqui.

professor francês catedrático de Economia Política na Universidade do Chile contratado na década de 1850, a teoria de Economia Política que se apregooou intestinamente à classe dominante é aquela afeita ao tecnicismo dos economistas, aquilatadas com as aduanas livres para o comércio internacional e às emissões monetárias por Bancos privados.

A composição intelectual das frações da classe dominante esteve associada às estruturas imprescindíveis: nunca houve o questionamento, de modo sistemático, do *nexo colonial* que mantinha o Chile na posição de subsunção às potências imperialistas. Note que não haveria de ser diferente, pois que os benefícios são autoexplicativos. A construção de uma teoria econômico-política que dê amparo para a continuidade da *práxis* política das classes dominantes foi, no campo ideológico, a forma encontrada de adaptar a teoria liberal às condições e interesses de classe.

O movimento de adequação que é possível notar no terreno da ideologia não é, em verdade, exclusivo. Deriva, entretanto, da incapacidade congênita, justamente pelo *nexo colonial*, de que no Chile se produzisse uma classe burguesa revolucionária disposta às últimas consequências para fazer valer o devir histórico do "seu" capitalismo. O que se nota, de fato, é o amoldamento, mediante o aburguesamento de alguns setores e oligarquização de outros, das frações em torno deste denominador comum da estrutura econômica.

A preponderância no campo da economia não veio acompanhado da radicalidade necessária na esfera política para que os desígnios do capital industrial pudessem reinar sozinho. É aqui que a Revolução Passiva se explicita: esta incompletude, ou incapacidade, hegemônica levará o Chile a viver momentos de explosividade latente. À medida que o proletariado se afirma, mais a fissura do bloco dominante se torna perigosa e mais as frações abrem mão do predomínio único em detrimento do "simples" predomínio de classe. A gênese própria das relações capitalistas no Chile se deu em consonância com a existência de relações atrasadas, que sempre conseguiram impor sua lentidão ao desenvolvimento interno. O paralelo mais próximo deste desenrolar é a adequação das frações em torno de candidaturas - que expressam o conteúdo de classe -, como a de Ibáñez (1927), possíveis de acomodar os interesses e decepar as lideranças proletárias.

Observemos que esta dinâmica, própria das características *ontogenéticas* do

capitalismo chileno, se reproduzirá - justamente por ser a Revolução Passiva um procedimento de *ciclo longo* - ao longo de toda sua estruturação, isto é, consolidação do capital industrial e das relações *especificamente* capitalistas no Chile. Desde Courcelle-Seneuil, passando pela *Misión Kemmerer* (1927-32) e pela *Misión Klein-Sacks* (1955-58), houveram vários momentos que marcam as tentativas de síntese da burguesia. Em todas elas o elemento que predomina é o liberalismo do século XIX, onde sobrepuja a liberalização econômica aliada ao conservadorismo político. O porquê disto está na efetivação do agente externo como parte interessada e constitutiva do poder exercido internamente.

A resolução final desta empreitada revolucionária é, em nosso entendimento, a elaboração da contrarreforma reacionária e conservadora dos Chicago Boys. Este grupo de estudantes e professores não podem ser estudados em si mesmos, pois que representam a ilação necessária da burguesia em um projeto transcendental às expectativas do contexto. Surgido em uma quadra histórica onde o sentido verificado na sociabilidade era o da democratização.

O governo Frei (1964-70), do PDC, teve como tarefa histórica vencer os militantes da *Unidad Popular*. Entendemos que eram dois conteúdos distintos propostos nas suas respectivas formas de democratização. A maneira democrata-cristã estava envolta na política contingencial de ruptura sem a perda da continuidade, isto é, apresentava a veste do avançado mas realizava o obsoleto. Já a segunda era fruto de um programa partidário cuja base foi uma leitura histórico-concreta afeita às necessidades do povo-Nação. Neste sentido, a democratização proposta pela *Unidad Popular* é aquela que melhor expressa a classe em movimento de hegemonizar-se, de autonomizar-se ainda mais e garantir, por seus meios, a radicalização completa da proposta socialista. A revolução democrática posta em curso, após a eleição de Allende, não caberia dentro dos marcos capitalistas, pois que rompia com eixo central da formação econômico-social chilena, o nexu colonial. Ao fazer isto, ruíam as bases do arcabouço filosófico, econômico e do aparato estatal que sustentavam o capitalismo chileno.

É por isso que consideramos os Chicago Boys o elo ativo do enredo final do processo de revolução burguesa, pela via passiva, no Chile. A elaboração de um novo papel para o Estado, a economia e a política, mediante este constructo ideológico, serviu

de bastião para a resistência conservadora e de sentença do processo de *acomodação* das frações burguesas iniciado com Ibáñez, em 1927.

A concreção do "golpe final" se deu sob vários motivos, mas identificamos que o principal deles é a linha teórico-prática, que se materializa por ser *particularidade*, constituída pela classe dominante desde meados do século XIX. A liberalização conservadora, item fundante da teoria dos "garotos de Chicago", mesclou-se com incrível rapidez ao apoliticismo do Exército. O tecnicismo econômico, que necessita, neste caso, do conservadorismo na política, juntou-se ao sentimento apolítico da Doutrina de Segurança Nacional dos militares para dar ponto final a um sentido de democratização (de classe, revolucionário) estranho a ambos os interesses. O disparo foi preciso e a consequência incalculável. Impediram o surgimento do novíssimo, dizimando-o, e enterraram o velho.

CAPÍTULO II: o transformismo como fio condutor

O conceito de *transformismo* é entendido, no interior do debate da corrente gramsciana, como algo possível de se averiguar desconexo de um movimento maior e mais abrangente: a revolução passiva. Entendida esta última como uma forma restrita de interpretar a condução do processo de revolução burguesa, temos que analisar as maneiras como o transformismo aparece na concreção da história e quais suas características centrais.

Diz Gramsci que se pode distinguir dois momentos do transformismo: "1) de 1860 até 1900, transformismo 'molecular', isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora e moderada"; e "2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado", sabendo-se que "entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário - 1890-1900 -, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos". (GRAMSCI, 2011a, p. 286)

Este primeiro momento tem a ver, substancialmente, com a relação de Cavour e os democratas da estirpe de Garibaldi e Mazzini. A atração "molecular", "privada" dos intelectuais e dirigentes do *Partido d'Azione* se deu, grosso modo, porque o Estado Piemontês (do Rei Vítor Emanuel II), alicerçado na liderança de Cavour, exercia uma vanguarda real, isto é, havia uma maior identificação entre os representantes e representados, o que possibilitava uma classe dirigente que pouco, ou nada, oscilavam em suas posições políticas. Nas palavras de Gramsci, "representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas." (*Ibidem*, p.62)

A atuação do ministro Cavour foi, em determinado momento, de tamanha firmeza que os moderados "exerciam uma poderosa atração, de modo 'espontâneo', sobre toda a massa de intelectuais que existiam na península em estado 'difuso', 'molecular'" (*Ibidem*, pág. 64), o que contribuía para que atuassem como intelectuais orgânicos, ou seja, "intelectuais já naturalmente 'condensados' pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram expressão". (*Ibidem*, p. 64)

Gramsci, ao observar o movimento dos senadores e parlamentares na vida política - quando da ascensão de Agostino Depretis, da "esquerda democrática", em 1876, para primeiro ministro italiano - constata uma "transformação" de alguns parlamentares da direita histórica em agentes da esquerda democrática. Esta "transformação", para além de um evento localizado, conduziu Gramsci a entendê-lo como um fio condutor característico da história da Itália depois do *Risorgimento*, alegando que "pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizado pelo transformismo." (*Ibidem*, p. 63). Assim sendo, o transformismo seria uma das "formas históricas" de desenvolvimento dos processos de revolução passiva, como bem demonstra a história italiana. (*Ibidem*, p. 286)

A contraposição que existiu, durante o período do *Risorgimento*, foi a esquerda democrática, expressa no *Partido d'Azione*, cujas lideranças eram Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi. Entretanto, este partido não esteve alocado, alicerçado, sobre nenhuma classe fundamental, o que lhe ocasionava uma oscilação desmedida de sua posição política, favorecendo aos moderados para que aqueles funcionassem como organismo de agitação dos seus interesses. A falta de um programa partidário que exprimisse com clareza as demandas populares (Reforma Agrária naquele contexto), enfraquecia-os na disputa hegemônica do *Risorgimento*. (*Ibidem*, p. 62-66)

O importante de ser notado é que "enquanto Cavour tinha consciência de sua missão, uma vez que estava criticamente consciente da missão de Mazzini, Mazzini, pela pouca ou nenhuma consciência da missão de Cavour, estava também, pouco consciente de sua própria missão." (*Ibidem*, p. 318) Então, as manifestações intempestivas e "espontâneas" de Mazzini tornavam-se "úteis apenas à política piemontesca". (*Idem, Ibidem*)

O período demonstrado pelas análises de Gramsci é muito sintético para que entendamos a especificidade do primeiro tipo de transformismo, visto entre 1860-1900, onde a posição hegemônica dos moderados se expressava em uma direção política e intelectual de firmeza, cujos intelectuais "difusos" acabavam agregando-se a eles por "atração". O transformismo no governo Depretis significou, portanto, que "não era a esquerda, enquanto força autônoma, que atraía para si elementos da direita histórica, mas o próprio partido da esquerda é que se encontrava sob a hegemonia da direita." (COELHO, 2005, p. 461)

Assim, o "chamado 'transformismo' [deste período] foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica, intelectual, moral e política." (GRAMSCI, 2011a, p. 63). Contudo, pode, o conceito de transformismo expressar uma totalidade particular mais ampla e complexa que a própria revolução passiva? Eurelino Coelho entende que sim e resume bem a justificativa: "o transformismo é um dos aspectos da dimensão política da relação entre os 'grupos sociais' no capitalismo, um dos *mecanismos ordinários da hegemonia* burguesa. E a hegemonia, como forma determinada da relação política entre classes, opera na revolução passiva, mas não apenas nela." (COELHO, 2005, p. 462, *grifos do autor*)

O sentido "amplo" que pode ser atribuído ao conceito de *transformismo* é aquele pautado na idéia dele como "absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos." (GRAMSCI, 2011a, p. 63) Neste sentido, assim como aponta Eurelino Coelho (2005, p. 458 e ss.) e David Maciel (2006), o transformismo, nestes termos, representou a "elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla" (*Ibidem*, p. 63) que modifica o conteúdo e o curso de desenvolvimento dos moderados fazendo-os abandonar o ideário neoguelfo (ainda que ao custo, para os subalternos, do estancamento das atividades mazzinianas) e forçando o Papa a giros, ora à esquerda, ora à direita, como bem reflete a encíclica papal *Rerum Novarum*, de Leão XIII, instaurando o *popularismo*. Esta absorção reflete, também, na mudança do programa dos moderados, com a inclusão de reformas antes não dispostas. O governo de Giovanni Giolitti (1903-13) retrata bem o caso.

A grande diferença, então, destes dois modos de concreção do *transformismo* é que "o transformismo 'molecular' [o primeiro] opera negativamente, levando as forças oponentes à desarticulação e à desmobilização." (MACIEL, 2006, p. 289) Em contrapartida, o segundo, "ampliado", como uma forma de anular a força dos oponentes sem, no entanto, "decapitá-las", isto é, mantendo-as na disputa política, mas inertes e reféns dos movimentos dos partidos hegemônicos. Assim:

as operações de ordem econômico-social, ideológica e política podem ser desenvolvidas para viabilizar a revolução passiva, ligadas, fundamentalmente, a um processo de redefinição do 'modo de ser e agir' das forças oponentes, diretamente relacionado à alteração de sua práxis social e, conseqüentemente, de sua práxis política. (*Ibidem*, p. 289)

Esta forma "ampliada" permitiu aos moderados que obtivessem tamanha hegemonia sobre as forças opositoras e inimigas que o Estado, a partir de seu predomínio, é quem conduzirá a educação das massas, sugerindo-lhes uma História Oficial - de cunho moderado - e criando um nexos entre as gerações no desenrolar histórico-concreto desta "ideologia moderada".

Na análise da questão americana e do fascismo é que Gramsci se deterá sobre esta segunda "modalidade" conceitual. A instalação dos métodos fordistas/tayloristas exigiu, das classes dirigentes, um constructo hegemônico refinado e sintonizado com as demandas do pós-Primeira Guerra, o americanismo. A "educação" e, por conseguinte, a assimilação dos trabalhadores pelo ideário americanista ordenava mudanças que iam da reestruturação produtiva à conformação do operário como "gorila amestrado", passando pelo controle de sua vida social e sexual.

Chama atenção, David (2006, p. 292), que a "*passivização*" não exigiu a eliminação completa dos sindicatos, mas um redimensionamento de si como aparelho de hegemonia burguesa, em favor da fordização da classe operária e não mais empunhados no radicalismo e na combatividade proletária. A *americanização*, portanto,

exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança meios próprios, como 'sociedade civil', através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio. (GRAMSCI *apud* MACIEL, 2006, p. 292)

Seja com o exemplo histórico do governo de Depretis ou com a análise do americanismo/fordismo, vemos que o transformismo se apresenta como modalidade de desenvolvimento histórico cujo fim é exterminar, ou incapacitar temporariamente, o protagonismo da classe proletária, e dos grupos subalternos, de atuarem como classe organizada, feito partido ou não, imbuídas do *espírito de cisão* necessário para autonomizar-se e autogestionar-se. As duas formas de Estado, respectivas para cada situação concreta de transformismo, mesmo que se apresente como uma "ditadura sem hegemonia" (GRAMSCI, 2011a, p. 330), necessita de um mínimo de consenso: este é o papel cumprido pelo transformismo.

Neste capítulo, tendo já realizado um debate prévio acerca de nosso entendimento sobre a revolução passiva e como ela se apresenta no Chile, elencamos

alguns pontos que são necessários para abordagem a fim de demonstrar os períodos e os mecanismos encontrados pela classe dirigente para evitar que os subalternos adquiram protagonismo na luta social desencadeada na segunda metade da década de 1920. Em primeiro lugar, a exposição do período da Frente Popular (FP) e suas consequências histórico-concretas, seja sob o prisma das classes dirigentes, seja dos subalternos. Em um segundo momento, analisaremos as mudanças dos partidos políticos centrais no momento em questão, identificando a maneira como se adequaram às novas vicissitudes históricas postas pela revolução em curso. Por fim, far-se-á necessário dirimir alguns pontos sobre a corrente do pensamento econômico nacionalista, de cunho certamente progressista, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), apontando quais as apropriações feitas pelos dirigentes (burguesia) e dirigidos (proletariado).

1. Frente Popular (FP): a ilação transformista

Após o irromper revolucionário de 1917, o movimento operário internacional ganhou novas dimensões e recursos estratégicos e táticos que podem, e devem ser avaliados. O avanço da revolução socialista internacional, entre 1917-21, marca o primeiro período de ofensiva das forças revolucionárias, mas encontra, na Europa Ocidental, grande resistência e acabam sendo derrotadas na Itália e Alemanha, principalmente.

Já dissemos, no primeiro capítulo, que esta derrota marcará as reflexões de Gramsci em todo os seus escritos carcerários. A preocupação dele, todavia, não se limitava à Itália, mas entrava no embate duríssimo dos dirigentes da III Internacional Comunista⁴⁹ (IC), fundada em 1919. Durante a realização do segundo Congresso da IC, em 1921, adota-se a tática da *Frente Única*, duramente criticada pelos setores ultra esquerdistas como capitulação à socialdemocracia. Para as lideranças bolcheviques, vide Lenin e Trotski, esta tática deveria ser utilizada com máxima flexibilidade para

⁴⁹ Para uma melhor apreciação dos debates intrínsecos à construção da III Internacional, consultar HOBBSAWN et al., História do Marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985. Sobre a repercussão da linha política da III Internacional na América Latina, ver: DEL ROIO, Marcos. A classe operária na revolução burguesa: A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros: 1990.

permitir um reagrupamento dos setores progressistas no interior do movimento operário, realizando um recuo defensivo, diante da derrota acachapante da revolução no Ocidente, para depois partir em ofensiva.

Não por acaso que Lenin escreve um brilhante opúsculo neste período chamado *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Neste pequeno excerto, Lenin critica duramente as posturas ultra-esquerdistas dos demais companheiros da IC, rebatendo as críticas e colocando a centralidade da tática como forma de estar em plena sintonia com a realidade histórica de refluxo do movimento operário revolucionário.

No terceiro Congresso da IC, é ratificado a tese da *Frente Única Operária*, cujo fulcro estava na construção de uma política de massas dos partidos comunistas ao redor do mundo. A visão estratégica consistia em dar um recuo defensivo, ao mesmo tempo que preparava uma nova ofensiva: o rechaço às práticas *putschistas* e aventureiras (espontaneístas, diríamos) dava lugar à busca por hegemonia comunista no seio do movimento operário ocidental, que estava dominado pelas forças socialdemocratas, ganhando força para seu projeto revolucionário, acionado no momento exato que a conjuntura internacional permitisse.

Em 1928, no entanto, na realização do VI Congresso da IC, ficou sancionada a linha política do "*terceiro período*". A caracterização geral era a de que o capitalismo havia se estabilizado no pós-Primeira Guerra Mundial e pós "onda" revolucionária de 1917-21. Contudo, a crise mundial que se aproximava alarmava os dirigentes comunistas da necessidade de preparar-se para um avanço definitivo em busca da realização plena da estratégia da revolução socialista internacional. O momento era de crise de capitalismo e as perspectivas de radicalização do movimento operário internacional revolucionário eram consistentes e, portanto, deveriam constar como pilar da avaliação político-estratégica da IC. A linha vitoriosa foi a do social-fascismo, em que a socialdemocracia, até então aliada possível no campo do movimento operário, foi tachada como a ala esquerda do fascismo no mundo.

Não resta dúvidas que esta prática política foi dada como orientação para todas as Seções Nacionais da IC e seguida com extrema rigidez. No entanto, o resultado desta linha política, conhecida também de "classe contra classe", foi desastrosa e ocasionou um isolamento tremendo das organizações comunistas mundo a fora. O sectarismo, parte essencial da linha estratégica, ficou demonstrado na falta de adesão do movimento

operário às organizações comunistas e, principalmente, na incapacidade de construção de uma linha política de massas que desse vazão às demandas da classe operária. O isolamento do movimento operário revolucionário contribuiu para que não houvesse um contraponto necessário ao avanço das forças *nazi-fascistas*.

A consolidação de Hitler no poder da Alemanha, em 1933, será o divisor de águas para que o *Comitê Executivo da Internacional Comunista* percebesse, junto ao desastre das atuações dos PCs no mundo todo, que o período de crise do capitalismo serviu de base para a fortificação dos elementos autoritários da dominação burguesa. Então, no seu VII Congresso, a IC pôde reavaliar a linha decrépita que haviam impulsionado, reconsiderando o "lugar" da social-democracia no espectro de alianças, e propondo, mediante Relatório do dirigente búlgaro, Jorge Dimitrov, a correção da linha política através da retomada das *Frentes Únicas*.

O Relatório de Dimitrov foi tido como linha-mestre da IC para o período que se aproximava. A ascensão das forças fascistas e nazistas demandavam, da IC, uma organização melhor preparada e com um arco de alianças suficiente para conter o avanço de tais forças e impedir que o movimento operário fosse dizimado. Trata-se, portanto, de estabelecer as *Frentes Populares Antifascistas*, ou somente *Frentes Populares*. A caracterização de Dimitrov era a de que o período de contrarrevolução aberto com Hitler, significava uma parcela da própria burguesia "aterrorizada perante a realização da unidade de luta da classe operária, aterrorizada perante a revolução e já sem a possibilidade de manter a ditadura sobre as massas por meio dos velhos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo" (*apud* SENA, 2007, p. 5), logo a saída seria uma orientação rumo à "*organização da greve política de massas*." (*apud* SENA, 2007, p. 5; *grifos do autor*)

As mais variadas experiências de Frentes Populares, especialmente na Europa Ocidental (Espanha e França) foram tidas como exemplos no combate antifascista que os comunistas deveriam levar à cabo. Na América Latina, o elemento do "atraso" na formação nacional, fez das considerações da IC algo mais próximo de uma fórmula política que proporcionasse uma aliança nacional em torno da Nação, contrário aos ataques do imperialismo e pela soberania nacional. Talvez o exemplo mais claro desta política esteja na Aliança Nacional Libertadora, fundada em 1935 com grande impulso

dos comunistas⁵⁰.

Ainda que se possa dizer da rigidez dos comunistas em levarem a frente a linha política discutida e acertada em âmbito dos Congresso da IC, devemos lembrar que os PCs do mundo todo não são meras correias de transmissão dos órgãos "superiores", pois que possuem intelectuais capacitados para pensar as melhores formas de adequar a linha política internacional com as demandas nacionais. Por outro lado, não podemos omitir que houve, em contextos específicos, enquadramentos forçados da estratégia da IC na conjuntura nacional de alguns países.

No Chile, podemos dizer que durante quase todo o segundo governo de Arturo Alessandri (1932-38), os comunistas e os socialistas pouco puderam realizar ações conjuntas em nível nacional no movimento operário. O ideário do social-fascismo, incorporado pelo PCCh⁵¹, causou um isolamento político tremendo para os comunistas, inclusive com os socialistas, por aqueles considerarem que estes levavam uma política reformista de características elementares da socialdemocracia europeia.

No entanto, a conjuntura interna era extremamente complexa e é preciso que façamos uma análise um tanto mais detida da forma como a linha política da IC, *Frente Popular*, ainda que distante estrategicamente da orientação dos radicais, possibilitou uma aliança tática em que ambos pudessem pavimentar o caminho para a concreção de suas estratégias distintas e particulares.

A eleição de Arturo Alessandri, ainda que expresse a continuidade do movimento de acomodação, pelo alto, das classes dirigentes e da recomposição das alianças do imperialismo estadunidense com as frações da burguesia chilena, não contemplava uma política progressista no campo operário. A sua postura definitivamente apresentava algo melhor do que os candidatos tradicionais conservadores, mas seu governo só foi possível pelo apoio dos mesmos e dos radicais ao liberal Alessandri.

A composição com os conservadores, forçou Alessandri ter, como Ministro da

⁵⁰ No caso brasileiro, adotou-se, como se tinha pensado neste mesmo Congresso, através da intervenção do responsável pelo *Bureau* latino americano da IC, a tática das *União Nacional*, cujo nódulo central seria a luta de libertação nacional e/ou anti-imperialista.

⁵¹ Este ideário foi incorporado no Congresso de 1933 em que predominou a leitura do Comité Único de la Construcción (CUC), sindicato mais atuante dos trabalhadores da construção civil, como um sindicato de tipo *fascista*. Ficou conhecida, na época, esta tática dos comunistas, como a *fórmula dos sindicatos rojos*.

Fazenda, Gustavo Ross Santa María, exímio economista conservador. Sua política não foi a de proteção dos salários e preços, mas a de criar um "ambiente saudável" para os investimentos externos no país. A condução "intervencionista" do Estado, neste sentido, refere-se ao incentivo à iniciativa privada.

Ele, embasado na aliança liberal-conservadora, com retoques radicais, desenvolveu uma prática intransigente de reprimir os movimentos organizados do proletariado. Em 1936, e depois em 1938, desencadeou brutais ações de repressão militar sobre greves e ações de rua dos operários e movimentos sociais. A consequência mais imediata desta proposta de prática de governo foi a adesão dos radicais à Frente Popular, recém-criada em 1936. É fato que sua adesão foi, também, mediante análise pragmática da possibilidade de ter na presidência, nas eleições de 1938, um candidato seu como cabeça-de-chapa. O PR, que ao longo do tempo tornou-se o principal expoente das pautas da classe média (funcionários particulares, "colarinho branco") e dos setores da "aristocracia operária", galgava rapidamente para a conclusão de que a sustentação da aliança que mantinha até então não seria mais possível, seja pelos anseios pragmáticos e institucionais, seja pela pressão da base social ao qual estava referendado.

A disputa interna, entre os frentistas e os antifrentistas, aumentou em razão direta dos desdobramentos das Frentes Populares na Europa (França e principalmente Espanha), mas acabou consagrada a posição pró Frente do grupo liderado por Pedro Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos. Entre ambos, possíveis candidatos do PR à Frente Popular, venceu Aguirre Cerda com o discurso pautado no lema: *"Pan, Techo y Abrigo"*.

Cerda era um experiente militante do radicalismo chileno e sua postura moderada acabou sendo bem aceita por grande parte da população. Ademais, sua postura foi responsável, além do programa de governo que a Frente formulou, por atrair e agregar diversas lideranças das demais agremiações políticas do contexto. Inúmeros liberais, jovens da Falange Nacional⁵² e demais do campo popular.

⁵² A Falange Nacional é um racha do Partido Conservador liderado pela juventude do Partido descontente com as posturas do mesmo em relação ao cenário social. Em especial depois da escolha de Gustavo Ross como candidato único da direita, estes jovens, imbuídos das teses do social-cristianismo, lideram este movimento de cisão com a formação da Falange Nacional, que prontamente endossou a campanha da Frente Popular.

Estava contido, no campo popular, a candidatura de Ibáñez, amparada pela *Unión Socialista* e pelo Movimento Nacional Socialista. Sua candidatura só foi retirada após o *putsch* liderado pela juventude nazista que visava a consolidação da campanha do general. O massacre ordenado pelo presidente Arturo Alessandri, depois dos jovens terem tomado parte do prédio do *Seguro Obrero*, localizado atrás do *La Moneda*, resultou na prisão de Ibáñez e Jorge von Marées (líder do Movimento Nacional Socialista), acusados de serem coordenadores do *putsch*, e na morte, por fuzilamento, de 63 jovens.

Além deste fato, pode-se elencar a desconfiança dos parlamentares da oposição quando do pedido do Executivo para que o Legislativo lhe outorgasse “Faculdades Extraordinárias”. O golpe realizado no Brasil, por Vargas, instituindo o Estado Novo, teve repercussão na compreensão das forças sociais chilenas sobre os reais interesses de Alessandri com tais faculdades extraordinárias e a impositação do Estado de Sítio. Estes elementos todos contribuíram para que a campanha ficasse polarizada entre um candidato de centro-esquerda e o candidato liberal-conservador, com apoio de Alessandri.

Como tínhamos dito anteriormente, a construção da Frente Popular foi um momento que, no contexto específico do Chile, em plena revolução burguesa, foi capaz de unificar interesses estratégicos distintos em um mesmo instrumental tático e prático. No campo da esquerda socialista, podemos vislumbrar a conexão desta ação com a orientação da IC para os PCs e com a hegemonia da leitura etapista da história, muito forte na Segunda Internacional, mas que ainda ecoava nas concepções de inúmeros partidos comunistas.

O desenvolvimento necessário das forças produtivas, sob condução da burguesia nacional progressista, servia de alento à leitura de revolução socialista consolidada e amalgamou-se à necessidade imediata de compor com as forças nacionais contrárias ao avanço fascista e minimamente anti-imperialista⁵³. Não estranha, assim, vermos que o PCCh lançou um manifesto intitulado “*Unión para la lucha por el pan, la democracia y*

⁵³ Falas como a José Veiga, dirigente comunista eleito, em sessão da Câmara, deixa claro a leitura do PC chileno. Diz ele que “el Frente Popular en el orden económico no contemplaba la abolición de la propiedad privada, el principio fundamental del socialismo; contempla el desarrollo de la producción capitalista; y en el orden político no pretende la instauración de un régimen político soviético, pretende la defensa del régimen republicano.” (*apud* VITALE, 2011c, p. 529)

la independencia nacional", cujas palavras de ordem eram as seguintes: "*Todo Chile contra Ross y el fascismo!*", "*Todo Chile con Aguirre!*" e "*El Frente Popular al Poder!*"⁵⁴.

Uma vez que a coalizão político-institucional estava sacramentada e a vitória ocorrida, resta saber qual partido foi hegemônico na concepção do programa de governo e como se desenrolou. Os desdobramentos desta hegemonia radical na composição da Frente Popular será, em nosso ver, a forma como se expressou o *transformismo* no Chile, em sua primeira manifestação, após desencadeada revolução passiva.

Aguirre Cerda, candidato eleito pela FP, sempre defendeu, internamente ao PR, que a FP é quem deveria assumir o programa dos radicais e não o contrário. A necessidade de se diferenciar da "esquerda marxista" fez com que reavaliassem seu programa estabelecido e colocassem em novos termos suas teses do *radicalismo*. No programa político da convenção dos radicais, estabelece-se a utilidade social e o preço justo como ferramentas necessárias da construção de uma produção que dê conta de garantir o mínimo à coletividade, sem que os abusos individualistas sobressaíam:

Habrá, por lo tanto, que crear un poder estatal con autoridad suficiente para dirigir la economía nacional dentro de principios nuevos que establezca el precio justo y la utilidad social. Ese poder necesitará buscar una coordinación de los procesos de producción, distribución y consumo, pues sin ello se produce una dispersión de las iniciativas, que trae como consecuencia, insuficiencia de abastecimientos, pérdidas de mercados y como resultado final hambre y miseria.⁵⁵ (pág. 9)

No discurso de Aguirre durante o lançamento de sua candidatura à presidência pela Frente Popular, em 1938, dizia ele que "a Frente Popular não vai contra a Pátria, a Família, nem contra a Propriedade", e, por não aceitar a "tirania, nem a violência, e, por esta razão, se levanta com energia contra o fascismo", combatendo também os abusos do "imperialismo econômico", porém, "isto não significa que [a Frente Popular] repudie o capital estrangeiro construtivo" que respeita as leis do país e "vem ao Chile para cooperar conosco para o progresso social." (*apud* AGGIO, 1999, p. 108) Assim, no entender dele, a "Frente Popular é um organismo regulador da efervescência da classe

⁵⁴ A análise deste documento, lançado em 1938, é realizada no informe do XI Congresso do Partido Comunista realizado em Dezembro de 1939. Para lê-lo na íntegra, acessar: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0001339.pdf>

⁵⁵ Ver "La Doctrina Radical: programa de gobierno", página 9. Acesso em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0001372.pdf>

irracionalmente explorada, que poderia gerar uma rebelião de consequências funestas para o país", por isso não cabe ao ideário da FP os pressupostos da teoria comunista, já que "quer melhorar as condições a que aspirou a classe trabalhadora e média, e através desta forma inteligente, racional e justa, *favorece também os interesses materiais das classes endinheiradas*", portanto, "as palavras históricas de fraternidade, liberdade e igualdade, se traduzem, agora, por *pan, techo y abrigo*", cabendo à FP o papel de ponte salvadora "que *harmoniza os interesses nacionais*". (apud AGGIO, 1999, p. 110-11, *grifos nosso*)

Ademais, esteve presente em seus discursos, e no programa da FP, a reivindicação de que fosse obrigação do Estado promover uma distribuição mais equitativa das arrecadações fiscais entre as regiões, superando, ou ao menos apontando para tal caminho, uma divergência regional que tem início nos primeiros anos de vida independente do país, na década de 1820.

As transformações que se pode observar durante o período da Frente Popular podem ser esquematizadas em três dimensões obrigatórias: expansão do Estado visando constituí-lo instrumento de conexão direta das políticas de Estado na sociedade civil; reformulação do padrão de acumulação através da substituição de *algumas* importações; e, cooptação das lideranças dos grupos opositores e inimigos à uma política que dê vazão aos ideais radicais.

A política de expansão do Estado acontece por duas razões principais: 1) o aumento do número fixo de funcionários públicos (18 mil em 1920 para 120 mil em 1950) serve como forma do Estado ter, na sociedade civil, seus "tentáculos" que espraíam as políticas em todos os meios sociais; 2) esta ampliação favorece a alocação da classe média (mas também da aristocracia operária), setor fundamental da base social dos radicais, em cargos do Estado e na estrutura burocrática do Estado.

Consolidar este novo "formato" de Estado significa poder realizar uma intervenção direta do mesmo na sociedade através de suas entidades e apaziguar os ânimos de ascensão social dos estratos médios. Durante os governos radicais (1938-1952), o número de empregados particulares saltou para mais de 150 mil e o salário foi de 400 pesos em 1937, para 4.670 em 1951, que corroboram com a ampliação e materialização do mercado interno, dado que eram consumidores em potencial dos artigos manufaturados e também dos bens de consumo duráveis produzidos no Chile.

Estas novas funções estiveram, basicamente, vinculadas ao processo de substituição de algumas importações. Esta nova concessão de créditos industriais se fez presente já no segundo governo de Arturo Alessandri e durante todo o período da Frente Popular, também chamado de *Radicalismo*. Foi posto em prática um tipo de planejamento da economia com fins de estímulo ao processo de *acumulación originária do capital na indústria* mediante créditos e proteccionismo. Efetivamente, "la política fiscal contribuía igualmente a la transferencia de excedente hacia el sector industrial, aunque esta vez ya no a través de las variables del mercado, sino que directamente a través de la función del Estado como concentrador y resignador de excedentes." (VITALE, 2011c, p. 496). Isto se confirma com os dados da *Corporación de Fomento Fabril* (CORFO), que destinou, entre 1940-45, cerca de 52,1% do seu montante de capital em créditos para indústrias.

Na década de 30, com todas estas transformações do Estado chileno, a Direita teve que se remodelar para conseguir se adequar aos novos tempos. Um dos pontos chave desta mudança, foi o respaldo ao papel “intervencionista⁵⁶” do Estado na economia⁵⁷. Majoritariamente rejeitaram, no plano da Economia Política, o embate entre setor privado - setor público, dando respaldo ao proteccionismo que garantia também proteção ao setor rural, onde se proliferava indústrias corporativas de grande peso. Este incentivo à industrialização tinha como motor uma maior compra de insumos agrícolas para algumas atividades, agora nacionais. A burguesia industrial, por sua vez,

⁵⁶ É preciso esclarecer que o termo “intervencionista” tem um claro papel aqui no texto. Sabemos que a origem do termo é, em si, um paradoxo, haja visto que o Estado não intervém, na medida em que ele é resultante das correlações de forças político-sociais. Assim, quando dizemos que o Estado intervém, estamos nos valendo da significação dada por muitos autores heterodoxos, signatários, no geral, da corrente keynesiana. Deste modo, seu significado é de regulamentação do Estado; “organização” do capitalismo; mediação entre as classes. Não obstante, o uso deste termo não significa nossa adesão ao referencial keynesiano, heterodoxo ou qualquer outro de matriz liberal.

⁵⁷ "Además del fomento a la industrialización, el Estado tuvo que acrecentar su intervención en las siguientes áreas de la economía; a) negociación de la deuda externa, con un nuevo estilo, como el inaugurado por el segundo gobierno de Arturo Alessandri; b) control estricto de las divisas y del mercado cambiario; c) mayor eficiencia en la administración de las crisis, con la experiencia adquirida en el crack de 1929-30; d) obras de infraestructura en función de las necesidades de la industrialización; e) promoción de nuevas fuentes energéticas, como el carbón, a partir de la década de 1930 y empresas hidroeléctricas estimuladas por la CORFO; f) adaptar el régimen tributario a las nuevas necesidades del Estado, como subir el impuesto desde la década de 1930, que fue de nuevo modificado en 1964 con la ley de Reforma Tributaria dictada por Jorge Alessandri; g) afinamiento del sistema de fijación de los porcentajes de derechos de exportación; h) canalización de la renta del cobre hacia las necesidades prioritaria del Estado." (VITALE, 2011c, p. 497)

estava interessada no financiamento do setor agrícola pelo fato de que isto acarretaria uma ampliação do mercado interno, dando maior poder aquisitivo para produtos manufaturados.

A orientação da Direita em aceitar o intervencionismo do Estado, que se verifica, inclusive, no discurso⁵⁸ de Ross à presidência, em 1938, revela um aspecto do transformismo. Ademais, pode-se questionar: os radicais desempenharam o papel dos moderados na processualidade histórica da Revolução passiva? Cremos que foram importantes na concreção de um novo bloco de intelectuais orgânicos que conduziu, por meio da história em ato, o movimento para a esfera da *necessária modernização*.

Há que se destacar os feitos, mas há que se entender que os anos de FP, *Radicalismo*⁵⁹, corresponderam à resposta política possível e consentida por amplos setores das classes dominantes: uma transição pactuada e sob duras restrições. Assim como Aggio explana, o processo social chileno recondiciona os atores políticos e os modelos econômicos, sem sequer vislumbrar algo diferente do que as próprias bases instituídas pelos ideais clássicos da socialdemocracia⁶⁰. Então, o papel cumprido pelo PR não garante a ele tamanha importância para vincular, de alguma forma, o seu agir ao devir histórico enfatizado. É dessa leitura que Aggio (1999, p. 193-212) afirma que o PR toma para si, enquanto programa, a “Revolução Passiva”. Ainda que o programa partidário deva corresponder às demandas históricas, não nos parece possível identificar o sujeito e a História, como parece fazer Aggio. Ademais, esta incorreção analítica permite atribuir ao campo político um determinado peso histórico que acaba por não explicitar de maneira ímpar os entraves econômicos que corroboraram para a criação consensuada de novos padrões de produção intermediadas pelo Estado. Permite que o

⁵⁸ Diz Aggio (1999, pág. 114) que, “no plano da economia, apresentava-se como um liberal que havia extraído suas lições da crise mundial e admitia a intervenção do Estado, desde que este cumprisse um papel benéfico de fomentar a iniciativa privada, não concorrendo com esta.”

⁵⁹ De acordo com Aggio, o período citado, correspondente à Frente Popular, revitalizou o capitalismo e o adequou com os idéias de modernização, isto é, industrialização e planejamento. “Esta orientação imprimiu, sem dúvida, um efeito perdurável no desenvolvimento econômico chileno, tornando-se, justamente com a inevitável presença do Estado na vida social, a base fundamental de referência para a concepção e formulação dos projetos e estratégias de todos os atores políticos.” (AGGIO, 1999, p. 155)

⁶⁰ Entenda como um respaldo político para a intervenção e controle do Estado nos tratos da Economia. “A intervenção do Estado, no entanto, não conseguiu anular o momento tardio em que se efetivava este processo de ‘ocidentalização’. Industrialização, questão agrária, modernização, autonomia nacional, democratização, tudo fica a meio caminho, efetiva-se sem completar-se; um quadro típico de revolução passiva absolutamente coerente e essencial à natureza do reformismo.”. (AGGIO, 1999, p. 207)

todo social se restrinja a um dos elementos ativos da mudança.

Até poderiam desempenhar o papel dos moderados na história do Chile, mas os anos finais da FP serve de base para sua não afirmação. A troca da base de sustentação, dos comunistas/socialistas para o apoio "indireto" dos liberais e conservadores, reforça nossa ideia de que, em essência, são os radicais os elementos sociais influenciados e dirigidos, não os dirigentes.

Todo o arcabouço retórico e político-institucional utilizado pelos setores liberal e conservador, demonstram a fragilidade do programa radical, pois que não se assenta nas reais demandas da classe trabalhadora. A base social dos radicais é, por constatação, muito instável e oscilante. Diria Gramsci que por não estarem assentados sobre nenhum grupo econômico fundamental, a noção de representatividade entre representantes e representados tende a oscilar desmedidamente.

A linha econômica que foi executada no período fez parte de uma necessidade de adequação da estrutura econômica às novas exigências dos capitais oriundos dos centros imperialistas. Assim, a lenta modificação da centralidade da matéria-prima e da comercialização da mesma, para a centralidade da exportação de bens de capital, se fez ressentir na política adotada pela FP. A isto está vinculada a composição do capital industrial como central no processo de acumulação e reprodução.

Para Vitale, o que ocorre é uma semi-industrialização cujo cerne estava na dependência dos capitais monopolistas internacionais, condicionando a oferta de maquinários e insumos industriais, e depois, na ulterior associação com o capital estrangeiro. É substituição de algumas importações porque os maquinários/insumos ainda eram provenientes da importação. O desenvolvimento industrial se dá, primordialmente, através da extensa classe proletária⁶¹, com cimento central no capital variável, e não constante. Grande maioria das indústrias nascentes eram do ramo de consumo não duráveis, portanto leves e ligeiras⁶².

Quando a crise de acumulação de capital mediante a indústria leve se pôs evidente na década de 1950, a escolha para a superação desta crise foi o incentivo à

⁶¹ "Según el censo industrial de 1937, tomando como base 100 en 1929, se registró un índice de 240 en 1937 para los tejidos de lana, 762 para los tejidos de algodón, 308 para los papeles, 153 para el calzado y 264 para el cemento. El número de obreros del sector secundario, que incluye industria, construcción y electricidad creció de 265.000 en 1930 para 346.000 en 1940." (VITALE, 2011c, p. 515)

⁶² Têxteis e metalúrgica absorvem todo o excedente de mão de obra.

indústrias dinâmicas (aquelas que produzem bens de capital como automotor, metalomecânica, e as que produzem bens de consumo duráveis como televisores e aparatos eletrônicos em geral) e indústrias intermediárias (as que produzem insumos para outras empresas). Estas duas modalidades de indústria exigem alta tecnologia, o que colabora para a mudança da composição orgânica do capital tal como visto nas manufaturas da primeira metade do século XX. Assim, as burguesias *criollas* recorreram à associação ao capital internacional monopólico.

Neste ínterim, a preponderância continua sendo de exportar matérias-primas, mas é possível de observar um incremento vertiginoso das indústrias financiadas pelo Estado. Ademais da troca de posição do salitre pelo cobre e o revigoramento do carvão para suprir demandas industriais recentes. "Así como el salitre representó más del 80% del total de las exportaciones y del 60% de las entradas fiscales de la nación en las primeras décadas del siglo XX, el cobre representó el 75% de las exportaciones, aportando el 65% de las divisas que entraban al país."⁶³ (*Ibidem*, p. 357) Em paralelo, aprofundou-se o processo de substituição de importações, já iniciado embrionariamente nos anos finais do XIX e no período crítico da Primeira Guerra Mundial. Em 1928 a indústria produzia o montante de 17% do PIB e ocupava 18% da força de trabalho total.

Em rigor, a Frente Popular levou a cabo um projeto de industrialização por substituição de algumas importações, especialmente após a criação da *Corporación de Fomento Fabril* (CORFO) em 1939⁶⁴. Com este braço do Estado, as empresas industriais viram-se melhor amparadas com novas linhas de crédito, avais e assessoria técnica. A FP favoreceu a acumulação capitalista da emergente fração industrial da burguesia chilena. Segundo Fernando Mires, "el funcionamiento del Estado, promovido durante los años de frentepopulismo, fue un agente principalísimo en la modernización de la oligarquía nacional y en la burguesificación plena de sectores tradicionales." (*apud* VITALE, 2011c, p. 544)

Ellsworth ressalta que em 1939 foi contratado um empréstimo no valor de 17

⁶³ A troca do salitre pelo cobre como principal item da pauta, conduz a uma apropriação desmedida dos EUA dos lucros produzidos pelo setor. Notemos que o Chile, entre 1940-1950, era responsável por 20% da produção de cobre no mundo. As empresas Kennecott e Anaconda, segundo Mario Vera e Elmo Catalán, durante os anos de 1905 e 1920 realizaram uma remessa de lucro no valor de 4.006.000.000 de dólares, tendo como contrapartida de investimentos apenas 3.500.000 de dólares.

⁶⁴ Para se ter uma melhor noção do conteúdo da Lei 6.334 que cria a CORFO, acessar: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0001347.pdf>

milhões de dólares com o Banco de Importação e Exportação dos EUA para compra de maquinários e fundos adicionais para o desenvolvimento industrial. Se o índice é 100 em 1938, em 1943 ele salta para 135. O setor têxtil foi um dos mais intensos no processo de substituição de importação, tendo reduzido de 326.300 milhões de pesos de tecidos importados em 1929 para 86.200 milhões em 1942.

As empresas obtiveram grandes taxas de lucro durante este período. Aníbal Pinto manifesta que as Sociedades Anônimas possuíam um capital de reserva de 7 bilhões de pesos e conseguiram um lucro no valor de 1 bilhão⁶⁵. O que é importante ressaltar é que desde o início do processo de substituição de importações, vê-se claramente uma tendência à monopolização dos setores. Já em 1950, 65% da produção têxtil estava alocada em duas empresas: *Yarur* e *Capoulicán Chiguayante*.

O carvão foi o elemento da mineração mais estimulado pelo primeiro governo da Frente Popular, por entenderem que se tratava de um insumo estratégico para o desenvolvimento da indústria nacional. Ficou à cargo da CORFO realizar empréstimos destinados aos proprietários das jazidas de carvão com fins de investimentos em sondas para abrir novos centros de exploração mineral⁶⁶.

A terceira dimensão que se deve analisar no período da FP, é relacionado à cooptação das lideranças dos grupos opositores e inimigos se dá, neste conjunto de transformações, associado intrinsecamente às duas outras já explicitadas. O alargamento do Estado, que visava abrir canais diretos para as políticas estabelecidas, servira, como já apontamos, para o enraizamento da aristocracia operária, dos funcionários públicos e os privados ("colarinhos branco").

Na historiografia chilena, a aurora da Frente Popular concretizou um movimento cujas bases já estavam alicerçadas anteriormente. A transição do sindicalismo livre para o sindicalismo legal⁶⁷, proposta já feita por Ibáñez em 1927, marca a formulação de um

⁶⁵ A produção industrial foi uma das grandes responsáveis (57%) pela criação de riquezas no país, mas foi a mineração (84%) a base das exportações com um saldo líquido de 4,1 bilhões de pesos.

⁶⁶ Ver página 8 do Plano de Fomento à mineração escrito pelo Conselho da CORFO em 1939. Lá está descrito o montante de verba inicial disponível, 10 milhões de pesos. Acessar: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/mc0023061.pdf>

⁶⁷ "La fase del sindicalismo libre, inaugurada a principios del siglo XX con las Mancomunales y Sociedades en Resistencia, se caracterizó por la autonomía e independencia sindical respecto de los partidos políticos y fundamentalmente por su falta de institucionalización. En cambio, la fase del sindicalismo legal, abierta con la promulgación del Código del Trabajo, se caracterizó por la aceptación

sindicalismo adaptado ao Estado, posto que controlado pelas forças políticas presentes no Executivo, institucionalizadas e com um clamor de combatividade muito menos acentuado à época da FOCH.

Em 1936 é fundada a *Confederación de Trabajadores de Chile* (CTCH) cujas bases programáticas e organizativas eram bem diferentes das estabelecidas na antiga FOCH. Os socialistas e os comunistas eram as forças que ocupavam a maioria dos cargos diretivos. Esta entidade sindical nunca escondeu que identificava a Frente Popular como um avanço para os trabalhadores pois representava a troca de governos que reprimia e encarcerava um por um que apoiava e respaldava a organização. Diante desta perspectiva, não construíram muitas greves durante 1938-45, ficando em torno de 200. O apogeu da CTCH foi em 1941 quando tinham, em suas fileiras, mais de 300 mil associados. No entanto, este número e esta potencialidade de mobilização foram utilizadas para respaldar a linha conciliadora com o governo. Muitos militantes operários transformaram-se em burocratas sindicais e/ou funcionários públicos.

As juntas de conciliação, criadas na época, são espaços de negociação entre os trabalhadores, os empresários e o Estado. Aqui é gestado o embrião da burocracia sindical que se tornará uma correia de transmissão do Ministério do Trabalho. Este momento também significa a perda de independência do movimento sindical em relação aos partidos, dado que grande parte de sua burocracia era ligada organicamente a um deles. Isto favoreceu a entrada das forças de centro, radicais e falangistas, no seio do movimento operário através da burocracia.

A falência da linha política conciliatória estimulada pela CTCH fez surgir, internamente, correntes programáticas muito mais radicalizadas. O expoente principal deste movimento sindical contestatório podemos qualificar na figura de Clotario Blest, militante sindicalista revolucionário de origem cristã. A fundação da *Central Única de Trabajadores* (CUT) será uma resposta ao enfraquecimento do sindicato como instrumento de luta da classe trabalhadora. Teve grande participação os trabalhadores da construção civil e suas experiências de comitês de auto-gestão sindical.

Mesmo que os movimentos sociais e sindicais dessem respostas constantes aos abusos cometidos pela Frente Popular "em nome dos interesses proletários", a

de las leyes que reglamentaban el funcionamiento de los sindicatos y las limitaciones de la huelga. En tal sentido, Crisóstomo Pizarro apunta con agudeza: 'Surgió un sindicalismo paraestatal.'" (*Ibidem*, p. 409)

formatação final deste processo amplo de cooptação intelectual (*necessária modernização*), social (partidos novos como a Falange Nacional) e sindical (criação do sindicalismo legal) explicitou-se na fragmentação da representação sindical (nas cidades eram divididos por fábrica, no campo estima-se que haviam, em 1964, 18 sindicatos para 1.800 filiados), no ataque direto aos representantes mais radicalizados da classe trabalhadora (*Lei de Defesa permanente da Democracia*, de 1948, impedia que os comunistas/socialistas pudessem ser dirigentes sindicais, candidatos, ou mesmo, no caso dos comunistas, terem o partido legalizado) e na conciliação com os setores conservadores tanto nos investimentos e linhas de crédito, quanto no "espaço" que permaneceram ocupando nas esferas do Estado.

Podemos elencar o período da Frente Popular como um momento rico da história política e social do Chile, como sem dúvida foi. No entanto, o constructo político-institucional ficou esvaziado e ensimesmado na proporção direta ao fato de que a FP não conseguia responder satisfatoriamente às demandas da classe trabalhadora. A Lei de Defesa permanente da Democracia, imposta em 1948, é o ato final de um enredo que não expressava, em seu roteiro, a essência crítica do movimento operário organizado.

A capitulação dos radicais ao bloco liberal-conservador será realizada como forma de atenuar as pressões dos subalternos e setores médios, depois de ter lhes oferecido o Estado, as Forças Armadas e demais Instituições como caminho de vazão social. Em rigor, entendemos que a capitulação não foi algo consciente, posto que sempre estiveram no bojo de influência deste bloco dominante. A ascensão política não representou, embora fundamental, o sacramento do PR como partido expressão da revolução em ato. Ele foi parte e não sujeito único, como parece demonstrar Aggio. O transformismo é a marca que se pode destacar desta primeira onda modernizadora, que apassivou a massa dos subalternos, quando lhes ofereceram migalhas, e as lideranças, incorporando-as à classe dirigente, muito embora em papel subordinado.

2. Os intelectuais e os partidos: a "mutação" pelo consenso e a fissura (do bloco dominante) possível.

Neste subcapítulo, tratar-se-á de apontar quais os partidos desempenharam funções imprescindíveis na consolidação de uma classe dirigente mais ampla, isto é, na realização de um novo consenso que consiga dar vazão as divergências internas à burguesia, ao mesmo tempo em que possibilita um apassivamento da classe trabalhadora. No espectro dos subalternos, faz-se importante a constatação de grupos e partidos que colaboraram na construção de uma alternativa hegemônica, a *Unidad Popular*, e quais os caminhos percorridos até este ápice. Veremos as fissuras possíveis (e realizadas) no bloco dominante e quais estratégias daí derivaram e emergiram.

No campo das transformações avistadas, podemos dizer que houveram duas repercussões estruturais: de um lado, as respostas que as frações da classe dirigente deram às problemáticas da modernização, democratização e papel do Estado; de outro, as fissuras possíveis dentro deste movimento anterior e na composição do *espírito de cisão* da classe trabalhadora entre meados da década de 1940 até meados da década seguinte, quando se constitui a *Frente de Acción Popular*⁶⁸ (FRAP).

No que se refere às classes dirigentes, é possível avistar três processos que se entrelaçam porque derivam do mesmo ponto de partida, e se divergem na medida em que apresenta distintas soluções para uma mesma problemática. Em nosso entendimento, a questão posta, neste momento, é: como adequar-se ao "novo tempo" e seguir sendo hegemônico no processo de modernização das estruturas econômicas e do Estado? Pois bem, foram eles: 1) resposta liberal-positivista encabeçada pelo Partido Radical; 2) resposta social-cristã liderado pelos falangistas e depois pelo Partido Demócrata Cristão (PDC); e, 3) resposta liberal-conservadora fruto da fusão dos partidos Conservador e Liberal com a crescente direita "monetarista", influência direta dos Chicago Boys.

Pois bem, analisemos a primeira das opções: o radicalismo, ou, melhor, a resposta liberal-positivista. O Partido Radical Chileno (PR) originou-se dos novos grupos sociais ligados à mineração e à indústria no século XIX. Postulavam com clareza as premissas liberais de modo radical e doutrinário, com clara inspiração em 1848. Eram parte integrante: comerciantes de Santiago, industriais e mineiros do Norte e

⁶⁸ Foi uma coalizão dos partidos de esquerda, a saber os comunistas e os socialistas, em resposta aos duros ataques do governo Ibáñez e como construção de uma alternativa socialista para a disputa hegemônica.

latifundiários do Sul. Em vias de realizar uma aliança com os conservadores na década de 1850, a ala doutrinária do Partido Liberal rompe, fundando o PR.

Setores urbanos importantes, como os professores, empregados, comerciantes e militares ajudam na fundação do partido. Diferentemente do Partido Liberal, mais pragmático com os fins imediatos, os radicais não aceitavam promover nenhuma ação que pudesse questionar os princípios⁶⁹ caros ao liberalismo. Ficou evidente a posição anticlerical do partido desde os primórdios, com defesas como: separação do Estado e Igreja, regulação dos patrimônios desta última, matrimônio civil, cemitérios laicos, etc. Outra diferença fundamental é que os radicais, por serem majoritariamente provenientes de estratos sociais que ascenderam com a mineração e comércio, não mantinham muitos laços com a antiga classe dirigente. Por ser um partido essencialmente urbano, os radicais cresceram *pari passo* com urbanização. Tinham propostas regionalistas, em detrimento do poderio centralizado da capital Santiago.

Em início, o partido esteve marcado por um período sem uma linha política clara (posto que se funda em 1863 e tem sua primeira convenção política somente em 1888), mas destaca-se, desde o começo, sua postura veemente no debate das liberdades públicas, especialmente no que se refere à religiosa.

Assim em sua primeira Convenção Nacional, em 1888, o PR destaca no plano político a defesa do parlamentarismo como forma de governo para o Chile; a defesa irrestrita das liberdades individuais e do sufrágio universal. No plano administrativo, as propostas eram de descentralização e desburocratização para evitar que Estado fosse manipulado em favor daqueles que detêm os cargos principais. No plano econômico, propuseram o estímulo contínuo à indústria e proteção à marinha mercante nacional. No entanto, não é a adoção, segundo o documento, dos preceitos da política protecionista, contrário à história e ao desenvolvimento, mas uma forma de garantir crescimento ao país.

A educação ocupa um tema central: deve ser de responsabilidade total do Estado, além de ser gratuita, laica, obrigatória, ter uma base científica e uma finalidade social. É a educação quem deve cumprir o papel de transformar a sociedade, cultural e

⁶⁹ As referências doutrinárias são os elementos típicos do liberalismo, a saber individualismo, liberdades públicas e laissez-faire, mas conectadas com o ideário positivista que ampara a ciência como fundamento primeiro da *evolução social*.

fisicamente, para que consigam satisfazer suas necessidades pessoais e da família⁷⁰.

Quanto aos problemas sociais, diz o documento que é preciso atender às demandas da classe proletária, dado que uma grande parcela da população fica excluída do progresso social e material que a sociedade pôde alcançar, tornando-se um perigo à tranquilidade comum e liberdades públicas. Conclui reafirmando a fé na evolução natural do Chile, confiando na força geradora de boas ideias e índole progressista. E, o principal, rechaça todo e qualquer modo de ruptura violenta, mesmo que se diga em favor de melhorias para a sociedade⁷¹.

Logo, ainda que mantivessem a postura do liberalismo clássico, de liberdade plena individual e de restrição à ação do Estado, o fato deste ser o encarregado de levar adiante uma educação laica constitui-se em um dos elementos centrais da interferência positivista na concepção radical. A junção destas duas correntes, positivismo e liberalismo, se expressará em algumas tensões⁷² que acabarão se tornando o traço distintivo do radicalismo. Ficou evidente uma grande polêmica que dividia o partido: divisão interna entre a ala vinculada à Enrique Mac-Iver, favorável ao livre comércio, e a ala de Valentín Letelier, em defesa da linha protecionista.

Em 1906 o partido contava com uma base social mais ampliada, fruto da industrialização recente, do crescimento do Estado, da burocracia estatal e do avanço de consciência dos setores médios⁷³. Estas adesões forçam uma reconfiguração interna nas

⁷⁰ "La visión científica de la sociedad y la política, junto a la fe ciega en razón humana, los llevaban a la creencia en el progreso constante de la humanidad. La razón, instrumento del progreso, debía cultivarse y de allí la enorme preocupación, presente ya en este primer programa, por la educación. Esta función primordial es entregada al Estado." (BARRIOS, 1983, p. 24-25). Esta valorização da razão irá conduzir o partido à um profundo sentimento laico e de militância contrária às intervenções da Igreja na constituição do conhecimento e da verdade.

⁷¹ Quando da guerra civil para a derrubada de Balmaceda, o PR, por defesa programática, aliou-se aos congressistas para a derrubada do presidente, por entender que o parlamentarismo seria a melhor forma de governo para o Chile. No entanto, teceu duras críticas ao modo como se levou após consumado a derrota do Executivo nesta contenda. Na convenção de 1899 diz: "La convención declara que la coalición de elementos políticos antagónicos para dirigir el gobierno de la República es contrario a los principios políticos y ofende su moral pública." (*Ibidem*, p. 28)

⁷² "Junto a un acendrado individualismo encontramos también el principio de la sociabilidad y del esfuerzo colectivo tomado del positivismo; la defensa de las libertades públicas y el rechazo a la intervención de la autoridad en la vida privada, frente al papel principal dado al Estado en materia educacional, y más adelante económica." (*Ibidem*, p. 26)

⁷³ Durante o Congresso de 1906, Letelier, em resposta aos pronunciamentos de Mac-Iver, escreve um artigo para a imprensa chamado "*Los Pobres*", onde tece duras críticas ao individualismo e o livre comércio. "En efecto [diz ele] que es lo que necesitan los grandes para explotar los pequeños, los fuertes a

linhas políticas que o partido irá pôr em prática no cotidiano. É a ascensão da chamada "questão social", estritamente vinculada ao irromper do proletariado organizado, que dá uma nova dinâmica, especialmente a partir de 1920, para os partidos e para a luta de classes. Se era desejo do PR representar a classe operária em movimento, deveriam aceitar reivindicações e incorporá-las no programa partidário, contudo, para manter a classe média, era preciso manter parte de seus valores intactos.

O programa aprovado em 1906, com a vitória interna de Letelier, não defendia, em nada, a coletivização dos bens, e não compreendia a luta de classes como elemento estruturante do desenvolvimento social capitalista. No máximo, ponderavam como fruto das usurpações do liberalismo clássico. No campo político, voltaram a defender o sistema de democracia representativa. O fato de incorporarem, primeiro como elemento de análise social e depois como forma de angariar, pragmaticamente, melhores condições de disputa política, a "questão social" ao programa, mostra um partido atento às mudanças sociais e preocupado em modificar-se para manter tudo como está.

O movimento de ascensão das massas populares, organizadas ou não, e dos setores médios colocarão para os partidos a difícil tarefa de conciliar interesses muitas vezes divergentes e até contrapostos. Na Convenção dos radicais em 1921, ficou definido:

El Partido Radical declara que reconoce el principio científico de la evolución indefinida de todas las cosas y la renovación de todos los valores; que en orden social, la evolución tiende a organizar la sociedad sobre aquellas bases que permitan aumentar la producción y una distribución más justa del ingreso; como consecuencia, el Partido Radical apoya el progreso y aumento de las mejoras y el desarrollo integral de la persona humana y de la sociedad, teniendo como base la solidaridad, la justicia y la libertad. (*Ibidem*, p. 42)

Em seguida, reconhece que "la armonía social sólo puede fundarse en la libertad

los débiles, los empresarios a los obreros, los hacendados a los inquilinos, los ricos a los pobres: libertad, y nada más que libertad, o sea la garantía de que el Estado no intervendrá en la lucha por la existencia para alterar el resultado final a favor de los desvalidos", logo, o livre comércio "es una antigualla cuya moda ha pasado hace años, y como doctrina política es un absurdo, es la negación del gobierno." Era tempo, portanto, de abandonar esta política individualista que obriga aos pobres a se organizarem em filas hostis às classes dirigentes. E para isso, não precisa proclamar o socialismo, somente "proveer a las necesidades de los desvalidos es mover las causas del descontento, es acabar con el socialismo revolucionario, es hacer política científicamente conservadora." (*Ibidem*, p. 33-35). Caberia ao PR, segundo Letelier, cumprir a função de mediar os conflitos dos mais ricos e os mais pobres, legislando e aceitando as demandas justas dos mais desfavorecidos. Esta auto-imagem perdurará durante todo o período até fins da FP.

de conciencia, en la igualdad de derecho y en la reglamentación de las relaciones entre los factores que concurren a la producción de la riqueza (capitalistas, empleados y obreros)." (*Ibidem*, p. 44). Por isso, encabeçar a luta por segurança nos empregos, fixação dos salários mínimos, limitação das jornadas de trabalho, condições de saúde e higiene, habitações baratas e etc. Ao Estado não cabe apenas cuidar somente da educação, mas ter um papel ativo na economia, inclusive evitando exportar alimentos para ter o suficiente para o seu povo, nacionalizando os serviços essenciais e controlando os bancos. Propunham a limitação de propriedades em áreas de interesse social, como a terra⁷⁴.

A crescente tendência autoritária e conservadora de Alessandri em seu segundo governo colocava, cada vez mais, o Partido Radical fora da correlação de forças que o sustentava no Executivo. Foi contrário a repressão dos campesinos de Ranquil, em 1934 e 36; contra o pedido de faculdades extraordinárias e contra o Estado de Sítio pela greve dos ferroviários em 1936. No campo econômico, teceu duras críticas ao modelo de ajuste fiscal, ao pagamento da dívida em momento de crise, que se necessita de todo o dinheiro nas questões essenciais da vida. Por fim, pelo fato de Ross ter vendido, a preço irrisório, o sistema de eletricidade chilena, desnacionalizando-a.

Diante da instabilidade social e político-institucional do país, o PR assume papel de destaque na elaboração de demarcações nítidas, compreendidas como espaço para a disputa política, colocando-se contrário a quaisquer movimentos antidemocráticos que concebiam meios distintos, ao do eleitoral, para a tomada do poder⁷⁵.

⁷⁴ Interessante notar que na convenção de 1925, em Chillán, o PR assume, pela primeira vez, a existência da luta de classes como fenômeno social: "El Partido Radical no niega la lucha de clases, que es un hecho, pero, en virtud de la solidaridad, tiende a la eliminación de esa lucha, entre otros medios, por la superación del acaparamiento de los medios de producción." (*Ibidem*, p. 47-48) Aparecem, também, pela primeira vez os temas do "monopólio" e do capitalismo.

⁷⁵ Para Ana Tironi Barrios (1983, p. 163-171), o que se mantém de continuidade com a doutrina radical é: 1) *laicismo*: a luta constante pela não ingerência da Igreja na vida civil; 2) *Racionalismo e Progreso*: a confiança ilimitada na razão humana e no progresso da humanidade. Todo o arcabouço erguido na década de 30 estará pautado nestas duas premissas do positivismo; 3) *Educação como central*: luta por estender, aperfeiçoar, laicizar e obrigação do Estado; 4) *desenvolvimento individual*: o que antes era identificado com o individualismo liberal, logo passa a ter como parâmetro o crescimento coletivo. É o desenvolvimento coletivo que possibilita a execução das potencialidades do desenvolvimento individual. Estado e indivíduo devem manter suas funções, que são complementares; 5) *liberalismo político*: defesa do sufrágio universal, das liberdades públicas, separação dos poderes públicos e governo parlamentar que controle o poder do executivo; 6) *espírito "meritocrático" e "mesocrático"*: os questionamentos aos privilégios de "sangue" fazem coro à meritocracia que defendem. A adesão dos setores médios é o que

É possível que observemos a trajetória do Partido Radical, organização política muito influente no contexto nacional de adequação das frações dirigentes às novas demandas internas, fruto da pressão dos subalternos (a chamada "questão social"), e internacionais, disputa inter-imperialista com a ascensão dos EUA. Este movimento de "modernização" do arcabouço teórico do radicalismo, permitiu-lhe que fosse um elemento avançado na concepção estratégica da necessária modernização econômica. Isto, que é singular aos processos passivos de revolução, se mostrou agente ativo na recomposição socioeconômica e político-institucional.

Contudo, a função dirigente conquistada pelo PR durante a FP, não pode ser visto como uma única resposta ao fluxo de transformações mais amplas sob as quais estavam todos os chilenos imersos. A direita tradicional também se apressou em dar saídas à crise social, política e econômica. Vejamos, assim, como fora constituída a resposta social-cristã.

Assim como qualquer outra agremiação política, a Primeira Grande Guerra, a Revolução Russa e a grave crise econômica de 1929-33, forçou uma inflexão programática e prática em todas elas. No Chile não foi diferente. Visando sanar suas debilidades internas e dar respostas plausíveis à conjuntura, uma das apostas do Partido Conservador foi a incorporação dos muitos jovens da *Asociación Nacional de Estudiantes Católicos* (ANEC) para as fileiras, criando, assim, o *Movimiento Nacional de la Juventud Conservadora* (MNJC).

Em contraposição aos ideais promovidos pelos setores em alta na década de 30,

lhes conferem conteúdo de "mesocracia". Por sua vez, a ruptura está presente nos seguintes elementos: 1) *rechaço ao regime capitalista*: a crítica de outrora que se resolvia nas reformas, hoje se dá na substituição por um sistema mais justo e racional; 2) *proposta socialista*: necessidade de socializar alguns meios de produção, limitar o direito à propriedade, através de expropriações de grandes extensões de terra, por exemplo. Uma economia planificada totalmente com ação articulada do sujeito e do Estado; 3) *influência marxista*: reconhecimento, nos informes dos Congressos, da existência da luta de classes é a prova mais contundente, divisão entre exploradores e explorados, etc.

Entendemos ser necessário a reprodução de todos os itens, mas acreditamos que a autora peca em qualificar as orientações do PR como socialista e ou de inspiração doutrinária marxista. Ainda que alguns conceitos e categorias, próprias do marxismo, apareçam, não encaramos isto como a prova de que a orientação era socialista e/ou marxista. Os termos pelos quais o PR se coloca em luta, mesmo no período da FP, são os já esboçados pelo positivismo que lhe é parte. A própria construção teórico-filosófica do partido é o seu limitante de análise, logo, de sua práxis política. A questão sempre esteve vinculada à *evolução* e não *revolução*. Se observarmos, a análise política do partido teve uma significativa mudança, mas se deu em termos do *keynesianismo*, de um caráter humano para o capitalismo: uma sociedade mais racional e justa na distribuição da renda/riqueza. Estes são os pressupostos mais gerais da teoria de Keynes.

a saber, economia programada e maior ingerência do Estado na mesma, os conservadores apostaram em uma carta política para o futuro: a "ordem social-cristã". Ainda que date de 1891 a primeira encíclica papal que regulamenta e orienta uma ação social focalizada da Igreja para combater os malefícios da sociedade industrializada – ou em vias de – os chilenos somente se atentaram para tal doutrina depois que sua posição de poder ficou ameaçada.

Rafael Gumucio⁷⁶, uma das principais lideranças conservadoras do período, identificava como necessário para o seu partido, aproximar-se dos elementos certos para continuarem persistindo na bandeira política e social dos conservadores desde sua origem: a defesa da ordem católica. Por conta disto, a aproximação com a ANEC foi inevitável, para além de oportuna para os planos de médio e longo prazo.

A bandeira de luta social-cristã levada por estes jovens católicos era identificada como a melhor maneira dos conservadores se recompor como liderança política no cenário chileno novamente. No entanto, houveram inúmeras resistências internas à ANEC para a adesão ao partido. Lideranças anecistas como Eduardo Frei Montalva, Bernardo Leighton e Manuel Garretón eram contrárias por considerarem a máquina eleitoral (ou, partido) conservadora medrosa e sem postura de altivez perante seus aliados, preferindo sempre se esconder em alianças diminutivas para os católicos em detrimento das candidaturas próprias.

Após resolvidas todas as pendências internas à Igreja, os jovens decidem pela unidade dos católicos em uma só organização, visando ter maior destaque no cenário político. Assim que adentrou, Bernardo Leighton, incorporou a *Comité de Propaganda Conservadora*, criando, logo depois, o *Centro de Estudiantes Conservadores*, que dirigia uma revista chamada *Lircay*, fonte de recrutamento para o Partido e local de vazão doutrinária e programática do mesmo e da Juventude.

Ficou resolvido que se realizasse uma convenção da Juventude em 1935. Neste ano, muitos jovens da liderança ficaram viajando o país para divulgar a Juventude, fundar novos grupos em novas cidades e promover o encontro. Desta convenção é que se funda o MNJC. As falas dos jovens foram incendiárias e revelavam a sabedoria do Partido em aceitar o "sopro renovador" que a juventude traria ao partido. Disse, Frei, na

⁷⁶ No livro chamado "*El deber político*" (1933), Gumucio sintetiza bem suas orientações e as intervenções necessárias para o momento.

ocasião:

Esta juventud que tenía un pensamiento llegó hasta el Partido lealmente. Llegó hasta los jefes y les expuso clara, nítidamente su manera de pensar, sin reticencias, sin medias tintas. Ella tenía una mentalidad nueva, ansias incontenibles. Y fue recibida en estas condiciones. Ni una sola de sus ideas fue despreciada. Era un aporte. El Partido Conservador supo comprender la hora que vivía y el soplo renovador no le cogió de sorpresa, antes bien formó una sola fuerza en que se aúnan la experiencia con la intrepidez, donde se conserva lo sustancial, donde se corta fría y duramente si es preciso lo caduco. (*apud* BASCUÑÁN, 2008, p. 47)

Ficou aprovado, também, que os jovens pudessem ir até as mais variadas províncias para divulgar as ideias conservadoras do MNJC. Uma vez que Ignacio Palma assume a presidência do Movimento, ele logo passaria a ser chamado de Falange Nacional. Foi intenso a disputa na juventude, pois havia uma parte considerável da juventude que era favorável aos ideais fascistas e disputavam os cargos dirigentes destes aparelhos partidários.

Todo o trabalho de divulgação no ano de 1936 gerou frutos e em 1937 esta *Juventud* já se colocava como uma entidade diferenciada do Partido. A eleição de Manuel Garretón para deputado, a escolha de Leighton como Ministro do Trabalho, a massiva participação da juventude no segundo congresso em 1937 e a transformação do movimento em Falange, são, segundo George Grayson (1968), os elementos que garantem a consolidação deste grupo como uma nova organização política independente.

Na convenção da escolha de Ross, a juventude, incluído os falangistas, receberam o direito à somente 15 votos. Muito disto era por conta de suas críticas duras a Ross e suas posturas independentistas⁷⁷. A resposta da Junta Nacional da Falange foi liberar seus militantes para votarem de acordo com suas consciências. Esta resposta abriu um período intenso de disputa interna, cuja oposição⁷⁸ deu destaque ao papel desempenhado por Sergio Fernández, da *Juventud Conservadora*, que pedia aos colegas falangistas que respeitassem a autoridade e se submetessem aos órgãos apropriados do

⁷⁷ A escolha de Gustavo Ross era mal vista, por este representar o liberalismo individualista e não o social-cristianismo de raiz comunitária.

⁷⁸ Havia dois grupos internos ao P. Conservador que desejava a expulsão dos falangistas. Eram eles: a *Acción Política*, liderado por Lindor Pérez e Elías Errázuriz, e a *Juventud Conservadora*, liderado por Sergio Fernández.

Partido em suas posições de política imediata, como eleições⁷⁹. O fim deste embate foi o rechaço dos falangistas a esta proposta de reorganização interna, solicitado pela Junta Nacional do partido, e seu rompimento com os conservadores em fins de 38.

O ideal dos falangistas era, segundo uma análise "realista" do momento presente, desconstruir tanto o individualismo de direita (representado por Ross), quanto as saídas revolucionárias da esquerda, pavimentando um ideário e uma prática política embasados no social-cristianismo.

As divergências doutrinárias nunca foram um impeditivo para que houvesse a unidade necessária entre os católicos do Chile, tanto os de espectro progressista quanto os reacionários. O objetivo do Partido com a adesão juvenil era encorpar-se fisicamente e tornar-se opção política de liderança social nas camadas médias e classes populares. Mas, no momento da cisão agarraram-se aos elementos mais fundamentais de sua ideologia, negando-se a ver as mudanças sociais e as exigências por adaptação.

Em 1938, estava formalizada a saída da Falange Nacional do Partido Conservador. Em 1949, por conta da posição contrária à *Lei de Defesa permanente da Democracia*, aprovada em 1948, outro grupo cinde com as fileiras partidárias e criam o *Partido Conservador Social Cristiano*, que, em 1953, somar-se-ão aos falangistas para fundar a *Federación Católica*, etapa precedente da construção do *Partido Demócrata Cristiano*.

Este partido assumirá uma posição política muito eficaz que se demonstrará meteórica, em esfera pragmática, tendo em vista que entre sua fundação e a eleição de Frei à presidência, levaram sete anos. A grande linha mestre que norteará a atuação do PDC será a invocação de si como uma "*terceira via*", reconhecendo o autoritarismo capitalista e o totalitarismo comunista. A redenção do povo estaria vinculada, segundo suas bases filosóficas, estreitamente à construção de uma nova sociedade modelada a partir dos preceitos cristãos de comunidade; da economia solidária e da liberdade plena.

Não obstante, ainda que fosse, no cenário chileno, uma novidade que repercutia diretamente no enfraquecimento dos partidos da direita "clássica", o PDC, de pronto,

⁷⁹ Depois de um texto arrasador de Fernández em que desmonta todos os argumentos da Falange, reiterando a ordem e a hierarquia necessária no Partido, a Junta Executiva dos conservadores, por apoiarem esta posição de Sergio, solta um chamado exigindo obediência dos conservadores ao candidato proclamado. Além do mais, criaram uma comissão para reorganizar a juventude falangista para que se adequasse ao Estatuto partidário.

põe-se como instrumento cabível para o "controle" da conjuntura. O apoio financeiro, logístico e propagandístico dos EUA⁸⁰ à candidatura de Frei deixa claro que não iriam romper com nenhum dos acordos internacionais, muito menos iriam possibilitar uma radicalização do movimento operário. Logo se vê pelo programa de governo intitulado "*Revolución en libertad*" no qual defendia um estreitamento bilateral da relação Chile-EUA ponderando aceitar as regras e o programa "*Aliança para o Progresso*"⁸¹, e também um projeto de "*chilenización*"⁸² das reservas de cobre e Reforma Agrária.

A linha política e as transformações econômicas do PDC⁸³ serão respostas, de aparente ruptura, ao clamor popular - o que lhe conferia representatividade - mas, em essência, serão continuidades com o "movimento" iniciado por Jorge Alessandri: dependência tecnológica com os EUA, Alemanha e Inglaterra. Trata-se do aprimoramento e avanço dos "tratados" de substituição de importações: a fonte de reprodução e valorização do capital agora se deslocava para as indústrias terciárias, de alto grau de capital variável em sua composição orgânica.

No desenrolar das possibilidades avistadas pela burguesia ampliar sua camada dirigente, absorvendo novos grupos (como a Falange Nacional e depois o PDC) e lideranças políticas e intelectuais, há um evento político que, para nós, demarca o período e coloca um novo impulso para um novo consenso entre as principais frações da burguesia chilena: trata-se da fundação do Partido Nacional em 1966.

Os conservadores e liberais, que haviam decidido por fechar campanha e voto no

⁸⁰ Bandeira (2008, p. 106-109) coloca que entre 1962-70 o Chile fora o país que recebeu ajuda *per capita* dos EUA.

⁸¹ Este programa constitui um invólucro político e econômico de ajuda financeira que perpassou todos os países de maior desenvolvimento da América Latina. Sua aplicação visava, objetivamente, engessar a autonomia dos Estados ponderando a necessária estabilização das políticas sociais e financeiras como contra-partida para o intercâmbio.

⁸² “[Frei] considerava que a sua nacionalização prejudicaria a assistência tecnológica necessária, porque o Chile não dispunha de recursos para indenizar os proprietários, estorvaria o aumento da produção e abalaria as relações com os Estados Unidos. Seu propósito era promover a ‘*chilenización*’ da indústria de cobre, por meio da aquisição pelo governo de 51% das ações da Kennecott e a participação minoritária em duas outras grandes corporações. Frei estava mais interessado em expandir a produção de cobre, para acelerar o crescimento econômico do país e aumentar a receita, do que em uma reforma profunda na propriedade da indústria” (BANDEIRA, 2008, p. 105)

⁸³ Observou-se que Frei, com suas políticas programáticas de reinserção do Chile no mercado mundial, fez aumentar drasticamente a influência do capital internacional, pois “subordinaram a política pública, a fim de atrair investimentos estrangeiros, às condições impostas pelos Estados Unidos, como a liberalização das remessas de lucros para o exterior e dos regulamentos de importação, bem como vantagens cambiais” (BANDEIRA, 2008, p. 119).

candidato democrata-cristão, Eduardo Frei Montalva, logo sofreram um duro golpe. A Reforma Constitucional, aprovada em 1965⁸⁴, dava vazão aos projetos de reformas estruturais dispostas por Frei durante sua campanha, além de permitir que seus correligionários adentrassem à máquina do Estado. A grande diferença entre Ibáñez e Frei, segundo Verónica Zárata (2008, p. 79), é que o segundo tinha uma clara ideologia e um projeto de Estado muito mais acabado que Ibáñez em seu segundo mandato. O que outrora podia ser controlado "por dentro", mesmo sem fazer parte do governo, agora se tornaria ainda mais difícil.

A grande diferença da "antiga" direita oligárquica e esta "nova", repaginada na forma, é que antes a direita postava-se, segundo Zárata (2008, p. 80), com uma postura defensiva, isto é, somente reagiam as mudanças que lhes pareciam inevitáveis. Este processo a conduzirá a sua própria bancarrota, quando perde sua influência política sobre a base social⁸⁵, refletindo na pífia votação eleitoral.

Uma primeira viragem da direita, pode ser identificada na retomada da orientação anticomunista, cuja base central estava na qualificação dos setores pró intervenção estatal, inclusive a Democracia Cristã (DC), como inauguradores de um novo tempo em que reinaria o sistema político unipartidário, com características claras de totalitarismo.

Contudo, a grande diferenciação que se pode notar entre a postura *defensiva* de outrora e a "nova" configuração, é justamente na consistência da propositura enquanto ente político e de destacada influência social. Assumem, mediante um claro programa, uma atitude de ofensiva⁸⁶, cuja ação estará norteadas por diversos eixos programáticos: a defesa incontestada das liberdades individuais, do livre mercado e a adoção dos setores da pequena burguesia como centro social dinamizador de suas políticas de agitação

⁸⁴ "En 1965, esa estrategia [defensiva], como hemos visto, terminó por colapsar cuando el nuevo gobierno apuntó sus dardos directamente a su base social, al intentar destruir el sistema de inquilinaje transformar a los afuerinos (peones) en futuros obreros rurales al producirse la reforma agraria y la aparición de una clase media rural con los nuevos propietarios." (ZÁRATE, 2008, p. 80)

⁸⁵ Esta perda está diretamente vinculada aos projetos de Estado que reorganizam o trabalho no campo, intensificando a elaboração de um proletariado agrário em detrimento direto dos antigos "*afuerinos*" e inquilinos.

⁸⁶ Ser ofensivo significava "aferrarse a lo programático y no ceder a las tentaciones electoralistas, debiendo renunciar a planteamientos centrales de la nueva propuesta. La opción por ser un partido de masas pasaba por su capacidad de no transigir, de defender su proyecto y persuadir a esas masas que sus proposiciones sí auguraban un futuro mejor, el progreso del país y la derrota definitiva del marxismo. *Era una derecha ofensiva.*" (*Ibidem*, p. 96, *grifos nossos*)

ideológica.

A ascensão das camadas médias, que se inicia em 1920, com a chegada de Arturo Alessandri à presidência da República, se intensifica durante todo o período da Frente Popular (1938-41) e depois com o Radicalismo (1941-52), tendo uma leve alteração no governo de Ibáñez e Jorge Alessandri, mas voltando a ter preponderância no governo da Democracia Cristã de Eduardo Frei, em 1964.

Os setores que ganharam destaque durante todo este tempo, especialmente os sob comando do PR e do PDC, foram os profissionais liberais, com destaque para os professores, e, principalmente, a burocracia estatal, fruto da intensa ampliação do Estado. A contraposição que o Partido Nacional (PN) fez esteve vinculado a promover uma diferenciação do que era comumente entendido por democracia e "classe média".

A definição de democracia estará substancialmente ligado a qualificação dos governos de centro como neofascistas⁸⁷, por conta de seus (supostos) interesses em regulamentar um governo e um sistema partidário em que predominaria somente um partido: cada qual ao seu tempo. A virada promovida, então, é produto desta nova postura ofensiva demarcada pelo avanço das forças políticas na disputa efetiva das massas, seja criando uma estrutura partidária nova, de massa, seja readequando o programa partidário para tal empreitada.

Em termos de definição do que se considerava "classe média", o PN irá reconhecer como tal somente os pequenos proprietários e todos aqueles que invocam para si os feitos positivos do empreendedorismo e da ascensão social (meritocrática) como substância central de sua ideologia. Assim, retira-se da centralidade no programa político, e também da disputa eleitoral, esta camada média afeita à burocracia do Estado, tendo-a identificado como próceres deste neofascismo.

Verónica Zárate, argumenta que estes dois eixos serão os responsáveis pela nova

⁸⁷ "En un comienzo este apelativo se refirió a la juventud universitaria DC, la que se decía tenía mucho de comunismo y de fascismo, y muy poco o nada de democrática. Posteriormente, se acusó al partido y al gobierno de 'neofascistas', pues se decía que avanzaba hacia un régimen de partido único, una central sindical estatal, el uso de la municipalidad para iniciar el 'gobierno del pueblo' y el control de la prensa, la radio, la televisión. La inexistencia de antisemitismo, campos de concentración y los hornos crematorios, los llevaba a calificarlos de neofascistas." (*Ibidem*, p. 83)

postura da direita frente ao período histórico em que estão inseridos⁸⁸. Logo, para ela, a recomposição da direita esteve intrinsicamente articulada com a formulação de um programa e da disposição em disputá-lo nas consciências das massas. Deixando para trás a posição defensiva de "aceitar" as mudanças inevitáveis, irão formular as mudanças que consideravam "justas" e "proveitosas" para os chilenos, de acordo com os preceitos do liberalismo clássico.

O denominador comum que possibilitou a unificação da direita (liberais, conservadores e nacionalistas) foi, justamente, o reconhecimento de que todos, mesmo que a sua maneira, defendiam a inviolabilidade do direito à propriedade privada e deste direito como epicentro de onde emana toda a estrutura do Estado de Direito necessário para a vida social⁸⁹. Assim, a defesa incontestada desta liberdade individual, articulada com uma postura propositiva e atuante, determinarão um momento de ascensão das forças direitistas.

O "meio termo" a que se propunham, era aquele situado entre o comunitarismo cristão, da DC, e o socialismo da "esquerda marxista". Isto os leva a defender os "setores médios", redefinidos como aqueles vinculados a alguma propriedade, como nova força social motriz capaz de aglutinar as vontades que emanam da sociedade chilena⁹⁰. A defesa destes valores e desta ideologia "mesocrática", ainda que os setores sejam, em verdade, pertencentes à pequena burguesia, coincide com a retomada da construção de novas lideranças (partidárias ou de movimentos sociais), isto é, de *intelectuais orgânicos* capazes de defender o programa elaborado. Daí o imperativo de

⁸⁸ "En otras palabras, se trataba de una derecha de nuevo tipo porque ella no pretendía cooptar ninguna propuesta de cambio que proviniera del centro y menos de la izquierda, ambas igualmente peligrosas, como tampoco creía en la negociación o penetración corporativa como método para 'salvar' sus más importantes intereses. Tal convicción era lo de que daba primacía al campo político, a la necesidad de convencer, persuadir a un creciente electorado y sustraerlo de la atracción de las tesis comunitaristas y socialistas." (*Ibidem*, p. 91)

⁸⁹ Dizia Boestch (*apud* ZÁRATE, 2008, p. 84), liderança conservadora, que "la propiedad privada es la base de los derechos humanos... el Gobierno está empeñado en la modificación del Art. No. 10 de la Constitución, asestando un golpe mortal a la propiedad privada. No dudamos en afirmar que su consecuencia será la esclavitud de los chilenos e la ruina de Chile."

⁹⁰ "Esto es, redefinieron el concepto de clase media, la cual debería dejar de identificarse con la burocracia o los empleados, todos ellos caracterizados por su subordinación laboral y, por ende, política, para asimilarla a aquellas definidas por su autonomía, su independencia y libertad. Ellos eran los 'propietarios'. De allí que, en sus bases doctrinarias, el Partido Nacional se propusiera 'fortalecer la clase media como estrato fundamental de la sociedad chilena, producto de la evolución, el trabajo y la cultura', buscando interpretar 'los anhelos y las aspiraciones de la clase media esforzada y laboriosa que dinamiza el progreso del país.'" (*Ibidem*, p. 94-95)

articular a formação de novos "gestores do Estado", o que pode ser expresso muito bem no programa de intercâmbio estudantil conhecido como "Projeto Chile", ou os Chicago Boys.

A invocação dos pilares básicos das teorias gestadas pelos professores alocados em Chicago, bastiões do liberalismo clássico, será importante no resultado desta ação coordenada e não na proposta inicial. A composição dos valores cristãos, de orientação reacionária (como a *Opus Dei*), o monetarismo (de Milton Friedman) e a filosofia política neoliberal do Estado (de Friedrich Hayek) darão cabo à este novo projeto que conferirá à direita chilena força política e base social tanto para o combate aos "horrores" do socialismo da esquerda, quanto aos perigos iminentes do nacionalismo de centro, como desejavam os democratas cristãos⁹¹.

Vê-se, portanto, que a reorganização destas frações da classe dirigente fora decisiva na resultante final deste *clico longo*, a Revolução Passiva chilena: o golpe de Estado perpetrado por Augusto Pinochet pavimentou os caminhos possíveis já colocados por estes tecnocratas recém-formados na década subsequente.

Se, por um lado, apresentamos os fatos que entendemos necessários para a compreensão do momento histórico sob a perspectiva da remodelagem da classe dirigente em manter sua hegemonia, por outro, devemos referenciar que estas mudanças não foram lineares e, muito menos, não tiveram impacto na classe trabalhadora.

Toda a ascensão das camadas médias durante as décadas de 1920, 30, 40, 50 e 60 culminaram em diversas organizações políticas e culturais de grande peso na estrutura nacional. A urbanização, industrialização e acirramento das contradições iminentes às relações capitalistas produzem, nas subjetividades, percepções variadas na maneira de captar o conteúdo social do que está aparente e na forma de expor segundo uma narrativa estilística, por exemplo.

Desde muito cedo, após iniciado a concreção das relações especificamente

⁹¹ A direita, em seu processo de reorganização, tentou, sem sucesso, ater-se somente ao elemento do anticomunismo para aglutinar partidos políticos e grupos organizados. No entanto, foi preciso mais do que isso para dar conta de explicar a realidade complexa e apresentar soluções. "De allí que la nueva identidad tomó como eje la defensa de la propiedad privada, como sinónimo de libertad y de democracia. Ello era coherente con el antiestatismo que se había venido desarrollando desde los años cincuenta y la reivindicación de la iniciativa individual, en oposición al colectivismo propiciado por el centro y la izquierda. Esta identidad capitalista de libre mercado era consistente con otro elemento de ella, como era el anticomunismo, definido como estatismo, totalitarismo y ausencia de libertades civiles." (*Ibidem*, p. 99)

capitalistas, pela via passiva, surgiram inúmeras contestações que apresentaram variadas características. A Frente Popular trouxe consigo a agitação das camadas urbanas a ponto de refletir nos intelectuais, escritores e poetas.

A "*Geração Literária de 1938*" é resultado de uma sequência de fatos históricos que demarcam a viragem de uma época. A Revolução Socialista na Rússia, a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 impactarão os escritores do período. Nicomedes Guzmán, Gonzalo Drago, Andrés Sabella, Francisco Coloane, Volodia Teitelboim, Eduardo Anguita, Teófilo Cid, dentre outros, foram grandes nomes que se sobressaíram nesta nova geração de escritores e poetas. Por conviverem com os já citados eventos mundiais e acompanharem de perto a constituição da FP no Chile, puderam tornar-se referências populares, cujos olhares eram "*neocrillista*", interessado em compreender a *chilenidad*. Suas grandes contribuições foram, por meio de uma exposição *realista*, colocar em evidência, com a suavidade e elegância da escrita poética, os problemas sociais mais profundos que assolavam o Chile e a América Latina⁹².

Constituintes ao mesmo tempo em que eram constituídos, autores como Gabriela Mistral (1889-1957) e Pablo Neruda (1904-1973), merecem destaque pelo papel social que desempenharam, fazendo da pena uma arma de crítica certa e um fôlego utópico de um outro mundo possível. Ambos muito influenciados pela literatura russa, proporcionaram passagens lindas e escritos eternizados pela genialidade do "protesto" e pela simplicidade das palavras. Os dois foram internacionalmente reconhecidos por suas delicadas e vorazes escritas. Gabriela ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1945, ano que Neruda era aclamado pelo Prêmio Nacional de Literatura, congratulação alcançada por aquela em 1951. Pablo teve seu Nobel de Literatura em 1971.

No espectro musical, surgem diversas bandas e músicos que iniciam um projeto de dar voz ao povo através de canções que retratem o cotidiano das *poblaciones* e que expresse a necessidade de mudança para os subalternos. Violeta Parra, intérprete e musicista de primeira grandeza será pioneira em resgatar os instrumentos e cantigas populares, dando-lhes novas roupagens e significados contestatórios. Diversos artistas

⁹² Vale aqui lembrar da realização da Semana da Arte Moderna realizada no Brasil em 1922. Trata-se, assim como o que estamos expondo, de reações distintas ao processo de modernização vivido pelo Brasil em dito período. Vê-se que as manifestações eram recorrentes neste momento, inclusive na esfera estética, caso dos poetas, escritores, pintores e arquitetos. Participaram Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Víctor Brecheret, Anitta Malfatti, Menotti Del Pichia, Heitor Villa-Lobos, Di Cavalcanti e outros.

chilenos deram início, nos anos 1960, ao movimento conhecido como *Nueva Canción Chilena*⁹³ em que, por um primeiro momento, deteve-se à renovação folclórica, mas que rapidamente transitou para um conteúdo de manifestação, dando identidade à música popular chilena e difundindo ideais de resistência⁹⁴.

Assim, é possível observarmos que as transformações perpetradas pela classe dirigente afim de renovar-se e prolongar sua hegemonia, perpassa por uma série de ramificações socioculturais, pelas quais é difícil obter um controle absoluto. Uma vez constatada a inevitabilidade da modernização, da urbanização e do movimento operário e popular presente no cotidiano político e no embate social, é preciso que se analise as diferentes formas como os subalternos se representaram e/ou foram representados em diversas instâncias e movimentos culturais, políticos e sociais. As manifestações expressas logo acima são exemplo, em nosso entendimento, de que o bloco hegemônico dominante apresenta, fatalmente, falhas e fissuras possíveis nas quais o proletariado pode e deve atuar.

Assim como Gramsci entendia ser necessário estremecer as bases ideo-políticas dos dirigentes, mediante um programa que atraia intelectuais pertencentes a eles, é importante darmos nota destes movimentos. No entanto, os avanços do campo cultural não estão isolados das demais áreas, logo, é preciso entender o que os rodeia. O fomento, na classe trabalhadora e nos subalternos, do *espírito de cisão* é algo que

⁹³ Este movimento é homônimo do Festival de Música Popular da época, cujo primeiro ganhador foi o brilhante Victor Jara. É preciso anotar o entrelaçamento deste músico/compositor com os movimentos sociais de seu tempo. Sempre dispendeu grande parte de seu tempo para a construção das organizações políticas que tinha afinidade. Possui um grande material discográfico cujo central é a apropriação das tradições populares em músicas de contexto reivindicatório e, absolutamente, de teor socialista. Por conta de sua entrega e ativismo militante, foi morto dias após o golpe militar no Estádio Nacional por fuzilamento. Estádio este que hoje carrega seu nome. Os demais membros do movimento eram: Violeta Parra, Margot Loyola, Gabriela Pizarro, Héctor Pavez, Patricio Manns, Rolando Alarcón, Inti Illimani, Quilapayún e demais.

⁹⁴ É notório que este tipo de revigoramento musical com tendência de protesto, acontece simultaneamente em diversos países da América Latina. Na Argentina, os grupos *Los Fronteirizos* e *Los Chalchaleros*, acompanhados por Atahualpa Yupanqui influenciaram uma geração de novos artistas, quais podemos citar César Isella e Mercedes Sosa. Todos estes eram signatários, e alguns fundadores, do disco/movimento chamado *Nuevo Cancionero Argentino*. No Uruguai, por sua vez, os principais foram Alfredo Zitarrosa, *Los Olimareños* e Daniel Viglietti. No México esta tendência já é latente desde a Revolução Mexicana de 1910-20, destacando-se, em 1970, Amparo Ochoa. Outros que merecem atenção são: Alí Primera e o grupo Madera, da Venezuela; Carlos e Enrique Mejía Godoy, da Nicarágua; e *Los Jairas* da Bolívia. Não se pode deixar de comentar o surgimento da *Nueva Trova Cubana* nos anos finais de 1960, com nomes como Silvio Rodríguez, Pablo Milanés, Leo Brauer, Noel Nicola, Vicente Feliú e, com grande destaque, Carlos Puebla.

perpassa todos os aspectos da vida, mas tem centralidade na conquista da consciência de classe, em seu desenvolvimento contínuo expresso na clareza do que fazer e como agir para garantir suas demandas: é preciso um projeto hegemônico bem articulado.

A mudança de linha política dos partidos políticos de esquerda na década de 1950, resultam na construção da FRAP, em que pesará a uma forte autocrítica às posturas exageradamente colaboracionistas e a vinculação da Frente como hegemônica dos trabalhadores. A proposta partiu do Partido Socialista Popular, em 1955, que dois anos depois volta a fundir-se com o Partido Socialista de Chile (PS), levando uma linha política de construção da FRAP como Frente Classista e uma dura crítica aos radicais, identificando-os como reacionários.

Contudo, ao passo que o PS radicalizava em sua leitura conjuntural e apontava a revolução socialista como a única alternativa possível, o PCCh, lançava em 1956, a tese da Frente de Libertação Nacional, em que a caracterização da revolução ainda permanecia centrada na necessidade de promover um Chile industrial, integrando desde a classe operária até a burguesia em torno deste projeto nacional de soberania, isto é, democrático-burguesa. Porém, fazendo uma avaliação da FP, concluía os comunistas que o grande erro estratégico daquele momento foi a classe operária não ter hegemonia dentro do arco de alianças efetivados. Era contumaz, no entanto, que se criasse uma aliança classista para atuar em conjunto dentro desta Frente de Libertação Nacional.

Este debate estratégico inaugurado pelos socialistas e comunistas irá culminar em uma vitória parcial dos comunistas na linha política adotada, quando em 1969 se cria a *Unidad Popular*, essencialmente diferente da FRAP⁹⁵ por seu caráter mais amplo, seja no espectro social, seja no político-partidário. A UP, então, é uma resultante histórica do avanço de consciência de classe de grande parte da classe trabalhadora; é a sintonização e sincronização de diversos movimentos populares e organizações partidárias em torno de uma só vontade nacional, coletiva e popular, cujos horizontes eram expressos no socialismo, mesmo que sua estratégia possa ser questionada (a *via chilena al socialismo*: pacífica); é o clímax de um processo histórico inaugurado em 1927, cujas potencialidades são realizáveis na medida em que o projeto burguês não se encontra estabelecido e depurado de suas divergências fratricidas. Em tempos onde os partidos e movimentos tinham um claro norte de acomodação (como demonstramos

⁹⁵ Consultar MOULIAN, 2006, p. 175.

neste item), houve o sustento a uma utopia imprescindível, o horizonte socialista.

3. **CEPAL: hegemonia socialdemocrata e consenso keynesiano**

Muito do que se pode argumentar sobre a crise econômica consistentemente devastadora nos países centrais da Europa ocidental e EUA se deve aos resultados da primeira Guerra Mundial. Se em 1913 os EUA já respondiam por um terço da produção mundial, em 1929, as cifras eram de 42%, sendo que França, Alemanha e Grã-Bretanha acumulavam juntos 28%. (HOBSEBAWN, 2008, p. 101). O historiador britânico, Eric Hobsbawm (2008, p. 102), afirma que na década de 1920 os estadunidenses ocupavam o posto de maior exportador mundial e segundo maior importador, sendo 40% de toda a produção de matérias-primas e alimentos dos quinze principais parceiros comerciais.

Estes dados ajudam a explicar o tamanho impacto da crise de 1929 no mundo. Embora não tenha tido uma detonação mundial, a crise referida abalou o sistema econômico mundial por conta da grande dependência do mesmo em relação ao papel ativo dos EUA no comércio internacional. “Se suas importações caíram em 70% entre 1929 e 1932, suas exportações caíram na mesma taxa. O comércio mundial teve uma queda de quase um terço entre 1929 e 1932, mas as exportações americanas despencaram para quase a metade” (*Idem, Ibidem*)

Incide na explanação um fato relevante. Diferentemente da Inglaterra pré-1914, os EUA, no momento descrito, não era uma economia dependente do restante do mundo. Ainda que suas exportações fossem internacionalmente importantes para manutenção de um mínimo de avanço das estatísticas econômicas mundiais, eles necessitavam importar muito menos capital, trabalho e produtos do que outrora. Isso permitia que suas exportações alterassem pouco a renda nacional. (*Idem*, p. 103)

Outro elemento é a não-geração de demanda suficiente, pela economia mundial, para uma expansão duradoura. Destarte, com esta grave disfunção do sistema capitalista, os salários ficavam estacionados na medida em que os lucros cresciam exorbitantemente. Este agrupamento de tendências implica em uma contradição explosiva: a demanda da massa trabalhadora não tem condições de acompanhar o aumento exponencial da produtividade, resultando em uma superprodução e imensa

especulação financeira. (*Idem, Ibidem*)

Com um contexto econômico desta magnitude, ressaltavam dois aspectos: de um lado, a União Soviética que caminhava a passos largos para uma rápida industrialização e a constatação de pleno emprego; de outro, o desemprego que assombrava a Europa desde meados da década de 1910, tendo taxas que flutuavam entre 10% e 25%, chegando, na Alemanha de 1931, à 42%. (*Idem*, p. 97) Por conta desta clamorosa situação, alegavam, na época, em um editorial do jornal *Times* londrino, que “o desemprego tem sido insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo”. (ARENDT *apud* HOBBSAWN, 2008, p. 98)

Dentro deste emaranhado político-ideológico (com o avanço dos ideais comunistas e também dos nacionalismos radicais de direita, como *fascismo* e *nazismo*) e econômico, o estatuto teórico-prático do liberalismo econômico não encontrava, em tempo hábil, soluções de curto prazo para efetivar. Cresciam, portanto, barreiras alfandegárias sempre mais consistentes para frear desvalorizações monetárias e proteger os produtos nacionais da concorrência externa. A famosa premissa da “concorrência perfeita”, pedra de toque do liberalismo, foi posta à prova e não saiu vitoriosa naquele momento. Isto tudo significa o desmantelamento do sistema econômico mundial de comércio multilateral⁹⁶. Hobsbawn (2008, p. 99) resume bem: “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século”.

Os EUA terminam a Segunda Guerra Mundial em posição de vantagem sobre derrotados e, também, aliados. Estando na função de maior credor internacional, as demais potências europeias acabaram sucumbindo, direta ou indiretamente, ao poderio bélico-militar e político-econômico dos estadunidenses. Envolto em uma escalada de militarização, por conta da Guerra Fria, os países acabaram aceitando financiar os déficits negativos da balança de pagamentos estadunidense em troca de não precisarem coordenar ações de investimentos maciços em armamentos⁹⁷.

⁹⁶ “Quase simbolicamente, a Grã-Bretanha em 1931 abandonou o Livre Comércio, que fora tão fundamental para a identidade econômica britânica desde a década de 1840 quanto a Constituição americana para a identidade política dos EUA. A retirada britânica dos princípios de transações livres numa única economia mundial dramatiza a corrida geral para a autoproteção na época”. (*Idem*, p. 99)

⁹⁷ Esta afirmação é de Souto Maior (2004) e sua duração política acontece até meados da década de 70 quando a conversibilidade não é mais possível de ser realizada integralmente. Por sua vez, Padoan (*apud*

Uma vez firmado o desastre econômico e político, era necessário pensar formas de reconstrução dos países devastados e de uma nova composição hegemônica que amarrasse, em termos de relações internacionais, a garantia da ordem e do status quo. Desta forma, uma série de medidas foi tomada, em aspectos unilateral e multilateral, para que o progresso econômico pudesse ser, outra vez, uma marca do sistema capitalista mundial.

O embaixador aposentado Luiz A. P. Souto Maior (2004, p. 165) argumenta que uma das primeiras ações dos países, com a incontestada liderança dos EUA, foi a regulamentação do comércio internacional por meio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT é sua sigla em inglês): disponibilizou-se de uma razoável quantidade de dispositivos normativos e institucionais para que o fluxo e a dinâmica destas relações estivessem de acordo com um *sentido liberalizador*. As batalhas foram diretamente travadas contra as barreiras protecionistas e suas possibilidades de exportação das crises nacionais. Continua ele:

O processo de liberalização econômica multilateralmente administrado não seria, porém, eficaz se não cobrisse, também, a conduta internacional dos Estados na área financeira. Criou-se, portanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, complementarmente, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Com o primeiro, estabeleceu-se um sistema de paridades fixas entre diferentes moedas, de modo a evitar o recurso das desvalorizações competitivas antes praticadas. Ao mesmo tempo, para evitar que países com dificuldades conjunturais de balanço de pagamentos sucumbissem à tentação das velhas práticas, o FMI prontificava a prestar-lhes ajuda, desde que respeitassem as disciplinas do sistema. Eram as famosas condicionalidades do Fundo. (SOUTO MAIOR, 2004, p. 166)

Com estas ações, o bloco ocidental caminhou, outra vez, para um momento de relativa tranquilidade e estabilidade monetária (e política) que favorecia a alocação dos referidos órgãos multilaterais como *aparelhos privados de hegemonia*, isto é, como agências reguladoras do mercado comercial, mas também, em essência, foco de projeção de ideologias determinadas a partir de uma nacionalidade (estadunidense) e

BELLUZZO, 1994, p. 14) sugere que os benefícios dos EUA no pós-guerra foram: “a) objetivos estratégicos: os americanos suportaram a maior parte dos custos da aliança militar formalizado no tratado do Atlântico Norte e puderam fazê-lo em grande medida, graças à condição de emissores da moeda reserva internacional; b) objetivos econômicos: a *seignorage* permitiu a expansão da indústria americana e de seu estilo tecnológico (o fordismo), sobretudo através do investimento direto; c) objetivos financeiros: a posição de ‘banqueiro internacional’ dos Estados Unidos concedeu enorme espaço para o crescimento dos bancos americanos”.

alocada no seio dos interesses da burguesia mundial: retomada da reprodução ampliada do capital.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o bloco ocidental estava todo incluído nas novas tratativas de organização do comércio internacional com vistas à manutenção do progresso econômico ou, melhor dizendo, da ordem societal capitalista. Um dos grandes pilares desta nova gerência multilateral foi a teoria das vantagens comparativas. Paul Samuelson, principal expoente desta teoria, argumentava que o livre comércio e a especialização das nações em suas “vocações naturais” seriam o suficiente para espalhar o desenvolvimento e o progresso técnico para as demais economias do globo. A especialização, neste contexto, favorece a distribuição de riqueza e técnica de produção entre nações. Provém daí a força resultante da teoria das vantagens comparativas: esta lei sustentava que

se os países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados. A elevação da produtividade dos países industrializados e, conseqüentemente, a diminuição de seus custos, deveria refletir-se na queda sistemática dos preços de seus produtos e, portanto, dos preços de suas exportações dos países menos produtivos, cujos preços, em vista de sua menor eficiência, permaneceriam mais elevados. (MANTEGA, 1984, p. 35)

Contudo, como veremos mais adiante, esta teoria será o epicentro de discordância entre os cepalinos. A formulação mais geral do pensamento veiculado pela entidade será na contramão desta teoria, argumentando em favor da deterioração dos termos de intercâmbio.

Ademais do aspecto teórico é preciso que se entenda quais as conseqüências do período entre guerras para as economias latino-americanas. O historiador britânico argumenta, com razão, que os fluxos extremamente baixos do comércio internacional fizeram disparar, nas economias agroexportadoras, uma grave crise econômica dado que as finanças públicas (do Estado) derivavam essencialmente destas transações. Assim, como não havia fontes regulares de renda para investimentos estatais, as lideranças políticas da América Latina ficaram sob uma forte pressão social, favorecendo o crescimento dos partidos políticos de esquerda e das organizações sindicais dos

trabalhadores⁹⁸.

Como já demonstramos nas passagens anteriores (capítulo 1 e início do segundo), o primeiro quartel do século XX fora de grande valia para a concreção de formas específicas de relações sociais e de trabalho. O grau elevado de instabilidade política deriva, certamente, da inconteste crise econômica que assolava os países, ocasionando desempregos em massa, miséria, fome e desalojamentos.

Por garantias de seus negócios, as frações da burguesia chilena se colocaram em disputa para dar respostas convenientes (cada qual com a sua) à crise. Deste modo, a formatação de uma nova liderança imperialista na América Latina, os EUA em contraposição à Inglaterra, corroborava com uma variada trama de articulações político-econômicas em torno de nomes, grupos e “projetos nacionais”.

Assim como acontecia no Chile, também a América Latina vivia, neste contexto, um período de revoluções nacionais com razoáveis distinções de radicalidade e efetividade prática entre elas. O caso chileno, viemos desenvolvendo a hipótese de que acontece na forma de revolução passiva, por conta de uma série de fatores: os de ordem *externa*, o apoio político implícito (e explícito) dos EUA às frações burguesas industriais em favor da penetração de capitais e de contenção das organizações de esquerda norteadas pela URSS; e os de ordem *interna*, ou seja, uma acomodação forçada das frações dominantes em torno de um projeto minimamente unificado por conta da fragilidade ontológica da burguesia nacional em levar adiante uma revolução democrático-burguesa como se pôde observar na França e EUA. E é *passiva* na medida em que a pressão das classes subalternas não são capazes de desencadear um processo revolucionário democrático, de forma e conteúdo jacobino.

A realização de um novo bloco histórico, agora liderado pelas frações industriais, significou a condensação das relações especificamente capitalistas em grande parte dos setores da economia nacional, isto é, adquire prevalência sobre o velho. Este elemento da conciliação é, por assim dizer, um traço ontológico da

⁹⁸ Não à toa Eric dirá que este contexto conturbado promoverá uma rápida mudança do cenário político, onde em 1930-31, dez das doze alterações se fizeram de modo fulminante, isto é, através de golpes de Estado. Em outra passagem (*Idem*, p. 110) dirá que o sentido adotado por estas revoltas não será uniforme: alguns países tiveram a prevalência das organizações de esquerda e, em outros, o nacionalismo radical de direita. O Chile é um caso típico: já afirmamos que entre 1924-32 a sociedade chilena presenciou nada menos que oito golpes de Estado e uma incontável troca de ministérios.

burguesia industrial chilena, isto é, é uma característica determinante em suas ações práticas, pois que está imerso em uma profunda crise de identidade. Entenda-se tal crise identitária como aquela relacionada às oscilações, ora progressivas ora reacionárias, dentro de um amplo espectro de atuação política nos marcos da ordem societal capitalista.

Em processos de revolução passiva o elemento externo joga um peso fundamental na solidificação das propostas em jogo. Há que se ressaltar, como já fizemos, a brilhante análise do revolucionário sardo quando avalia as potencialidades exportadas à Itália mediante as ações revolucionárias ocorridas na França. O impacto destes movimentos adquire um caráter histórico-universal, pois que incide diretamente sobre as classes sociais e seus intelectuais.

Demonstramos em outro momento, a forma como isso acontece, mas vale a ressalva de que nos casos nacionais nos quais a burguesia apresenta um traço ontogenético disfuncional (em sentido revolucionário/radical), pode acontecer de os intelectuais forjarem um programa de transformação social mesmo estando consideravelmente apartados dos reais desejos e interesses das classes às quais eles representam. Pode-se observar uma explosão revolucionária a partir de conjugação de condições favoráveis internas e demandas bem adequadas em propostas político-econômicas, mas também pode acontecer como reflexo de um evento de proporções internacionais cuja mediação acaba sendo realizada por um grupo de intelectuais que condensa as possibilidades e potencialidades contidas neste mesmo acontecimento em uma dada fruição social de altíssimo potencial, como as guerras nacionais.

Assim, destaca Gramsci (2013, p. 428-29), as assertivas de Raffaele Ciasca quanto à existência, na Itália, das mesmas condições favoráveis observadas na França para a derrubada do antigo regime. No entanto, na Itália, avalia, as forças sociais são escassas e incapazes de impor um projeto de tamanha proporção dado que as matizes políticas e econômicas são tratadas como expedientes da “pequena política”, isto é, não são um projeto de Nação e de Estado:

Em todo caso, vê-se então que – quando o impulso para o progresso não é estreitamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos – o grupo portador das novas

ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais; e a concepção do Estado da qual se faz propaganda muda de aspecto: ele é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional. A questão pode ser colocada do seguinte modo: sendo o Estado a forma concreta de um mundo produtivo e sendo os intelectuais o elemento social de onde se extraem os quadros governamentais, é próprio do intelectual não enraizado fortemente num grupo econômico apresentar o Estado como um absoluto; desse modo, é concebida como absoluta e proeminente a própria função dos intelectuais, é racionalizada abstratamente a existência e a dignidade histórica dos mesmos.

Prossegue sua clara exposição indagando a todos sobre o caráter dos intelectuais italianos, rebatendo as “etiquetas” postas pelos analíticos do *Risorgimento* aos grupos e organizações. Àqueles tachados de pertencentes ao racionalismo francês e iluminismo abstrato, são, em sua ponderação, os mais aderentes à realidade italiana⁹⁹. Isto advém do fato de que “os intelectuais italianos eram funcionalmente uma concentração cultural cosmopolita; eles acolhiam e elaboravam teoricamente os reflexos da mais consistente e autóctone vida do mundo não italiano”. (*Idem*, p. 429)

Depois de expostas suas críticas, ratifica argumentando que nestes períodos em que os “intelectuais dirigem a vida política, segue-se à concepção do Estado em si todo o cortejo reacionário que é sua companhia necessária”. (*Idem*, p. 430). Isto remonta a pensarmos tais colocações como possibilidades de abstrações para análises de períodos com razoável similitude de condicionantes históricos. Tal qual no *Risorgimento* as forças burguesas italianas não tiveram condições de implementar um projeto autonomamente formulado e executado, com independência de classe, no processo chileno podemos observar o mesmo desenrolar.

Dado isto, é factível que afirmemos que no Chile houve intelectuais que cumpriram determinadas funções, tendo entre elas a responsabilidade de captar os indícios e premissas dos movimentos políticos externos com vistas a concretizar, no plano abstrato primeiramente, o “caminho” a ser trilhado até a liderança do novo bloco histórico burguês.

Não seria exagero nenhum afirmar que parte importante destes intelectuais

⁹⁹ Destaca ainda que Maquiavel também era um intelectual com estas características, porém, sua grande prioridade foi absorver os casos espanhol e francês para uma elaboração teórica com fins nacionais para Itália: “com efeito, o *Príncipe* é uma elaboração dos eventos espanhóis, franceses, ingleses no empenho pela unificação nacional, unificação que, na Itália, não tem forças suficientes e nem interessa muito. Já que os representantes da corrente tradicional realmente querem aplicar à Itália esquemas intelectuais e racionais, certamente elaborados na Itália, mas com base em experiências anacrônicas e não nas necessidades nacionais imediatas, eles é que são os jacobinos no sentido negativo”. (*Idem*, p. 429-430)

estiveram, direta ou indiretamente, vinculados, nas décadas de 1940, 50 e 60, com a entidade CEPAL e, principalmente, que contribuíram para a formulação de políticas econômicas que expressavam, em última instância, um projeto de classe. Assim, se faz preciso uma rápida análise sobre a teoria cepalina e suas propostas.

Octavio Rodríguez, em seu livro *“Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL”*, realiza um monumental esforço de condensação e sistematização do pensamento cepalino. Adverte (1981, p. 252) que as contribuições cepalinas possuem um caráter mais detidamente neutro por conta de seu enfoque quase total no aspecto da estrutura produtiva, ou seja, a teoria pode ser utilizada em diversos aspectos e condicionantes econômicos nacionais e também em diversos regimes políticos. Contudo, salienta que “subjaz nesse pensamento um modo de ver as relações sociais que permite visualizá-lo como uma racionalização dos pontos de vista e interesses de determinados grupos sociais, colocada a partir de uma perspectiva econômica e num alto grau de abstração”. (*Idem*, p. 257). Esta racionalização pode ser constatada no indicativo de Reforma Agrária e crítica ao modelo latifundiário (e não necessariamente à concentração de terra).

Quanto à participação dos capitais estrangeiros nos projetos nacionais e na industrialização, a entidade CEPAL nunca se posicionou contrária à participação dos mesmos, porém aconselhava que estes deveriam incorporar-se como uma cota-parte tendencialmente decrescente ao longo do tempo, pois senão seria fonte de um acúmulo de serviços da dívida. “Em outras palavras, contempla-se a necessidade da colaboração e do acordo com o capital estrangeiro, mas, ao mesmo tempo, propõe-se impulsionar um processo de industrialização e de desenvolvimento de caráter eminentemente nacional”. (*Idem*, p. 258)

O elemento que trata do comércio tem a ver com o padrão de comércio internacional desenvolvido e sustentado entre os polos centro e periferia ao longo do processo evolutivo do capitalismo¹⁰⁰. As proporcionalidades propostas gerariam uma necessidade de transformação na regulação entre os setores produtivos internamente e, também, entre os centros comerciais. Assim, derivam propostas paliativas, mas também

¹⁰⁰ Nas palavras exatas da CEPAL: “a relação de preços de intercâmbio se tem movido contra os produtos primários. Deste modo, a parte o fato de negar-se a estes uma co-participação satisfatória no progresso tecnológico dos centros, parece que a periferia tem transferido a estes últimos parte dos avanços de produtividade do próprio setor primário exportador”. (*apud* MANTEGA, 1984, p. 36)

algumas de cunho mais profundo que visam dar um novo contorno ao comércio internacional e forçar uma nova divisão internacional do trabalho: trata-se de modificar a regulamentação tarifária e não-tarifária.

A integração regional e a exportação de manufaturas estão entre os meios necessários para assegurar à periferia um papel novo e mais dinâmico, tanto no comércio mundial, como no crescimento do sistema no seu conjunto. Além disso, considera-se que as mudanças propostas não prejudicam os centros industriais, mas que, ao contrário, contribuem para aumentar o dinamismo dessas economias e de seu comércio exterior. (*Idem*, p. 258-259)¹⁰¹

De todas as contribuições dadas pela CEPAL à teoria econômica, pode ser derivada daí uma posição política de desenvolvimento fortemente industrialista¹⁰². Isto é, a industrialização “planejada” é a forma mais eficaz para que se consiga um padrão de acumulação de capital e de transformação da estrutura produtiva suficientes para que impeçam as desproporções (inevitáveis se deixadas ao jugo do livre mercado).

Portanto, afirma o autor, é possível captar na teoria cepalina o entendimento da existência de grupos sociais e que suas propostas representam, na verdade, os anseios e os interesses de alguns destes grupos. Ainda que em diversos momentos afirmem, os teóricos da CEPAL, não serem propostas excludentes, é notório que reivindicam a soberania do capital nacional sobre os de origem estrangeira, etc. Desta forma,

¹⁰¹ Desde o início dos trabalhos da CEPAL, sua intenção sempre fora a de promover uma integração regional através de mudanças estruturais nas plantas produtivas dos países associados e na zona de influência. Ademais, esta integração seria realizada na medida em que pudesse ser viabilizado uma complementariedade produtiva entre as economias periferias na América Latina. Uma das tentativas mais vistosas foi a criação do Pacto Andino, em 1969, bloco econômico composto por Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile. Além da livre circulação de pessoas, o objetivo era promover, gradualmente, a livre circulação de mercadorias entre os membros. Contudo, o Chile, no ano 1977, rompe com o Pacto Andino sob justificativa de necessitarem ampliar e diversificar a exportação. Como parte do projeto neoliberal, rejeitaram o grupo econômico, que lhe oferecia um mercado consumidor 6 vezes maior que o chileno isoladamente, em favor de melhores termos e condições de negociação. Em contrapartida à saída do Pacto Andino, o Chile estreitou relações bilaterais com Brasil e Argentina para que na questão da metalurgia pudesse realizar negociações. Contudo, como afirma o autor, a relação com estes países era marcadamente desfavorável ao Chile por ter uma planta industrial menos desenvolvida. A consequência foi a invasão destes produtos primários e finalizados no comércio chileno: “El retiro del Pacto Andino significa, en definitiva, como ha señalado el presidente de la Asociación de Industriales Metalúrgicos, Jorge Cheyre, ‘echar por la borda el esfuerzo de largos años que condujo a una elevada suma de exportaciones de productos terminados y de partes y piezas’”. (FAZIO, RAMÍREZ, 1977, p. 15)

¹⁰² “Com efeito, a industrialização deliberada constitui o meio indispensável para dar emprego à força de trabalho e elevar sua produtividade (primeiro modelo), para evitar o desequilíbrio externo (segundo modelo) e para impedir que se produza a deterioração dos termos de intercâmbio e a perda dos frutos do progresso técnico (terceiro modelo)”. (RODRÍGUEZ, 1981, p. 259)

a proposta de industrialização que assim surge contempla a modificação da propriedade latifundiária da terra e das demais condições de propriedade e posse vinculadas à presença do latifúndio; propõe, além disso, um desenvolvimento de tipo nacional e indica a necessidade de regulamentar e submeter a controle a participação do capital estrangeiro; por último, favorece a alteração da estrutura do comércio internacional, buscando uma inserção mais vantajosa da periferia na divisão internacional do trabalho. (*Idem*, p. 259)

Para se ter uma real noção da influência do pensamento cepalino sobre determinados grupos sociais é oportuno darmos atenção à algumas políticas: aquelas que se referem aos salários e às rendas, e nas que guardam relação com o papel do Estado e com a “planificação” do desenvolvimento.

A teoria do desenvolvimento periférico alega para si a necessidade de que se expanda a produção manufatureira alinhada com níveis de produtividade aceitáveis e pleno emprego. Assim, estes aumentos de produtividade representariam, para os trabalhadores, um aumento na massa salarial, isto é, evitariam que parte do progresso técnico se esvaia para o exterior sobre a forma de capital “usurpado”. “A elevação dos salários é indispensável para que se possa cumprir um objetivo fundamental do desenvolvimento: o aumento ‘do bem-estar mensurável das massas’”. (*Idem*, p. 260). Estas recomendações já se encontram nos primeiros textos da entidade, onde se observa uma dada preocupação com a compressão do exíguo consumo das classes populares, vislumbrando, para elas, uma redistribuição efetiva de renda.

Junto às teorias todas demonstradas¹⁰³, encontra-se, também, argumentações que tratam exclusivamente sobre a planificação da economia e sobre o papel a ser

¹⁰³ O autor sistematiza, em alguns pontos, as principais características da evolução econômica a longo prazo do sistema global centro-periferia. Fica distribuída assim: 1) a estrutura produtiva da periferia permanece atrasada e este elemento é o que impede que ela gere progressos técnicos que seriam incorporados, molecularmente, à produção na mesma medida que o centro. Isto é o fundamento do enunciado sobre o qual a produtividade do trabalho no sistema periférico cresce em menor proporção do que na indústria cêntrica. Assim, o aumento médio também é menor; 2) esta permanência estrutural no atraso cumpre uma função importante na teoria da deterioração dos termos de intercâmbio de troca. Este baixo desenvolvimento da produtividade gera uma alta de mão-de-obra em setores de baixa intensidade, corroborando para que haja uma pressão depreciativa na massa salarial dos empregados; 3) os dois fenômenos acima – diferenciação da produtividade do trabalho e deterioração dos termos de troca – são as razões pelas quais os níveis de renda média nunca crescem na periferia. Aliás, eles se perpetuam em uma condição de baixa; 4) “No sistema centro-periferia existe, então, uma tendência ao desenvolvimento desigual dos dois polos que o constituem”, que se apresenta “entre os níveis de renda real média, por uma parte, e, por outra, desigualdade no que diz respeito ao grau de penetração e difusão do progresso técnico (homogeneidade), assim como em relação ao grau de complementariedade intersetorial e integração vertical de suas estruturas produtivas (diversificação)”. (*Idem*, p. 235)

desempenhado pelo Estado. O primeiro elemento é tido como um meio eficaz e mais rápido de conduzir/induzir o processo de industrialização pois possibilita uma ação ordenada que evitam “os desajustamentos e incoerências que acompanham essa transformação, quando ela se realiza de uma maneira espontânea”. (*Idem*, p. 260)

Contudo, na teoria cepalina, não se pode abstrair nenhuma posição estatizante, muitos menos uma proposta de agigantamento do aparelho estatal. O que se pode notar é um arranjo que vislumbra “intervenção” do Estado: “o estado é concebido como o gerente fundamental da política de desenvolvimento, a qual ele deve orientar a longo e médio prazo mediante a planificação e conduzir em curto prazo através de um manejo cuidadoso da política contingente”. (*Idem, Ibidem*) Contudo, adverte Rodríguez, quando se propõe mudar o estilo de desenvolvimento (para fora – para dentro) é preciso levar em conta que haverá uma ampliação do aparelho estatal dado que no desenvolvimento para fora a participação estatal na vida econômica é bem mais reduzida¹⁰⁴.

Apesar de contemplar os interesses dos grupos industriais, as posições político-econômicas da entidade têm um claro tom distributivista: visa contemplar os anseios das camadas médias e dos setores populares. Segundo Octavio Rodríguez (*Idem*, p. 261), o fato de defender que o Estado tenha mais funções contribui para aglutinar as forças políticas e sociais que estejam direta e indiretamente vinculados ao mesmo.

Grosso modo, refletem a percepção de que é possível e vantajoso que o estado ganhe maior autonomia em relação aos diferentes grupos sociais, através da ampliação de suas faculdades e funções e da readaptação de seus organismos e de sua capacidade administrativa.

Na ótica da economia, a indução política dos interesses escancarados nas propostas cepalinas não ganham muita força, mas quando tratam de se aventurar nas recomendações de política econômica, é inevitável que se fale dos agentes sociais e, deste modo, que se exponha qual ponto de partida se tem. Deste modo, se observarmos os documentos da entidade veremos que lá estão expostos quais as melhores formas de atuação do Estado em sentido de materializar a ação deliberada e consciente de industrialização em um regime de iniciativa privada. Para o autor, admitir que o Estado é

¹⁰⁴ Aqui fica evidente a diferenciação promovida pelo autor entre agigantamento consciente do Estado e crescimento do aparelho estatal em detrimento da industrialização. Nestes casos, são “necessário introduzir mudanças nos marcos jurídicos vigentes, alterar de forma significativa o sistema fiscal, readaptar ou criar novas instituições e empresas públicas e, inclusive, tomar a si diretamente tarefas de produção em algumas atividades vitais para a expansão industrial, como as do setor energético”. (*Idem, Ibidem*)

o elo consciente que pode e deve levar à cabo a industrialização é reconhecer que este tem, ou deverá ter, um alto grau de autonomia para que intervenha no curso dos acontecimentos de modo que possibilite uma saída vitoriosa nos objetivos. Assim, para Rodríguez, as principais características da posição cepalina são:

a) a autonomia de que dispõe permite ao estado proteger e promover os interesses da burguesia industrial nacional, dando inclusive prioridade a elas, temporariamente, em relação aos de outros grupos da classe capitalista; b) a ação persistente do estado contribui para transformar as relações entre os diferentes grupos dessa classe – industriais, financeiros, agrários, e inclusive, estrangeiros – ajudando a atenuar os seus conflitos e a tornar compatíveis os seus interesses a longo prazo; c) ao mesmo tempo em que impulsiona conscientemente a absorção econômica e a integração social das camadas médias, dos setores operários e camponeses e, em geral, dos grupos de baixas rendas, o estado consegue arbitrar com eficácia os conflitos entre eles e a classe proprietária; d) a consolidação e o aumento da autonomia do estado implicam que a sua intervenção se estende a novos campos e que, com isso, os seus interesses (e/ou os do aparelho governamental que os representa, e/ou os dos estamentos ligados a ele) se ampliam de uma forma considerável; apesar disso, esses interesses também vão sendo adequados e conciliados com os dos diversos grupos e classes sociais; e) finalmente, cabe ao estado representar e defender os interesses da nação diante dos interesses forâneos, buscando novos padrões de relacionamento e participação do capital estrangeiro. (*Idem*, p. 262)

Tal como as relações econômicas tendem a ganhar novos contornos com as mudanças em favor da industrialização, pensavam os cepalinos que as relações políticas, sociais e culturais tenderiam a modificarem-se em mesmo sentido, favorecendo a criação de um ambiente propício para a solidificação das relações mais avançadas. Seguem as deliberações mais evidentes sobre o assunto:

a) atribui-se à burguesia industrial nacional, não um papel protagônico, pelo menos de uma clara liderança sobre os demais grupos sociais, na transformação das relações existentes entre eles; b) as relações entre os diferentes grupos da classe capitalista se modificam, então, em parte, devido à pressão e em benefício da burguesia industrial nacional; mas, num prazo maior – à medida que se difundem as suas atitudes sócio-psicológicas, tendentes a dar uma maior eficácia à produção e uma maior racionalidade à gestão empresarial – os interesses dos grupos capitalistas se fazem grosso modo convergentes e seus conflitos se atenuam (assim, é factível pensar que os empresários de novo tipo possam ir vencendo a resistência à introdução de novas técnicas na agricultura e que consigam, pouco a pouco, modificar as relações desse setor com o resto do sistema, sem a diminuição do seu nível de rentabilidade); c) também sob a influência da liderança mencionada, modificam-se as relações entre os grupos que compõem a classe capitalista e os grupos

não-proprietários; considera-se que estes últimos vão sendo absorvidos por um sistema econômico no qual os níveis de produtividade e da vida aumentam de uma contínua; sobre essa base, é possível encontrar uma solução para os conflitos sociais no marco dos padrões de conduta e de formas de relacionamento social que se renovam e se modernizam (por exemplo, pode-se pensar que a expansão industrial e a paralela sindicalização da força de trabalho contribuem para alterar significativamente as relações operário-patronais no seu conjunto permitindo que os aumentos de produtividade se reflitam com fluidez em aumentos de salários); d) também desse ponto de vista, os pressupostos sobre as relações sociais se complementam com os que se referem diretamente ao papel do estado; este promove e tutela as transformações às quais se acaba de fazer referência, arbitrando os conflitos sociais emergentes; além disso, amplia o âmbito dos seus próprios interesses de forma compatível com os das diversas classes e grupos e, finalmente, defende e representa os interesses da nação, nas suas relações externas. (*Idem*, p. 262-263)

Ademais, estas informações¹⁰⁵ não estão explícitas nos documentos da entidade. Eles não revelam limites espaciais e temporais para suas propostas, portanto parecem não possuir vínculos diretos com projetos sócio-políticos. Não se detém minuciosamente sobre os passos das mudanças e transformações, deixando obscuras a forma e liderança do processo. Mas, por detrás desta aparente falta de objetividade do pensamento cepalino, encontram-se seus vínculos com certo projeto sócio-político, cujos interesses específicos serão contemplados em detrimento das demais frações de classe. Assim, segue que à burguesia industrial nacional

cabe liderar o afiançamento de relações de tipo capitalista, necessárias para dar continuidade ao processo de industrialização e aos avanços que este traz consigo. Essa liderança habilita o grupo que a exerce a redefinir a sua participação nas relações sociais, de modo que contemple o seu próprio benefício. Assim pois, o projeto sócio-político implícito no pensamento da CEPAL não só aparece como compatível, mas também como convergente com os interesses do grupo mencionado. (*Idem*, p. 264)

Vale ressaltar que os pressupostos teórico-práticos implícitos na teoria cepalina correspondem à uma tentativa de formulação universal, ou seja, que dê conta de

¹⁰⁵ “Essas contribuições fundamentam uma posição favorável à expansão industrial, o que também parece estar isento de qualquer traço de caráter ideológico: a industrialização deliberada se justifica como o meio inelutável para evitar que surjam desproporções entre os diferentes setores produtivos e que apareçam os desequilíbrios derivados dessas desproporções. Há, além disso, várias contribuições adicionais à teoria econômica e um amplo grupo de análises e recomendações de política econômica (sintetizadas anteriormente em torno de cinco tópicos: a propriedade agrária, o capital estrangeiro, o comércio com os centros, os salários e a distribuição de renda e o papel do estado e da planificação). Essas contribuições só se referem de uma forma rápida e superficial às relações sociais e parecem orientadas de modo a esclarecer e qualificar aquela posição industrialista”. (*Idem*, p. 263)

harmonizar os interesses de diversas frações de classe burguesa e, também, do setores populares e estratos médios. Assim, a “intervenção” do Estado é vista como capaz de conciliar e dirimir conflitos que possa surgir. Limitando-se ao essencial, mas em nível abstrato, a teoria cepalina considera o Estado como uma entidade abstrata e separada das relações sociais, portanto, passível de ter uma lógica de racionalização importante para a realização de determinados padrões e proporções que, sem essa característica, seria difícil imaginar¹⁰⁶. Quanto às relações sociais, se considera que a tutela do Estado, “é factível a consolidação das relações sociais capitalistas e sua fluida expansão, nas áreas chamadas de periféricas ou subdesenvolvidas”. (RODRÍGUEZ, 1981, p. 265)

Observemos que a mesma lógica utilizada por Gramsci na análise dos intelectuais na Itália pode ser feita aqui. Notemos que os documentos da CEPAL sempre se referem ao Estado como o elo consciente, e possível, de realizar a industrialização. Isto acontece porque nele se encontram as possibilidades reais de racionalização da vida cotidiana em práticas políticas efetivas e nele se materializam os interesses gerais da Nação, logo, corroborando para a função de “árbitro” da luta de classes; por fim, ali se denota a base conceitual que compreende a sociedade política cindida organicamente da sociedade civil. A mesma condição dos intelectuais do *Risorgimento*, qual seja, a enunciação do Estado como meio capaz de realizar transformações (conciliações pelo alto), isto é, de negação do jacobinismo também se apresenta no Chile e na entidade CEPAL. A composição teórica dos pressupostos conceituais e a efetividade prática da ação revolucionária da burguesia industrial são “terceirizadas” ao grupo dos intelectuais.

Diz Rodríguez (*Idem*, p. 265), que, em sua análise, há uma clara vinculação ideológica das teses da entidade com o ideário populista. Em nosso exame, entendemos que a ação cepalina obteve tamanha magnitude e importância por se tratar de uma teorização e racionalização de um processo mais amplo do que se tratava em termos claros: sua teoria corresponde, na verdade, aos condicionantes necessários e suficientes

¹⁰⁶ Por desconsiderar a luta de classes, e já como consequência disto, o Estado é tido como pivô do desenvolvimento, pairando sobre os interesses específicos das classes. Continua o autor dizendo que neste mesmo caminho o Estado é entendido como guia das classes e setores em favor do desenvolvimento da Nação. “Haveria, então, uma casta privilegiada de técnicos e burocratas, encastelados no aparato estatal, capacitados a iluminar o caminho para as desorientadas classes sociais latino-americanas. E, assim, o Estado empreendedor e modernizador, ao invés de representar as classes ou expressar-lhes as forças em conflito, as substituiria, tornando-se o sujeito da história”. (MANTEGA, 1984, p. 43) Guido argumenta que esta é uma concepção neo-hegeliana do Estado.

para que se pudesse realizar, com o devido sucesso, na área econômica, as transformações coerentes com a revolução democrático-burguesa.

Procuramos destacar ao longo destas páginas, e através dos conteúdos teóricos, que a entidade cumpriu um papel essencial para o tempo histórico avaliado. Dentro de um arcabouço maior de considerações sobre o processo de revolução passiva no Chile, e tendencialmente em grande parte da América Latina, estas proporcionalidades e adequações aconselhadas pela CEPAL foram de grande valia para o desenrolar histórico-concreto da impositação das relações especificamente capitalistas. Rodríguez demonstra isto com precisão, apesar de termos discordância sobre o vínculo com o populismo¹⁰⁷. Não se trata de apontar tal fato como vínculo, o que, de imediato, carrega o sentido de uma anterior separação/distanciamento, mas de enxergar nestas formulações a representação teórica de todo o impulso modernizador resultante das adversidades *externas* e das necessidades *internas* (representadas pela burguesia industrial).

Depois de feita a alusão que o pensamento cepalino está conectado com as tendências políticas postas em seu contexto de existência, Octavio Rodríguez deixa claro que a liderança do projeto da CEPAL tinha um agente pré-definido: a burguesia industrial nacional.

Numa breve síntese, essa mudança consiste numa ‘modernização’ das atitudes sócio-psicológicas e das relações sociais em si, sobretudo entre os grupos que integram a classe capitalista; ela comporta, além disso, a gradual absorção econômica e integração social dos demais grupos. (*Idem*, p. 267)

A destacada absorção gradual dos demais grupos econômicos -- leia-se classe trabalhadora e estratos médios -- é, em nossa visão, um procedimento importante dos

¹⁰⁷ A concepção do sistema centro-periferia advém de ilações feitas após análises do desempenho da economia argentina entre o evento histórico da grande depressão econômica e a Segunda Guerra Mundial. Em fins dos anos 1940, percebe-se que as tendências avistadas na Argentina corresponde aos padrões observados pelas demais economias latino-americanas. Assim, formula-se esta teoria que dê conta de entender a região. “No após-guerra, essas ideologias sustentam firmemente a necessidade de prosseguir com a expansão industrial que vinha acontecendo durante o período crítico da depressão e da guerra. Ressurgem também, com força, ideias opostas de caráter liberal, que propugnam o retorno a padrões de desenvolvimento baseados nas vantagens comparativas e na especialização e a regulamentações econômicas próximas às do livre câmbio. Mas, a convergência do pensamento cepalino ou, mais exatamente, do projeto sócio-político implícito nele com as ideologias populistas vai muito mais além dessa oposição à velha ortodoxia e desse decidido à continuidade do processo de industrialização”. (*Idem*, p. 267)

processos de conciliação pelo alto, isto é, o transformismo, que se manifesta nas revoluções passivas. Ao compreendermos a entidade CEPAL como um *aparelho privado de hegemonia* estamos nos referindo a determinações concretas de que a referida instituição se alinhavou às demandas da fração industrial por ser parte constitutiva da mesma, por estar subjugada ideologicamente em favor das transformações revolucionárias. A disputa ideo-política existente entre o que Rodríguez chamou de “atraso” e “moderno” é a evidenciação da gradual predominância das relações capitalistas.

Para Guido Mantega (1984, p. 48) o significado histórico da CEPAL no século XX está no fato de que ela surge como intérprete de uma combinação de forças sociais e políticas, cujo lema foi o de promover a “afirmação nacional” através de planos de desenvolvimento nacional. A entidade encontra-se imersa em uma disputa de dois blocos de forças capitalistas: de um lado os que desejavam um desenvolvimento aut centrado e com fortalecimento da Nação; de outro, forças interessadas em manter a estrutura agro-primário-exportadora. Segundo o autor, esta condição (de polarização) foi responsável por ofuscar os elementos da luta de classes, evidenciando, assim, os elementos do nacionalismo, absorvendo, inclusive, grande parte das classes dominadas.

Abstratamente, Rodríguez destaca os aspectos que consideramos importantes salientar o transformismo. “O projeto cepalino atribui ao Estado o papel de promover os interesses dos grupos industriais nacionais, de conciliá-los com os de outros grupos da classe capitalista e de atribuir e dirimir os conflitos que surgem entre eles e os demais grupos e classes sociais”. Com isso, “caberá ao Estado promover a ampliação e a organização da burguesia industrial nacional. No entanto, sua tarefa principal consistirá em impulsionar certas formas de organização e de participação social e política dos grupos não-proprietários”. Por isso que os pontos de contato com o populismo¹⁰⁸ “se expressam e, ao mesmo tempo, são o reflexo de fatos como a concessão de leis sociais e trabalhistas favoráveis às camadas médias e aos setores operários”, à “organização sindical da força de trabalho, a extensão de alguns dos benefícios da legislação social às

¹⁰⁸ É preciso ressaltar que o termo “populismo” tem uma conotação muito próxima dos marcos do liberalismo, a despeito das ponderações realizadas por Octavio Ianni. A ideia ressaltada, por grande parte deles, é de que o Estado populista é aquele que está acima da luta de classes, atuando como árbitro da luta entre as classes. Esta concepção é, obrigatoriamente, próximo ao conceitual liberal de Estado, como ente apartado da sociedade. Aqui no texto, quando reproduzimos o termo, temos em mente a imprecisão do mesmo e carregamos, assim, discordância com o significado dado, inclusive por Rodríguez.

classes populares (principalmente às urbanas) e a mobilização política – inclusive a mobilização para fins eleitorais – desses grupos majoritários”. (RODRÍGUEZ, 1981, p. 268)

Até certo ponto, há um duplo entendimento da função do Estado: de um lado, entende-se que ele é o instrumento mediador necessário para pôr em andamento as políticas econômicas vitais à industrialização, porém, de outro, considera-se que ele é a encarnação do povo, logo, em nome dele e dos interesses da soberania nacional, as forças políticas que o controlam devem realizar o papel, via instituição, de árbitro das classes sociais.

Amparados por esta visão de mundo, setores mais radicalizados da burguesia levarão às últimas consequências, no âmbito teórico, o enfrentamento com as imposições *externas* aos encaminhamentos gerais das políticas econômicas *internas*. No entanto, as constantes contradições entre os interesses “gerais” da Nação e os interesses específicos às frações burguesas, são, na leitura destas correntes, tendencialmente harmonizadas por ser a única opção prudente de combate ao imperialismo¹⁰⁹. Nas palavras do autor, Octavio Rodríguez (*Idem*, p. 270), as aproximações entre os “populistas” e os cepalinos são expressos, respectivamente, pelo nacionalismo e pelo caráter intervencionista generalizado.

Apesar do claro teor progressivo e o do tom, por vezes extremadamente otimista em relação ao contexto e ao êxito das políticas veiculadas e empregadas, os anos finais da década de 1950 e os iniciais da seguinte apresentam fracassos rotundos em diversos aspectos e condicionantes necessários para o bom andamento do processo de industrialização, progresso técnico-material e distribuição efetiva de renda para os grupos populares. Desta forma, os documentos da entidade neste período possuem uma clara clivagem em relação aos anteriores, pois dali em diante tratava-se de expor os problemas, fazer ajustes analíticos e teóricos e alterações nas políticas a serem propostas. Estas alterações acontecem extremando alguns pressupostos originais e atenuando outros.

¹⁰⁹ “Estão vinculados a outras de suas proposições, entre as quais cabe destacar a decidida intervenção nas relações comerciais e financeiras com o exterior (e, inclusive, como já foi assinalado, a estatização de atividades ligadas a elas); a reserva do mercado interno para a indústria nacional; a nacionalização de atividades consideradas de importância estratégica que se encontram sob controle do capital estrangeiro; e a delimitação de áreas, formas de participação e condições nas quais este último pode ser admitido”. (*Idem*, p. 269)

No que diz respeito à teoria do desequilíbrio externo há inúmeros avanços pelas possibilidades de melhor captação de dados primários e de posterior cruzamento dos mesmos. Atende aos interesses de prognóstico econômico. Já em relação à dinâmica interna dos países periféricos, há uma constatação de que o processo de industrialização (desenvolvimento para dentro) forjou uma estrutura produtiva industrial monopolizada, diferentemente do que se esperava, pois não se realizam as distribuições de renda e adensamento da massa de trabalhadores economicamente ativos nos setores produtivos.

Logo, por terem nas mãos uma nova análise socioeconômica, alguns ajustes estruturais são demandados pela entidade: 1) reforma agrária: diferentemente dos anos anteriores, este elemento já não mais é apresentado como uma opção possível, passível de análise de acordo com as condições de resolução em cada caso específico. “Junto com a industrialização, ela passa, então, a constituir um pilar básico dessa política”. (*Idem*, p. 272) Nesta mesma toada, ao admitir que a estrutura da sociedade periférica é concentradora e excludente, intensifica-se as propostas por políticas ativas de emprego e de distribuição de renda; ampliação das leis trabalhistas e sociais; melhora substancial dos serviços públicos (saúde, moradia e educação); e, a ênfase no aumento da taxa de acumulação e de poupança; 2) intervencionismo: coerente com as demandas apresentadas no item anterior, faz-se necessário que o Estado tenha um papel ainda mais ativo¹¹⁰; 3) planificação: os esforços realizados neste sentido acontecem, por conta da ampliação do espectro teórico e de análise social, também nos setores sociais. Contudo, no fim da década torna-se notório o descompasso entre o ideal projetado anos antes e a realidade concreta, levando ao surgimento, dentro da entidade, de uma corrente crítica aos métodos de análise e de incorporação do sócio-político na compreensão empreendida e no momento de traduzi-lo corretamente em políticas efetivas para o conjunto da população.

Então, se de um lado, é possível observar o incremento positivo de novos ajustes teórico-práticos na entidade, de outro, é reluzente o refluxo de um aspecto crucial no andamento da industrialização periférica, em termos imediatos, e para o desenrolar da

¹¹⁰ Contudo, “o maior intervencionismo relaciona-se também com a tentativa de conseguir uma maior racionalização do sistema fiscal e do aparelho administrativo do governo, que, por um lado, permita aumentar os percentuais do investimento e da poupança pública, além de aperfeiçoar a implementação das políticas de acumulação e emprego; e que, de outro, torne possível expandir a despesa pública, agilizando dessa forma as políticas redistributivas, sobretudo através da extensão dos benefícios dos chamados setores sociais”. (*Idem*, p. 273)

revolução democrático-burguesa em suas plenas potencialidades: na década de 1960 a presença do capital estrangeiro não mais é tolerada, como é impulsionada por motivos de ordem estrutural¹¹¹. No caso chileno, nesta década, há um claro recuo dos setores burgueses mais radicalizados em favor de uma conciliação mais coerente com as demais frações. O alvorecer político dos democratas-cristãos é uma amostra deste processo mais amplo, cuja importância do capital estrangeiro, na estrutura do comércio e da lógica interna produtiva, se coloca cada vez mais imponente¹¹². No capítulo anterior destacamos a *chilenización* do cobre, liderado pelo PDC: o próprio nome já deixa claro o conteúdo de nacionalização do setor estratégico, mas de permanência da dependência tecnológica em relação aos países centrais.

Diante de tudo o que foi exposto, estamos de acordo com um dos nossos interlocutores, Octavio Rodríguez, em afirmar que as bases conceituais e os nexos-chave da teoria cepalina não se dissipam com o tempo. Ainda que tendo vivenciado uma parcial derrota teórica, a CEPAL continua projetando *proporções* e *adequações* convenientes para os países da periferia. Isto é a clarificação de que

esse pensamento tende a visualizar as mudanças ocorridas no real, sob o impulso das relações entre as classes sociais e de seu caráter antagônico, não como um modo de ser da realidade mesma, mas sim como uma anomalia, propondo então mudanças que pretendem adequá-las aos padrões de suposta normalidade idealmente estabelecidos pela interpretação teórica. (*Idem*, p. 274-275)

Ou, em outras palavras, mantém-se dentro do espectro da Economia convencional. Nas palavras de Mantega (1984, p. 42) esta adesão se expressa na falta de explicação de como que os benefícios seriam divididos na forma de riqueza e bem-estar

¹¹¹ “Mas o caráter nacionalista, a terceira das características assinaladas anteriormente, tende a atenuar-se. Contudo, isso não depende da mudança do pensamento estudado, que dá uma importância ainda maior à necessidade de conseguir mudança na estrutura do comércio internacional ou de diminuir os resultados desfavoráveis para a periferia que dela derivam; mas está vinculada à crescente importância do capital estrangeiro e/ou das empresas multinacionais, fenômeno que, ainda que não seja ignorado, com clareza à interpretação teórica e, sobre o qual, não se tomam posições de política definidas”. (*Idem*, p. 274)

¹¹² Resume Octavio: “As mudanças que acabam de ser assinaladas parecem situar-se dentro dos marcos de permissibilidade que oferece a Aliança para o Progresso, no início da década considerada. É interessante observar, no entanto, que a acentuação do reformismo e do intervencionismo – duas das características que na década anterior davam um caráter progressista ao pensamento da CEPAL – se produz em circunstâncias tais onde as políticas propostas e os pressupostos implícitos sobre a mudança das relações sociais perdem uma perspectiva de viabilidade que, até então, possuíam. Com efeito, nos anos sessenta, os fatos enumerados previamente, que a própria CEPAL destaca nos seus documentos, parecem se associar à ruptura das alianças de tipo populista, que em anos anteriores outorgavam sentido histórico à interpretação teórica e às políticas econômicas propugnadas pela instituição”. (*Idem, Ibidem*)

para a população. Para ele, isto corresponde a dizer que a entidade intuía que a disseminação seria automática e autônoma, decorrência própria da dinâmica de industrialização¹¹³.

Depois de tudo exposto, tínhamos a pretensão de demonstrar ao longo destas páginas: 1) o caráter fundamental das teorizações cepalinas na medida em que estão em consonância, por ser parte constitutiva, com as proposições hegemônicas advindas das frações burguesas industriais (elo progressivo da revolução democrático-burguesa chilena), logo entendendo-a como um *aparelho privado de hegemonia*; 2) o efetivo dispositivo progressista desenhado por esta entidade na proporção direta em que ela contribuiu para responder às necessidades imediatas de um grande conjunto da população, setores burgueses e proletários; 3) derivado de suas condições essenciais (item 1), apontar os limites de suas análises e das potencialidades transformadoras da teoria empenhada. Deste modo, evidencia-se a caracterização de agente transformista por possuir, em sua gênese teórico-prática, o escopo conciliatório como fundamento nuclear do *modus operandi* político e econômico. A consequência direta, então, é a absorção gradual das lideranças políticas do proletariado para o projeto societal intrínseco às suas veiculações, ademais de alcançar o consentimento ativo e/ou passivo do grosso dos grupos subalternos.

¹¹³ “Assim, para a CEPAL, se havia responsáveis pela miséria e pelo atraso das populações periféricas, deveriam ser localizadas nos latifúndios feudais ou arcaicos, ou em quaisquer outras atividades pré-capitalistas associadas com o imperialismo comercial. O subdesenvolvimento nada mais é, portanto, do que a ausência de capitalismo e não o seu resultado. Persiste, no entanto, silêncio a respeito da luta de classes ou das possíveis contradições entre burguesia industrial e proletariado, as duas classes fundamentais do novo modo de produção que se propõe consolidar”. (*Idem, Ibidem*)

CAPÍTULO III: Os intelectuais: um embate orgânico

Ao longo dos dois primeiros capítulos nós optamos por diluir algumas reflexões teóricas na medida em que elas se colocavam como impreteríveis para a consecução da organização da exposição do objeto que nos propomos analisar em suas múltiplas potencialidades. Desta forma, tratar-se-á de expor neste capítulo, com clareza e detalhamento as conexões entre o universal e o particular.

A composição do grupo convencionalmente chamado de Chicago Boys, ou então “Projeto Chile” (forma como aparece nos documentos de Estado), se deu através de uma série de motivos e com variados objetivos que já apresentamos em outras passagens do texto. Cabe, agora, valer-se das abstrações já realizadas e atribuir concretude às avaliações que até então temos feito. Fazer este procedimento significa, antes de tudo, situá-los na história e conectar suas ações com os acontecimentos de caráter universal, isto é, com o ponto de inflexão histórico que representou a ascensão das reformas neoliberais no mundo, ainda que em primeiro momento, estivesse presa no âmbito da teoria.

Diria Gramsci (2013, p. 93) que “todos os homens são filósofos” na medida em que são capazes de realizar abstrações teóricas suficientes para dar concretude aos valores que carregam consigo. Esta afirmação do sardo não está em dissonância com uma máxima que podemos avistar em seus cadernos carcerários: *todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem a função de intelectual*. Tomaremos esta frase como um princípio investigativo e analítico afim de recompor a formação do grupo de intelectuais, os Chicago Boys.

Nos terá tal validade pois que é possível compreender, a partir dela, uma incontável série de mediações necessárias para se vislumbrar com clareza a real dimensão do intelectual no arcabouço teórico construído pelo sardo comunista. Assim, é vital que tenhamos em mente outras categorias gramscianas como hegemonia, noção de Estado e de dirigente/dirigido.

Neste emaranhado teórico, as peças se movimentam de forma sutil e apresentam funções sensivelmente pontuais de acordo com a realidade concreta. Isto se mostra, por exemplo, no caso dos intelectuais: ao dizer que todos somos intelectuais, não está

pressuposto que todos levem, ainda que haja uma dada hegemonia em vigor, as mesmas concepções de mundo adiante. A multiplicidade de valores é parte constitutiva dos “homens-massa” e “homens-coletivo” que se apresentam no momento histórico do sardo. A elaboração de uma crítica radical ao que está posto perpassa, sem dúvidas, a construção de uma filosofia, que carrega em si uma concepção de mundo determinada, que se expresse unitária e coerente¹¹⁴.

O pensador italiano corrobora, corretamente, a visão de que não existem camadas de intelectuais separadas das classes sociais às quais se vinculam/representam. E o faz para esclarecer a diferença fundamental existente entre os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. Os primeiros são aqueles ligados à nobreza, oligarquia fundiária e ao alto clero da Igreja Católica. Estando ancorados na defesa de um tipo específico de relação social, o feudalismo e a aristocracia, estes intelectuais continuaram existindo mesmo com a predominância das relações sociais capitalistas. No entanto, como expressão de continuidade de um “momento” histórico de outrora, consideram-se “apartados” do grupo social dominante, pois que não coadunam com as visões perpetradas a partir deste mesmo grupo.

Assevera-se, então, a posição de que os intelectuais, mesmo aqueles “tradicionais” não estão “separados” da luta de classes na medida em que representam os interesses de uma classe específica, ainda que esta classe não tenha mais razão de ser na história e não encontre substância concreta (relação social) que a fundamente em sua existência plena.

A camada de intelectuais que surge como contraponto aos “tradicionais” são aqueles chamados por Gramsci de “orgânicos”. E o são por realizarem, através de suas ações, um conjunto de obras importantes na consolidação de uma dada hegemonia/visão

¹¹⁴ Em determinado momento, Gramsci (2013, p. 94-95) questiona: “é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na ‘atividade intelectual’ do vigário ou do velho patriarca, cuja ‘sabedoria’ dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?”

de mundo. Contudo, o que se pode verificar é que a transição entre a predominância de um conteúdo social a outro traz consigo a mudança do caráter e funcionalidade desempenhada pelos intelectuais. Se antes a denominação servia, fundamentalmente, para designar aqueles cujo trabalho estava diretamente vinculado às capacidades mentais, como o ensino e/ou filosofia, agora, todo aquele que tem, em sua atividade pessoal, uma funcionalidade abstratamente demarcada a partir da manutenção da ordem societal vigente, terá a denominação de intelectual orgânico.

Por este motivo é que há uma tendência, socialmente consolidada e visível na história, de que esta designação seja universalizada ao conjunto das mais diversas atividades humanas na proporção direta em que as relações sociais especificamente capitalistas se alastrem para todos os ramos da produção. Esta mesma tendência é sustentada se levarmos em conta que a construção e solidificação das relações sociais são feitas a partir da própria humanidade e não em uma esfera “superior/ideal” (tipo em teorizações “bem-acabadas” de sistemas sociais complexos).

A constatação de que todos os homens são filósofos é aquela que dá suporte para uma outra de espectro mais amplo: não cabe a ninguém, além de nós mesmos, a realização das dinâmicas sociais na história. Esta ilação tem um potencial excepcional pois coloca a humanidade na centralidade das ações e condiciona que pensemos a mudança tendo-nos como instrumentos de concreção.

Este constructo teórico-filosófico de Gramsci comporta a afirmação de que na realidade imediata, concreta, não há outra forma de transformação social senão aquela que hegemoniza grande parte da base social em uma determinada visão de mundo. É partindo disto que Antonio, n’*A questão meridional*, por exemplo, irá reforçar o papel indispensável dos intelectuais meridionais na promoção da “unidade” entre a massa camponesa dispersa do Sul e os interesses do Estado, cuja fração dominante eram os industriais do Norte.

Desta forma, os intelectuais, no momento exato da validação de suas abstrações, isto é, no terreno das correlações de força, desempenham papéis fundamentais tanto para a manutenção da ordem, quanto para sua transformação radical. Esta averiguação corresponde a posterior admissão da existência da diferença entre dirigentes e

dirigidos¹¹⁵.

Temos, deste modo, que os intelectuais são parte constituintes de uma determinada classe social. Logo, sua posição terá sempre um ponto de partida claro no terreno das abstrações e na composição das correlações de força. Se é correto pensarmos que não se pode haver distinção orgânica entre sociedade civil e sociedade política (Estado), é preciso reconhecer que o “ponto de contato” entre a teoria e a prática se encontra na “forma” do Estado e no conteúdo que advirá dele. A função dos grupos intelectuais é, então, corroborar com abstrações que deem conta de unificar as tendências internas à classe representada. Isto significa apoiar-se em que “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se”, da mesma forma que “não existe organização sem intelectuais”. (GRAMSCI *apud* ALIAGA, 2011, p. 167)

Sendo, o Estado italiano, de tipo ocidental, isto pressupõe, para o sardo, que a maneira de disputar as consciências não seria de todo identificável com o existente nos de tipo oriente. Quer dizer que aquela fórmula explosiva (“guerra de movimento”) de tomada de poder não terá a mesma eficácia no Estado italiano dado que este possui “casamatas” por detrás das trincheiras que impedem que a tomada do Estado signifique a derrocada completa da ordem societal vigente.

Estas artimanhas são os aparelhos privados de hegemonia que correspondem, também, a função exercida por estes organismos em torno do enraizamento e massificação da ideologia da classe dominante. Ser dirigente do Estado não corresponde, deste modo, a ser dominante. A identificação mecânica entre estes dois elementos empobrece a análise política e, conseqüentemente, a construção de um programa partidário que reflita com exatidão as reais demandas populares¹¹⁶. O

¹¹⁵ “Ainda que [Gramsci] admitisse a existência da divisão entre governantes e governados como uma realidade observável na história e, principalmente, um fundamento da política, negava fortemente a interpretação elitista e a teoria política conservadora na medida em que rejeitava o caráter circular da história e sua conseqüente imobilidade fundada na natureza humana”. (ALIAGA, 2011, p. 161)

¹¹⁶ “As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. (...) Não pode haver elaboração de dirigentes (...) onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada” (GRAMSCI *apud* ALIAGA, 2011, p. 163) Baseada nisto é que a autora, Luciana Aliaga (*Idem*, p. 164), expõe corretamente que o sardo evidencia uma conexão da realidade política: “O autor ressalta, assim, o caráter de classe do Estado moderno, isto é, embora os intelectuais pudessem aparecer como classe autônoma, como uma casta, desligados do mundo da produção e dos seus interesses

meandro a ser desvelado e executado está contido, em Gramsci, no conceito de “guerra de posição” que, em si e por si, não exime os movimentos de que se valham, em algum momento, da “guerra de movimento”.

A tomada de poder acontecerá na medida em que haja um instrumento capaz de aglutinar e sintetizar o germe do novo, o Moderno Príncipe. Para que tal fato aconteça se põe de imediato a tarefa de construir uma visão de mundo que corrobore com a superação das desigualdades econômicas através da erradicação da lógica mercantil e financeira imposta pelo capital. Ou seja, a composição de uma *hegemonia proletária* está condicionada pela atuação dos intelectuais em forjarem, através das abstrações teóricas, dirigentes capazes de liderar o enraizamento da mesma no seio das massas populares.

A argumentação desenvolvida por Antonio Gramsci nos serve para identificar uma estratégia para a realização da revolução socialista, mas também, para assinalar o “comportamento” dos atores políticos, culturais e econômicos, seja em análise *interna* ou *externa*. Dizemos isto porque as próprias resoluções internacionais pertencentes às relações entre Estados também são passíveis de serem entendidas sob o viés da hegemonia.

Meire Mathias (2015), pondera em um de seus textos, que a formatação dos sistemas internacionais é feita sob a lógica do *modus operandi* avistada na relação Estado, capital e trabalho. Todos os avanços em matéria de política internacional, de tal modo, têm a ver com a dissolução ou não da contradição entre acumulação de capital e organização do espaço político. A inflexão evidente do sistema internacional na década de 1970 é prova cabal desta tese.

Vale ressaltar que a ordem societal capitalista não permanece estável e/ou equilibrada ao longo da história, fosse assim, as teorias do “fim da história” estariam corretas. As contradições inerentes ao capitalismo são derivadas, sobretudo, daquela fundamental: produção social da riqueza e apropriação privada da mesma. Leia-se que partindo desta é que se põe todas as problemáticas referentes às disputas entre o proletariado e a burguesia. Este é a contradição fundamental sobre a qual estão ancoradas as propostas hegemônicas avistadas na história do capitalismo: de um lado, a

econômicos, estes somente poderiam se constituir enquanto dirigentes em função da atividade teórica e doutrinária dos partidos”.

do proletariado, visa-se a eliminação das relações de exploração do homem sobre o homem, isto é, a vitória do trabalho sobre o capital na correlação de forças; de outro, almeja-se exatamente o contrário. Lembremo-nos que para ambas as propostas as formas de alcançar o fim último podem ser divergentes entre as frações que compõem as classes sociais fundamentais. Daí decorrem as disputas intraclases.

David Harvey (2009), produz uma interessante abordagem para se compreender as relações econômicas atuais e como elas refletem nas demais esferas de reprodução da vida social. Em nosso entendimento, o que merece ser destaque é que toda transformação de tamanha magnitude, como a ocorrida na suplantação do consenso keynesiano pelo consenso neoliberal, exige uma formatação/adaptação psicofísica das massas trabalhadoras pois, ao alterarem os ritmos de trabalho e os índices de produtividade, modificar-se-iam todos os parâmetros sobre o quais estavam ancorados os trabalhadores e empresários¹¹⁷. A compressão do espaço/tempo, elemento central, na visão de Harvey, que expressa bem nossa contemporaneidade assombra as populações pela inveterada predominância do capital financeiro especulativo sobre todos os demais setores, principalmente o capital produtivo. Toda a dinâmica de produção da subsistência alcança um tamanho grau de especulação monetária, visando lucro, que toda e qualquer ação humana, de certa forma, está subordinada. É a concreção mais evidente da *hegemonia neoliberal* no globo terrestre.

As inovações tecnológicas e a toyotização das plantas produtivas e gerência/gestão administrativa serão as evidências destas transformações no campo aparente, pois que mais imediato à grandes parcelas da população mundial. Não sem demora, outras formas de produção/gerência adaptam-se ao novo, sem que, portanto, seja necessário a eliminação completa do antigo para que novo se estabeleça. Em determinadas maneiras, o velho passa a desempenhar importantes funções na consolidação do novo.

O processo sobre o qual se deu a concreção da *hegemonia neoliberal* não foi, doravante, linear e absoluto. Houveram resistências e elas se explicitaram de diversas formas. Em outro livro, Harvey (2008), faz um esforço monumental para tentar abstrair

¹¹⁷ Nestas discussões podemos avistar uma clara vinculação com as reflexões de Gramsci em “Americanismo e Fordismo”, presentes no volume 4 da Edição brasileira d’Os Cadernos do Cárcere, organizado por Carlos Nelson Coutinho, 2011.

os elementos de contato entre todos os países onde as implementações das reformas neoliberais tiveram maiores (ainda que relativos) graus de sucesso: China, Chile, EUA, Inglaterra, etc.

Igualmente, “pode-se argumentar que a sedução pelas concepções presentes no neoliberalismo, sobretudo de liberdade (individual e de mercado) revelam a potencialidade que este pensamento tem quanto a transformar concepções em princípios, e fazer destes últimos, instrumentos dinamizadores da ordem político-econômica”. (MATHIAS, 2015, p. 71) Contudo, enquanto força política, “o neoliberalismo funciona como elemento aglutinador dos polos de poder mundial, bem como, definidor de condicionalidades no caso dos acordos internacionais”, logo, “o ponto de inflexão entre o pensamento e a prática neoliberal está na disputa entre Estados pela hegemonia econômica e política dentro de um mercado capitalista”. (*Idem*, p. 72)

Uma parte importante deste constructo teórico-prático, que altera a vivência social profundamente, foi forjado a partir de experiências práticas de imposição das reformas efetuadas em países que, anos depois, ficaram conhecidos como “laboratórios”. O Chile está entre um destes países. Diziam tal coisa por considerarem, até mesmos os neoliberais, que a teoria neoliberal e suas comprovações matemáticas ainda não tinham tido chances reais de serem executadas, haja visto que a tomada de posição – ocupação de diretorias de organismos multilaterais, cargos técnicos importantes nos governos – estava em execução: ou seja, a hegemonia neoliberal estava em franca disputa com a hegemonia keynesiana, sem contar que ambas estavam em disputa direta com a hegemonia proletária liderada pelo bloco soviético.

Cabe averiguar, portanto, como que os “experimentos” puderam ser introduzidos e a partir disto, quais consequências (possíveis avanços e retrocessos) tiveram na estrutura econômica, social e cultural do povo chileno.

1. Chicago Boys: da Universidade ao Poder

Na literatura econômica, política e cultural chilena há um certo debate muito desenvolvido por diversas correntes teórico-filosóficas no qual se empreendem constatações de períodos longos. Muito do que os Chicago Boys lutaram contra é o que

o se convencionou chamar, inclusive no senso comum, de *Estado de Compromiso*¹¹⁸, cuja vigência histórica foi de 1930 a 1973.

Diante do *Estado de Compromiso* (1930-1973) e seu vertiginoso crescimento, houveram inúmeras críticas sobre o modelo de gestão estatal que se adota no Chile, pelo menos, desde a década de 30. Já desde o segundo mandato de Carlos Ibáñez, na década de 1950, o periódico *El Mercurio*, alinhavado com a direita tradicional chilena, iniciou uma via sacra de críticas, quase diárias, para enfim força-lo a negociar com os setores descontentes e aliviar os índices projetados para a inflação¹¹⁹. No ano de 1955, como parte de acordo feito com tais setores, ficou decidido a contratação de dois economistas estadunidenses, Julius Klein e Julien Sacks, para que assessorassem o governo no sentido de promover alterações de curto prazo visando uma maior liberalização e flexibilização econômica. Este acordo, conhecido como *Misión Klein & Sacks*, foi a primeira proposta de uma política econômica monetarista de cunho ortodoxo.

As soluções propostas pela “*Misión*” foi, em substância e conteúdo, praticamente a mesma que será cuidadosamente apregoada durante anos, após o Golpe de Estado civil-militar em 1973, pelos conhecidos Chicago Boys. O déficit orçamentário obriga a emissão de notas (moeda) para cobrir o saldo, o que leva a uma alta dos preços por não ter respaldo na produção.

Todas as proposições dos economistas vindos ao Chile foram defendidas pelo periódico citado acima que correu o risco de distanciar-se de seu "lugar comum" do cenário político para continuar na defesa inveterada dos pressupostos liberais na economia. Chateau (2012, p. 104) é muito claro ao colocar que todo o clima internacional de dicotomia político-econômica proporcionado pela Guerra Fria, atingiu também o mundo conservador chileno que, dentre as opções existentes - capitalismo ou comunismo - não hesitou um minuto sequer na escolha da primeira. Buscaram, a partir de então, a realização de uma economia liberal por meio do Estado e a partir dele, se utilizando do método de negar todo e qualquer espaço de coalizão e colaboração com *Estado de Compromiso* vigente. O que ficou evidente para os membros da direita

¹¹⁸ Assim como feito com o termo de “populismo”, é necessário demarcar aqui que este termo “Estado de Compromiso” tem, nas leituras que fizemos, uma conotação muito próxima à noção de populismo. É inegável que grande parte da literatura imputa a este termo a noção de que é um Estado acima das correlações de força da sociedade civil, isto é, em essência, incorre no mesmo erro de desconsiderar o Estado como organicamente vinculado à sociedade, por ser parte constitutiva.

¹¹⁹ Em casos de maior interesse na relação Imprensa e política, ver: GAMBOA, 1995.

chilena era a necessidade de um aporte teórico melhor para combater internamente os discursos e propostas Cepalinas.

Eis que surge no cenário uma Universidade dos EUA em que a doutrinação ultraliberal e a ortodoxia do monetarismo já haviam conquistado expressividade no campo acadêmico. O diferencial, a princípio, da Escola de Economia da Universidade de Chicago, sempre conservadora e pró-business, é o ensinamento desta ciência como normativa: o avesso da propagação keynesiana avistada.

Com uma longa tradição liberal, com economistas de grande destaque como Jacob Viner, Henry Simons, Frank Knight e Lloyd Mint, no ano de 1946 entra na carreira docente um destacado aluno chamado Milton Friedman que será o responsável entre a velha e a nova geração de economistas com o perfil "normativo" que lá predominava. Dado a hegemonia conquistada pela teoria keynesiana, a Escola de Chicago torna-se o bastião da defesa do liberalismo monetarista ortodoxo. A década de 40 que marca o início de algumas fissuras no pensamento keynesiano aplicado à prática, ajuda nos intentos de Chicago com reduto intelectual do liberalismo clássico. Funcionou, então, como ferramenta da contrarrevolução teórica.

Chicago representa (a) una articulación particularmente coherente y vigorosa de la economía ideológica y positivista, apoyada con una metodología instrumentalista que, al final, sitúa la validación de su hipótesis en el ámbito de la actividad social y política. (b) Heredando una larga tradición de desconfianza económica y desprecio por la política, Chicago constituye la 'extrema vanguardia' del proceso de penetración actual de la economía en el pensamiento político. (*Idem*, p. 110)

Segundo Valdés, há 3 elementos por trás desta visão normativa da economia da Escola de Chicago: o mercado, o governo e o monetarismo. Mercado é entendido como marco natural do intercâmbio livre individual e informado dos seres humanos. Por isto, constitui o paradigma da liberdade e da organização social livre e não coercitiva. Este elemento é o foco e objetivo da acumulação teórica da economia. Dentro desta noção está embutida a concepção do homem como um ser racional, maximizador da utilidade, que dá origem à atividade econômica. O governo só faz sentido se existir enquanto desempenhe papel de árbitro e interprete das leis comuns a todos. Isto possibilita a eliminação gradual da política.

Em território chileno, a Universidade escolhida para o acordo acadêmico será a PUC. Ela foi criada em 1888 como a resposta conservadora à laicização feita pela

Universidad de Chile, ou seja, um aparelho privado de hegemonia para disputar o campo cultural. De acordo com alguns autores, há duas fases demarcadas na história da PUC. Uma primeira vai de sua fundação até meados dos anos 1950, quando, então, há uma expansão das áreas científicas cobertas, abertura de ingresso para além do reduto conservador e uma forte regionalização da Universidade. Interessante notar que entre os anos 1957 e 1967 o número de aluno dobra e há o incremento de inúmeros contatos universitários com a Europa e EUA. Destaca-se aquele com a Universidade de Chicago, especificamente no Depto. de Economia, visando renovar o ensino econômico: estavam em busca da "verdadeira ciência econômica".

Albion Patterson, uma das peças fundamentais para o “Projeto Chile” acontecer, foi o impulsionador da "ideologia do desenvolvimento" para frear a expansão da esquerda na América Latina. Em sua estadia no Paraguai, que antecede sua ida para o Chile, notara que havia um grande déficit de técnicos preparados para assessorar as políticas na área agrícola e industrial. Tempos depois, enviado para substituir o conselheiro dos EUA no *AID Point Four* no Chile, propôs, de início, ao então presidente Carlos Ibáñez, o *Plan Chillán* que consistia em uma ajuda técnica para desenvolver a agricultura daquela região, situada ao Sul.

Como Theodore Schultz, decano do Depto. de Economia de Chicago, era um especialista em desenvolvimento agrário, Patterson estabeleceu contatos, a princípio por conta destas questões, mas depois tomou conhecimento da teoria do "Capital Humano" que Schultz vinha desenvolvendo, que descreve a rentabilidade e lucratividade de investimentos na formação de técnicos bem qualificados para períodos de longo prazo. Esta teoria completa e contempla as necessidades de Patterson.

Tendo em mente esta reflexão e a possibilidade de estabelecer um projeto de intercâmbio acadêmico entre uma Universidade no Chile e a Escola de Economia de Chicago, Patterson oferece ao seu amigo, Juan Gomes Millas, reitor da *Universidad de Chile*, a proposta de tal acordo sob tutela, indiscutível, de Chicago. Este último negou por conta de que os professores da casa, em sua maioria da vertente estruturalista, não aceitariam uma associação com o reduto acadêmico do liberalismo ortodoxo, Chicago.

Concomitantemente, em 1953, o decano da PUC, Julio Chaná, inicia o projeto de modernização do Curso de Economia na universidade com a ajuda, inclusive, de empresários. Pensando formas de obter melhores avaliações no ensino do pensamento

econômico, ficou como opção trazer professores estrangeiros e, por conta disso, chegou ao contato de Patterson. Como em 1954, Patterson já havia sido procurado pelo reitor da PUC, arcebispo Alfredo Silva Santiago, para colaborar na reformulação do Depto. de Agricultura, Albion rapidamente convenceu Alfredo da necessidade de reformular a área econômica como um todo.

Acontece que o processo de constituição deste acordo não foi tranquilo. Tiveram alguns percalços. Grande parte das lideranças da PUC estavam ressabiadas, para não dizer contrárias, com um projeto deste ligando uma Universidade de tradição católica hispanista (PUC) com uma, Universidade de Chicago, cujo país era de tradição cultural liberal e protestante. Avaliando esta condição, e pensando em solução de compromisso, Chaná propôs que se criasse um Instituto de pesquisa vinculado ao Depto. de Economia para que fosse o elo institucional de transferência de dinheiro e interlocução acadêmica. Patterson, responde de imediato com a ideia de fazerem um acordo de intercâmbio acadêmico de exclusividade com Chicago.

Theodore Schultz na presença das lideranças da PUC expôs o método de ensino feito em Chicago e sua teorização sobre "Capital Humano", ganhando grande ressonância entre os mesmos, que, tempos depois, coadunam com a proposta fazendo o projeto avançar em 1955. Como parecia tomar forma, a embaixada dos EUA no Chile autoriza a vinda dos professores de Chicago (Schultz, Arnold Harberger e outros) para avaliar como o processo se daria. Tendo o parecer positivo, o acordo é assinado entre 29 e 30 de março de 1956 com prazo de duração inicial de 3 anos.

Houve um fator que colaborou muito para a concretização efetiva da transferência ideológica de Chicago para Santiago: a composição social dos discentes na PUC e, especificamente, no curso de Economia¹²⁰. Outra parte considerável de alunos eram provenientes de famílias imigradas de origem europeia e tinham clareza da ideia de mobilidade social, isto é, tinham consigo o "espírito empreendedor" compatível com o *self made man* proveniente dos EUA.

¹²⁰ "En primer lugar, se trataba de jóvenes - mayoritariamente de género masculino - provenientes de clase media/alta y con una sólida formación en inglés producto de una educación secundaria en colegios privados y bilingües altamente selectivos. En segundo lugar, si bien algunos se definían como 'apolíticos', gran parte de ellos simpatizaba con las ideas conservadoras o a lo más social cristianos, pero con una visión más individualista en contraposición al conservadurismo chileno de viejo cuño. Esto último, según Valdés, habría favorecido el alto grado de recepción ideológica de las nuevas ideas". (*Idem*, p. 137)

Os primeiros formandos em Chicago começaram a retornar e aos poucos adentraram ao corpo docente da PUC: Sergio de Castro, Luis Fuenzalida, Pedro Jeftanovic (1958), Ernesto Fontaine, Benito Vignolo (1959), Rolf Luders, Mario Alborno, Alberto Valdés, Raúl Yver (1960), Juan Navillán, Ricardo Ffrench-Davis (1961), Mario Corbo, Gert Wagnen, Pablo Baraona, Sergio Muñoz e Hans Picker (1962). Contudo, o início do "Projeto Chile" não foi imediatamente coerente com o planejamento pensado. Havia muita desconfiança dos setores conservadores e do empresariado em geral quanto a necessidade de extirpar o modelo do *Estado de Compromiso* que era visto no Chile. Ambos concordavam com os princípios do livre mercado, mas tinham clareza quanto a necessidade de permanecer no mesmo modelo para evitar que a esquerda avançasse, fruto da explicitação das contradições sociais.

A correlação de forças internas à PUC não era favorável aos Chicago Boys, mas tenderia a mudar com a tomada do comando da Escola de Economia pelos monetaristas. A partir de 1960 Sergio de Castro passa a liderar o projeto de modernização que Chaná havia começado e este último passa a fazer oposição junto aos demais professores e estudantes contrários à adequação ao modelo estadunidense de ensino.

Enquanto no cenário político nacional a direita avançava com a vitória, em 1958, do candidato Jorge Alessandri, no espectro estudantil havia uma organização forte da ala reformista da Universidade, liderada, em sua maioria, por jovens da DC, cujo ápice foi a vitória nas eleições da Federação de Alunos da Universidade Católica (FEUC) em 1959. A conjuntura nacional favoreceu e deu certa projeção aos monetaristas por conta de que puderam iniciar os trabalhos de assessoria à determinados ramos das políticas econômicas. Os vieses técnicos e científicos dos mesmos foram ressaltados neste período. Era o começo de uma trajetória ascendente.

No Departamento de Economia da PUC, durante os anos de 1962-63, os professores monetaristas mantiveram-se isolados politicamente e dedicados, quase exclusivamente, às obrigações teóricas de pesquisa no *Centro de Investigación de Economía*. No entanto, o apoio de parte dos alunos aos métodos de ensino e a grande visibilidade que ganhavam diariamente por conta disto, os professores inverteram a correlação de força. Depois de uma desastrosa intervenção de Paul Vekemans, diretor da Escola de Sociologia, em um mal-estar do movimento estudantil e, da pressão realizada pelos professores de Chicago quanto ao encerramento do "Projeto Chile",

Julio Chaná renuncia ao cargo de diretor do *Centro* e, Mario Albornoz e Alberto Neumann, da chefia da Escola de Economia. O caminho estava aberto para os monetaristas: Pablo Baraona assume a direção da Escola e, Sergio de Castro, o *Centro*. Enfim, o reconhecimento estava sendo alcançado.

Durante a década de 1950 é lançada a nova Encíclica papal *Gaudium et Spes* cuja orientação fora construir uma maior simbiose da Doutrina Social da Igreja com a realidade político-econômica da América Latina. Esta orientação fracionou os conservadores chilenos: parte aderiu às propostas (*aggiornamento*), pois viam nas reformas em andamento uma boa oportunidade de levar à frente este ideal, enquanto a outra parte não aderiu. Politicamente ficou expresso, respectivamente, na cisão do Partido Conservador com a criação da Democracia Cristã.

Não sem demora, os rachas apareceram nos movimentos da juventude universitária. Os alunos que ganharam a FEUC em 1959 eram a expressão da parte aderente às reformas. Suas principais críticas eram às autoridades e às estruturas da Universidade. Podemos resumir: 1) modernização dos cursos universitários; 2) modernização do mecanismo de acesso à Universidade, retirando a obrigatoriedade de cartas de recomendação, que segundo a FEUC, tornava o processo muito elitista e discriminatório em favor de uma camada ínfima; 3) pediam a abertura da Universidade aos problemas sociais do país dado a visão que se tinha, nos estudantes, de criar uma nova sociedade que eliminasse os problemas sociais dos mais despossuídos; 4) a partir de 1964 o discurso de democratização da Universidade chega à propostas de retirada da PUC da tutela direta da Igreja e uma nova orientação para as necessidades do povo.

Já na década de 1960, cria-se, no Centro de Estudantes do Direito (CED), a oposição à ala reformista. Em sua maioria eram militantes do Partido Nacional, recém-criado pela fusão do Partido Conservador e o Liberal, e nomeavam-se corporativistas e nacionalistas. Decidiram disputar a FEUC justamente por discordar do princípio de politização da Universidade. O fato histórico que promoveu muita coesão à oposição e forçou a polarização estudantil foi a ocupação da Casa Central da PUC por parte da ala reformista quando exigiam, dentre outras coisas, a renúncia do arcebispo Alfredo Santiago, reitor da PUC.

O “Movimento Gremial”, nome dado à organização que construíam, aliou-se ao periódico *El Mercurio* para denunciar a estratégia democrata-cristã de dominar as

Universidades e impor às mesmas a faceta correspondente da "*Revolución en Libertad*". Deste "Movimento" surgiria uma grande liderança, o estudante de Direito Jaime Guzmán Errázui, cuja ação foi fundamental na vitória eleitoral da FEUC, em 1968.

Boisard (*apud* CHATEAU, 2012, p. 149) defende que os *gremialistas* tinham como pauta central a despolitização do ambiente universitário. Para tal feito, tiveram apoio e buscaram sustentação na ideologia profissionalizante (primazia do técnico e do científico) dos monetaristas, haja visto que para tais economistas a despolitização da economia era imprescindível. Isto cria um movimento de direita inédito no Chile, pois, fusiona o catolicismo integrista e o monetarismo nos princípios do gremialismo e do apoliticismo. Ademais, esta síntese não se reconhecia no conservadorismo tradicional, o que explica a relação tortuosa com o Partido Nacional.

Em uma década¹²¹ de rápida explosão das contradições sociais e que tem como reflexo uma polarização ainda mais intensa das concepções políticas e ideológicas, o ultra liberalismo e as organizações conservadoras deixaram de lado, em vários momentos - até para combater a ala reformista dos católicos - as divergências em favor de uma coesão necessária.

Um exemplo desta simbiose é a revista "*Portada*" (1969) que tinha como público alvo os conservadores e como "colaboradores" vários dos professores monetaristas e muitos conservadores tradicionais, como Gonzalo Vidal, futuro Ministro da Educação da ditadura pinochetista. O diagnóstico era consensuado entre as vertentes políticas ali presente: o Chile vive uma crise de autoridade que tem origem na degeneração partidária, politização da sociedade e no excessivo poder do Estado.

Com a chegada da *Unidad Popular* ao governo chileno, a direita reforça ainda mais sua organização, agora não só com o intento de barrar as propostas socialistas do novo governo, mas também para eliminar, via ataque sistemático, as estruturas que mantém de pé o *Estado de Compromiso*. Os anos de governo UP elevaram o patamar de contradição social a um ponto que ainda não tinham presenciado. O reflexo político é o surgimento de vozes clamando por soluções antidemocráticas, como um Golpe de Estado.

¹²¹ Entre 1958 e 1970 o número de votantes passou de 1,5 para 3,5 milhões de pessoas, representando 30% do total de votantes possíveis. Aumento vertiginoso das organizações de "*cuello blanco*" (patronal) e do número de camponeses organizados: de 2.000 para 114.000.

Doravante o discurso neoliberal fosse considerado pouco realista e radicalista demais, na década de 1970 ganham novo contorno: é uma opção possível e plausível de concretizar. Inclusive a DC já não avaliava ter oposição entre a concepção de "justiça social" da Doutrina católica e o programa econômico formulado sobre a base do monetarismo.

A ossatura política desenvolvida para a atuação da oposição durante o governo da UP colocou os economistas, vinculados à DC ou os monetaristas, na centralidade: seriam responsáveis por produzirem relatórios capazes de gerar bons argumentos para os parlamentares e militantes da oposição. Como a opção de intervenção militar por parte das Forças Armadas não estava ainda tão palpável, pela tradição legalista da mesma, eles decidiram por duas vias de ataque: 1) formar um grupo de economistas que assessorariam a SOFOFA, liderada pelo empresário Orlando Sáenz; 2) elaboração de um programa econômico detalhado para o futuro governo. Tal grupo teve a liderança de Hernán Cubillos que relegou a presidência do *El Mercurio* à Augustín Edwards. Ficou conhecido, este grupo, como "*Grupo de los lunes*".

Em 1972, dois ex-marinheiros e funcionários de Augustín Edwards, Roberto Kelly e José Radic, foram contatados, à mando do Almirante José Merino, para saber da possibilidade de ter um programa econômico em caso de um possível pronunciamento militar (Golpe de Estado). Responderam que necessitariam de 30 dias para tal empreitada. A proposta de documento foi levada para ser discutida em Viña Del Mar com os demais colegas economistas e militares. Em maio de 1973 o planejamento econômico estava pronto e, após 35 anos de *hegemonia* do pensamento *estruturalista* na Economia, estava incorporada *elaborações monetaristas* também. As máquinas da *Editora Lord Cochrane* funcionaram diuturnamente para que o planejamento, apelidado de "*El Ladrillo*", pudesse ser entregue à cada um dos membros da Junta Militar dias após a derrubada de Allende.

Momentos depois do Golpe de Estado civil-militar que derruba o governo Allende, duas propostas de modelo econômico disputam a correlação de forças interna às Forças Armadas. Estava dividido assim: a Marinha, do Almirante José Merino, identificada às reformas liberais e, do outro lado, os carabineiros e a Força Aérea, de Gustavo Leigh Guzmán, favoráveis aos projetos *nacional-desenvolvimentistas de corte*

portaliano como o efetivado por Carlos Ibáñez¹²². Houve a necessidade convencimento de alguns militares na Junta Militar, pois, pelo menos até 1977, o único consenso era acabar com os resquícios do período UP e o modelo estatista caótico e “ideologizado”.

Dentre as duas possibilidades de projeto econômico a ser efetivado, era necessário um saber técnico-científico que os militares não estavam, em seu todo, preparados para assumirem as tarefas administrativas do Estado. Neste escopo, os espaços para os tecnocratas foram ampliados nos postos cujo saber técnico era muito requisitado. O Almirante José Merino, da Marinha, que havia encomendado o *"El Ladrillo"* ocupou, na divisão interna da Junta Militar, o Comitê Econômico. Ele, logo convidou Sergio de Castro para assessorar o Ministério da Economia, em mãos do General Rolando González; trouxe Roberto Kelly para assumir a ODEPLAN, centro propulsor das reformas neoliberais tempos depois.

Entre os anos 1973-1975 foram levadas a cabo algumas medidas liberais anti-inflacionárias e de estabilização econômica. Foi acordo entre os militares a devolução das empresas estatizadas pela CORFO no período da UP, processo este conhecido como *"normalización"*, mas mantiveram as empresas consideradas estratégicas para a Segurança Nacional. Contudo, estas mudanças se deram de forma gradual e sem atacar a raiz do problema, segundo a visão monetarista, que é a estrutura estatal presente no Chile dos anos '30 até 1973.

A instabilidade monetária prejudicava o controle inflacionário e favorecia, deste modo, o discurso radicalizado dos Chicago Boys, o que influenciou decisivamente Pinochet e José Merino. Neste entremeio assume o Ministério da Coordenação Econômica, o economista monetarista Jorge Cauas, muito próximo a DC.

Os dados constatados para o ano de 1975 antecipou a decisão a ser tomada pelos militares de qual modelo/projeto econômico iriam escolher. Muitos oficiais se opuseram a este primeiro tratamento de *shock*, chamado de *Plan Cauas*, especialmente, Gustavo

¹²² "Entendemos por Ibañismo militar la añanza castrense por un gobierno fuerte y eficiente, que despreciaba a los políticos y prefería a los tecnócratas, que valorizaba la función económica y social del Estado; proclive a la integración controlada y despolitizada de los sectores subalternos, que creía en la necesidad de una nueva era de modernizaciones y esperaba recuperar el status y la valorización social alcanzado por otra época. Desde nuestra óptica, la Doctrina de la Seguridad Nacional actuó sobre este basamento y no sobre una tabla rasa, discrepando de las interpretaciones que ven un total vacío doctrinario a la llegada de los principios norteamericanos." Ibidem, p. 182/83.

Leigh Guzmán¹²³, da Força Aérea, e defenderam a estratégia gradualista de Raúl Sáez. Pinochet fez a escolha pelo apoio ao *Plan Cauas* e, ao mesmo tempo, aplicou um golpe de força no interior da Junta Militar, tornando-se a referência mais forte, em concentração de poder, no comando do Regime ditatorial. O apoio dos civis à liberalização contou como base de sustentação à decisão de Pinochet. O estatismo proveniente do modelo *Estado de Compromiso* foi rechaçado definitivamente e alçado ao posto de grande entrave do desenvolvimento econômico e social do país.

Chateau (*Idem*, p. 192) descreve acertadamente que Pinochet, com a volta da inflação em 1975, decide que primeiro é necessário controlar as variáveis econômicas para depois pensar em um crescimento social¹²⁴. Nota-se que o distanciamento com as propostas desenvolvimentistas aumenta e estas são abandonadas, em definitivo, privilegiando as reformas neoliberais. O apoliticismo e antipartidarismo dos militares foram, também, decisivos para que os Chicago Boys ganhassem confiança por sempre terem se colocado como "técnicos" e absolutamente convencidos da necessidade do "tratamento de *shock*", isto é, mantiveram a coerência em todo o momento.

Este giro ideológico acelerado que vemos no interior da oficialidade militar se deu pela formação que os novos oficiais tiveram. Nas décadas de 1950 e 1960 há uma divulgação de uma nova filosofia de ensinamento e de concepção das Forças Armadas advinda dos EUA. Ficou conhecida como *Doutrina de Segurança Nacional* onde os militares passam a compreender a atuação do Exército como uma instituição de cunho policialesco-repressivo e não mais como garantidores e defensores da soberania externa.

¹²³ Gustavo Leigh propõe um modelo de economia que ficou conhecido como "*Estatuto Social de la empresa*" onde estava previsto uma margem de negociação coletiva e de representação sindical para a classe trabalhadora. Claro que o projeto todo seria sob forte tutela do Estado e com um conteúdo extremamente antimarxista e antissocialista. Fora negado pelo empresariado por considerar tal empreita demasiado estatista e significaria, então, um retrocesso para com o modelo anterior. Pinochet, por sua vez, nega por conta de que isto intensificaria a rearticulação dos movimentos sociais justamente em um momento de concentração de poder e da necessidade de uma sociedade desmobilizada para implementar as reformas neoliberais.

¹²⁴ "Fue el Ejército, y especialmente Pinochet, quien arbitró la pugna en favor del capitalismo 'salvaje y autoritario', como lo han denominado los economistas y cientistas sociales críticos, para diferenciarlo enfáticamente del capitalismo tradicional. A Pinochet lo sedujo la simplicidad del funcionamiento del modelo que se propuso, la determinación y claridad expositiva de los Chicago boys y la coincidencia de su aspiración personal a una prolongada permanencia en el poder con la necesidad de un período extenso que requería el experimento neoliberal para implantarse en Chile. También lo atrajo la convicción de que para evitar un retorno de 'la amenaza marxista' era necesario transformar radicalmente a la sociedad. Pero, fundamentalmente, lo cautivó la solución a la crisis externa, de falta de divisas, y a la inflación que en ese momento ofrecieron los economistas ortodoxos". (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 45)

O grande mote de preocupação são os "inimigos internos", mais temerosos que os externos, dado o contexto de Guerra Fria.

Como Pinochet decide por reformar todos os militares que estavam se opondo ao projeto escolhido para nortear o país na Economia, estes novos assumiram os postos. Esta filosofia nova contribui decisivamente para aceitarem a justificativa de extirpar a estrutura estatal que favoreceu imensamente os ideais socialistas, que foram, neste contexto, os piores "inimigos internos" a serem combatidos. Gustavo Leigh fora forçado a ir para a reserva. Muitos outros decidiram sair da cúpula decisória pela discordância¹²⁵.

2. O mito liberal de Hayek e o limite de sua crítica: fundamentos da teoria neoliberal

A ascensão de qualquer grupo ao poder nos coloca uma série de interrogações. Como procederam para executar na prática o escopo teórico que defendiam? Quais as formas e padrões de estabelecimento de uma nova “conduta” socioeconômica? Quais os elementos teóricos imprescindíveis foram acionados nesta demarcada inflexão histórica? As respostas não se apresentam no seu momento imediato, mas na processualidade mesma em que se forjam as próprias perguntas, isto é, a história só nos coloca perguntas/problemas na medida em que a humanidade se porta capaz de responde-las.

Não à toa Gramsci entende a Revolução Francesa como um *processo* iniciado no ano de 1789 e finalizado no ano de 1871 com o massacre aos insurgentes da Comuna de Paris e a derrota cabal da aristocracia feudal. Neste período, diz ele, ocorrem diversos acontecimentos que ora denotam o caráter revolucionário, ora de restauração. Justamente por isso ele argumenta sobre a necessidade de se levar à diante uma maior dedicação dos pesquisadores sobre o binômio, apropriado por ele, *revolução-restauração*. Dado que ele aclara a realidade, ou pelo menos a expõe de certo modo,

¹²⁵ “El predominio de Pinochet en los uniformados, incuestionable durante muchos años, no sólo se explica por la tradición prusiana, la verticalidad del mando y el mayor peso específico del Ejército, sino también por su prestigio dentro de los altos mandos por haber sido el impulsor de los cambios económicos”. (*Idem, Ibidem*)

conseguimos averiguar que no decorrer destas décadas dois grandes fatos aconteceram: decadência ideológica¹²⁶ da burguesia e a primeira grave crise do sistema capitalista.

Todo o constructo teórico-filosófico que a burguesia compôs para si própria, desde Locke e Hobbes, passando por Adam Smith e David Ricardo, fora posto em prática para forjar uma concepção de mundo, uma ideologia, que lograsse explicar os fenômenos da realidade de modo totalizante. A grande viragem notada neste período é o apego à Razão e o usufruto desta com centralidade para a leitura de mundo. O mundo, na filosofia burguesa, era uma engrenagem passível de compreensão pela Razão, e por isso era possível que fosse alterado por completo.

Pois bem, este arcabouço lhes serviu até o momento em que as estruturas de sustentação do regime absolutista-feudal começaram a ruir. No entanto, como é normal observar na História, a transição entre sistemas de produção de subsistência, junto à um novo arquétipo filosófico de compreensão da realidade, dura décadas, e por vezes, séculos.

Em 1848, o cabedal burguês fora posto à prova pelos inúmeros casos de insurreição revolucionária que, rapidamente, tomaram conta da Europa. O epicentro desta explosão social pode ser considerado as barricadas do proletariado francês levantadas em Paris. Não obstante, Hobsbawn (2009, p. 46) ponderou que Marx¹²⁷ não acreditava que a revolução socialista estivesse na ordem do dia, mas que serviria para solidificar a consciência proletária de que a luta que se avizinhava seria entre a burguesia e o proletariado.

Ainda segundo o historiador britânico, as revoluções fracassaram com a mesma velocidade com que tomaram a Europa de assalto. Conforme disse (*Idem*, p. 38), grande parte deste fracasso se deve ao fato de que elas não se converteram em confronto do "velho regime" e "forças do progresso", mas entre "ordem" e revolução social. Neste sentido, a burguesia deixa de ser revolucionária pois concilia-se com os antigos opositores a fim de que a sociabilidade vigente não fosse questionada. Afinal, os aristocratas também se viram obrigados a aderir aos anseios econômicos do liberalismo tenaz.

¹²⁶ "A decadência ideológica surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, visto como a força motriz da realidade." (LUKÁCS *apud* LARA, 2013, p. 94)

¹²⁷ Sobre este nexos histórico, ver Karl Marx, 2008. *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*.

José Paulo Netto faz uma brilhante análise do momento e como isso deriva filosoficamente em uma restrição da Razão:

Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sociopolítico conduzido pela burguesia – a ‘liberdade’ deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a ‘igualdade’ esgota-se na formalidade jurídica e a ‘fraternidade’ se resolve na retórica e no moralismo. O ‘projeto de emancipação humana’, nestes limites, não desborda o terreno da ‘emancipação política’, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844. A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem. [...] A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a sociabilidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do ‘cidadão’. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emergência primeira verifica-se em 1848: o proletariado. O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sociopolítica uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sociopolítico ‘autônomo’, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a autopercepção ‘classista’ do proletariado. (NETTO *apud* LARA, 2013, p. 93)

Por sua vez, Carlos Nelson Coutinho, no livro *O Estruturalismo e a miséria da Razão*, coloca a leitura de Lukács (2010, p. 35), qual seja, "as revoluções de 1830 e mais ainda de 1848 atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social. Em 1830, começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848". E continua,

o que realmente interessa é assinalar o caráter nitidamente ideológico das novas categorias 'corrigidas' que ocupam agora o primeiro plano. Em lugar do humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma 'coisa', ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo 'superficial' ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo

fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas. (*Idem*, p. 30-31)

Eric (2009, p. 58-61) argumenta que o século XIX foi, em sua completude, um período de longa deflação por conta de uma série de aspectos: 1) tendência inevitável de que as descobertas tecnológicas barateiem os custos de produção e os preços das mercadorias. Esta tendência, ainda que apertasse a margem de lucro dos capitalistas, era compensada pela avassaladora expansão comercial promovida, principalmente, pelo livre comércio internacional liderado pela Inglaterra; 2) ter nas estradas de ferro o elemento de "super realização" do capital, o que fez aumentar a expansão geográfica e o ritmo da produção e circulação de mercadorias, gerando excedentes que possibilitaram financiar boa parte dos demais países; 3) excedente de capital impulsionou a produtividade em escala global; 4) aumento do emprego pela liberalização e autonomização da livre iniciativa; 5) melhores salários proveniente do lucro das vendas em grandes volumes; 6) descobertas de fontes de ouro na Califórnia, Austrália e alguns países da América Latina deram estabilidade ao padrão monetário internacional e maior solidez ao capital ocioso; 7) descoberta de novos mercados.

No século referido, a crise de 1848 demarca um importante evento pois foi a última a expor as contradições do velho sistema de produção, ainda muito dependente das condições climáticas para ter boa produtividade. O reflexo político deste agravamento econômico foi o avanço na consolidação do movimento operário internacional e no gradativo avanço de consciência (para si) da classe proletária¹²⁸. No que se refere ao pós-1848 verifica-se que todos os elementos constituintes da pauta econômica foram efetivados.

Em especial, criou-se um esmagador consenso de que o liberalismo econômico tinha sido o grande responsável pelo avanço civilizatório e do progresso financeiro mundial¹²⁹. O "exército industrial de reserva" proveniente das grandes migrações, que se iniciam nesta época, facilitou para que as demandas da classe trabalhadora não fossem usurpadas. A negociação sindical e o direito a greve foram liberados, afinal a

¹²⁸ Sobre este assunto, desenvolvimento da consciência em si e para si, podemos elencar uma série de textos. Ver IASI, 2006, pp. 23-356. "As metamorfoses da consciência de classe"; MÉSZÁROS, 2008, pp. 55-90. "Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente"; LUKÁCS, 2003. História e Consciência de classe.

¹²⁹ HOBBSBAWN, 2009, p. 62.

massa de desempregados mantinha estável a posição dos capitalistas em seu lucro crescente.

A posição econômica - lucratividade - e o *status quo* burguês estaria livre de ameaças até o ano de 1873 quando detona a primeira grande crise do sistema capitalista. O esforço monumental dos capitalistas somado ao grande mercado disponível e ao capital ocioso, possibilitou que a industrialização se desse em níveis jamais registrados. Entretanto, a combinação de alta produtividade, mercados consumidores aquecidos, disponibilidade de investimento e liberalização (quase) total das economias nacionais, eleva a contradição elementar do capitalismo à patamares perigosos ao próprio sistema. O grande volume de mercadorias produzidas e a falta de mercado consumidor suficiente promove uma queda geral da taxa de lucro, o que reverbera na condição da classe trabalhadora por meio dos salários. O arrocho agrava ainda mais o consumo que impede a realização do capital (transformado em mercadoria), consubstanciando um estreitamento ainda maior da margem de lucro.

É a partir deste paradigma do século XIX, qual seja a liberalização intensa, que Hayek vai retomar e colocar como horizonte de sua batalha ideológica no campo prático dos receituários econômicos e no teórico. É o "mito" da liberalização sendo posto em voga no debate social.

No ano de 1944, Hayek, já lecionando na *London School of Economics and Political Science*, lança o livro *The Road of Serfdom*, que se transmutou como um dos principais livretos panfletários do liberalismo e constitutivo da base teórica para uma solidificação conceitual e instrumental desta teoria.

Neste livro, Friedrich faz uma incisiva crítica ao desenvolvimento do capitalismo nas décadas iniciais do século XX, com o alvorecer do *planejamento econômico* proveniente da leitura keynesiana, resposta à crise que se asseverou em 1929, e à instabilidade social que seria marcadamente ameaçadora no pós-Segunda Guerra Mundial. Não bastasse o combate aos intermediários do totalitarismo, os keynesianos e os nacionalistas na América Latina, ele centrou artilharia para o movimento operário internacional e para a corrente socialista que ganhava força com a Revolução Russa e com a maturidade na Alemanha da década de 10 e 20.

Diz ele (1994, p. 39-40) que a população não está percebendo a magnitude das

mudanças em curso na Europa, especialmente Inglaterra e Alemanha, significam um desvio completo da evolução de nossas ideias e da ordem social. Os ideais que nortearam a civilização moderna estão cada vez mais afastados do que se considera objetivo. Os homens de hoje não estabelecem conexão entre causa e consequência: o totalitarismo só foi possível pois houve um sistemático abandono da liberdade econômica, que por sua vez leva à perda da liberdade política.

O liberalismo deixou de ser considerado uma filosofia "positiva" para se tornar o seu oposto. Em face de seu sucesso, no século XIX, a participação de cada um no progresso comum foi sendo naturalizado à ponto de que não mais fosse entendido como derivado da política de liberdade (*Idem*, p. 44). Dado que os avanços sociais tinham um ritmo diferente, agora no século XX se comparado ao anterior, a população passa a considerá-lo "como um bem estável, indestrutível e definitivo". (*Idem, Ibidem*) O velho modelo já não mais dá conta das novas demandas¹³⁰.

Neste novo paradigma, a inevitabilidade do dirigismo estatal credita-se à escolha da vantagem e não da liberdade. Assim sendo, é preciso que façamos a escolha pela liberdade, dado que, mesmo com restrições em curto prazo, o progresso social, a produção e o conhecimento não serão consequências de um seletivo grupo que controla e projeta a política econômica. "(...) a posição em favor da liberdade é justamente a de que devemos reservar espaço para os progressos espontâneos e imprevisíveis." (*Idem*, p. 70)

Hayek admite que o liberalismo não potencializa em sua plenitude as liberdades pessoais¹³¹ quanto à consecução dos objetivos singulares. Porém, o interessante para o progresso social é não ter amarras, ou seja, que tenhamos uma constituição clara onde seja demonstrado, ainda que "formal", as possibilidades de ação dos indivíduos. (*Idem*,

¹³⁰ "Para os grandes apóstolos da liberdade política, essa palavra significava que o indivíduo estaria livre da coerção e do poder arbitrário de outros homens, livre das restrições que não lhe deixavam outra alternativa senão obedecer às ordens do superior ao qual estava vinculado. Na nova liberdade prometida, porém, o indivíduo se libertaria da necessidade, da força das circunstâncias que limitam inevitavelmente o âmbito da efetiva capacidade de escolha de todos nós, embora o de alguns muito mais do que o de outros." (HAYEK, 1994, p. 49)

¹³¹ Páginas a diante, diz ele: "Quer se trate de mudar de emprego ou de residência, de externar estas opiniões ou de passar deste ou daquele modo as horas de lazer - embora seja por vezes elevado o preço que se tem de pagar pelo direito de seguir as próprias inclinações, e a muitos este preço se afigure exagerado - não existe empecilho absoluto ou perigo para a integridade física e para a liberdade que prendam à força esse trabalhador à tarefa e ao ambiente designados por um superior." (*Idem*, p. 110)

Destarte o liberalismo tenha uma evolução lenta, a concentração dos meios de produção, seja pela estatização ou pela monopolização¹³², é fator de grandes distorções no comportamento humano. Hayek afina seu discurso, ressaltando:

Nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia de liberdade, não só para os proprietários, mas também para os que não o são. Ninguém dispõe de poder absoluto sobre nós, e, como indivíduos, podemos escolher o sentido de nossa vida - isso porque o controle dos meios de produção se acha dividido entre muitas pessoas que agem de modo independente. Se todos os meios de produção pertencessem a uma única entidade fosse ela a 'sociedade' como um todo ou um ditador, quem exercesse esse poder teria poder absoluto sobre nós. (*Idem*, p. 111)

Agora, segundo o autor, é de todo errôneo afirmar que o poder de uma comissão planejadora seria menor que o poder de diretorias de empresas privadas exercem em conjunto. Em um sistema de concorrência, os capitalistas não exercem uma fração sequer do poder dos planejadores, haja visto, que não o utilizam de modo *intencional*. Diretorias não se unem para promover ações em comum, pois isso caracterizaria o fim da concorrência em si mesma. Sendo assim, o liberalismo, para Hayek, ainda que não seja perfeito, jamais se transmutará para modelos totalitários, pois, "fracionar ou descentralizar o poder corresponde, forçosamente, a reduzir a soma absoluta de poder, e o sistema de concorrência é o único capaz de reduzir ao mínimo, pela descentralização, o poder exercido pelo homem sobre o homem." (*Idem*, p. 142)

O fim do "*homem econômico*" promete se tornar um dos mitos dominantes do grupo keynesiano e dos socialistas. A geração dele, reclama Hayek, não se inclinou a aceitar este tipo de postura que é impaciente com a restrição das ambições imediatas. Afinal, "o homem passou a encarar com ódio e revolta as forças impessoais que se submetia no passado, conquanto frustrassem muitas vezes os seus esforços individuais." (*Idem*, p. 186)

Essa postura, essencialmente, demonstra a relutância em submeter-se a regras ou mecanismos cujo fundamento lógico não possa ser compreendido. No campo da moral, muitas vezes trata-se de um ato louvável, mas há situações em que não se submeter

¹³²¹³²Cabe ressaltar aqui que Hayek faz uma distinção e propõe uma hierarquização entre os modos variados de monopolização. Para ele, não há como evitar, em alguns casos a monopolização do setor ou ramo da atividade produtiva, mas, ainda assim monopólios em mãos do capital privado são menos ostensivos à liberdade individual do que os mesmos providenciados pela estatização.

significa a possibilidade de colapso da civilização. Uma vez que a complexificação das relações impessoais eleva a resistência às forças incompreensíveis, ela própria, a problematização crescente, impossibilita a apreensão plena da realidade. A civilização moderna, como a observada no ocidente, baseia-se no ajustamento do indivíduo às mudanças cuja apreensão do real é inviável (*Idem*, p. 186).

É a sujeição às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso da civilização e, sem isso, seria impraticável. Se quiséssemos preservá-la sem que houvesse servilismo, necessitaria uma inteligência muitíssimo superior ao que temos atualmente. Portanto, a escolha que se coloca é: entre uma força incontrolável, porém impessoal, do mercado; ou então a força incontrolável, porém arbitrária, do planejador. Diz Friedrich:

A recusa a ceder a forças que não podemos compreender nem reconhecer como decisões conscientes de um ser inteligente e fruto de um racionalismo incompleto e, portanto, errôneo. Incompleto, porque não percebe a combinação de uma enorme variedade de esforços individuais numa sociedade complexa deve levar em conta fatos que nenhum indivíduo pode apreender de todo. (*Idem, Ibidem*)

Dizer que temos domínio sobre as forças da natureza (*Idem*, p. 187) é correto, mas, este mesmo domínio sobre as forças da sociedade é errôneo, além do mais é caminho sem volta para o totalitarismo e para o cerceamento do progresso. Afinal de contas, a liberdade individual é incompatível e inconciliável com a supremacia de um objetivo único - como o que se observa no sistema totalitário da teoria keynesiana e socialista - ao qual todos se subordinam.

"É sensato sacrificar temporariamente a liberdade de modo a garanti-la para o futuro; não se pode dizer, porém, o mesmo de um sistema proposto como solução permanente." (*Idem*, p. 188) O austríaco, neste relato acima, deixa claro que em alguns momentos será preciso escolher pela "*ditadura dos bons*¹³³" para manter a ordem social. Ele não vê contradição em apoiar uma ditadura, haja visto que ela, não necessariamente, leva ao cerceamento do indivíduo, pois que esta restrição não está no campo econômico¹³⁴.

¹³³ "Embora isso possa ser importante, não há erro ou desonra em aprovar uma ditadura dos bons." (HAYEK, 1994, p 134)

¹³⁴ "Aqueles que julgam não ser o sistema que cumpre recluir, e sim o perigo de que ele venha a ser dirigido por mais indivíduos, poderiam até ser tentados a prevenir esse perigo fazendo com que ele fosse estabelecido antes por homens de bem." (*Idem, Ibidem*)

Ora, se não há contradição para Hayek na escolha de um modelo ditatorial para que se mantenha a liberdade, é porque ele desenvolve uma justificativa ética, moral e filosófica.

Sendo signatário da concepção de individualista, também expressão da decadência ideológica da burguesia, ele entende a moral como construção cotidiana das ações. Quando estão sob responsabilidade de si mesmo, as ações adquirem valor moral. Por isso é que ele alerta que "nossa geração corre perigo de esquecer, não só que a moral é por essência um fenômeno da conduta pessoal, mas também que ela só pode existir na esfera em que o indivíduo tem liberdade de decisão e é solicitado a sacrificar voluntariamente as vantagens pessoais à observância de uma regra moral." (*Idem*, pág. 191)

Neste sentido, cabe ao Estado¹³⁵, enquanto associação de indivíduos para manter os *direitos naturais* - quais sejam a propriedade privada e a liberdade -, a elaboração e execução de uma ossatura normativa onde se delimite claramente os pressupostos gerais da conduta humana sem que haja especificações. Toda especificação da conduta, além de ser impraticável pela incognoscibilidade do real, determina os caminhos que o indivíduo deve trilhar, portanto, é uma afronta ao livre arbítrio. É aqui (*Idem*, p. 192) que reside os mais nefastos efeitos do coletivismo: um movimento que busca livrar o indivíduo de responsabilidade não é outra coisa senão *antimoral*.

Os sistemas coletivistas buscam, de modo vago, a realização do bem comum geral. Para manter a liberdade do indivíduo em determinar sua própria vida, a obtenção deste bem-estar geral deve conter um código de ética completo em que as necessidades pessoais estejam escalonadas. (*Idem*, p. 75). Para o autor, o fato de que vivemos escolhendo entre diferentes valores morais, e que não haja um código que nos diga como devem ser feitas estas escolhas, não diz respeito à uma possível falha do código liberal. No liberalismo não há motivo nem ocasião para que as pessoas tenham pensamentos idênticos para resolver situações. Em uma sociedade que promove um único objetivo - o *bem-estar geral* - todos os meios estarão destinados para supremacia

¹³⁵ Hayek (1994, p. 60) é muito claro quanto ao papel do Estado de "criar condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, 'embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos', são tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a atividade estatal." Nunca o Estado permanece desprovido de função.

do "social" e não mais haverá espaço para o indivíduo. Cabe dizer que, para Hayek, o desenvolvimento da civilização moderna acontece *pari passu* com a limitação das esferas que se observam regras fixas. As normas do código moral têm se tornado cada vez mais numerosas e de caráter genérico¹³⁶.

Sejam os sistemas coletivistas ou quaisquer outras degenerações do liberalismo, o cerne filosófico sobre o qual se assenta este desvirtuamento é a junção dos objetivos econômicos e os objetivos políticos. Para o autor é muito claro o fato de que isto consiste numa tentativa frustrada de dar um arremate teórico, haja visto que não há meio de promover esta união sem que as liberdades individuais sejam, de imediato, restringidas ou até extintas.

A liberdade, aqui concebida apenas na esfera econômica, é o sustento que possibilita a descentralização do poder e da coerção. Enquanto não houver objetivos únicos, os indivíduos terão liberdades para fazer valer seus desejos e anseios. Assim sendo, a substituição deste poder econômico, pautado no homem econômico, por um poder político, no qual impera a *finalidade*, é danoso ao sistema social vigente. Afinal, a diferença central entre os poderes explicitados é que o primeiro pode até se tornar coercitivo, em determinadas ocasiões, mas nunca será completo ou exclusivo como o segundo. (*Idem*, p. 142)

"Onde existe uma finalidade comum e soberana, não há lugar para uma moral ou para regras gerais." (*Idem*, p. 145). Este é o elemento que consubstancia a máxima vociferada por ele de que "na ética individualista, o princípio de que o fim justifica os meios é considerado a negação de toda a moral." (*Idem*, p. 142). Não cabe um juízo de valor para determinar se a "*razão do Estado*" é consequente para a ordem e a liberdade. Aos coletivistas, a *finalidade* é o único *critério* de justificativa de ação: adaptar as ações individuais ao bem comum objetivado.

O indivíduo é, portanto, centro da constituição do arquétipo da civilização moderna. A destruição das estruturas hierárquicas do feudalismo, a economia mercantil

¹³⁶ "Desde o homem primitivo, restringido por um complicado ritual que abrangia quase todas as suas atividades cotidianas, limitado por inúmeros tabus, e, que mal podia conceber uma conduta diferente da dos seus companheiros, a moral vem apresentando uma tendência a tornar-se cada vez mais uma simples linha divisória a circunscrever a esfera em que o indivíduo pode agir livremente. A adoção de um código comum de ética que seja abrangente a ponto de determinar um plano econômico unitário importaria numa total inversão dessa tendência." (*Idem*, p. 75)

crescente e a institucionalização do direito à propriedade privada são, em essencial, os elementos que garantem a posição do indivíduo na história. No entanto, como veremos, a constituição do homem autônomo na história necessita do reconhecimento do mesmo. Como entender a formação de uma sociedade como um aglomerado de indivíduos, se ele próprio e a sociedade constituem-se de maneira correlata?

Há, segundo Leda Paulani (2005, p. 87-88) duas formas de não incorrer nesta contradição: 1) funcionalismo no qual o ator/sujeito é descartável, tanto que é considerado uma peça da engrenagem social; 2) individualismo no qual a sociedade é sempre concebida *ad hoc*.

Na Ciência Política, esta contradição parece estar presente haja visto que as concepções dominantes consideram o nascimento da sociedade como derivado das consciências individuais sobre a necessidade de um Estado que garanta os direitos naturais, isto é, direito à propriedade privada. No debate da Ciência Econômica, a sociedade nasce como derivado do mercado, sendo este um ente de ordem espontânea que evolui independentemente dos indivíduos¹³⁷. Adam Smith traduz a contradição: o indivíduo só é livre, autônomo, quando se submete, em busca de sua soberania, à uma regulação *invisível* (a famosa mão invisível de Smith) que está fora de seu arbítrio. Por isso que "o *homo economicus* é então um iludido, porque a contradição que o constitui é reificada, preservando-o em sua soberana liberdade. (...) No que tange ao mundo econômico, o indivíduo moderno tende a compreender como natural e 'coisal' aquilo que é social." (*Idem*, p. 89)

É na motivação dos agentes que se encontra a ratificação dos fenômenos sociais/econômicos. Hayek, ao adotar tal postura, deixa claro qual corrente ele é signatário. Desde muito cedo teve Ludwig Von Mises como mentor e, portanto, teve uma formação neoclássica e positivamente liberal. Isto o influenciou, mas ainda assim não o impediu de fazer críticas aos mesmos. Sua tradição filosófica está pautada em autores como Locke, Smith, Burke, Mendivil e Hume. Para ele, a tradição neoclássica

¹³⁷ Em outra passagem diz Leda: "Em outras palavras, se politicamente a contradição é visível, economicamente ela fica escondida: o agente econômico parece inteiramente livre e pode agir soberanamente; o que restringe não é a sociedade, mas uma coisa chamada dinheiro (por meio dessa coisa, o mercado esconde que é sociedade). Assim, se no plano político a admissão da sociedade é o pressuposto da existência efetiva da individualidade (expondo e acomodando a contradição), no plano econômico a individualidade parece se pôr autonomamente, e, como a contradição parece não existir, fica irresolvida." (PAULANI, 2005, p. 90)

era decorrente do racionalismo cartesiano com adendos dos fisiocratas, segundo a qual era possível o conhecimento racional e objetivo do mundo. Paulani reproduz qual a crítica do austríaco:

esse individualismo é reducionista: se os fatos são objetivamente conhecidos (e se o indivíduo é por natureza racional, maximizador), todos os indivíduos, por particulares que sejam suas específicas situações, podem ser reduzidos a átomos cujos comportamentos são essencialmente idênticos e podem ser previstos. Se tudo isso é verdade, pode-se também, racionalmente, desenhar *a priori* o ótimo social. (...) Resumindo: se se parte da concepção de indivíduo como um agente realmente autônomo, autocentrado, inteiramente determinado por si mesmo, sua descrição só pode ser essencialista, e ele se transforma num átomo que, combinado a outros milhares, 'produz' uma sociedade que pode perfeitamente ser planejada (eventualmente com melhores resultados). Isso acaba por retirar do indivíduo a primazia que ele tinha como fonte por excelência da ação. (*Idem*, p. 99)

Neste sentido o indivíduo para Hayek só o é quando não está inteiramente autônomo. Esse é o baluarte onde cada um seja uma singularidade *irredutível* ao genérico. Assim, o conhecimento é apreendido de maneira subjetiva e para qual compreende uma ínfima fração da totalidade cognoscível. Não é o mundo *objetivo* que determina a *percepção subjetiva*, mas a forma como este se apresentar para cada um em particular. Portanto, "a percepção para ele é constituída, isto é, não é determinada por nada em particular e ao mesmo tempo é afetada por infinitas coisas, nenhuma das quais é a essencial." (*Idem*, p. 101-102)

O economista afirma que o conhecimento é *subjetivamente retido*. Isto remonta três características: 1) linguagem, pois "a estrutura da linguagem implica, ela mesma, certas visões sobre a natureza do mundo." (*Idem*, p. 103); 2) localização econômica é o conjunto de circunstâncias que limita o conhecimento de inúmeras posições no mundo do trabalho; 3) tempo.

Como dissemos anteriormente, Hayek é tributário da tradição inglesa do livre cambismo. Contudo, ao longo do tempo, toda teoria social sofre mutações e incorporações de diversos outros matizes que podem ou não se tornar regra metodológica. Bentham, primeiro, e depois John Stuart Mill foram grandes entusiastas do liberalismo e contumazes formuladores do utilitarismo. Esta corrente toma como princípio a teoria do *valor-utilidade* cuja consequência prática, e pragmática, é também seu objetivo fundacional: transformar a ética em uma ciência positiva, isto é, normativa

do comportamento humano.

Há muitos pontos de contato entre as formulações dos autores citados neste trecho. No entanto, o que mais se aproxima é a noção de indivíduo, suas vontades e a função do Estado. Já vimos que Friedrich busca nas motivações dos agentes, o sustento para a explicação dos fenômenos. Ideia esta que Bentham já concebera de maneira ainda mais radicalizada, afirmando que o *bem-estar comum* é a somatória de todos os interesses dos indivíduos, portanto, ajudar que um consiga fará com que todos sublimem juntos. Para além da esfera da pessoalidade, Mill deixa claro que para isso é preciso que o Estado não interfira no desenvolvimento (espontâneo) da economia, porque fere a autonomia do indivíduo. Deste modo,

(...) a ação humana está inteiramente conectada às percepções das possibilidades futuras, isto é, as expectativas. (...) Expectativas sobre os possíveis resultados futuros são importantes constituintes da ação humana. (BURCZAK *apud* PAULANI, 2005, p. 104)

Assim, para fugir da contradição dos neoclássicos, racionalistas, Hayek paga o preço de ter que admitir que os indivíduos só o são quando determinados socialmente¹³⁸. Conclui, desta maneira, que o homem desconhece a maior parte dos processos que determinam sua ação: o saber, subjetivamente retido, depende da linguagem que é, tal qual o mercado, derivação de uma ordem espontânea, ao qual aquele não tem controle. As regras, por sua vez, são parâmetros utilizados junto ao saber acumulado. Ele é enfático:

(Há) a necessidade, em qualquer sociedade complexa na qual os efeitos da ação de qualquer um vão além de seu espectro possível de visão, de uma submissão às anônimas e aparentemente irracionais forças da sociedade. (...) O homem, numa sociedade complexa, não pode ter nenhuma outra escolha a não ser se adaptar àquilo que para ele devem parecer as forças cedas do processo social, obedecendo ordens superiores.

(...) o mercado, à medida que se desenvolve, é uma forma efetiva de fazer com que o homem tome parte num processo mais complexo e amplo do que ele pode compreender.

A desgraça (do mecanismo de mercado) é dupla porque, por um lado, ele não é produto do desígnio humano e, por outro, as pessoas, *que são guiadas por ele, normalmente não sabem por que são levadas a fazer o que fazem*. (HAYEK *apud* PAULANI, 2005, p. 105)

¹³⁸ "Os pressupostos que efetivamente constituem o indivíduo enquanto indivíduo (igualdade jurídica, liberdade, propriedade privada) negam o seu operar enquanto sujeito, porque solapam sua suposta autonomia." (*Idem*, p. 108)

A grande crise do final do século XIX e a imposição da derrota aos movimentos sociais revolucionários de 1848 demonstram que a universalidade das propostas liberais era, na verdade, particular, isto é, dizem respeito somente à classe burguesa. Desde o seu surgimento, a filosofia e a moral liberal-burguesa tinham predominância sobre as consequências práticas.

No que se refere ao contexto global, o liberalismo na virada dos séculos XIX e XX ficou muito debilitado. Duas graves crises econômicas (1873 e 1929), ascensão do nazi-fascismo, a revolução russa e o ericar de um contundente movimento operário com organizações internacionais. O local de resistência das teorias liberais, neste contexto, foi a Universidade. Durante cinquenta anos a teoria neoclássica, fusão da teoria de Marshall dos agentes econômicos marginais e a teoria do equilíbrio geral de Walras (*ibidem*, p. 120-121), ficou guarneçada nos auditórios e salas de aula.

A avalanche keynesiana provocada pelo lançamento do livro "Teoria geral do emprego, do juro e da moeda" de Keynes em 1936 ofuscou ainda mais os intentos liberais. Contudo, a fênix liberal sempre acha um modo de ressurgir e nesta quadra histórica um dos principais responsáveis fora Hayek. Logo após a 2ª Guerra Mundial ele sai em defesa do livre-mercado e promovendo os fundamentos do capitalismo duro em *O Caminho da Servidão* no ano de 1944. Em 1947 ele decide romper os muros da Academia e convoca uma reunião com os seus pares liberais em *Mont Pèlerin*, na Suíça, que contou com: Milton Friedman, Von Mises, Karl Popper e Robbins. A pauta debatida fora as consequências nefastas que o igualitarismo do Estado de Bem-estar Social causa destruindo a liberdade e corroendo a concorrência, bases para o *progresso social*.

A crítica aos keynesianos perpassava o resgate dos princípios liberais esquecidos. A intransigência deveria começar, por suposição, com os adeptos do capitalismo. A cruzada se inicia, já na década de 30, com a proposição crítica ao individualismo racionalista de porte cartesiano dos neoclássicos. Não cabia mais insistir em demonstrar o mercado como regulador, produtor do *ótimo* e do *eficiente*, mas sim em defendê-lo como a única instituição capaz de garantir a existência do indivíduo. "Nesse sentido, qualquer intromissão do Estado torna-se perniciosa, e, nessa medida, irracional, pois parte do princípio de que resultados sociais promissores podem ser intencionalmente buscados, o que para ele é impossível. A defesa do *laissez-faire* torna-

se, portanto, a peça-chave dessa versão 'século XX' do liberalismo." (*Idem*, p. 124)

Desde 1937 quando chega à *London School of Economics and Political Science*, Hayek comprometeu-se com a defesa mais resoluta e irreversível dos fundamentos liberais. Depois de toda a tormenta da década de 40, ele decide, na década seguinte, por se mudar para o Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Lá se encontraria com Milton Friedman, companheiro de Departamento e da *Sociedade Mont Pèlerin*, e também compartilharia o mesmo ambiente acadêmico com Leo Strauss, eminente filósofo conservador.

Em Chicago, ele se dedica à construção de uma teoria social e política que sintetizasse o que de mais audacioso e inteligente a direita no pós-guerra pudesse ter feito. Seus temas principais foram: significância fundamental do domínio do Direito, a necessidade da desigualdade social, a função da tradição irrefletida e o valor da classe ociosa. (ANDERSON, 2002, p. 330-331)

A preocupação com a normatividade adequada para a sociedade de mercado deriva, entre outras coisas, do perigo da igualdade. Ela perante a lei parece caminhar para o momento da feitura da lei. As consequências são distintas, "pois a ideia de soberania popular, contida na premissa do direito público declarativo - aquilo que as maiorias legislativas tinham condições de decretar à vontade -, poderia superar a sabedoria herdada do direito privado comum, transgredindo assim os limites invioláveis estabelecidos por uma ordem liberal em torno da pessoa e da propriedade individual." Então, conclui ele que "um regime autoritário que reprimisse o sufrágio popular, mas respeitasse o domínio do direito, poderia ser melhor guardião da liberdade do que um regime democrático - sujeitos às tentações de intervenção econômica ou de distribuição social." (*Idem*, p. 332)

Esta doutrina se mantém no ideal de inexorabilidade da sociedade de mercado, "pois a ordem espontânea do mercado não apenas se contrapõe à igualdade, ela ignora o merecimento: nela o sucesso é geralmente apenas uma questão de sorte." (*Idem*, *Ibidem*). No entanto, o ambiente acadêmico, de um lado, como as condições objetivas em que ela se coloca, pragmaticamente, na realidade causa não só um estreitamento dos objetivos (e valores) como torna desnecessário o verniz ideológico do liberalismo tradicional. (PAULANI, 2005, p. 128)

Há, aqui, os elementos que corroboram para com a distinção entre o neoliberalismo e o liberalismo. A primeira, e importante característica, é o abandono do primeiro aos valores universais e sua posição técnica de receituário econômico. A segunda é ainda mais latente: a recente - década de 1970 - demonstração histórica do sucesso mercado, faz com que o neoliberalismo exija "uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre-concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência à uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas 'tal como elas são'." (*Idem*, p. 126). Aos neoliberais não cabe lugar para o dissenso, é preciso tê-lo como um dogma religioso em que a rendição deve ser completa.

Dentre outras consequências, destaquemos àquelas que dizem respeito à normatização da vida social. Na Ciência Econômica a repercussão foi de tamanha monta que a mesma passou a ter nova designação: da antiga *Economics* à atual *Business Administration*. A alteração aí contida não se deu só na forma, mas no conteúdo também. A (re) leitura neoliberal é, antes de tudo, pragmática e utilitarista. Diz Leda, em avaliação e síntese, que:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo: o mercado deve dominar tudo e o Estado ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que seja construída (ou reconstruída) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado. Não há papel aí, portanto, para a 'ciência' econômica. A norma que define esta doutrina não decorre da constatação 'científica' (que seria em princípio produzida pelo paradigma neoclássico) de que essa sociedade é a melhor possível e/ou de que o mercado é o demiurgo de um processo que maximiza as utilidades e lucros e minimiza custos, produzindo o 'ótimo social'. As pretensões científicas da teoria atrapalham a consecução dos objetivos concretos e práticos da economia capitalista. A ciência não demonstra e nem pode demonstrar nada; ela não 'prova' que esse é o mais eficiente possível, que nele todos os agentes podem ver reduzidas suas pretensões; ela não diz que esse estado de realização mútua de desejos de oferta e demanda é externo e durará para sempre. A ciência está muda, é desnecessária, mais atrapalha do que ajuda. (*Idem*, p. 136)

É neste ponto que se aloca o consenso sobre a ordem espontânea do mercado, afinal, ele é "produto da evolução da competição histórica entre práticas econômicas rivais, que haviam provado seu valor pelo crescimento geral superior de produção e de população que tornaram possível." E, a partir deste momento, o conteúdo teórico está pautado pela utilidade, pois, "o padrão de avaliação de uma ordem desejável não era a

verdade filosófica, mas o bem-estar prático." (ANDERSON, 2002, p. 333)

3. A prática como critério da verdade: uma sintética avaliação histórica das reformas neoliberais

A ideologia neoliberal ensinada em Chicago compreende uma visão global do mundo. Muitos deles, a despeito da discordância de Roberto Zahler – doutor por Chicago – entendiam que o neoliberalismo era uma ciência onipotente. Isto é, que ela poderia ser aplicada a todos os âmbitos da vida material¹³⁹. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 16)

Os autores neoliberais, quando escrevem suas teorias ou afirmações, estão, em sua maioria, apoiados em um pilar mestre de suas concepções: a teoria do livre mercado exposta por Adam Smith no século XVIII. Ali se encontram as bases para os três fundamentos do liberalismo econômico: liberdade pessoal, necessidade da propriedade privada e o papel do mercado. Em um enfoque que admite a intervenção (pequena) do Estado e pressupõe o *laissez-faire*, Smith considerava que a busca de um objetivo pessoal desencadeia a promoção de objetivos sociais associados ao primeiro.

Dois séculos depois, Milton Friedman e sua esposa Rose Friedman, escrevem o livro “*Livres para escolher: um depoimento pessoal*”, em que fazem um feroz ataque a presença do Estado na vida econômica de qualquer país. Não por acaso, serão destaques da contrarrevolução empenhada nos anos 1980.

Para os estadunidenses (2015), a base da prosperidade se encontra na mistura perfeita entre liberdade de mercado e liberdade política. Estes foram, segundo análise do mesmo, os pilares sobre os quais se erigiram as melhores e mais desenvolvidas sociedades, a dos EUA e a da Grã-Bretanha. Contudo, os entraves atuais são causados pela ingerência do Estado nas composições do livre mercado.

En síntesis, en materia económica el neoliberalismo postula la

¹³⁹ Segundo Roberto Zahler, “el neoliberalismo representa una visión totalizante, una verdadera cosmovisión sobre el hombre y la sociedad basada en un concepto limitado y particular de libertad, elemento central que condiciona las proposiciones neoliberales en torno a las organizaciones, instituciones y procesos políticos, económicos y sociales”. (*apud* DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 163)

propiedad privada individual, la reducción del tamaño e intervención del Estado, la privatización y descentralización de la actividad económica y social, y un rol preponderante del mercado, libre de distorsiones e interferencias, en todas las actividades humanas. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 18)

No aspecto social isto significa dizer que é preciso atomizar as organizações existentes para que estas deixem de atuar, sobre o Estado e o livre mercado, como “grupos de pressão”. Já no político, o que importa ressaltar para os neoliberais é que as “regras do jogo” devem estar bem-postas para que funcionem. Então, pouco importa quem estaria no poder¹⁴⁰.

Muito destes aspectos estão contidos no livreto chamado “*El Ladrillo*”, que contempla uma série de medidas e reformas necessárias para o Chile “entrar na rota do desenvolvimento”. Assim, se faz conveniente que apontemos os principais mecanismos desenvolvidos e como eles aparecem na prática da política econômica: *las siete*

¹⁴⁰ Os mesmos neoliberais tiveram que explicar as contradições entre as propostas de liberdade política e a repressão intensa da ditadura chilena. Explicavam que se tratava de uma ação de força desproporcional para evitar que o socialismo se consumasse. Assim, o período de restrição política seria compensado com anos posteriores de completa liberdade, pois as bases estariam postas e os mecanismos bem instalados. As críticas recorrentes são: se há liberdade para comprar o que deseja, porque não há esta mesma opção em relação aos políticos?; e, uma outra que questiona o caráter técnico dos Chicago Boys ao implementar suas políticas. Argumentam que a escolha entre menos inflação e mais desemprego, mais ou menos empresas estatais alteram o cotidiano de muita gente e recaí sobre elas o peso das decisões. Assim, são decisões técnicas, pois que ancoradas em dados estatísticos, mas totalmente envoltas de cargas políticas. Os Chicago Boys pouco importaram com as determinações advindas da Junta Militar para um incremento vertiginoso nos gastos orçamentários com relação as Armadas. Estimularam que estes setores ocupassem mais funções além das já tradicionais, deram aumentos nos salários de oficiais e soldados, e, por fim, readequaram a lei 13.196 (de 1958) que condicionava o repasse de 10% das utilidades finais, passando a ter como condição o repasse de 10% das vendas de cobre da Codelco-Chile. Os gastos orçamentários das Forças Armadas sempre oscilaram entre 7 e 10% do PIB. O primeiro salto foi imediatamente após o Golpe de Estado, elevando os gastos de 777 milhões de dólares para 1 bilhão. Depois disto os gastos tiveram uma curva ascendente chegando, em plena crise de 1982-1983, à 2 bilhões de dólares. O mesmo acontecia com os gastos referentes aos aparelhos de inteligência e repressão, responsáveis por coordenar e executar a Doutrina de Segurança Nacional. “Hubo, en este aspecto, un pacto de no agresión entre los Chicago Boys y los altos comandos militares para no interferirse entre sí. De esta manera, los discípulos de Harberger y Friedman pudieron experimentar los cambios en la economía chilena sin riesgo de contrapeso político, y los militares procedieron a ejercer tareas represivas sin fijarse en gastos”. (*Idem*, p. 21) Os *Chicago Boys* Álvaro Bardón, Camilo Carrasco e Álvaro Vial, escreveram um livro, em 1985, que se propõe realizar uma avaliação técnica e “imparcial” da evolução econômica do Chile na década de 1970. A imparcialidade é, em determinados momentos, quebrada para dar lugar à respostas cuja indecisão teria um cunho de crise social. Admitem que “en el caso concreto de Chile, el experimento económico libertario se hizo bajo condiciones políticas de excepción y, probablemente, *es cierto que no podía haber sido de otra manera*, dada la tradición estatista discrecional del país”. (M.;A.;G., 1985, p. 218)

*modernizaciones*¹⁴¹.

Os fundamentos contidos no "*El Ladrillo*" são inteiramente de acordo com os pressupostos já denotados acima. "Creemos que este rendimiento verdaderamente desalentador de nuestra economía explica en gran parte por qué la ciudadanía ha deambulado a lo ancho del espectro político en los últimos 30 años" e "esta ansiedad por obtener un desarrollo económico más rápido (...) han abonado el camino para el triunfo de la demagogia marxista" que continha como projeto "expropiar los grandes monopolios y latifundios y asignar sus excedentes a la inversión social y a la redistribución de ingresos." (CEP, 1992, p. 28-29). Segundo o documento, não bastaram três anos para o desastre estar completo.

Outro destaque é o estatismo exagerado em que "la característica central de las tendencias estadísticas ha sido la de crear un enorme poder discrecional en las instituciones fiscales, semifiscales y autónomas, que les permite interferir sin contrapeso en la actividad económica." (*Idem*, p. 29). Sendo assim, as teses já expostas de Adam Smith, Hayek e Mill ficam evidentes: não há motivos para interferências do Estado sem que cause danos à liberdade. No geral acabam por "imponer criterios en forma totalmente ajena al propósito que tuvieron los legisladores." (*Idem*, p. 29)

Contudo, "es necesario destacar que ella constituye un punto de partida para que los distintos grupos sociales o de presión se organicen y traten de utilizar los recursos del Estado en su directo beneficio." (*Idem*, p. 30). Isto explica o fato de que a excessiva politização da sociedade chilena está diretamente vinculada à expansão das atividades do Estado para toda a sociedade¹⁴². Logo, o "caminho para a servidão" do totalitarismo estava pavimentado, segundo os Chicago Boys.

Nem mesmo eles descartam a necessidade de planificar, porém, é preciso dizer que "en Chile la planificación ha sido una palabra carente de contenido o precisión que

¹⁴¹ Dentre as muitas possibilidades sobre as quais poderíamos discorrer, escolhemos trabalhar o conteúdo destas *modernizações* em detrimento da avaliação da atuação dos Chicago Boys nas duas crises econômicas (1975 e 1982-83), por razões de considerarmos mais proveitoso avaliar as ações em seu conjunto e não na conjuntura.

¹⁴² Bardón, Carrasco e Vial (1985, p. 217) defendem esta tese: "En este cuadro de ciudadanía se veía forzada a vincularse a los partidos políticos, los que, poco a poco, se convirtieron en enormes organizaciones de socorros mutuos e servicios a los grupos mejor organizados, incluidos gremios empresariales y de trabajadores. Estos debían preocuparse de la actividad política para servir a sus asociados, pues como ya señalé, *buen parte del progreso sólo era posible de obtener pasando por instancias oficiales*". (grifos nossos)

se ha utilizado para establecer mecanismos de control, cuyo único objetivo es el control por el control y no una orientación eficiente en el uso de los recursos productivos." (*Idem*, pág. 31). Isto é, não há normas gerais que garantam estabilidade e previsibilidade das ações e que estimule a concorrência.

A coordenação da política econômica propunha um protecionismo industrial que induzisse a substituições de importações. Todo o restante do campo econômico sofre as consequências de tal política, "muy particularmente los sectores productivos de bienes de exportación, entre los que destacan la minería como factor efectivo y la agricultura como factor de enorme potencial." (*Idem*, p. 32). Conduz, essa processualidade, para que os êxitos das atividades produtivas dependam mais do apadrinhamento político do que da verdadeira rentabilidade social. Quanto ao protecionismo, o efeito direto é a monopolização das esferas produtivas para o mercado interno.

A inflação¹⁴³, "ella ha sido, fundamentalmente, fruto del vano intento de mejorar el nivel de vida de los grupos más desvalidos frente a un desarrollo económico débil y esporádico", por isso criou diversos problemas na área econômica e político-social: "Uno, y quizás el más grave, es la acentuación de la idea de que pobreza puede derrotarse sin que sea necesario trabajar más esforzadamente." (*Idem*, p. 35)

O combate à pobreza foi feito através de políticas salariais, subsídios e políticas de preços controlados, "por esta razón, el costo social de los programas ha sido relativamente alto, sobre todo en el actual Gobierno, sin que los resultados alcancen a justificarlo". Através desta constatação é que se torna imprescindível "establecer una política efectiva para erradicar la extrema pobreza, la que debe orientarse a favorecer directamente a quienes se desee beneficiar." (*Idem*, p. 37-38)

Páginas a frente, fazem um esboço da crítica ao programa de desenvolvimento

¹⁴³ Em um outro momento, e livro, esclarecem o que se entende por inflação entre os adeptos da teoria neoliberal: "La inflación definitivamente tiene un origen monetario y aparece empíricamente asociada al déficit fiscal del sector público y a gobiernos que no se sienten en condiciones de eliminarlo o financiarlo por la vía tributaria formal, la emisión de bonos o la reducción de gastos. La inflación es un impuesto sobre el dinero existente y es atractivo por que no requiere de leyes especiales y la opinión pública no se da cuenta cabal de su aplicación y costo. El porqué los gobiernos llegan a generar déficit y emisión está vinculado a factores institucionales, culturales, históricos y políticos que, posiblemente, son diferentes de país en país. Sin embargo es evidente que la proliferación de la inflación en este siglo tiene que ver con la creencia de que el Estado todo lo puede: los programas de empleo pleno, la influencia del socialismo estatista, el Estado benefactor, las enseñanzas de Keynes mal asimiladas, etc. Está claro, por otra parte, que no se relaciona con el nivel de desarrollo de las economías". (M.;A.;G., 1985, p. 235; *grifos nossos*)

baseado na substituição de importação que tem como consequência a monopolização de setores pequenos e voltados para o mercado interno com custos de produção três vezes mais elevado do que os competidores internacionais. Esta política industrial acarreta o abandono da produção de bens de consumo primário (agricultura, especialmente), fazendo ampliar, e muito, a importação de alimentos. Por outro lado, a política de remuneração, pensões e previsão social tem contribuído para distorcer os preços relativos ao trabalho e ao capital¹⁴⁴. "En efecto, los aumentos de remuneraciones más allá de los aumentos de productividad y el alto costo del sistema previsional han elevado sustancialmente el costo del trabajo como factor productivo." (*Idem*, p. 41)

"El Estado ha llegado a tener tal grado de injerencia en la vida económica del país que puede, por propia decisión, otorgar el éxito o causar el fracaso de cualquier actividad." Por isso é que "creemos que esto realza la necesidad imprescindible de reformar nuestra organización económica, social y política de tal modo que la intervención del Estado - cuando se justifique - no se realice a través de autoridades discrecionales sino que indirectamente", ou seja, "a través de normas claras, conocidas y de aplicabilidad general que sean, por lo tanto, impersonales." Isto junto da "descentralización del poder económico y de las decisiones a todo nivel, permitirá establecer un sistema económico moderno y eficiente que opere a través de los mercados y la competencia." (*Idem*, p. 50)¹⁴⁵

Não obstante tais regulamentações e parâmetros já estivessem formulados, os economistas neoliberais não encontraram muita facilidade em promover seus cálculos matemáticos para realidade concreta. Afora as divergências com os economistas heterodoxos, chamados de gradualistas, o legado da *Unidad Popular* (que é, em

¹⁴⁴ "La inversión no es un fin en sí misma y menos la inversión en la industria pesada. Esta es una deformación de teorías simplistas del desarrollo que fueron muy populares en décadas pasadas. Hoy interesa más a la inversión productiva que genera más valor agregado por unidad de capital, la inversión en recursos humanos, los aumentos de productividad y, por qué no decirlo, ciertas formas de consumo durables que 'capitalizan' a un costo insignificante a sectores de ingresos muy bajos y de escasa educación". (M.;A.;G., 1985, p. 225)

¹⁴⁵ Dizem, os neoliberais, que "la propiedad privada es la base de la libertad personal y del progreso, y la autoridad ha hecho muy bien en difundirla en el agro, la vivienda, las empresas y otros activos que estaban en poder del Estado. Las formas socialistas de producción son ineficientes y restringen los derechos humanos y por eso es deseable que se continúe por el camino de la descentralización en municipios, regiones o personas naturales y jurídicas. El Estado en Chile es todavía de un enorme tamaño y posee atribuciones y exclusividades monopólicas indeseables, que sería bueno continuar reduciendo". (M.;A.;G., 1985, p. 222). Assim, "en estas circunstancias había que descentralizar la economía, traspasar activos al sector privado y liberalizar hasta donde fuera posible los mercados". (*Idem*, p. 220)

verdade, um aprofundamento/radicalização de alguns pilares do *Estado de Compromiso*) ainda se fazia presente na estrutura do Estado e economia. Estes “resquícios” serviram de base para o ataque midiático contra o “passado socialista” e em favor das duras restrições momentâneas por um “futuro pleno e de liberdade”.

Nos anos 1970 ocorre uma grave crise mundial. O que há de diferente na crise dos anos 1970 é que houve uma sincronização entre os elementos produtivos em crise. As crises avistadas até meados desta década eram, em geral, dessincronizadas, isto é, havia uma compensação da crise de um país imperialista com a estabilidade dos demais países que orbitavam sua zona de influência. Assim, o complemento à crise imperialista vinha na forma de ampliação do comércio externo, através das exportações aos países periféricos. “No entanto, em 1974/75, pelo contrário, a sincronização internacional dos movimentos conjunturais nos principais países imperialistas amplificou o movimento de retração da atividade econômica”. (MANDEL, 1990, p. 11)

Como forma de comprovar o que disse, Mandel se vale dos dados da Alemanha Ocidental, cujos dados de crescimento geral estavam caindo entre 0,5 e 1%, mas, mesmo assim, os dados referentes à exportação estavam com alta de 9,5%. “A sincronização internacional do ciclo industrial não é, contudo, nada fortuito. Resulta de transformações econômicas mais profundas que se produziram no curso do longo período de expansão que a precedeu; é de certo modo sua consequência inelutável”. (*Idem, Ibidem*)

Esta expansão precedente foi responsável por dar as bases de um tremendo salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas e na revolução tecnológica. Ademais, suas consequências são o enfraquecimento da lógica do Estado burguês nacional, dado a internacionalização da produção (divisão internacional do trabalho) e concentração de capitais de maneira exponencial. As multinacionais que antes resguardavam-se ao setor de matéria primas, hoje em dia, assumiram o controle de quase todos os setores.

“A internacionalização da produção, que, no regime capitalista, toma necessariamente a forma de concentração de uma centralização internacionais do capital sempre mais avançada, resiste cada vez mais às tentativas de os Estados imperialistas nacionais aplicarem com sucesso uma política anticíclica, cujo alcance continua limitado, no essencial, às fronteiras nacionais”. (*Ibidem*, p. 12)

As crises econômicas passíveis de serem averiguadas depois de 1945 e antes de 1975 são, em geral, de superprodução. Para controlar os danos de uma crise deste conteúdo, os governos burgueses investiram na liberação de maior quantidade de crédito para que a demanda sempre pudesse estar à altura da oferta dos “mercados”. É uma forma de *reduzir a amplitude* da crise, e não de impedi-la de acontecer: “A característica principal da fase de expansão do pós-guerra, do ponto de vista do funcionamento de conjunto da economia capitalista internacional, foi, portanto, o aparecimento de *ciclos de crédito parcialmente autônomos* com relação ao ciclo industrial, que procuravam ‘compensá-lo’.” (*Idem, Ibidem*; grifos do autor)

Contudo, como os Estados, os Bancos Centrais e as moedas continuam nacionais, os ciclos de créditos também possuem esta característica. Logo, os elementos continuam dessincronizados. Além, é claro, de ter que observar que o fundamento destas políticas anti-crise é, na verdade, inflacionário. Na medida em que estas políticas conduzem à uma progressão inflacionária das economias no mundo, a bancarrota do sistema monetário internacional, o acordo de Bretton Woods, era questão de tempo. A força da crise obrigou todos os países a adotarem uma política anti-inflacionária, reconduzindo à uma nova sincronização internacional do ciclo industrial. É o fim da “onda longa expansiva” que se pode avistar durante as décadas de 1950 e 1960, principalmente.

“(…) é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações.” (*Ibidem*, p. 13)

Assim, na crise dos anos 70, por conta de sua maior extensão, os níveis de desemprego foram maiores por conta de serem mais alastrados do que na época do *crash* de 1929. Há, na primeira, um descompasso entre a redução da produção industrial e o nível de desemprego. Segundo Mandel, isto se explica pelo fato de que nos anos 1970 a terceira revolução tecnológica já era uma realidade, o que possibilitou que um nível alto de produção industrial. Além do desemprego causado pela própria crise, somava-se o desemprego causado pela substituição por máquinas. O aumento exponencial dos níveis de produtividade deveria ser acompanhado por uma ampliação dos níveis de produção industrial em mesma amplitude. Nos períodos em que isso não

acontece, a crise se põe como possibilidade.

Envolto nesta complexa e difícil conjuntura, o Chile adotou medidas de grande alcance e profundidade (devastadora) social. A austeridade do programa de transformação econômica esteve assentada sobre dois ensejos: 1) foi realizado em um período ditatorial; 2) grande parte das lideranças partidárias, comunitárias e sindicalistas estavam em exílio, mortas, desaparecidas ou na clandestinidade. A eficiência de resposta coletiva dos setores organizados populares era praticamente nula neste contexto. Ademais disto, é preciso levar em conta o predomínio quase total da Junta sobre os meios de comunicação. Neles eram veiculadas, cotidianamente, que as causas dos desarranjos da política econômica neoliberal era porque precisavam corrigir os abusos e erros cometidos na *Unidad Popular*.

A fórmula para sair da crise foi a implementação do “tratamento de *shock*”¹⁴⁶, formalmente chamado de *Programa de Recuperación Económica*, cuja autoria fora de Jorge Cauas, influente economista vinculado a DC, tendo em seu histórico a presidência do Banco Central do Chile e cargos no Banco Mundial. O drástico programa em questão ocasionou um racha político com os democratas-cristão, especialmente com o então Ministro de Coordenação Econômica, Raúl Sáez.

O objetivo do referido programa ia muito além de um simples ajuste traumático da economia. Contou com o apoio veemente de Sergio de Castro e inclusive do mais famoso neoliberal da época, Milton Friedman, que disse:

No creo que para Chile una política de gradualismo tenga sentido. Temo que el paciente pueda llegar a morir antes que el tratamiento surta efecto (...) Creo que Chile puede ganar mucho si examina los ejemplos relacionados con el tratamiento de shock para el problema de la inflación y la desorganización. (Idem, p. 47, grifos nossos)

Foi, na verdade, uma conjunção de fatores: as medidas de Cauas visavam, de imediato, fazer a economia chilena reagir aos efeitos da crise internacional, ao passo que, em longo prazo, assentava as bases para um “novo” tipo de capitalismo. Assim, neste momento foi decisiva entrega ideológica de Pinochet ao modelo e estilo neoliberal.

¹⁴⁶ Mas não foi somente esta solução. No *Informe Económico 1976-1977*, editado pelo então Ministro da Fazenda José Piñera Echenique, os pontos de maior intervenção dos neoliberais ficam evidentes. Há, neste documento, uma distribuição das temáticas por tópicos, facilitando a procura por assuntos específicos. Acesso em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-9504.html>

El Programa de Recuperación Económica consistió en una recesión dirigida desde el gobierno. La reducción del déficit del sector público fue dramática. Los gastos totales del fisco y de las empresas estatales cayeron hasta el 27 por ciento en 1975 y la inversión pública disminuyó a la mitad. Los despidos de personal fueron masivos. Entre 1973 y 1978, uno de cada cuatro trabajadores del sector público se quedó sin empleo. (*Idem*, p. 47)

Então, para financiar parte destes gastos, a Junta aumentou 10% o imposto sobre a renda, acertaram uma sobretaxa tarifária sobre a importação de artigos luxuosos, eliminaram o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e aumentaram as tarifas dos serviços públicos.

Em outro flanco, aceleraram a privatização de inúmeras empresas estatais e concederam vantagens aos bancos e casas de crédito. As taxas de juros dos bancos aos seus clientes foram liberadas, isto é, deixou de ter limite imposto pelo governo¹⁴⁷. Introduziram uma maior velocidade à abertura ao comércio exterior com novas reduções das tarifas alfandegárias, tendo como média, em 1975, uma queda de 44%.

De la protección excesiva a la actividad nacional imperante en 1973, con una tasa promedio de 94 por ciento, el plan de Cauas se propuso llegar en 1978 a un arancel de entre diez y 35 por ciento. Sin embargo, este objetivo se alcanzó a mediados de 1977, de forma anticipada a lo previsto. (*Idem*, p. 48)

Os efeitos do “tratamento de *shock*” foram desastrosos: baixa redução da inflação (em relação ao ano anterior), queda impetuosa do PIB¹⁴⁸ e dos salários, e

¹⁴⁷ Na verdade, “la desregulación del sistema financiero pretendió crear un mercado de capitales sin injerencia estatal”. (*Idem*, p. 48) Afinal, “todas las economías basadas en la propiedad privada y que respetan la libertad personal requieren de una intermediación financiera descentralizada”. (M.;A.;G., 1985, p. 260)

¹⁴⁸ Os representantes das áreas econômicas do regime militar ponderam que a baixa do PIB se deu por conta de uma redução de capitais destinados à importação, que, por sua vez, estão em falta por ter acontecido um duplo movimento internacional: alta dos preços dos importados e baixa do preço do cobre. Porém demonstra o autor que isto é incorreto. Vamos aos dados: o preço médio da libra de cobre no mercado internacional no triênio de 1971-73 foi de 59,5 dólares e para o triênio seguinte elevou-se para 71,2 dólares (FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 41); assim, as divisas provenientes do cobre representaram no primeiro bloco de anos, 678,5 milhões de dólares, e no segundo 717,5 milhões de dólares; por sua vez, o total de exportações subiu de 900,9 milhões para 1.037 bilhão de dólares. (*Idem*, p. 43) O complemento final destes dados é o volume do endividamento do país nos mesmos períodos: no primeiro a quantia foi de 216 milhões e no segundo chegou a 359 milhões *por ano* (*Idem, Ibidem*). Outro argumento que a Junta militar fez muito alarde para explicar a recessão econômica era o de que essa tormenta se fazia necessária por ser a única forma de corrigir distorções causadas pela UP, como a hiperinflação. No entanto, os meses de governo da UP o aumento dos preços foi 5,26 vezes acima da base, já nos meses posteriores subiu 81,99 vezes a mais (*Idem*, p. 44).

aumento exponencial do desemprego¹⁴⁹. A redução drástica da demanda interna ocasiona um altíssimo desemprego: se em 1973 eram 4 desempregados a cada 100, em 1975 havia saltado para 19¹⁵⁰. Tendo entre os setores mais prejudicados, a classe trabalhadora e as frações burguesas dependentes do mercado interno.

Depois de feitas as drásticas alterações nos parâmetros e metas do Estado e do mercado, o Chile alcançou, entre 1979-81, o chamado “*milagro económico*”, que nada mais é do que índices razoáveis de crescimento do PIB, comparados há anos, imediatamente anteriores, de péssimos resultados. Assim, embalados por um ambiente de otimismo com as políticas neoliberais, avançaram no cronograma de reformas. Empreenderam, enfim, as bases para uma viragem definitiva: os sustentáculos seriam outros, a partir dali.

Tais rearranjos ganharam, na literatura que trata do assunto, o chamamento de “*las siete modernizaciones*”. Foram, estas sete, grandes eixos sobre os quais os economistas, com oscilações mínimas de liberdade na execução, atuaram nos períodos em que puderam ocupar os ministérios e cargos estratégicos. São elas: *Plan Laboral, Reforma Previsional, Reestructuración de la Salud, Municipalización de la Educación, Modernización Judicial, Desarrollo Agrícola e Reforma Administrativa y Regionalización*.

Como se sabe, os teóricos neoliberais prezam por um ambiente estatal cuja regulação esteja marcada pela “imparcialidade” das leis e normativas. Isto é importante na medida em que contribui para que se crie um terreno de disputa saudável entre as forças presentes no mercado, incluindo aí as conflituosas relações entre patrão e

¹⁴⁹ Argumentam os neoliberais: “La tesis que se intentará presentar en estas líneas es que el alto nivel de desocupación que ha caracterizado la década se explica fundamentalmente por el gigantesco cambio estructural que se realizó en la economía. La apertura a los mercados internacionales, la eliminación del impuesto inflación y el déficit fiscal, y el comienzo de una actuación no discriminatoria por parte del Estado, incentivaron cambios notables en la estructura productiva y el nivel de eficiencia con que han operado las empresas públicas y privadas. Ello estará determinando que en la actualidad un nivel similar de producto requiera una significativa menor utilización de mano de obra. En esto ha incidido también lo que podríamos denominar el temor de la contratación de trabajadores por parte del empresariado. Las ‘tomas’ de empresas, la reforma agraria, la acción sindical de corte revolucionario y la exagerada e ineficiente protección legal al trabajador con empleo, enseñaron al hombre de empresas que es preferible cualquier alternativa antes que la de tomar una persona más. Esta herencia de las pasadas décadas ha explicado y explicará por muchos años varios puntos de desempleo”. (M.;A.;G., 1985, p. 110; *grifos nossos*)

¹⁵⁰ Ver QUADRO NUM. 1. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 49)

empregado. Logo, valendo-se do Estado como caixa de ressonância, a grande necessidade posta foi a de desregulamentar/flexibilizar a legislação trabalhista. Vale dizer que há, de fato, um paradoxo: desregulamentam em nome da normatização. Aproveitavam, os neoliberais, das condições postas: o direito trabalhista estava sob interdição e a negociação coletiva estava suspensa desde 1973.

Os contornos das novas bases de reprodução do capital envolvem, certamente, o controle mais restrito das relações de trabalho, ainda que, externamente, apareçam como uma estratégia de dar maior autonomia aos trabalhadores. Acontece que autonomia, para os neoliberais, tem a ver com autonomização dos trabalhadores, isto é, quebrar os elos de resistência existente entre eles. O *Plan Laboral* é, neste aspecto, a grande jogada. O contexto era de latente insatisfação popular com os rumos da ditadura militar e, apesar de tímidas, com ações de reforço da luta sindical¹⁵¹.

À vista disso, o *Plan Laboral*, de José Piñera Echenique, funcionou uma válvula de escape para despressurizar os movimentos sociais que se preparavam e se projetavam também através dos organismos internacionais¹⁵². Assim, a normativa permitia o direito à greve, porém de apenas 59 dias. Caso ultrapassassem este limite, estava permitido ao proprietário realizar o *lockout* empresarial, isto é, fechar a unidade e/ou contratar todos os funcionários novamente sem ter que pagar aos grevistas seus direitos. No setor agrícola, ainda que existisse a possibilidade de greve, ela ficou totalmente pressionada pois os trabalhadores poderiam, sob argumento da Lei, serem despejados da propriedade.

También terminó con las normas de inamovilidad y aumentó las atribuciones de los patrones para ejercer el control de los trabajadores. El Estado dejó de intervenir en los conflictos como mediador, tal cual

¹⁵¹ Em uma desvirtuação completa, Bardón, Carrasco e Vial defendiam (1985, p. 253) que a lógica de monopolização das empresas advinha da monopolização exercida pelo trabalho nas negociações coletivas e agrupamentos para além das unidades produtivas. Logo, “la nueva legislación, al situar las negociaciones a nivel de cada empresa, ha terminado con las modalidades monopólicas que producen desempleo y efectos indeseables de carácter inflacionario”, assim, “en los últimos años se observa una mucho mayor creación de sindicatos que en el pasado y las negociaciones colectivas han sido favorables a los trabajadores y se han llevado a cabo en un plan más técnico y serio. La politización ha disminuido, pero es necesario dejar establecido que si el Estado mantiene su tamaño económico, vuelve al control y a una actuación discrecional y se alzan las tarifas aduaneras, habremos creado nuevamente las condiciones para un sindicalismo de corte político”. (*Idem*, p. 255)

¹⁵² O paradoxo é: a legislação aprovada facilitava a criação de sindicatos e flexibilizava seu funcionamento, ao mesmo tempo em que impunha tantos limites e condicionantes que os tornavam inúteis na defesa do trabalhador.

lo hacía hasta 1973, a través de las comisiones tripartitas, que desaparecieron. Las negociaciones se difirieron en el tiempo, de acuerdo con un orden alfabético según el nombre de la empresa, a fin de evitar una alta conflictividad en un período breve. Restringió el ámbito de la negociación al interior de la empresa, quitando con ello poder a las federaciones y confederaciones sindicales, las cuales quedaron impedidas de negociar por áreas de producción. (*Idem*, p. 75)

Depois de quase uma década de domínio irrestrito dos militares, iniciou-se, no debate político internacional (mediado em Fóruns e espaços de consolidação diplomática), um intenso rechaço aos desmandos e disparates realizados pela ditadura chilena. A *American Federation of Labour and Congresso of Industrial*, sindicato estadunidense de verniz anticomunista, encabeçou um chamado internacional de boicote às mercadorias chilenas em resposta aos crimes de Estado, violações dos Direitos Humanos e, principalmente, sistemático negligenciamento dos direitos sindicais.

Mesmo tendo sido o grande formulador da nova legislação trabalhista, resumida no *Plan Laboral*, Piñera não o fazia mediante ação de Ministério. É logo após este boicote que ele assume o Ministério do Trabalho e da Previsão Social para, dentre um leque de possibilidades, enfrentar esta crise internacional. Sua ação foi rápida e assertiva: buscou na legislação trabalhista dos EUA os fundamentos para adequação e aprimoramento da legislação chilena¹⁵³.

Corroborando com a linha de atomização das ações sindicais, os militares colocaram, via *Plan Laboral*, um modelo de sindicalismo em que os empresários eram ainda mais poderosos. Para se ter uma ideia, em 1973 cerca de 940 mil trabalhadores eram sindicalizados, 31% da força de trabalho existente, e em 1987 baixou para menos

¹⁵³ “En dos semanas, el equipo de Piñera diseñó las bases del Plan Laboral y se permitieron las asambleas sindicales. A mediados de 1979 las normas estaban dictadas y el fantasma del boicot se alejó. La misma veloz mecánica aplicaron en 1978 los Chicago boys para realizar elecciones sindicales, prohibidas desde el golpe militar. La represión al movimiento sindical fue especialmente dura. La Central Unica de Trabajadores (CUT) fue disuelta por el bando N° 12 del 17 de septiembre de 1973. De las 130 federaciones y confederaciones afiliadas a la CUT, una cuarta parte sobrevivió al golpe militar de 1973. Un recuento entregado por los sindicatos a la Organización Internacional del Trabajo (OIT) mostro que en 16 organizaciones nacionales fueron despedidos más de 2.200 dirigentes sindicales. Un total de 110 dirigentes fueron muertos y 230 encarcelados. En 1978, el ministro Sergio Fernández disolvió 7 federaciones y sindicatos y confiscó sus bienes. La medida afectó a 400 sindicatos afiliados y 112.795 trabajadores sindicalizados, aunque según fuentes laborales perjudicó a 539 y 300.000 afiliados. El Decreto 198 impedía la elección de dirigentes y el Decreto 2.200 permitió el despido de cualquier trabajador, sin indemnización, por realizar ‘actos ilícitos’. El Decreto 2.345, también dictado por Fernández, permitió el despido de funcionarios de la administración pública sin sumario previo”. (*Idem*, p. 76)

de 500 mil, isto é, 10,7% da força de trabalho. E foi possível por conta de dois decretos-lei, aprovados em 1979, para dar sustentação ao DL 2.200: o primeiro é o DL 2.578 que versa sobre negociação coletiva, e o segundo, DL 2.756, que trata sobre organizações sindicais. Estes três decretos foram capazes de desconstruir todo o aparato legislativo laboral que se tinha desde 1931, afora derrotar internamente os ideais do *Estatuto Social de la Empresa*¹⁵⁴ proposto pelo Ministro do Trabalho anterior, Nicanor Díaz Estrada.

Doravante a capacidade de imposição das leis e normativas, houveram duas grandes manifestações contrárias ao *Plan Laboral*, sendo ambas em 1978: a primeira na comemoração do dia 1º de maio e a segunda que ficou conhecida como “*huelga de las viandas*”. As duas tiveram um saldo alto de presos. Como resposta da ditadura, o ministro do Trabalho, Vasco Costa, anunciou eleições gerais para os sindicatos. Isto é, coibiu que os mais radicalizados tivessem tempo de angariar apoio e, como era esperado, as forças sindicais próximas dos militares tomaram conta de muitos cargos de dirigente sindical. “El objetivo encubierto bajo esta ‘apertura’ fue preparar el terreno para el Plan Laboral, en el sentido de tener una capa de dirigentes sindicales inexpertos y despolitizados para enfrentar primera negociación colectiva en dictadura”. (*Idem*, p. 77)

Contudo, as normas do novo código de trabalho não foram suficientes para constranger o movimento operário em seu processo lento de rearticulação. Durante a crise de 1982-83, os fundamentos do novo código se mostraram incapazes de atenuar os conflitos sociais, por mais restritivos e duros que fossem as leis¹⁵⁵. Paradoxalmente, o *Plan Laboral*, que era a fonte de desarticulação do movimento sindical, tornou-se o elo comum, que unificou partidos, e o argumento central sobre os quais se formaram os novos dirigentes sindicais. Por isso que o movimento sindical se tornou central nas

¹⁵⁴ “Las normas de Piñera derrotaron definitivamente la idea del Estatuto Social de la Empresa y de reforma al antiguo código, del general de la FACH Nicanor Díaz Estrada, quien fue ministro del Trabajo. Díaz Estrada, con el apoyo de Leigh, procuró atraer al sindicalismo demócratacristiano moderado, permitiendo cierta autonomía, pero dentro del marco autoritario. Su plano podría haber prosperado, pero no bajo el modelo excluyente de los Chicago boys. La iniciativa fue representativa del sector menos ortodoxo en el período de las pugnas dentro del régimen para definir su política económica y social”. (*Idem*, p. 77)

¹⁵⁵ Como complemento às leis trabalhistas, eliminou-se a imobilidade, garantindo ao patrão o direito de demissão do funcionário sobre o simples pretexto de “necessidade de funcionamento da empresa”. As indenizações por demissão foram estipuladas em, no máximo, 5 meses de salário independentemente do tempo de trabalho. Os salários mínimos ficaram proibidos para aprendizes, menores de 18 anos e acima de 65.

movimentações nacionais coordenadas pelo *Comando Nacional de Trabajadores*, antecessor da *Central Unitaria de Trabajadores*, fundada em 1988.

A segunda modernização chave foi a elaboração da *Reforma Previsional* no qual estava contemplada a transferência para a iniciativa privada da gestão dos fundos de pensão existentes do governo¹⁵⁶. Outra vez foi Piñera quem liderou o processo. As críticas mais severas às novas normas e diretrizes eram de que as pensões tiveram uma baixa considerável. E isso era verdade, justamente porque os reajustes sempre eram muito abaixo do índice inflacionário.

El nuevo sistema se sustentó en la capitalización individual. Cada trabajador cotiza obligatoriamente durante su vida activa. Los fondos que él reúne son administrados por las AFP, que son empresas de servicios con fines de lucro. Las AFP invierten los fondos de los trabajadores en distintas actividades e instrumentos financieros, con el objeto de hacerlos crecer en el tiempo. Cuando el trabajador jubila, comienza a recibir el monto que ahorró. La edad para el retiro laboral aumentó a 65 años para los hombres y a 60 años para las mujeres, en contraste con los 60 y 55 años que existían anteriormente. (*Idem*, p. 79)

A forma de cooptação das grandes massas de trabalhadores foi a diminuição das quantias acumuladas mensalmente por cada trabalhador. Isto aumentava a renda líquida dos mesmos, portanto raramente ficavam de fora quando tinham a oportunidade. Outro impulso foi a retirada da contrapartida do empresário. Nas AFP não haviam mais cotizações dos empresários, que, a partir daquele momento, iriam fazer com que seus funcionários todos aderissem. Cada um trasladado significava 5% a menos de gasto¹⁵⁷.

Em ambas as reformas, Piñera quis que os empregados tivessem mais comprometimento com o local de trabalho¹⁵⁸. Com o Código de Trabalho dava vazão

¹⁵⁶ “Para justificar esta modernización, los Chicago boys sostuvieron que el sistema anterior estaba técnicamente quebrado, aparte de que adolecía de serias dificultades de administración. Efectivamente, alrededor de un tercio de los recursos del sistema de reparto eran aportados por el Estado. La realidad es que el gobierno quiso eliminar esos aportes sociales, en la dirección de disminuir el déficit fiscal. Pero en el largo plazo ese efecto se anuló. Fue el Estado, y no las nuevas generaciones de trabajadores que se incorporaron a las Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP), gestionadas por empresarios privados, quien pasó a financiar las pensiones del sector pasivo que permanecieron en el antiguo sistema”. (*Idem*, p. 79)

¹⁵⁷ Os militares sempre apoiaram e proclamaram as benesses do sistema referido, contudo, fizeram permanecer na mão do Estado os fundos de pensão da caserna.

¹⁵⁸ “Era, sin embargo, indispensable cambiar el sistema de reparto por el de capitalización, porque el primero invita inevitablemente a las presiones de los grupos organizados y, por lo tanto, las discriminaciones, las injusticias y la quiebra del sistema. (...) Cuando se observan estas discriminaciones es forzoso reconocer que la solidaridad teórica del sistema de reparto era, sencillamente, una burla y que

para eficiência empresarial, ou seja, quanto melhor o trabalho interno, mais fácil será a negociação com os donos. Na *Reforma Previsional*, “además de fomentar el individualismo – la pensión depende del ahorro personal –, los trabajadores se verían afectados ante cualquier inestabilidad política en el sistema”, tendo como essência a ideia de que “los trabajadores se solidaricen con el sistema, pero, aparentemente, no con otros trabajadores”. (*Idem*, p. 81)

Para que houvesse uma continuidade entre as mudanças da legislação trabalhista e seus compêndios, a ministra da Justiça, Mónica Madariaga¹⁵⁹, colocou na ordem do dia o decreto-lei 3.648 que extinguiu os juizados e cortes do Trabalho. As causas trabalhistas de toda ordem seriam, a partir de então, julgadas pela Justiça ordinária. No entanto, a modernização referente ao tema da Justiça foi a única que ocasionou uma desconfiança maior dos militares e, por este motivo, ficou parcialmente pendente.

A lógica para que isto ocorresse estava pautada na ideia de que os juizados do Trabalho requeriam uma ampla infraestrutura e recurso público para casos que pouco efetivos na realização das sentenças. Assim, o experimento fracassou, pois, os demais seguimentos da Justiça ficaram com uma sobrecarga de trabalho e de acúmulo de funções que, em largo prazo e amplo espectro, pioraram ainda mais a eficiência da Justiça, principalmente dos casos trabalhistas. Isto ficou evidente na crise de 1982-83 quando as demissões eram frequentes. Cinco anos depois, o próprio Pinochet foi à público reconhecer o erro desta mudança e ordenou a retomada dos juizados e Cortes trabalhistas¹⁶⁰.

Até aqui já podemos observar aquele que será o elemento comum em todas as modernizações: a transferências dos recursos do Estado, seja em ativos (empresas e afins) ou passivos (subsídios), para a iniciativa privada, sempre que possível¹⁶¹.

lo correspondía era un sistema de capitalización que disminuyera las presiones de los grupos y permitiera una pensión que correspondiera a los verdaderos ahorros de los diversos trabajadores, sin perjuicio de reconocer la jubilación mínima para aquellos en peor situación, beneficio que debe pagarse con fondos generales de la nación”. (M.;A.;G., 1985, p. 256)

¹⁵⁹ A ministra afirmou certa vez que “tenía que aceptar o iban a nombrar a un Chicago boy como ministro de Justicia”. (*Idem*, p. 86).

¹⁶⁰ “La modernización de la justicia – sobre cuya necesidad existe consenso – quedó pendiente a consecuencia de la austeridad presupuestaria impuesta por los Chicago boys. Las frecuentes movilizaciones y huelgas de los funcionarios judiciales dieron cuenta de cómo afectaba la restricción fiscal en este sector”. (*Idem*, p. 86)

¹⁶¹ Afora a necessidade de desarticular os grupos de pressão, a liberalização atingiu muitos outros

Veremos, agora, que na Saúde não foi diferente, pois que seus objetivos eram: de um lado reduzir os gastos estatais para manutenção da salubridade social e, de outro, abrir setores importantes para lucratividade das empresas¹⁶². Em linhas gerais:

El nuevo sistema pretendió lograr la libre elección del centro hospitalario por parte del usuario, aliviar el papel del Estado en la atención de salud y promover la participación del sector privado en este sector. Sin embargo, el traslado de los cotizantes de mayores ingresos a las *Isapres* (en 1989, un doce por ciento de los chilenos pertenecientes a los estratos altos) contribuyó al desfinanciamiento del Fondo Nacional de Salud (Fonasa) y, por lo tanto, al deterioro generalizado de los servicios que atienden a los más pobres. (*Idem*, p. 82)

O que ocorreu, então, foi uma segregação no atendimento médico mediado pela quantia de dinheiro disponível pelo paciente para acessar os cuidados: quanto mais dinheiro, maior o acesso à serviços e hospitais preparados; quanto menos, mais dificuldade, condições desfavoráveis no atendimento e execução do tratamento eram encontradas.

Nesta conjuntura Hermán Buchi era o subsecretário de Saúde, indicado por Pablo Baraona, Ministro da Economia. O próprio Buchi encaminhou uma proposta de privatização do Laboratório Chile, responsável por criar fórmulas e remédios patenteados pelo Estado. Esta ação tinha o fim de regular os preços de mercado dos itens prioritários da saúde coletiva. Neste momento a proposta foi rechaçada pelo contra-almirante Hernán Rivera, mas assim que Buchi assume o ministério da Fazenda, a ação foi concretizada. O próprio Buchi foi quem ficou encarregado de promover o aumento nas taxas pagas pelos usuários do Sistema. Diversificando o tipo de atendimento de acordo com a quantia paga, o Sistema confirmava sua tendência excludente¹⁶³.

aspectos da vida cotidiana: no transporte aéreo com a política de “céu livre”; no transporte terrestre, liberdade tarifária para táxis e ônibus coletivos; no marítimo, permitiu-se que qualquer companhia navegasse em águas chilenas com quaisquer bandeiras e com reduzidas tarifas a serem pagas.

¹⁶² “Por otro lado, la modernización incluyó reformas de la ley de medicina curativa y una reestructuración del sector. Esta última se tradujo en la municipalización de establecimientos de salud y en la creación de las Instituciones de Salud Previsional (*Isapres*). (...) Las *Isapres* captan la cotización de salud de sus afiliados – que en un comienzo fue de cuatro por ciento – y ofrecen atención a sus beneficiarios”. (*Idem*, p. 81)

¹⁶³ Há uma controvérsia bastante grande sobre a diminuição sistemática da taxa de mortalidade infantil. Os neoliberais atribuem tal feito à modernização do sistema que encamparam. Os demais atribuem isto a um efeito de inércia por ter tido, ao longo de décadas, um duro trabalho realizado pelos programas e instituições públicas.

Certamente o *Sistema Nacional de Salud* foi uma das principais vítimas dos cortes orçamentários drásticos. Esta rotina de cortes se estendeu até 1988 quando, por motivos de insolvência financeira, os complexos hospitalares declararam impossibilidade de arcar com as dívidas assumidas com os servidores e fornecedores de material. Foi tamanha indignação da comunidade médica que os militares tiveram que recuar e oferecer alguns complementos orçamentários para que a situação se estabilizasse minimamente. “Entre 1973 y 1988 la caída del gasto social por persona en salud llegó al 62,2 por ciento, según se desprende al comparar las cifras de ambos años del cuadro N° 4”. (*Idem*, p. 148). Os efeitos destes cortes brutais na Saúde são:

con la reducción del gasto fiscal en salud, los Chicago boys empujaron a los chilenos a financiar directamente las atenciones y consultas. Asimismo, castigaron fuertemente a los funcionarios de los servicios estatales a trabajar más y ganar menos. Mientras en 1973 el Servicio Nacional de Salud disponía de 110.000 funcionarios, entre personal médico y paramédico (cuando la población del país era de 9.860.000 personas), en 1988, el transformado SNS (en Sistema Nacional de Servicios de Salud, SNSS) operaba con sólo 53 mil funcionarios para atender a no menos de 11.000.000 de chilenos, descontando a las 1.200.000 personas que estaba incorporado al sistema de salud privada. Este personal percibía en 1988 salarios promedios de 22 mil pesos mensuales, atendiendo a más pacientes que antes. (*Idem*, p. 149)

Em 1982, 62% do financiamento do Sistema de Saúde vinha direto dos usuários através de uma cobrança obrigatória de 7% do salário e pelo pagamento para receber atenção básica. Criou-se uma tremenda expectativa sobre o modelo de privatização da saúde pois, em termos absolutos, houve uma redução na mortalidade infantil. Isto aconteceu, como já explicamos, porque o Estado ficou encarregado de cuidar do setor de atenção primária (menos custoso e mais preventivo), deixando os demais setores, secundário e terciário, fora de sua alçada. Esta divisão acarreta: de um lado, a população passa a gastar muito mais, pois assume os custos dos procedimentos médicos mais complexos/caros. Sobra ao Estado cuidar da parte mais barata. No entanto, de outro lado, os setores secundário e terciário são a vazão principal de reprodução do capital dentro da área de saúde, pois envolvem uma maior quantidade de valor agregado seja nas pesquisas, exames laboratoriais, maquinário e procedimentos cirúrgicos.

Há uma frase de Pinochet que resume bem o pensamento dos neoliberais e dos militares: dizia que a não alteração das bases fundamentais da educação nacional promoveria um distanciamento, ainda maior, entre o que se deseja e o que se pode conseguir. Este foi o mantra veiculado para que houvesse aceitação social do programa

de modernização do Sistema Educacional. Então:

Para dejar al mercado reinando en el país, sin interferencias gremiales y políticas, el gobierno necesitaba debilitar los grupos de presión. El régimen autoritario era coincidente con este propósito de los Chicago boys. Ya lo habían hecho con los trabajadores y con los colegios profesionales, reformando las leyes respectivas. En el campo educacional, esta política se expresó en la municipalización de las escuelas; en la privatización de la enseñanza técnico-profesional; en la jibarización de la educación para adultos, en la desmembración de la Universidad de Chile y en la ampliación al sector privado de la educación superior. (*Idem*, p. 83)

Como as condições financeiras dos municípios eram bastante precárias, o que se viu foi uma deterioração (quase) completa das infraestruturas das escolas, *Liceos* e demais instituições de ensino à cargo das despesas municipais. Ademais, uma piora considerável no alcance geográfico das escolas e na função ensino-aprendizagem.

La influencia del sector privado en la educación se ha incrementado en estos años. Muchas de las nuevas escuelas subvencionadas, en manos de empresarios privados que reciben un subsidio por cada alumno que asiste a clases, operan con criterio económico. Para esto hay dos vías, y ambas fueron ocupadas: maximizar los ingresos y minimizar los gastos. Los salarios de los profesores, el equipamiento de las escuelas y los alumnos soportaron la reducción del gasto. Ha sido una práctica frecuente en algunas escuelas subvencionadas aumentar exageradamente el número de alumnos que asisten a clases en cada curso, con el fin de recibir mayores aportes del Estado. (*Idem*, p. 84)

Na educação superior os dados mostram, segundo o Conselho dos Reitores, que em 1987 havia o dobro de Instituições de Ensino, 60, com 157.000 alunos matriculados. O sistema de financiamento incutido foi regressivo, isto é, os gastos fiscais de 1970 que eram de 65,7% caíram, em 1987, para 48,3¹⁶⁴. “Los ingresos propios de las universidades aumentaron en la proporción no cubierta por el Estado. La fórmula compensatoria de ingresos para las universidades han sido los cobros de aranceles a los estudiantes”, assim “esta política marginó de la educación superior en forma creciente a sectores de bajos ingresos; aumentó la morosidad de los estudiantes y egresados y obligó a las universidades a reducir sus costos, afectando la actividad científica y de investigación”. (*Idem*, p. 85)

Como se pôde ver, os gastos da rubrica educacional também foram severamente

¹⁶⁴ Nos anos da ditadura o que se viu nas Universidades foi a explosão de oferta de cursos mais rentáveis, isto é, aqueles que demandam menor esforço monetário para infraestrutura: engenharia comercial, publicidade, direito e algumas pedagogias.

atingidos. Os níveis de investimento público na educação, em 1988, eram menores do que em 1975. Se em 1973 investiu-se 447 milhões de dólares, em 1988 era 436. Os obstáculos à uma educação superior de qualidade já eram muito evidentes e pioraram quando decidiram que ensino superior deveria ser totalmente pago, com pouco de subsídio estatal. Isto explica a redução de matrículas nas Universidades entre 1973 e 1988: de 144.663 para 125.529. E, com isso, foram privilegiados os cursos de formação técnica e profissionalizante, cujas matrículas dispararam. Esta inversão se dá na medida em que os últimos preparam mais rápido o jovem para o mercado de trabalho.

Durante os anos de serviços à cargo da ditadura militar, Hermán Buchi realizou suas ações ancorado na convicção de que os intendentos militares selecionados para cada região possuíam, corretamente, maiores responsabilidades e atribuições do que quaisquer *cabildos*. Em todo o período de comando militar nenhum destes *cabildos* fora eleito pelo voto popular. “La Constitución de 1980 terminó con la separación entre gobierno y administración del Estado. Su praxis condujo a un régimen administrativo centralizado y poco participativo”. (*Idem*, p. 89)

Esta convicção estava acompanhada da intencionalidade de promover uma reforma na estrutura do Estado e na posição regionalização das atribuições¹⁶⁵. A despeito das inconsistências, a reforma do Estado se deu sob uma dura contração de seu erário e com demissão em massa dos funcionários públicos¹⁶⁶. Ainda assim, “el Estado debería asegurar un marco institucional estable, ser árbitro en los conflictos económicos y sociales, y su actuación sería de carácter impersonal y no discriminatorio”. (M.;A.;G, 1985, p. 22)

¹⁶⁵ É importante salientar que esta regionalização da estrutura de comando do Estado esteve na pauta porque era um item de fácil resolução: não havia disputa de correlação de forças com os setores populares organizados. Convenhamos que promover uma regionalização da estrutura de comando do Estado baseado na centralidade inquestionável de um mandatário é, no mínimo, uma incoerência grandes e graves dimensões.

¹⁶⁶ Escrevendo *post facto*, os neoliberais produziram uma avaliação sobre os erros da *Unidad Popular* e das propostas neoliberais. Assim, a Reforma do Estado aparece com centralidade, pois é dele que emanava todos os grupos de pressão e todas as distorções da economia chilena. Deste modo, sua restrição e diminuta atuação seriam fundamentais para “pasar de una organización paternalista y centralizada, donde el Estado se concebía como gestor del bien común, a otra de carácter descentralizado, limitando su papel a la promoción de las condiciones para una buena utilización de los recursos y un elevado desarrollo, velar por una distribución equitativa del ingreso, eliminar la extrema pobreza y promover políticas sociales para asegurar la igualdad de oportunidades y el acceso masivo a las ventajas de la sociedad moderna”. (M.;A.;G., 1985, p. 22)

Como medida de “conciliação”, criaram-se mecanismos de participação popular, cujos principais são *Consejos Regionales de Desarrollo (Coredes)* e os *Consejos de Desarrollo Comunales (Codecos)*. No entanto, estes organismos regionalizados tinham uma clara restrição à presença da oposição, pois empresários, militares e políticos afeitos à ditadura tinham assentos garantidos. Isto limitou, quando não anulou, a atuação das camadas populares e da classe trabalhadora.

Não obstante, o conceito e a definição do que se entendia por *região* não tinha exatamente a ver com complementaridade entre cidades próximas e/ou unidades produtivas de um mesmo setor. Tinha, em verdade, um pano de fundo mais essencialmente geográfico da disposição dos quartéis das Forças Armadas. Estas divisões serviam de base para consultas de investidores internacionais. A região metropolitana, que sempre apresentou maiores índices de participação no PIB, teve uma razoável queda tanto devido à crise, como também ao novo dinamismo das exportações. As regiões mais exportadoras (Segunda, Cuarta, Sexta, Séptima e Oitava) foram as mais privilegiadas e as mais industrializadas (Metropolitana e Quinta), prejudicadas.

A última modernização que precisamos tratar é aquela que versa sobre o desenvolvimento agrícola no Chile. No entanto, para falar dela, é preciso entender as bases sobre as quais se torna possível a privatização deslavada do campo: é no retorno às teorias das *vantagens comparativas*, quebra do protecionismo e adesão irrestrita aos fluxos do comércio mundial. Tudo isto esteve associado à privatização de quase todas as empresas estatais¹⁶⁷, incorporação da lógica financeira com centro dinâmico da economia e dependência ainda mais acentuada às transnacionais.

A modernização do setor agrário esteve acompanhada da abertura radical ao comércio externo e pela quebra dos subsídios estatais ao setor. Muito das barreiras de proteção alfandegária foram reduzidas ou retiradas, criando uma expectativa de altos lucros na *Sociedad Nacional de Agricultura (SNA)*, por conta de as demandas externas

¹⁶⁷ Se observarmos, há, na história recente do Chile, duas ondas de privatizações: uma em 1975-76, e outra em 1982-83. No entanto, o que diferencia o processo de privatização realizado em 1982 daquele feito em 1975? Há uma inovação que foi chamada de “capitalismo popular”, cujas metas centrais seriam três: 1) desconcentrar as propriedades através de vendas; 2) devolver estabilidade ao sistema econômico; 3) despreocupar os militares sobre possíveis retornos dos grandes conglomerados que, em outros tempos, haviam sido fundamentais para a crise acontecer. “En términos prácticos, sin embargo, (el ‘capitalismo popular’) es un mecanismo de capitalización sobre la base de recursos aportados por pequeños inversionistas para el beneficio de grandes grupos empresariales, quienes pueden controlar la gestión de las instituciones aportando un mínimo de capital”. (*Idem*, p. 127)

serem altas e os preços estarem, no contexto da década de 1970, elevados. Como era de se esperar, a retirada da proteção à agricultura atingiu diretamente os pequenos e médios agricultores que não possuíam chances de competir com as grandes transnacionais que abarcavam este segmento da produção nacional.

As importações de alimentos foram amplamente estimuladas pela redução das tarifas alfandegárias e pela pouca diferença de cotação monetária. Em um contexto de depressão dos preços internacionais, a agricultura tradicional do Chile foi direta e duramente afetada. Assim, para enfrentar os períodos de entressafra, os produtores recorriam aos empréstimos nacionais e/ou internacionais com altas taxas de juros e confiando nas palavras de Sergio de Castro que o dólar continuaria pareado com o peso chileno. Como se sabe, assim que se rompeu com a paridade, estes agricultores viram suas dívidas crescerem exponencialmente em pouco tempo.

Os números escancaram a dramaticidade: em 1980-81 o cultivo de terras deixou inócuo 350.000 hectares, 3,5 vezes mais do que a última grave crise, em 1970. Na temporada seguinte, 1982-83, a produção dos cultivos básicos caiu e tornou-se os piores índices da história do século XX.

Paralelamente, el mercado de la tierra sufrió drásticas transformaciones. La Reforma Agraria y la Contrarreforma, la venta de tierras estatales con aptitud forestal, la expansión de la actividad frutícola, los remates de predios después de la crisis del sector en 1983 y la subdivisión de las tierras comunitarias indígenas, permitieron la incorporación al ámbito rural de unidades productivas empresariales de tamaño intermedio, especialmente en los sectores más dinámicos. (*Idem*, p. 88)

A deterioração da produção agrícola não pode aparecer descolada da problemática posta pela regressão na forma de propriedade da terra instituída no Chile. 26,5% das terras apropriadas para Reforma Agrária, entre 1965 e 1973, foram retomadas e devolvidas aos antigos donos. Somente 39% das terras ocupadas não sofreram algum tipo de restituição, parcial ou integral.

O segundo passo em direção à concentração de terras no Chile foi dado através de legislações e do abandono estatal em relação a créditos aos pequenos proprietários. No *El Mercurio* aparece a explanação do processo: “Durante la actual administración se han dado pasos importantes para permitir que en el país impere efectivamente un mercado de tierras agrícolas”, isto é, “se ha legislado declarando la inexpropiabilidad de los predios rústicos, se ha legislado para facilitar la explotación de tierras por terceros,

ya sean aparceros, medieros o arrendatarios”. (FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 16) Se, por estas leis, não é mais possível que os pequenos proprietários tenham acesso à linhas de crédito do Estado, cedo ou tarde estarão sob o jugo dos grandes proprietários, que lhes colocarão de novo na condição de vender a colheita antecipada ou então vender a propriedade¹⁶⁸.

Observemos que estas transformações contribuía decisivamente para um processo de concentração fundiária que resultava, em termos práticos, na existência de propriedades com quantidade igual ou maior que 80 hectares, limitando as potencialidades jurídicas de ação da Lei de Reforma Agrária. “Estudios divulgados por la revista católica *Mensaje* indican que una vez finalizado el proceso que la Junta denomina de ‘regularización’ en la tenencia agrícola, el 44,4% del total de la tierra estará constituida por predios de más de 80 hectáreas de riego básicas”. (*Idem*, p. 17)

A partir de então, a Junta Militar se apressa em eliminar, de vez, as disposições jurídico-políticas que permitiam aos governos anteriores exercer o direito de expropriação de propriedades latifundiárias grandes e de baixa produtividade. Não à toa, *El Mercurio* afirmava que “el límite de la inexpropiabilidad debe considerarse un disuasivo para la inversión en tierras cuyas producciones óptimas sólo pueden alcanzarse a partir de extensiones mayores”. (*Idem, Ibidem*)

Avaliando as condições dos camponeses, o processo de concentração fundiária promoveu uma dissuasão forçada de grande parte daqueles que haviam conquistado um pedaço de terra para cultivar nos últimos anos antes do Golpe de Estado. Muitos camponeses assentados, em espera de uma porção de terra, também perderam o direito à tal e tiveram que ser desalojados. Paradoxalmente, complementa Hugo (1977, p. 17-18), o regime militar utilizava como principal slogan a “defesa da propriedade privada” e é justamente neste contexto que os camponeses perderam as suas propriedades e/ou o direito a consegui-las.

Em resumo, a falta de créditos, a quebra dos assentamentos e cooperativas camponesas, insuficiência de assistência técnica e de gestão foram responsáveis por uma crise sem precedentes nos pequenos e médios agricultores. Estes elementos que

¹⁶⁸ Assim como acontece na estrutura fundiária, os reflexos destas políticas se espalham para todos os setores. Já foi discutido, mas o setor avícola sofre neste processo um efeito de dizimação dos produtores independentes, restando, ao final, cerca de 3 grandes produtores que controlavam 80% do mercado nacional de aves.

faltavam os impediam de adentrar, em condições de competitividade, nos setores mais dinâmicos da agricultura, vinculados à exportação, ficando reféns da subsistência¹⁶⁹.

No plano da mineração, votou-se uma nova legislação. A discussão existente entre os economistas neoliberais e a cúpula militar não envolvia simplesmente o destino da empresa Codelco-Chile, mas tratava-se de retirar da Constituição qualquer referência explícita ao controle estatal sobre as riquezas do subsolo, logo de empreender claramente um teor de propriedade privada (somente) para a mineração e demais setores¹⁷⁰: “Lo que pretendían era evitar que, por una tentación corporativista o por influencia militar, el Estado se diera a la tarea de expandir su presencia productiva en el sector. Aspiraban a dejar despejado el horizonte para los inversionistas privados, chilenos y extranjeros”. (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989, p. 174)

Relacionado com a Codelco, o plano de privatização projetado pelos Chicago boys consistia em: primeiro, dividir a empresa em inúmeras outras pequenas para, em seguida, facilitar os procedimentos de venda ao capital privado. O vice-presidente, coronel Gastón Frez, com a ajuda do Ministro de Mineração, Carlos Quiñones, impediram e organizaram resistência. Assim, “la Constitución del 80 mantuvo casi intacto el precepto introducido en la reforma constitucional de 1971, mediante el cual el Presidente Allende nacionalizó la gran minería del cobre, del hierro y del salitre”. (*Idem*, p. 175)

A nova jogada dos neoliberais neste ramo foi em 1981 quando José Piñera assumiu a pasta da Mineração. Utilizou-se do argumento de que os investidores externos não estavam vindo ao Chile por medo das “inconsistências” jurídicas dispostas na Constituição sobre a propriedade minera e como isso poderia se espalhar para os demais ramos. Então, criou a ideia de *concesión plena* e iniciou as formulações de leis orgânicas para sair no novo Código de Mineração. O conteúdo central da *concesión*

¹⁶⁹ “A su vez, las empresas del sector frutícola y forestal, tuvieron entre sus ventajas comparativas una legislación laboral que consentía los bajos salarios, la no contratación del personal y, por ende, el no pago de la seguridad social y la falta de adecuadas normas de seguridad para sus trabajadores. Ello, bajo un Plan Laboral que desalentó a la organización sindical y prohibió la negociación colectiva para los temporeros”. (*Idem*, p. 88)

¹⁷⁰ Não somente Pinochet, mas todas as cúpulas militares das três Forças eram contrárias à venda da Codelco. Não obstante, os neoliberais tentaram retirar das linhas da Constituição em construção a presença de “propriedades estatais” reguladas. “El 24 de octubre de 1989, en un seminario para inversionistas extranjeros, el ex ministro de Minería José Piñera sostuvo que ‘es propio de un país subdesarrollado poner a una empresa como Codelco en la Constitución’”. (*Idem*, p. 174)

plena era o de subtrair a eficácia dos dispositivos jurídicos que garantiam pleno domínio do Estado sobre a propriedade minerária:

La jugada magistral de Piñera aspiraba a ponerle trabas a las eventuales expropiaciones que se realizaran en el marco de la nueva legislación. Para expropiar, el Estado tenía que pagar al afectado una indemnización equivalente a toda la riqueza posible de calcular en el yacimiento, a través de la estimación del estado presente de los flujos futuros de aquella riqueza. Esta facultad hizo virtualmente imposible la posibilidad de expropiación reconocida por la Constitución. (*Idem*, p. 175)

Em termos gerais, as mudanças garantiram vantagens extraordinárias aos investidores internacionais, condicionando bastante a posição do Estado nesta peleia. Seguindo esta lógica, os neoliberais buscaram amarrar juridicamente os dispositivos que regem a *Codelco* para impedir que ela fosse guiada segundo os interesses do Estado. Para tal, colocaram a necessidade de dar autonomia à empresa, mesmo mantendo-a estatal, através de uma diretoria escolhida independentemente dos governos que ascendam ao poder.

Em resumo, depois de avaliar as modernizações e demais ações dos neoliberais, vemos que tudo o que se propagandeou como sendo as benesses do *consenso* neoliberal esteve pautado, sem dúvidas, pelo pequeno período de crescimento razoável da economia. No entanto, como os dados demonstram, antes mesmo do “*milagro económico*” os pressupostos já estavam em crise, uma vez que o *Programa de Recuperación Económica* era, em essência, a materialização dos constructos teórico-filosóficos neoliberais. Vemos que no momento exato da crise de 1975, as tendências e os limites da hegemonia neoliberal estavam apenas se consolidando e já eram muito questionados.

Somando-se a retração da capacidade de consumo e de produção temos o quadro exato da realidade chilena nos anos de 1975-76. Outros dados são importantes (todos referentes à 1976 com base em 1972): a produção de bens de consumo durável caiu, em média, 34,8%; o de material de transporte também contraiu 57,8%; os bens intermediários para construção tiveram baixa de 40% e a de artigos manufaturados 37,3%. Isso afeta diretamente o setor de bens de consumo habitual, o qual apresentou uma queda de 20,3%, reduzindo em 26,1% as vendas em um período cuja população

cresceu em 700.000 habitantes¹⁷¹.

Segundo dados publicados pelo editorial do *El Mercurio* (23/06/1976) a perda real de remuneração dos salários, em comparação com janeiro de 1973, é de 55%. Para além da perda dos salários e soldos mensais, a variação dos alimentos e demais artigos de primeira necessidade foi positiva, o que agrava ainda mais a situação. Vê-se, somente em referência aos produtos da cesta básica, um aumento de 112,1% entre dezembro de 1975 e junho de 1976. Em detrimento disto, os salários mínimos só aumentaram 97,7%.

É notório que a diminuição dos ingressos dos trabalhadores cause uma redução drástica do consumo desta parcela da população, corroborando para a contração do mercado interno: “La disponibilidad per cápita entre 1972 y 1975 bajó en un 21,8% para el trigo, en un 18,5% para el arroz, en un 21,9% para el azúcar, en un 45,7% para el aceite, en un 6,5% para las papas y en un 19,8% para las leguminosas”. (FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 12)

Para além de tudo já exposto, a situação da indústria chilena ficou ainda mais deteriorada devido à grande facilidade para entrada de mercadorias substitutivas estrangeiras, o que dificulta a concorrência da produção nacional. Outra vez se coloca, como epicentro das políticas econômicas chilenas, o arbítrio de que caberia ao Chile, em uma dada divisão internacional do trabalho, produzir aqueles produtos sobre os quais o país teria, em concorrência internacional, *vantagens comparativas*. “Las industrias, para usar las palabras de Pinochet, que ‘no estén en condiciones de ofrecer al consumidor chileno un producto de capacidad y precios convenientes’ deben ‘readecuarse’ o desaparecer”. (*El Mercurio apud* FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 13)

Os padrões de referência para condicionar as vantagens são sempre determinados a partir da concorrência internacional. Um país pequeno, com pequena planta produtiva, anos-luz atrás dos níveis tecnológicos e das taxas de produtividade dos países centrais não pode ter boas condições de competir. O editorial do *El Mercurio*, de 11/10/1976, demonstra claramente:

Por ejemplo, entre los Bienes de Consumo Durable están los ‘aparatos eléctricos de uso doméstico’, ‘equipos electrónicos’ y ‘maquinaria no eléctrica’, industrias que, especialmente en los dos primeros rubros, no están condicionadas para competir adecuadamente en la situación actual de apertura al exterior. Lo mismo ocurre en el caso del material

¹⁷¹ Conferir QUADRO 2. (FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 7)

de transporte y de algunos artículos manufacturados diversos, los cuales de ser fabricados resultarían más caros que los importados. (*Idem, Ibidem*)

A dimensão da contração dos volumes de produção e venda registrados no país fora impressionantes: os investimentos totais do país, em 1975, representavam somente 64,2% do nível de 1970; as vendas de maquinários e equipamentos de origem nacional foi o equivalente à 60% do total de 1969¹⁷². Muito disto se comprova no relatório de conjuntura publicado pelo Departamento de Economia da Univ. Católica que demonstra que apenas 63% da capacidade industrial instalada foi utilizada. Ainda assim, parte dos jornais e revistas adeptos do regime militar argumentavam, na época, que havia uma capacidade ociosa¹⁷³ da indústria, mas que somente parte dela era efetivamente ociosa pois uma parte dos setores não estavam em condições para competir com o mercado internacional, logo, sua existência mesma estava em xeque.

As empresas e indústrias não monopolíticas estão, assim, destinadas a duas possibilidades futuras: 1) aceitam sua condição e passam a depender, como uma engrenagem ou por captação de capital estrangeiro, das grandes empresas internacionais como parte delas; 2) ou, especializam-se em atividades consideradas marginais pelas grandes empresas¹⁷⁴.

De outro modo, o processo de precarização das condições de trabalho, de contração industrial e concentração monopolítica se expressam, na vida dos trabalhadores, como uma drástica perda de especialização da força de trabalho, pois, as empresas que resistiram às danosas transformações demitem seus funcionários com

¹⁷² Conferir. (FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 18)

¹⁷³ Não obstante, os neoliberais contestem isso: “La capacidad ociosa no siempre es generalizada, aunque pudiera parecerlo así desde un punto de vista físico. A veces no conviene económicamente pasar de un turno a dos o emplear algunos trabajadores más. *Lo más importante, sin embargo, es que una reactivación requiere del uso de recursos internacionales, por ejemplo para importar, y de ahorros que sean la contraparte de la inversión o el crédito que se necesita. El crédito externo, las reservas y el ahorro interno son limitados y por ello, cuando se recurre a la emisión para reactivar, lo que se genera es inflación y pérdida de reservas, antes que aumentos en la actividad productiva.* Esta puede crecer algo en corto plazo, pero es sólo flor de un día, porque la mayor inflación y pérdida de reservas conducen a un deterioro de la situación y a una crisis que, por supuesto, termina afectando la producción y el empleo”. (M.;A.;G., 1985, p. 238; *grifos nossos*)

¹⁷⁴ “Por ejemplo en el departamento de Arica, que se había convertido en el principal centro industrial de la zona norte del país, apenas funcionaban a mediados del presente año el 18% de las industrias existentes al finalizar 1973. Este fenómeno, al afectar a empresas que absorben proporcionalmente un alto porcentaje de mano de obra tiende a consolidar la existencia en el país de una alta tasa de desocupación”. (FAZIO; RAMÍREZ, 1977, p. 19)

certa qualificação e os substituem por aqueles advindos do “exército industrial de reserva”, mais baratos porque menos qualificados. Este contingenciamento dos profissionais afetou, também, os de alta qualificação.

Temos, então, um arquétipo bem-posto sobre quais reformas levaram à cabo e sob quais argumentos/avaliações as fizeram. Em todo momento em que colocamos à prova nosso objeto, as problemáticas surgem na medida em que a captação do real se torna possível mediante escolhas analíticas e metodológicas. Explorar os temas das reformas (atuação de conjunto dos Chicago Boys) em detrimento das interposições práticas mais evidentes (atuação nas crises econômicas de 1975 e 1982-83) foi uma decisão tomada a partir das próprias circunstâncias que o próprio objeto nos coloca: não se trata mais de ponderar o que *imediatamente* se sobrepõe, mas de expor aquilo que consideramos ser as *mediações* necessárias e indispensáveis. Afinal, as reformas evidenciam a materialização do modelo teórico-prático dos neoliberais, seja em escala internacional, pelas/nas palavras de Hayek e Friedman, seja nacional. Elas, são, em nosso entendimento, o ponto de intersecção entre o elemento externo e o interno. Sua validade se desnuda no instante em que servem de base para que a hegemonia neoliberal se consubstancie sobre as demais em disputa.

CONCLUSÃO

A escolha de um objeto de estudo nem sempre é uma tarefa fácil e de simples resolução. Em nosso caso, poderíamos ter enveredado pela explanação dos Chicago Boys somente captando os nexos internos, isto é, ponderando a complexidade, acuidade e complementaridade dos elementos teórico-filosóficos desenvolvidos pelos *intelectuais* que faziam parte do grupo supracitado. No entanto, consideramos que esta escolha deixaria de lado um aspecto essencial para qualquer investigação científica: não realizaria as conexões do objeto com o mundo exterior, impossibilitando reconhecer e apreender seus nexos causais no desenvolvimento mesmo da história. O objeto ficaria, assim, desprovido de historicidade.

Em síntese, chegamos à conclusão de que os Chicago Boys cumpriram um duplo papel importantíssimo: se, de um lado, conjecturou e organizou um arquétipo teórico capaz de empreender as frações burguesas financeira e comercial ao posto de *direção política do capital*, de outro, foi capaz de reajustar e recompor as alianças internas à burguesia em respeito à sua disputa hegemônica com o proletariado.

Isto só foi possível pois conseguimos captar algumas *mediações* imprescindíveis do objeto, em sua relação com/na história. A constituição da sociabilidade especificamente capitalista no Chile não teve, em sua gênese, os traços característicos dos processos revolucionários clássicos, de tipo jacobino, como França, EUA e Inglaterra. Logo, a forma como se consolidou as relações de produção capitalista sempre estiveram muito vinculadas aos impulsos externos, isto é, aos acontecimentos exógenos.

Este caráter não clássico da formação social capitalista chilena se expressa, dentre outras coisas, na relação da burguesia chilena com o processo revolucionário burguês. A imputação das demandas nacionais a partir de fora contribui para uma involução dos traços constitutivos da burguesia, tornando-a dependente, submissa e, principalmente, incapaz de dirigir politicamente uma transformação social da magnitude como aquela avistada nos casos clássicos. Assim, esta burguesia dependente e submissa terá como horizonte de ação política de classe a *conciliação* com o *atraso*. Esta será sua marca.

Em complemento com estas características, os impulsos externos exercerão o papel de detonador do processo revolucionário no Chile. O tripé guerras

mundiais/disputas inter-imperialistas/crise de 1929, corroborarão para que os países periféricos tenham saltos qualitativos, tanto na elaboração/organização da produção, quanto no atendimento das demandas populares. Afinal de contas, o espectro do *socialismo* era, naquele momento, mais do que uma mera utopia: o Estado soviético era real e irradiava suas aspirações revolucionárias por todos os cantos do planeta.

Uma vez iniciado o processo de adequação, reestruturação e complementaridade da estrutura produtiva, a fração industrial chilena teve, no cenário internacional, a fonte energética suficiente para pôr em marcha o processo de consolidação de sua hegemonia. Acontece que a *inconsistência congênita de classe* apontada, linhas acima, exercerá seu peso. Os elos mais avançados do pensamento burguês terão que recuar e assumir *conciliações* por não terem, no mais das vezes, base social consistente para executar uma revolução burguesa de tipo jacobina.

Dado que o processo revolucionário não é do tipo clássico, compreendemos que ele foi de tipo passivo. Isto pressupõe dizer que a hegemonia burguesa irradiada nos anos 1920-30 não será completa, em termos de dominação e direção. Logo, plasmar as diversas e diferentes demandas intraclasse e do proletariado será uma tarefa árdua e de longa duração. Entendemos que a completude da hegemonia burguesa só será satisfeita no momento em que a conexão teórico-política neoliberal, formulada pelos Chicago Boys, tiver espaço para ser linha de frente como *direção política* da classe, e do capital.

Este processo será tortuoso e cheio de desvios. As arestas existentes entre as frações burguesas não simples de equacionar, possibilitando que, neste entremeio, a classe proletária consiga obter maior terreno no campo das *correlações de força*, por estarem, em algum grau e em determinados momentos históricos, mais coesas. Exemplo disto é a ascensão da *Unidad Popular*: a intensa disputa interna da classe dominante abre espaço para que a outra classe social fundamental tenha chão para crescer.

Diante do quadro de eminente vitória integral das demandas proletárias, as frações burguesas conseguiram gestar um novo acoplamento de suas demandas que, entre outros aspectos, foram matizadas e balizadas pelo arquétipo neoliberal. É por isto que, na lógica dos embates hegemônicos entre as classes sociais fundamentais, os Chicago Boys tiveram uma importância transcendental: sua ação de grupo não esteve, um minuto sequer, deslocada e descolada dos interesses específicos das frações financeira e comercial da burguesia. Entretanto, estes interesses reafirmam, efusivamente, os fundamentos essenciais da dominação, direção e sustentação do padrão

de reprodução do capital já existente. Aqui encontra-se o ponto de contato entre os nexos internos e o movimento da história: a formatação do grupo e sua afirmação no poder significou a reafirmação do *poder de classe* da burguesia; a composição teórica não se distanciou da problemática da hegemonia, portanto, a conclusão de uma foi a base para o encerramento da outra.

Por fim, é preciso dizer que este estudo nos foi muito caro, pois ele revela, para além das especificidades da história recente do Chile, um *modus operandi* das reformas neoliberais por toda a América Latina. Não à toa, o Chile fora tachado como um “laboratório”, pois que a radicalidade com que foram executadas tais transformações repercutiram sobre o mundo e, principalmente, iluminaram o “caminho” para os demais países da “*nuestra*” América.

É impetuoso ressaltar que o neoliberalismo, uma vez consolidado nos centros decisórios, esteve longe de cumprir uma agenda progressista. Em quase todos os aspectos possíveis, resultou em um distanciamento profundo entre intenção e o gesto. Isto é, a irradiação dos pressupostos neoliberais pela América Latina resultou no aprofundamento do hiato entre as classes dominantes e as dominadas. Sendo assim, a composição do “futuro possível” transcendeu, para milhões de pessoas, como depressão, isolamento social e frustração individual, uma vez que a responsabilidade do “destino” de cada um voltou a ter uma conotação estritamente individualizada.

Poucas são as características sociais, para não dizer nenhuma, que o neoliberalismo trouxe à humanidade. Poderíamos citar o avanço exponencial das tecnologias de produção e de informação, mas, de nada adiantou toda este avanço se o fundamento essencial da sociabilidade capitalista não tenha desaparecido: a produção da riqueza social (inclui aqui todas as benesses que as novas tecnologias proporcionam à vida humana) tem apropriação privada. Ou seja, ainda que seja revolucionário e socialmente imprescindível os arremedos progressistas das tecnologias e afins, quais são, de fato, os alentos que estas proporcionaram para a humanidade sob a égide neoliberal?

Compreender os mecanismos ideológicos utilizados pela burguesia para continuar consubstanciando sua hegemonia é, para nós, uma tarefa impreterível. Desvendar as manifestações aparentes de progresso é enxergar nelas a possibilidade de retrocesso que podem reproduzir, dado que as relações sociais, em sua essência, em

nada se alteraram. Não sem demora, a ascensão das reformas neoliberais, profanadas como “salvação”, ocasionaram, ao invés, um aprofundamento das mazelas sociais. Seu traço permanente e consistente é o progressivo domínio do capital sobre o trabalho. Esforçar-se para entender os trajetos da humanidade e os trejeitos característicos da classe que conduz, hegemonicamente, as relações sociais de hoje é ter em mente que um *novo horizonte social* é possível e que ele será passível de construção à medida que consigamos difundir as bases daquelas relações sociais que consideramos proveitosas para a completa libertação da humanidade dos grilhões e amarras que nos prendem aos infortúnios, ao individualismo exacerbado e depressivo, e aos desmandos da burguesia sobre nossas vidas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. Tradução, Paulo Cesar Castanheira. - 1ª ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

AGGIO, Alberto. **Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999.

ALIAGA, Luciana. A questão política dos intelectuais: as "elites" dirigentes nos Quaderni del Carcere de A. Gramsci. **Arma da Crítica**, Fortaleza, p.157-172, dez. 2011. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=section&id=4&Itemid=80. Acesso em: 15 jan. 2016.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Fórmula para o caos**: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Tradução, Giovanni Semeraro. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BARRIOS, Ana Tironi. **La ideología del Partido Radical Chileno en los años treinta (1931-1938)**. Santiago: 1983. 239 f. Monografia (Licenciatura em História) - Faculdade de História, Pontificia Universidad Católica de Chile. Acesso em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-9030.html>

BASCUÑÁN, Silva. **Una experiencia social cristiana (formación de la Falange)**. CESOC, Santiago, 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'. Campinas, IE/Unicam p. **Revista Economia e Sociedade**, n. 4. 1994, p. 11-20.

BIANCHI, Alvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p. 34-57.

El Ladrillo: bases de la política económica del Gobierno Militar chileno. Edição, Sergio de Castro e Juan Carlos Méndez. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1992. Acesso em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/mc0032306.pdf>

CHATEAU, Manuel Gárate. **La Revolución Capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago: Ed. Alberto Hurtado, 2012.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Niterói, 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

COUYOUMDJIAN, J. R. **Chile y Gran Bretaña**: Durante la primera Guerra Mundial y la postguerra, 1914-1921. Santiago: Ed. Universidad Católica de Chile, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Posfácio, José

Paulo Netto. - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n.1, p. 117-126, Jan-Jun, 2012.

DEL ROIO, Marcos. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al (org.). **Marx, Gramsci e Vigtski: aproximações**. Araraquara: Cultura Acadêmica/Junqueira & Marin, 2009.

_____. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

_____. **Sodré e o feudalismo**: uma tentativa de atualização. In: CUNHA, Paulo e CABRAL, Fátima (orgs.) - 2ª ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2011. pp 165-196

_____. **A classe operária na Revolução Burguesa**: A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DÉLANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. **La Herencia de los Chicago Boys**. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989. 209 p.

DRAKE, Paul. La misión Kemmerer a Chile: Consejeros norteamericanos, estabilización y endeudamiento, 1925-1952. **Cuadernos de Historia**, Nº 4, julio de 1984.

FAZIO, Hugo; RAMÍREZ, Pedro Felipe. **El carácter de la política económica de la Junta Militar**. México: Casa de México, 1977. 54 p. (Cuadernos Casa de Chile).

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para Escolher**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 2015. Tradução Ligia Filgueiras, revisão técnica Ricardo Doninelli.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. - (Coleção educação Contemporânea)

GAMBOA, Angel Soto. **El Mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal 1955-1970**. Santiago: Instituto Libertad, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 1**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 2**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 7ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 3**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 4**. Edição e tradução, Carlos Nelson

Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 5.** Edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

Gumucio, Rafael L. **El deber político.** Imprenta Chile, Santiago, 1933.

HAYEK, Friedrich August. **Os fundamentos da liberdade.** São Paulo: Visão, 1983. Introdução Henry Maksoud; tradução Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle.

_____. **O caminho da servidão.** Tradução e revisão, Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli.

_____. **A Era do Capital.** Tradução, Luciano Costa Neto. - 14ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. (org.) **História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional; A Internacional Comunista de 1919; As Frentes populares / Monty Johnstone ...** [et al.; coordenação de Eric Hobsbawm]; tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Pensamento Crítico; v. 58)

HORMAZÁBAL, Pedro A. Vera. **Historia Económica de Chile: 1918-1939** Una introducción. – 1ª ed. – Sevilla: Diputación de Sevilla. (s/d)

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. 592 p.

KANGAS, Steve. **Chile: the laboratory test.** Acesso em:
<http://www.huppi.com/kangaroo/L-chichile.htm>

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LARA, Ricardo. Notas luckacsianas sobre decadência ideológica da burguesia. In **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, Jan./Jun. 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LETETIER, Orlando. The Chicago Boys in Chile: Economic Freedom's Awful Toll. **The Nation**. New York, 28 de agosto. 1976.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Tópicos). Tradução Rodinei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini.

M., Álvaro Bardón; A., Camilo Carrasco; G., Álvaro Vial. **Una década de cambios económicos**: la experiencia chilena 1973-1983. Santiago: Andrés Bello, 1985. 286 p.

MACIEL, David. Notas sobre Revolução Passiva e Transformismo em Grasmci. **História Revista**, Goiânia, v.11, n.2, p.273-299, jul./dez. 2006

MAIOR, Luiz A. P. Souto. A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 47, n. 2, p.163-190, dez. 2004.

FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0034-73292004000200006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a06.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. Tradução Juarez Guimarães, João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução Felipe José Lindoso. - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010. (Coleção Pensamento Social Latino-Americano)

MARX, Karl. **A Revolução antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 440 p. (Assim lutam os povos; v. 2).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHIAS, Meire. Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais. **Espaço Acadêmico**, Maringá, p.69-75, dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1044>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução Ester Vaisman.

MILOS, Pedro. **Frente Popular en Chile**: Su configuración: 1935-1938. - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2008.

MORTON, Adam David. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. In **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 29, p. 45-62, Nov. 2007.

MOULIAN, Tomás. **Fracturas**: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende. - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2006.

NECOCHEA, Hernán Ramírez. **Obras Escogidas volumen I**: Balmaceda y La contrarrevolución de 1891; Historia del movimiento Obrero em Chile. - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2007a.

_____. **Obras Escogidas volumen II**: Antecedentes económicos de la Independencia de Chile; Origen y formación del Partido Comunista de Chile; Las Fuerzas Armadas y la Política en Chile (1810-1970). - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2007b.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Niterói: 2010. Acesso em:
http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=102:civilizacao-ou-barbarie

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e o discurso econômico**. Prefácio, Francisco de Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

RODRÍGUEZ, Octavio. **A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981.

SENA, Carlos Zacarias F. **Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional**: anotações históricas sobre um debate presente. Campinas: CEMARX, 2007.

VITALE, Luis. **Interpretación marxista de la Historia de Chile**. Vol. 1: tomos I e II - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2011a.

_____. **Interpretación marxista de la Historia de Chile**. Vol. 2: tomos III e IV - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2011b.

_____. **Interpretación marxista de la Historia de Chile**. Vol. 3: tomos V e VI - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2011c.

ZÁRATE, Verónica V. O. **Nacionales y gremialistas**: El "parto" de la nueva derecha política chilena 1964-1973. - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2008.

APÊNDICE 1: LISTA DE PRESIDENTES DO CHILE

- 1826:** Agustín Eyzaguirre – Presidente Interino
- 1826:** Manuel Blanco Encalada – Primeiro Presidente Eleito pelo Congresso Nacional
- 1827:** Ramón Freire y Serrano
- 1827:** Francisco Antonio Pinto Díaz
- 1830:** José Tomás Ovalle
- 1831:** José Joaquín Prieto Vial – reeleito em 1836
- 1841:** Manuel Bulnes Prieto – reeleito em 1846
- 1851:** Manuel Montt – reeleito em 1856
- 1861:** José Joaquín Pérez Mascayano – reeleito em 1866
- 1871:** Federico Errázuriz Zañartu
- 1876:** Aníbal Pinto Garmendia
- 1881:** Domingo Santa María
- 1886:** José Manuel Balmaceda
- 1891:** Jorge Montt Álvarez
- 1896:** Federico Errázuriz Echaurren
- 1901:** Germán Riesco Errázuriz
- 1906:** Pedro Montt Montt
- 1910:** Ramón Barros Luco
- 1915:** Juan Luis Sanfuentes
- 1920:** Arturo Alessandri Palma
- 1925:** Arturo Alessandri renuncia e assume Luis Barros Borgoño
- 1925:** Emiliano Figueroa Larraín
- 1927:** Carlos Ibáñez del Campo

1931: Juan Esteban Montero

1932: Arturo Alessandri Palma – segundo mandato

1932: Golpe de Estado destitui Juan Esteban Montero e instaura-se uma República Socialista por 100 dias.

1938: Pedro Aguirre Cerda

1941: Jerónimo Méndez – assume depois da morte de Pedro Aguirre Cerda

1942: Juan Antonio Ríos

1946: Gabriel González Videla

1952: Carlos Ibáñez del Campo – segundo mandato

1958: Jorge Alessandri Rodríguez

1964: Eduardo Frei Montalva

1970: Salvador Allende Gossens

1973: Golpe de Estado derruba Salvador Allende e assume a Junta Militar dirigida por Augusto Pinochet Ugarte

1989: Patricio Aylwin Azócar

1994: Eduardo Frei Ruiz-Tagle

2000: Ricardo Lagos Escobar

2006: Michelle Bachelet Jeria

2010: Sebastián Piñera Echeñique

2014: Michelle Bachelet Jeria – segundo mandato